



REVISTA

Labor

Issn:

número.1, vol.1, ano 2008

Sumário

Nota do Editor

Apresentação da revista Labor	PDF 1-2
-------------------------------	----------------------------

Artigos

<u>A ATUAÇÃO DO PLANFOR NO COMBATE À POBREZA EM MACEIÓ</u>	PDF 3-19
--	-----------------------------

Laura Cristina Vieira Pizzi, Izabella da Silva Vieira, Maryanna Chelly Barbosa Melo

<u>DO LABORATÓRIO AO SISTEMA DE LABORATÓRIO: A PRODUÇÃO SOCIAL HUMANA NO SÉCULO XX-XXI E SUA POSSIBILIDADE INVESTIGATIVA NA EDUCAÇÃO</u>	PDF 20-67
--	------------------------------

Samya Campana

<u>DOS PROGRAMAS OFICIAIS PARA A EDUCAÇÃO RURAL AOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</u>	PDF 68-89
--	------------------------------

Mara Rita Duarte de Oliveira

<u>FERRAMENTAS SUBJETIVAS EM UMA METODOLOGIA SICOEDUCATIVA PARA A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES</u>	PDF 90-103
---	-------------------------------

Francisco Silva Cavalcante Junior, Márcio Silva Gondim

<u>Libertação e Autonomia anticapitalista: a transformação radical da consciência e do inconsciente em Herbert Marcuse</u>	PDF 104-138
--	--------------------------------

Leandro Pereira Gonçalves, Vanessa Medeiros Pravato

<u>Lyotard e a pós-modernidade</u>	PDF 139-158
------------------------------------	--------------------------------

Cristiane Maria Marinho

<u>NOVAS PERSPECTIVAS NA HISTORIOGRAFIA AMERICANA: A HISTÓRIA ORAL COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO EPISTÊMICA DO HISTORIADOR</u>	PDF 159-170
---	--------------------------------

Jean Paulo Pereira de Mezenes

<u>O TEMPO COMO SUBSTANCIALIDADE DO TRABALHO: O TEMPO INDUSTRIAL E O TEMPO DE TRABALHO.</u>	PDF 171-184
---	--------------------------------

Cássio Adriano Braz de Aquino

<u>PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: IMPACTOS SOBRE O TRABALHO</u>	PDF 185-199
---	--------------------------------

Maria Soledad Etcheverry

TRABALHO E MODO DE VIDA: A EXPERIÊNCIA DOS
OPERÁRIOS EM NOVAS ÁREAS INDUSTRIAIS
Izabel Cristina Ferreira Borsoi

PDF
200-211

APRESENTAÇÃO

É com grande orgulho que apresentamos este primeiro número da Revista do Labor, que lança as Edições LABOR em um novo momento, expandindo sua publicação para o formato digital. A revista busca refletir o caráter do LABOR, criado com o intuito de tornar-se referência de uma sadia pluralidade de olhares sobre a economia política crítica, a sociologia, a filosofia e a educação como áreas científicas e acadêmicas voltadas ao estudo da realidade social e educacional, relacionadas ao mundo do trabalho. Neste sentido, incentiva-se a possibilidade de convivência acadêmica enriquecedora entre posturas que variam de complementares e semelhantes a paralelas ou, até mesmo, divergentes em pontos específicos. A Revista do LABOR apresentará, na língua original e em português, artigos e trabalhos de professores e pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras que debatem os temas numa atitude de curiosidade, respeito pela divergência e humildade científica, valores com os quais esperamos que sejam sempre tratadas as diferentes perspectivas teóricas e os diversos olhares lançados sobre a realidade.

Os artigos expostos focarão desde questões teóricas a análises empíricas de aspectos da realidade estudados pelos autores. Com os textos, esperamos levantar um debate aberto com os leitores, seja no silêncio de seus argumentos mentais, seja na transformação desta publicação em ponto de partida para seminários, aulas, palestras, grupos de discussão ou outras formas de encontro intelectual e pessoal que possam estimular e alimentar o desenvolvimento de nossas idéias, ou melhor, de nós próprios como pessoas cujo interesse passa pelas questões da sociedade, economia e educação, mas que reconhecemos que não nos resumimos a estas questões.

Sabemos que a grande conquista do conhecimento tem sua base no desenvolvimento humano integral que passa pelo auto-conhecimento, pela simplicidade, pelo ser humano plenamente desenvolvido em equilíbrio. Uma das grandes conquistas do LABOR, que queremos expandir para esta revista, tem sido justamente a convivência plural e diversa, a ruptura com a delimitação de verdades definitivas ou o aprisionamento no dogmatismo. Todo saber, para nós, é aproximação maior ou menor com as estruturas da realidade, saber dialético, mais, ou menos, complexo, mais, ou menos, integrado numa totalidade. Deve, portanto, ser examinado, discutido, aceito ou negado, com ou sem reservas, por cada intelectual que, imbuído da humildade fundamental do sábio, busca, afinal, pensar por si mesmo.

Esta Revista do Labor, articulada com o programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, afirma nosso esforço de fortalecer a produção e a socialização do saber científico, consolidando o LABOR no campo da produção acadêmica. Proporciona, desta forma, espaço para amplo debate sobre o mundo do trabalho e sua relação com o campo educacional, com a Sociologia, a Economia Política Crítica e as teorias críticas da sociedade capitalista. Um dos aspectos a ressaltar é o fato de que há uma convergência básica entre os autores: a crítica ao modo societário que subjuga e impede o pleno desenvolvimento do ser humano integral. Trata-se de uma revista necessária para os dias atuais, enriquecendo as análises realizadas sobre essas temáticas neste início de século.

Por fim, compreendemos que o saber científico é uma produção coletiva, mais ainda a edição e publicação de uma revista científica como a nossa. Agradecemos às contribuições e ao trabalho fundamental dos Comitês Editorial e Científico, e queremos declarar nosso agradecimento especial aos companheiros do LABOR que apoiaram e incentivaram a criação

e o desenvolvimento desta revista desde seu estágio de sonho e projeto ate a realização de hoje.

Nossas fraternais
Saudações Socialistas.

Prof. Dr. Enéas Arrais Neto
Coordenador do LABOR/UFC
Editor da Revista do LABOR

A ATUAÇÃO DO PLANFOR NO COMBATE À POBREZA EM MACEIÓ

THE ACTING OF THE PLANFOR IN THE COMBAT TO THE POVERTY IN MACEIÓ

Laura Cristina Vieira Pizzi¹

Izabella da Silva Vieira

Maryanna Chelly Barbosa Melo

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo examinar as conseqüências dos cursos de qualificação profissional básica oferecidos pelo PLANFOR em Maceió/AL, considerando a eficácia em sua aplicação, verificando de que forma os alunos absorveram e avaliaram os conteúdos transmitidos durante o curso, fazendo o levantamento do perfil socioeconômico dos alunos egressos, avaliando o impacto que o curso de qualificação profissional causou na vida produtiva das pessoas que participaram do programa. Foi discutida ainda a sua vinculação aos novos conceitos de formação, qualificação e competência, de que forma está engajado as novas exigências do novo modelo de produção. Esta pesquisa é de cunho qualitativo, e a abordagem metodológica adotada foi a Análise de Conteúdo. A pesquisa foi realizada através de entrevistas com alunos egressos dos cursos e através de análise documental. Entendemos que o PLANFOR, não atingiu seus objetivos, já que a maioria dos entrevistados se encontrava fora do mercado de trabalho. Os cursos também não conseguiram elevar significativamente o nível da renda de seus egressos. Verificamos que os conteúdos ensinados de forma transversal, de cunho mais social, foram pouco absorvidos pelos ex-alunos, mas aqueles conhecimentos diretamente ligados à profissão ainda estavam bem presentes na memória dos egressos.

Palavras-chave: Qualificação profissional - pobreza - políticas públicas

Abstract

The main goal of our research was examining the consequences of basic professional education courses offered by PLANFOR at the city of Maceió/AL, considering its efficacy, verifying the ways students learned and evaluated the knowledge they learned during the courses, taking the socioeconomic profile of the students, evaluating the impact of this kind of courses on the professional and productive life of people who participated on them. Was discussed either the links between the courses and the new concepts like education, basic skills, and competences, and the ways they are engaged on the demands of the new production model. The research is qualitative and the methodology is Content Analysis. To do the research we used interviews with students who had already

finished the courses and documental analysis. We understand that PLANFOR did not achieve its main goal, considering that the majority of the students are off of the labor market. The courses also did not improve the domestic budget of the students. We verified that the transversal contents, with social approach, was poorly remembered by the students, but the contents related to the profession, was vivid on their memory.

Key Words: Professional education – poverty – public policy

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa desenvolvida nos anos de 2004 e 2005 em Maceió/AL, que visou analisar o PLANFOR (Plano Nacional de Educação Profissional) e seus impactos em Maceió, enquanto uma política educacional que tem em vista a inserção de indivíduos no mercado de trabalho. O PLANFOR foi uma política de qualificação profissional desenvolvida entre os anos de 1995 até 2002, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso².

O objetivo do PLANFOR foi fornecer cursos profissionalizantes como forma de inserir trabalhadores desempregados no mercado de trabalho, e, desta forma, contribuir para a elevação da renda e da qualidade de vida dos cidadãos. Foi um programa de qualificação e requalificação profissional básica, promovido pelo Ministério do Trabalho brasileiro e financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O público alvo deste programa são os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho em decorrência das transformações tecnológicas e organizacionais ocorridas na produção, a partir dos anos 90 no Brasil. Também fazem parte deste programa os trabalhadores empregados de baixa-renda. A idéia é favorecer, através da qualificação/requalificação profissional, a inserção de setores considerados desqualificados e pobres da força de trabalho no mercado de trabalho local, portanto com dificuldades de competir neste mercado em condições educacionais melhores.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, e a abordagem metodológica adotada foi a Análise de Conteúdo, que segundo Triviños (1987), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visa obter indicadores

qualitativos ou quantitativos que permitam a inferência, e assim levantam como resultado o estudo dos dados que apresenta a comunicação.

1 Pobreza

Segundo Schwartzman (2004), até 30 anos atrás, as questões que ocupavam os cientistas sociais eram relacionadas ao desenvolvimento econômico, a modernização, a democracia e a mobilidade social. Hoje os temas dominantes são a pobreza e a exclusão social. Não que esses temas não existissem no passado, mas eram vistos como uma decorrência de problemas, deficiências na ordem econômica, política e social, que seriam resolvidas e superadas à medida que estes fossem sendo equacionados.

As causas da pobreza, em geral apontadas como estruturais pela literatura, são as seguintes: a exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação de pessoas, criada pelo sistema de exploração, que as impedia de ter consciência dos próprios problemas e necessidades.

A solução a curto prazo para os problemas da pobreza no Brasil historicamente não têm tido sucesso. A falta de vontade política e compromisso com os valores da igualdade social e dos direitos humanos também têm sido apontados como entraves, bem como uma política econômica adequada, um setor público eficiente, competente e responsável no uso dos recursos que recebe a sociedade e políticas específicas nas áreas da educação, da saúde, do trabalho, da proteção à infância e do combate à discriminação social, entre outras.

O Brasil convive historicamente com grandes desigualdades sociais e níveis inaceitáveis de miséria absoluta. O próprio progresso material das últimas décadas contribuiu para a emergência de novos problemas sociais, que se somam às deficiências estruturais que persistem sem solução, após várias décadas de desenvolvimento.

Sem diminuir a importância dos problemas de pobreza e de privação que afetam vários segmentos sociais, segundo Abranches (1989), o Brasil está longe de uma situação de indigência e miserabilidade generalizada. O Brasil não

tem problemas de falta de alimento, ou desabastecimento, que pudessem justificar políticas de envio de alimentos. O que falta é, simplesmente, dinheiro, o que justifica a importância das propostas de renda mínima. Existem razões para se preocupar com as situações de pobreza extrema e desenvolver políticas assistências e compensatórias que possam socorrer as pessoas em situação de maior privação. Esta proposta assistencialista está longe de ser consensual, mas podemos observar que tem sido a marca das políticas de combate à pobreza no Brasil

2 Políticas públicas de combate à pobreza

O avanço da produção e organização social capitalista sempre vem acompanhado de questões sociais complexas e intensas. A proletarização crescente da população, que tem no salário o elemento central da sua sobrevivência; a concentração da população em centros urbanos, que rompe o vínculo imediato com a natureza como meio de subsistência e o desaparecimento das formas tradicionais de proteção social, fazem aparecer a insegurança social e aumentam a pobreza.

O avanço do capitalismo também fomenta as lutas pela garantia da satisfação das necessidades sociais; a alimentação, a habitação, a saúde e a educação. Dessa forma, a questão social transforma-se em fato público, e as sugestões para selecioná-la constituem-se em elementos definidores de projetos e partidos políticos.

Segundo Laurell (1997), a tradução concreta das colocações feitas a esse respeito são as políticas sociais, ou seja, o conjunto de medidas e instituições que tem por objetivo o bem-estar e os serviços sociais.

A política de combate a pobreza, estruturalmente enraizada, tem natureza distinta. Seu objetivo é a destruição da pobreza, incorporando os excluídos nos circuitos regulares da vida social e compensando as principais carências que põem em risco a sobrevivência e a sanidade física, emocional e mental dessas pessoas.

Segundo Abranches (1989), no Brasil, convivem duas formas de pobreza. Aquela de natureza estrutural, mais persistente, associada ao desdobramento histórico do nosso padrão de desenvolvimento, e a pobreza cíclica, que se agravou com a crise do desemprego, a queda da renda, sua concentração crescente e a aceleração inflacionaria.

Laurell (1997) diz que, apesar das interações e correlações entre pobreza e desigualdade, estes dois fenômenos constituem objeto de políticas distintas e diferenciadas. Combater a miséria e reduzir a desigualdade são objetivos diferentes que requerem estratégias de ação diversas e implicam decisões e processos políticos também diferenciados.

As políticas voltadas para a redução da destituição requerem ações em três linhas principais: em primeiro lugar, medidas de reorientação, no médio e longo prazo, do próprio padrão de desenvolvimento, de modo a corrigir processos estruturais que estão na raiz do estoque permanente de pobreza. Essas correções têm por objetivo modificar o padrão de produção e consumo e alterar a estrutura de oportunidades da sociedade, de modo a assegurar recursos de acesso e mobilidade aos segmentos destituídos.

Em segundo lugar, são necessárias medidas de curto e médio prazo, que redirecionam o processo econômico no sentido da ampliação das condições de acesso aos bens essenciais e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, antes mesmo da consolidação de mudanças mais estruturais. Nessa dimensão, a ação do estado é fundamental, pois os mecanismos de mercado serão insuficientes, diante das limitações estruturais que ainda persistem.

Para a autora, programas dessa natureza requerem decisões políticas cruciais em várias áreas. Não basta definir setorialmente os programas. É preciso definir o conjunto da ação governamental para esse objetivo. Para tanto certas decisões econômicas devem ser batizadas pela política social. Além disso, envolvem importantes mudanças nos padrões de financiamento do setor público, nas prioridades orçamentais e no processo de alocação de recursos.

Segundo Schwartzman (2004), não há solução em curto prazo para os problemas da pobreza do Brasil. Para que a pobreza seja vencida, são

necessárias; vontades políticas e compromisso com os valores de igualdade social e dos direitos humanos; uma política econômica que gere os recursos que recebe da sociedade; além de políticas específicas nas áreas de educação, da saúde, do trabalho, da proteção à infância e do combate a discriminação social, entre outras. A construção de uma sociedade competente, responsável, comprometida com os valores de equidade e justiça social, e que não caia na tentação fácil do populismo e do messianismo político, e uma tarefa de longo prazo.

3 História da educação profissional

Segundo Manfredi (2002), desde os tempos remotos o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento da sociedade. Portanto, sempre esteve ligada à formação dos trabalhadores e dos pobres como forma de inseri-los no mercado de trabalho.

Na sociedade primitiva a base da economia era a coleta, a pesca, a agricultura rudimentar. A divisão do trabalho se dava de acordo com o sexo e a idade. Na sociedade agrícola, continuam as mesmas tarefas, mas a agricultura se desenvolve, aperfeiçoa os equipamentos e assim começam a surgir as cidades, havendo uma complexidade na divisão do trabalho. Surgem as classes sociais, as corporações de ofício e as primeiras noções de profissão.

Ao longo do tempo o trabalho passa de produção de subsistência à produção para a troca, sendo agora um autônomo assalariado. Surgem as indústrias, exigindo profissionais com novos conhecimentos e habilidades, e assim foram diminuindo os postos de trabalho, causando o desemprego, pois o homem foi gradativamente sendo substituído pela máquina.

Nas sociedades industriais, os assalariados exercem diferentes funções, trabalham na indústria, no comércio, na agricultura e outros serviços. No Brasil, a população economicamente ativa passou de 42% (1940) para 62,8% (1980). De 1989 a 1995 diminui as taxas de emprego informal (13,6% para 27,3%). No Brasil, há grande concentração nas ocupações profissionais inferiores e baixa concentração nas ocupações intermediárias e superiores.

A escola foi criada para preparar grupo de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social. Durante séculos a única escola para as classes populares era o domínio de técnicas, métodos e rotinas das tarefas dos diferentes ofícios. Com expansão do capitalismo industrial criou-se a necessidade da universalização da escola para inserção no mundo do trabalho.

4 Educação e modos de produção

Ao longo da história a escola tem se mostrado intimamente ligada às relações do modo de produção, isso porque ela é considerada uma das instituições básicas para a produção e reprodução da força de trabalho (SANTOS, 1997), refletindo o momento que a sociedade está vivendo e atendendo as necessidades do mercado de trabalho.

No contexto das novas tecnologias, a educação básica surge com força, “mais que um mero requisito de seleção, como era o diploma, passa a ser condição de acumulação, condição de “qualificação” da classe trabalhadora” (PIZZI, 2001, p. 27), sendo considerada como um dos aspectos mais importantes na valorização do capital.

A demanda por um novo modelo de produção exige trabalhadores que possuam as mais diversas habilidades, que vão desde a criatividade, eficácia grupal, raciocínio e outras categorias que possibilitem um profissional polivalente que incidam numa formação politécnica, pois além de saber o que faz, precisa também ser sujeito crítico e pensante, já que a instabilidade do mercado obriga a aquisição de um conhecimento vasto para perpassar de uma profissão à outra. Acabando com o conhecimento especializado e favorecendo a uma flexibilidade.

A aquisição destas habilidades representa um avanço a classe trabalhadora, mas que por traz deste discurso existe, um favorecimento do individualismo, da competição e da ambição. Neste novo modo de produção capitalista o individuo vale como força de trabalho e não como ser humano integral, portanto, toda preocupação que perpasse a formação desse trabalhador, não está voltada para seu desenvolvimento social, mas para a produtividade e

adequação a melhor forma possível de produção de mercadorias, dotando a esse indivíduo o valor das coisas que ele produz.

5 Da qualificação à competência:

No mundo capitalista os trabalhadores precisam se adaptar às exigências do mercado de trabalho, assim, se moldam as suas categorias, que também sofrem mutações com o tempo e com as novas relações e modificações que se estabelecem nos modos de produção. O famoso exército industrial de reserva serve como regulador direto para coagir sem poder contestar, o trabalhador aceita as condições impostas pelo capital.

Nascido do pós-guerra o conceito de qualificação, surge como uma formalização do que foi adquirido pelos movimentos sociais antecedentes.

Qualificação é um conceito ligado ao processo de formação, a aquisição de diploma e domínio de conceitos e de determinados níveis de conhecimento, evidenciando a existência de práticas educativas que legitimam o trabalho “qualificado”. O diploma seria então a garantia de emprego, de status e possivelmente uma maior remuneração e uma hierarquização na função.

Em meados dos anos 80 a noção de competência passa a substituir gradativamente o termo qualificação. Com as novas formas de relações sociais provocadas pela substituição do modelo Taylor-Fordista, pelo modelo Japonês, surgiram novas formas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, um novo perfil se impõe à formação do trabalhador, afetando o modelo pedagógico escolar até então estabelecido. O discurso das competências e da empregabilidade tem servido apenas para colocar sobre o trabalhador toda a responsabilidade sobre a sua formação e inserção no mercado de trabalho.

Exige-se um novo perfil profissional, pautado nos aspectos de flexibilidade (para mudar de função, ou até mesmo de empresa), polivalência, autonomia, criatividade, iniciativa, saber resolver imprevistos. Agora só o diploma/ conhecimento não é o suficiente, é preciso que o trabalhador detenha uma constante capacidade de adaptação as mais variadas situações, precisa utilizar tudo o que sabe, adequando e até mesmo transformando em novos

conhecimentos. Os cursos de formação continuada a partir da década de 90 passaram a ser altamente incentivados pelas empresas, buscando uma constante aprendizagem do funcionário, para que o mesmo não esteja à margem das rápidas transformações do mundo do trabalho.

Essas transformações se traduzem num processo extremamente competitivo, enfraquecendo a solidariedade e impossibilitando a união para os movimentos trabalhistas.

As novas exigências nos mostram que ter formação e estar apto a exercer determinada função não é mais suficiente para garantia de um emprego, o sujeito precisa definir-se como um funcionário diferenciado, ou seja, a formação é importante, pois torna o indivíduo “competente”, mas não é suficiente, pois o mesmo deve possuir capacidade de realizar as habilidades adquiridas em sua formação, mas deve também ser capaz de transportar seus conhecimentos para outras atividades e ter condições de buscar inovações - aprender-a-aprender- porque precisa a todo instante estar se qualificando, se modificando e se moldando conforme as necessidades do mercado.

Segundo Desaulniers “as noções de formação, qualificação e competência apresentam vários elementos de articulação entre si, mas isto não permite que se utilizem tais termos enquanto sinônimos”. (1993, p.102)

6.O planfor como um programa profissionalizante de combate à pobreza

Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, iniciado em 1995, foi um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR), no âmbito do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. O FAT patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como por exemplo: o seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra, o pagamento de abonos salariais, os investimentos produtivos, o crédito popular, a informação sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional - esta por meio do PLANFOR.

O objetivo do PLANFOR foi garantir uma oferta de educação profissional (EP) permanente, contribuindo para: reduzir o desemprego e o subemprego da população economicamente ativa (PEA), combater a pobreza e a desigualdade social e elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

O PLANFOR surge com o objetivo ambicioso de promover a qualificação profissional como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento sustentado, com equidade social. A sua meta global foi construir, a médio e longo prazo, oferta de EP suficiente para qualificar, a cada ano, pelo menos 20% da PEA.

6.1 Público

Embora tenha como foco geral a PEA, o PLANFOR opera, para fins da aplicação dos recursos do FAT, com duas definições de público-alvo: grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado. No primeiro caso - grupos vulneráveis - o PLANFOR garante pelo menos 80% dos recursos e 90% das vagas - para quatro categorias: pessoas desocupadas; pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural; empreendedores/as urbanos/rurais; pessoas autônomas, cooperadas, autogeridas (v. quadro a seguir). A focalização desses grupos é importante para orientar maior integração entre os mecanismos do FAT, em especial da qualificação profissional com a intermediação, o crédito popular e o seguro desemprego.

Além desses quatro grupos, o PLANFOR reserva até 10% das vagas e 16% dos recursos para qualificar outros grupos definidos com base em prioridades locais/regionais e a qualificação de membros gestores.

PLANFOR: público alvo prioritário

Grupos	Composição
1. Pessoas desocupadas	.Desempregadas com seguro desemprego; .Desempregadas sem seguro desemprego; .Cadastradas no SINE e Agências de Trabalho de sindicatos; .Jovens buscando 1º trabalho;
2. Pessoas ocupadas, em risco de desocupação permanente ou conjuntural	Empregados/as em setores que estão passando por modernização ou reestruturação, enxugando quadros e/ou exigindo novos perfis profissionais. Ex.: bancos, portos, indústrias, administração pública; Trabalhadores/as em atividades sujeitas à instabilidade por fatores como clima, restrição legal, ciclo econômico. Ex.: pescadores/as em períodos de defeso; agricultores/as em atividades sujeitas a flagelos do clima (seca, geada, inundação) e a conjunturas do mercado internacional (crises financeiras, medidas de protecionismo); Trabalhadores/as domésticos/as;
3. Empreendedores (que já têm ou querem iniciar micro e pequenos negócios)	Beneficiários/as do crédito popular (Proger, Pronaf); Beneficiários/as do Brasil Empreendedor Agricultores/as familiares Assentados/as rurais sócios/as ou donos/as de pequenos negócios urbanos
4. Pessoas autônomas Associadas cooperadas auto geridas	Trabalhando por conta própria; Participantes de associações, cooperativas, grupos de produtores que assumem a gestão de empresas, para garantir sua continuidade e os empregos

Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br>>.

6.2 O planfor e as competências

O PLANFOR tem como objetivo reduzir o desemprego e o subemprego da população economicamente ativa, combater a pobreza e a desigualdade social, elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo, para

tanto, segundo o Guia do PLANFOR, os conteúdos desenvolvidos nos cursos de qualificação profissional deve atender a três pólos:

*Habilidades básicas = competências, atitudes e conhecimentos essenciais para a formação do “cidadão produtivo”, como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para demais habilidades;

*Habilidade específica = competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentos, matérias, equipamentos e outros conteúdos próprios das ocupações/setores.

*Habilidades de gestão = competências, atitudes e conhecimentos para formar, manter e melhorar o desempenho de micro e pequenos empreendimentos, rurais ou urbanos, bem como gerenciar o próprio trabalho, como autônomo, cooperado, associado, empregado ou autogerido. (PLANFOR, 2001, p. 27)

Possuindo assim, em seu discurso, a apreensão dos novos conceitos que circulam no mercado de trabalho, como competitividade, gestão, qualidade e sobretudo a questão da competência, que sem elas o trabalhador certamente não se enquadraria num mundo que esta cada vez mais excludente.

6.3 Resultados:

Na Secretaria Estadual do trabalho de Alagoas recolhemos uma listagem de alunos egressos dos cursos oferecidos pelo PLANFOR, por diversas entidades, nos anos de 2001 e 2002.

- Os cursos foram: Informática Básica, Camareira, Corte e costura, Garçom, Preparação para Primeiro Emprego em Vendas, Valorização do servidor público, Porteiro de Edifício, Industrialização de doces e Intérprete de LIBRAS;
- Foi realizado um total de 23 entrevistas, dentre essas foram 16 do sexo feminino e 7 do sexo masculino;
- A faixa etária dos alunos egressos situava-se entre 15 e 50 anos;
- Nível escolar: 5 com Ensino Fundamental incompleto, 2 com Fundamental completo, 4 com Ensino Médio incompleto, 9 com Ensino Médio completo e 3 com Ensino Superior incompleto;
- Renda: R\$150,00 a R\$1.200,00 reais;

- Dentre esses, 8 estavam trabalhando e 15 se encontravam desempregados;
- Entre os desempregados, 2 eram homens e 13 eram mulheres.
- Os conhecimentos que os alunos egressos mais lembram do curso que fizeram se referem às técnicas relacionadas ao trabalho, seguidos dos conhecimentos referentes ao comportamento, à aparência. A auto-estima é também algo que os alunos recordam, sendo que os conhecimentos de cunho social, no que diz respeito a ecologia e sindicato, que estão inclusive dentro da proposta do PLANFOR, não são lembrados pela grande maioria do quadro dos entrevistados;
- Dos entrevistados 80% confirmaram que houve aula prática e apenas 17% que não houve;
- Apenas um dos entrevistados afirmou a existência de estágio, encaminhado pelo curso.
- Não houve nenhuma insatisfação com relação aos professores;
- Todos gostaram do curso;
- Os alunos sugeriram para melhoria do curso: encaminhamento para o mercado de trabalho, melhor local, mais vagas, mais aulas práticas, encaminhamento para estágio e carga-horária maior.

Considerações finais

Como o objetivo desta pesquisa examinar as conseqüências dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo PLANFOR na cidade de Maceió, podemos afirmar que a maioria dos entrevistados se enquadra plenamente no público-alvo do PLANFOR, pois faz parte da camada da população pobre, desempregado ou em risco de desemprego. Mas, quatro dos entrevistados apresentaram uma condição de vida que indicavam não se encaixar diretamente no perfil, pois têm boas condições econômicas (ou seja, uma renda mensal de 4 salários mínimos ou mais). Quanto aos que estão trabalhando, apenas quatro conseguiram emprego na área do curso que fizeram no PLANFOR.

Observamos ainda que o público-alvo que majoritariamente procurou os cursos investigados oferecidos pelo PLANFOR foi o feminino. E que este mesmo

público feminino é o que se encontrava quase na totalidade desempregado no período da pesquisa.

Também podemos afirmar que a proposta do PLANFOR, de inserir trabalhadores no mercado de trabalho, não foi atingida de forma satisfatória, já que a maioria dos entrevistados se encontrava fora do mercado, mesmo depois de realizarem os cursos. Os cursos também não conseguiram elevar significativamente o nível da renda de seus egressos ou mesmo tirá-los da condição de risco social em que se encontravam antes de serem concluídos (pois sua renda continuava, em média muito baixa).

Foi possível averiguar que a auto-estima é bastante trabalhada nos cursos, e que os alunos conseguem lembrar dos conhecimentos específicos do curso, os relacionados diretamente à atividade profissional, mesmo aqueles que não estão trabalhando na área, mas os conhecimentos sociais (sindicato e ecologia) não parecem ser valorizados pelos egressos.

A falta de estágio é uma das grandes falhas, já que o mercado de trabalho hoje não só exige uma qualificação, é necessário também que o trabalhador possua experiência no ramo em que pretende atuar.

Além disso, segundo os egressos, a carga-horária mostra-se insuficiente para atender as necessidades do público alvo, onde no *Guia do Planfor 2001* (2001) diz que “os conteúdos dos programas devem desenvolver habilidades básicas (estes devem ter uma abordagem transversal, permeando toda a formação: direitos humanos, cidadania, ecologia, saúde e segurança no trabalho), específicas e habilidades de gestão.”

Desta forma, observamos que o PLANFOR foi mais efetivo na transmissão dos conhecimentos diretamente relacionados ao trabalho e à auto-estima, mas não pareceu muito eficiente na transmissão de conhecimentos das temáticas curriculares transversais, relacionadas mais diretamente aos valores sociais e políticos gerais da formação dos cidadãos.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sergio Henrique; COIMBRA, Marcos Antonio; SANTOS, Wanderley Guilherme. *Política social e combate à pobreza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

BARDIN, Laurence. *Análise do conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1994.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. *Planos de desenvolvimento de Alagoas 1960-2000*. Maceió: EDUFAL: SEPLAN-AL: Fundação Manoel Lisboa, 2005.

CAMARGO, Célia Reis (Org.). *Experiências inovadoras de educação profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador (1996-1999)*. São Paulo; Editora UNESP: Brasília: Flacso, 2002.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A LDB e a Nova Educação Profissional. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v.28, n.1, jan. 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Médio e ensino técnico na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, [S.l.], n.3, 47-70, dez. 2000.

DELUIZ, Neise. *Formação do trabalhador: produtividade e cidadania*. Rio de Janeiro: Shape, 1995.

_____. O modelo das competências profissionais no mundo de trabalho na educação: implicações para o currículo. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v.27.n.3, set/dez 2001.

_____. Formação Profissional no Brasil: enfoques e perspectivas. *Boletim Técnico do Senac*, [S.l.], v.19:34-44, jan./abr.1994.

_____. Formação, ou qualificação, ou competência. *Veritas*, Porto Alegre, v 38 n.149, mar, p. 95-103, 1993.

_____. *Formação & trabalho & competência*. Porto alegre: edipucrs.1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A Produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. In: *Revista técnica de Amélia Cohn*. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Lúcia Regina de Souza. O modelo de competências e a regulamentação da base curricular nacional e de organização do Ensino Médio. *Revista do NETE*, Belo Horizonte, n.4, ago/dez, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?*- Campinas: Autores Associados, 2000 (coleção polêmicas do nosso tempo:71).

OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas (SP): UNICAMP, IE, 1998.

OLIVEIRA, Ramon. Empregabilidade e competência: conceitos novos sustentando velhos interesses. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 5, Jan/Jun. 1999.

PIZZI, C. V. As transformações produtivas e os desafios às propostas pedagógicas progressistas nos anos 90. *Educação: Revista do Centro de Educação da UFAL*, Maceió, v. 14, p. 17-31, julho, 2001.

_____. Análise de conteúdo e análise do discurso nas pesquisas do currículo. XVII *EPENN*, Belém, jun. 2005.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Qualificação e Educação. *Boletim Técnico do Senac*, [s.l.], v.20:26-32, jan/abr.1994.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Lucília L. C. P. Um currículo para a escola cidadã. *Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular*. Porto Alegre, SEMED, julh. 1994.

SANTOS, José dos. Novo mundo do trabalho, nova pedagogia capitalista. *Trabalho e Educação*. Revista do NETE, Belo Horizonte, n.2, ago/dez 1997

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2004.

TEM/SPPE/DEQP. *Guia do PLANFOR 2001*. Brasília, 2001. (versão revista).

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em Ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

¹ Doutora e Professora da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: lcvp@fapeal.br

² O PLANFOR foi substituído pelo PNQ a partir do ano de 2003, na gestão do Presidente Lula

Nota dos Editores: enviado em 14/04/2008. Aprovado em 15/05/2008.

DO LABORATÓRIO AO SISTEMA DE LABORATÓRIO: A PRODUÇÃO SOCIAL HUMANA NO SÉCULO XX-XXI E SUA POSSIBILIDADE INVESTIGATIVA NA EDUCAÇÃO

FROM THE LABORATORY TO THE LABORATORY SYSTEM: THE HUMAN SOCIAL PRODUCTION IN THE XX-XXI CENTURY ON EDUCATION

Samya Campana^{1*}

Resumo

Baseados numa leitura crítica do modo como os homens transformam a realidade - pela união dos homens para reproduzir e produzir os meios de produção e suas vidas a partir de condições já existentes - discorremos sobre a ontologia da produção da ciência no século XX-XXI e sobre sua possibilidade investigativa na Educação entendendo-a como expressão orgânica (contraditória e em movimento) da superação das condições burguesas atualmente postas. Nosso ponto de partida e ao mesmo tempo resultado (item 1- “O sistema de laboratório: em busca da transcendência da sociabilidade da união entre os homens”) é o que se convencionou chamar de nanociência, adotando como pressuposto dessa produção a criação dos homens que nos precederam na forma da grande indústria moderna do século XIX, despojando-a de seu caráter natural e submetendo-a ao poder dos indivíduos unidos, os quais explicitam e desenvolvem a constituição do ser social. Na segunda parte deste artigo (item 2 – “Possibilidade de investigação na Educação no século XXI”) formulamos uma questão de pesquisa para a Educação problematizando sua relação com essa nova forma produtiva laboratorial como afirmação, negação e superação da relação social burguesa de produção.

Palavras-Chaves: Laboratório – Ciência – Educação - Nano - Ontologia

Abstract

Based on a critical reading in a way that men transform the reality – by men union to reproduce and produce the production means and their lives from the existing conditions – it is discoursed on the science production ontology in the XX-XXI century and its investigative possibility in Education to understand it as organic expression (contradictory and in movement) of overcoming the bourgeois conditions nowadays. The standpoint and, at the same time, result (item 1 – “The laboratory system: searching for union sociality transcendence among the men”) are what was agreed to call the nano-science, adopting as presuppose of this production the creation of men that proceeded us in a big modern industry way of the XIX century, despoiling it from its natural character and submitting it to the united individual power which explicit and develop the social being constitution. On the second part of this paper (item 2 – “Investigation possibility on Education in the XXI century”) is formulated a research question for Education troubling its relation with this new laboratorial productive way as statement, denial and surpass of the bourgeois social relationships of production.

Key-Words: Laboratory - Science - Education - Nano - Ontology

1 O SISTEMA DE LABORATÓRIO: EM BUSCA DA TRANSCENDÊNCIA DA SOCIABILIDADE DA UNIÃO ENTRE OS HOMENS

É quase impossível encontrar algum tipo de trabalho científico em física ou química - da física do átomo à química orgânica estrutural - que mais cedo ou mais tarde não vá ter aplicações e importância direta para as indústrias. Trabalhos de pesquisa fundamental como esses requerem laboratórios diferentes dos laboratórios usuais de trabalho e pesquisadores diferentes daqueles empregados num laboratório puramente industrial. Significam um laboratório grande, equipado com esmero e com equipe de peso, empenhada por muitos anos em trabalho que não trará remuneração e que, por um tempo considerável, não chegará a nenhum resultado que possa ser aplicado pelo fabricante. **O valor de tal laboratório será cumulativo, à medida que o trabalho continua. A princípio, ele será útil para a indústria por trazer novos pontos de vista sobre muitos dos seus problemas.** (Mees, 1920)

Nada de lo que fabricamos los humanos puede prescindir de los descubrimientos que se hacen hoy en los laboratorios. Las consecuencias a largo plazo de la nanotecnología serán verdaderamente transformadoras, el problema es que no se pueden predecir los detalles de esa transformación del mundo. (Thomas Theis, jefe de investigación de la corporación IBM, en *The Washington Post*, 22 de febrero de 2004)

O emprego do *sistema de laboratório* por parte do capital, assim como o emprego do laboratório agregado a um sistema de produção orgânico de máquinas, “[...] como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista”. O *sistema de laboratório serve para que se produza mais-valia*, ao mesmo tempo que é um meio civilizado de desenvolvimento humano. Assim, “revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade e, de outro, meio civilizado e refinado de exploração” (MARX, 1996, p.417-418).

Quais são os elementos que constituem a base material configurando as forças produtivas atualmente? É preciso considerar o significado *o que os homens produzem* (CAMPANA, 2006). Seguindo o raciocínio de Marx (1996, p.424), “na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho”, do que inferimos que, no *sistema de laboratório*, o ponto de partida que revoluciona o modo de produção é o *objeto* a que se aplica o trabalho, bem como o caráter teleológico desse ato histórico. Se a manufatura produz a decomposição do trabalho artesanal, e a maquinaria a

decomposição dos meios de produção, pesquisaremos como o *sistema de laboratório* produz a decomposição do objeto sobre o qual se trabalha. Portanto, convém investigar como o *objeto a que se aplica o trabalho* a) é transformado, primeiro, mediante a *impressão da forma exterior* adequada à matéria utilizada e como, b) num segundo momento, é transformado mediante a *alteração da estrutura interna da matéria*.

A previsão de Richard Feynman, feita em 1959, de que seria possível colocar todo o conteúdo da Enciclopédia Britânica no espaço de uma cabeça de alfinete não propôs discutir *como fazer*, mas o que era possível de acordo com as leis da física; tampouco imaginou a revolução do século XXI com os princípios da mecânica clássica, a partir dos quais o processo de produção constitui operações que visam imprimir *uma forma exterior adequada à matéria utilizada*. Seu artigo sugere a produção com base no reordenamento de *átomos e moléculas*, procedimento que se assenta muito mais sobre parâmetros quânticos (FEYNMAN, 1959).

Hoje os homens produzem mediante a nanociência, que consiste em ciências e técnicas dirigidas a) ao estudo, desenho, criação, síntese, manipulação e aplicação de materiais, aparatos e sistemas funcionais através do controle da matéria à nano escala² e b) à exploração de fenômenos e propriedades da matéria à nano escala, que se demonstram totalmente novos. Quando se fala de pesquisas envolvendo nanotecnologia, geralmente se distinguem os objetos de estudo, as técnicas utilizadas e os diferentes produtos que serão gerados (nanomagnetismo, metais ultrafinos, drogas nanocristalinas, nanofibras poliméricas e outros). Essas pesquisas agregam práticas e métodos não somente das várias áreas das ciências naturais, mas também destas com as das ciências formais. Em função disso, existe uma diversidade de idéias sobre o que é o fazer científico nos diferentes campos da nanotecnologia, reflexo do próprio modo de fazer ciência nas diferentes áreas.

As técnicas (procedimentos, processos, equipamentos e instrumentos) das várias áreas da ciência permitem três abordagens distintas para as nanotecnologias: a) abordagem, de cima para baixo, que consiste na construção de dispositivos por desbaste de materiais macroscópicos; b) construção de dispositivos que se formam espontaneamente a partir de componentes moleculares e c) manipulação de materiais

átomo a átomo. A primeira abordagem é a utilizada em microeletrônica para produzir *chips* de computadores e mais recentemente para produzir testes clínicos em miniatura. A segunda abordagem recorre às técnicas de química e das ciências dos materiais. A terceira é a que requer um controle fino da matéria.

A primeira abordagem, oriunda da eletrônica, um dos ramos da física, estuda os fenômenos das cargas elétricas elementares, as propriedades e o comportamento dos elétrons, fótons, partículas elementares e ondas eletromagnéticas. Em geral desenvolve e estuda os circuitos eletrônicos e os seus componentes: o diodo, o transistor, o circuito integrado, a fotocélula, os microcircuitos, memória eletrônica, os microprocessadores, capacitores, indutores, resistores, entre outros. Chama atenção que há pouco mais de cinquenta anos a maioria dos instrumentos eletrônicos ainda funcionava com válvulas termiônicas, parecidas com lâmpadas, geralmente barulhentas e problemáticas.

A segunda abordagem, advinda da química, envolve o estudo das transformações da matéria em oposição à física, que é o estudo de seus estados. É a ciência que trata das substâncias da natureza, dos elementos que a constituem, de suas características, de suas propriedades combinatórias, de processos de obtenção, de suas aplicações e de sua identificação. Descreve a maneira como os elementos se juntam e reagem entre si e a energia desprendida ou absorvida durante essas transformações.

No que diz respeito à terceira abordagem, a visualização e manipulação de átomos já é possível desde que Binnig e Rohrer (Prêmio Nobel, 1986) inventaram técnicas de varredura de sonda.³ “Os cientistas agora estão preocupados em saber como se *comporta uma única molécula, como um elétron passa através dela e como construir um dispositivo eletrônico que movimenta um único elétron* para armazenar informações e fazer computação” [sublinhado nosso] (TOMA, 2005).

As duas primeiras abordagens, historicamente, se desenvolveram diante da necessidade da decomposição histórica do conhecimento das forças motrizes e das formas de transmissão (formas já independentes, inteiramente livres dos limites da força humana), as quais transmitem movimento à máquina-ferramenta-automática que se apodera do objeto do ponto de vista atômico e/ou molecular e o altera de acordo

com o fim desejado. É desse último elemento da produção automatizada, ou seja, a máquina-ferramenta-automática que age no objeto atômica/molecularmente, que parte a terceira abordagem, a essência da revolução científica iniciada em fins do século XIX. E essa máquina-ferramenta-automática continua a servir de ponto de partida sempre que se trata de *transformar (aufhebung)* o processo por inteiro - que já é examinado objetivamente em si mesmo - e suas fases componentes, levando a cabo cada um dos processos parciais e os entrelaçando por meio da ciência, do *general intellect*, do produto do desenvolvimento histórico geral em sua quinta-essência abstrata.

1.1 A MÁQUINA-FERRAMENTA AUTOMÁTICA DE PRECISÃO QUÂNTICA

Os procedimentos, processos, equipamentos e instrumentos com que trabalhavam o técnico-mecânico da manufatura e o engenheiro da grande indústria moderna, reaparecem na *máquina-ferramenta-automática de precisão quântica* de modo muito geral, embora muitas vezes de forma modificada⁴, pois não é norteadá à *forma exterior do objeto* (sendo o processo constituído por operações que visam imprimir uma forma exterior adequada à matéria utilizada através de princípios clássicos), mas à *forma interior do objeto*: o processo, comportando uma explicação quântica, é feito de operações que visam a alteração da estrutura interna da matéria. O *fazer atômico e molecular*, em si, não comporta uma explicação somente por princípios clássicos, mas, essencialmente, por princípios quânticos.

A diferença entre a máquina-ferramenta-automática que comporta a explicação clássica e o corpo da máquina-ferramenta-automática que comporta a explicação quântica, na qual a primeira se engasta, vem da construção originária.

A primeira ainda é produzida pela cooperação de muitas máquinas e/ou pelo *sistema orgânico de máquinas* (algumas partes são produzidas por um sistema manufatureiro), que comporta os princípios clássicos, sendo depois associada ao corpo da máquina-ferramenta-automática de precisão atômica e/ou molecular.

A segunda, por sua vez, é essencialmente oriunda de uma produção automatizada que comporta a explicação de princípios quânticos: *é um sistema que, ao lhe ser transmitido força motriz e transmissão apropriados, age, baseado em princípios quânticos, sobre o objeto, a partir do conhecimento de sua estrutura atômica, molecular*

- o que antes, e dentro do limite de não se conhecer a estrutura *interna da matéria*, era realizado pela incursão da máquina automática embasada em princípios clássicos.⁵ A força motriz (ou mesmo as partes componentes de transmissão) prover de outra máquina automática cujos princípios firmados sejam clássicos não muda a essência desse processo produtivo. Quando a produção automatizada, baseada nos princípios clássicos, *incide sobre a forma exterior do objeto* (a ponto de evidenciar seus limites em explicar os elementos componentes da matéria constitutivos ao objeto), os princípios quânticos tomam o lugar dos princípios clássicos. A diferença quanto ao modo de agir no objeto salta aos olhos, mesmo quando a produção da força motriz e da transmissão - tanto no sentido da força motriz para a máquina-ferramenta-automática como no sentido desta última em relação ao objeto - opera mediante os princípios clássicos. A partir desse momento, independentemente do avanço dos princípios clássicos (por exemplo, do número e qualidade de máquina-ferramenta-automática que opera o objeto), o raio de sua ação passa a ser limitado, pois se visa sempre a forma exterior do objeto. Desse modo, o fazer atômico e/ou molecular do objeto, que comporta princípios quânticos, se emancipa da barreira orgânica que a máquina-ferramenta-automática de transformação da forma exterior do objeto, de incursão clássica, não podia ultrapassar.

A máquina-ferramenta-automática que comporta a explicação de princípios quânticos põe em evidência a distinção que há entre duas funções da máquina automática norteada pela explicação de princípios clássicos: a) função de operar a forma exterior do objeto e b) função de força motriz e forma de transmissão. A explicação por meio de princípios quânticos se expressou nessa primeira função do sistema automatizado. Por sua vez, a relacionada aos princípios clássicos se expressou mediante o aprimoramento da função automática relacionada à força motriz e à transmissão (ao lado do trabalho de vigiar a máquina e corrigir seus erros por meio de outras máquinas e/ou ainda das próprias mãos humanas). Por outro lado, a decomposição da primeira parte do sistema automatizado - as máquinas motrizes e os meios de transmissão -, pelo laboratório, deu origem a novos conhecimentos. Assim, apesar de as máquinas motrizes terem se transformado em máquinas elétricas, em parte no final do século XIX e inclusive antes, ainda que esporadicamente, não foi isso que revolucionou o modo de produção. Posteriormente se tornou claro que, mesmo na

sua forma automatizada, essas máquinas, antes acionadas pelo vapor das caldeiras de máquinas térmicas em função da queima do carvão, passaram a ser acionadas por máquinas elétricas (geradores) - impulsionadas pela queima de derivados do petróleo e turbinas a vapor. Foi somente a utilização do petróleo como combustível que permitiu a humanização desse invento, possibilitando obter energia elétrica em grandes quantidades, pois a combustão de derivados do petróleo tem alto poder calorífico (ESTAÇÃO CIÊNCIA, 2005). A própria descoberta da corrente e da baterias elétrica (por Volta, em 1800) considerando-se os 70 anos que se seguiram à invenção não provocou nenhuma *revolução industrial*.⁶ Ao contrário, foi a construção de um sistema automatizado de máquina-ferramenta-automática que “*fazia fenômenos*” que não eram explicados pela física clássica que tornou necessária e possível uma revolução nas forças motrizes e nas formas de transmissão - ocasionando, inclusive, um novo conceito de fábrica (taylorista-fordista). Somente assim se explica o salto da física clássica para a física quântica como determinação essencial da forma como os homens produzem a existência, bem como a reconfiguração (transformação) da primeira pela segunda.⁷ Quando os princípios clássicos passaram a atuar apenas como força motriz e transmissão no sistema de máquinas, deixando de atuar junto da máquina-ferramenta-automática que atua sobre o objeto - visto que a transformação exterior do objeto já tinha alcançado seu limite histórico -, os princípios quânticos tomaram seu lugar. Essa mudança dá origem a grandes modificações técnicas no sistema automático, construído somente para ser impulsionado pelos princípios clássicos. Hoje, todas as máquinas que têm de se impor como transformadoras da matéria são construídas se considerando, fundamentalmente, os princípios quânticos, sempre que sua própria natureza e finalidade não impeçam que sejam utilizadas em tamanho pequeno. É desse modo que se transmuta a grande indústria, na medida em que passa a ser determinada pelo *sistema de laboratório*.

Assim, a revolução científica, guiada pelos princípios quânticos, tem como ponto de partida um sistema de máquina automática que opera com vários tipos de máquinas e é acionado por vários tipos de força motriz, sendo que essa junção é capaz de trabalhar o objeto microscopicamente. O laboratório, por meio dos conhecimentos clássicos sobre a mecânica, ótica, termodinâmica e eletromagnetismo, passou a

observar fenômenos inexplicáveis (pela ótica dos próprios parâmetros clássicos) que, apesar de “descobertos” pelos princípios que as geraram, apontaram para uma direção diametralmente oposta, negando-os. Temos, então, o laboratório, mas ainda como elemento simples da produção automatizada⁸. O laboratório é, historicamente, engendrado como uma necessidade da grande indústria, mas, enquanto esteve dependente e preso à máquina-ferramenta-automática baseada em princípios clássicos, não conseguiu constituir nova força produtiva.

As leis de Newton para a mecânica e gravitação vinham sendo aperfeiçoadas desde o século XVII e descreviam, com grande precisão, o comportamento dos corpos celestes e terrestres. Por outro lado, as propriedades elétricas e magnéticas haviam sido unificadas após o final de 1880 na teoria eletromagnética por James Maxwell. Entretanto, muitas das observações experimentais feitas no século XIX relacionadas à dinâmica de sistemas microscópicos - como grandes moléculas - *só eram aproximadas pela mecânica clássica*.⁹ Buscando, teleologicamente, maior precisão das novas observações, os homens diminuíram o tamanho das máquina-ferramenta-automática e aperfeiçoaram e diminuíram os componentes com que a operavam, o que exigiu, ao mesmo tempo, força motriz e formas de transmissão mais potentes, porém adequadas à diminuição: para vencer a limitação precisaram de uma força motriz superior à utilização da máquina a vapor (e a carvão), objetivada em usinas elétricas (geradores) e no petróleo. Desse modo, o transporte da máquina a vapor se mostrou impossível a longas distâncias, ou realizável com tecnologias ineficazes e, ao mesmo tempo, perigosas (cabos mecânicos, redes de água sob pressão ou de ar comprimido de vapor e de gás). O menor tamanho e maior potência dos motores elétricos entraram em conflito com os mecanismos de transmissão, de modo que as “descobertas”, no século XIX, no campo do eletromagnetismo, resgataram a emissão termiônica ou eletrônica por T. Edison (em 1884) e tornaram possível e necessária sua aplicação através da válvula de dois eletrodos aprimorada por Lee de Forest (em 1907) (ao introduzir um novo elemento e empregá-la com êxito nas transmissões de telegrafia sem fios). Aperfeiçoando a válvula diodo, inventada por Fleming poucos anos antes, Forest construiu o primeiro dispositivo eletrônico capaz de amplificar tensões elétricas. Com a utilização prática para a

emissão termiônica, através da utilização do diodo termoiônico, tríodos, tetrodos, pentodos, etc., se iniciou a era da eletrônica termiônica, ou termiônica. Do mesmo modo, a fragilidade desse tipo de mecanismo de transmissão, evidenciada nas duas Guerras Mundiais, e os avanços dele decorrentes conduziram ao transistor, facilitador da miniaturização eletrônica. Desse modo, a grande indústria, ao se desenvolver por meio do laboratório, engendrou a constituição do novo: o *sistema de laboratório*, no século XX.

Há mais de dois mil anos, os filósofos gregos Leucipo e Demócrito especularam que a matéria era constituída de partículas indivisíveis que eles denominaram átomos. Entretanto, somente no século XX, a existência dos átomos foi comprovada com bases científicas, social e universalmente para todos os homens, quando vários experimentos demonstraram que os átomos apresentam uma estrutura que pode ser modificada por ações exteriores (a despeito do fato de que no final do século XIX, já ter sido confirmada a existência de partículas menores do que o átomo, sem se saber, contudo, sua relação com o próprio átomo). Por isso os problemas teóricos com que se deparavam os homens e a ciência, no final do século XIX, se relacionaram com a estrutura da matéria, sendo causais (MARTINS, 2005). Antes disso, a matéria não constituía um problema causal da produção da existência dos homens, sendo apenas um problema casual (FERRAZ NETO, sd).

O modelo atômico de Thomson¹⁰, até então prevalecente, foi refutado, originalmente, e aperfeiçoado pela experiência de Rutherford, que utilizou um feixe de partículas alfa, emitido por polônio radioativo, sobre uma folha fina de ouro. Ele constatou que a maioria das partículas atravessava a placa sem sofrer alteração em sua trajetória e que uma pequena fração delas era refletida de volta, o que o levou a propor que o átomo possuía um pequeno núcleo maciço com carga positiva, em torno do qual orbitavam apenas alguns elétrons, como se o átomo fosse um sistema solar em miniatura. Entretanto, do ponto de vista do eletromagnetismo clássico, esse modelo seria instável (os elétrons ao redor do núcleo, por estarem acelerados, emitiriam ondas eletromagnéticas - como ocorre com uma antena transmissora - e perderiam energia até colidir com o núcleo), contrariando todas as evidências esperadas.

Assim sendo, a história expressou, através de Bohr, a suposição de que as leis físicas que descrevem o mundo macroscópico não se aplicam ao mundo atômico. Incorporando o conceito de Planck¹¹ (explicitado na virada do século XIX para o século XX relativo à *energias discretas*) e o de Einstein (explica o processo de absorção de radiação pela matéria), Bohr propôs que os elétrons descrevem órbitas bem definidas em torno do núcleo e que o estado fundamental do elétron corresponde à órbita de mais baixa energia, a partir do qual se encontraria “livre” da influência do núcleo, podendo, nesse caso, ter energias arbitrárias. As transições previstas por seu modelo, uma vez consistentes com os dados espectroscópios disponíveis na época, impulsionaram várias pesquisas que culminaram com a formulação da mecânica quântica (VALADARES, 2005). Entretanto, apenas na década de 1920, a teoria quântica se transformou na Mecânica Quântica, proporcionando uma compreensão mais profunda da dualidade onda-partícula, com De Broglie, Schrödinger, Heisenberg, Bohr e outros. A teoria quântica nos permitiu a compreensão de fenômenos importantes como a estrutura de átomos e moléculas (que forma a base de toda a química), o comportamento dos elétrons e das partículas de luz, a estrutura de sólidos e suas propriedades, a emissão e absorção de radiações. Onde, partículas quânticas dizer respeito ao universo das dimensões atômicas ou moleculares (DADIDOVICH, 2004).

Portanto, depois que os instrumentos foram transformados, teleologicamente pelos homens, de “máquina-ferramenta-automática que opera o objeto macroscopicamente” em “máquina-ferramenta-automática que incide no objeto atômicamente”, por meio de alterações nos conjuntos de sistemas de partículas quânticas, a produção da existência dos homens adquire uma forma independente, inteiramente livre, dos limites da máquina-ferramenta-automática, de incursão clássica, de ação sobre a forma exterior do objeto. Com isso, o laboratório isolado que observamos até agora, reduzido ao simples elemento da produção automatizada (na grande indústria, no século XIX), passa a ser o complexo elemento da produção automatizada: *o sistema de laboratório*. Assim, o fazer atômico/molecular impulsionou, ao mesmo tempo, a constituição de novas forças produtivas e de novas áreas da ciência como, também, o desenvolvimento das existentes. As máquinas motrizes (motores) se adequaram, reduzindo seu tamanho, para impulsionar o novo sistema de

máquina-ferramenta-automática já diminuído em suas proporções: somente assim, a natureza da força motriz, a energia elétrica, diminuiu, generalizadamente, o tamanho do motor e do mecanismo de transmissão. Desse modo, a revolução iniciada em fins do século XIX não produziu nem o desenvolvimento da eletricidade nem a invenção de máquinas movidas a eletricidade. Ao contrário, a eletricidade e a máquina elétrica alcançaram tal importância porque o laboratório e a crescente decomposição dos processos parciais da produção na grande indústria fizeram possível e necessário desenvolver, como processo objetivo, um mecanismo adequado a superar as barreiras existentes (colocadas pela grande indústria), e, então, a máquina elétrica, que havia sido engendrada pela grande indústria, encontrou um campo preparado para sua aplicação como motor.

Enquanto que o ponto de partida singular da grande indústria são os *instrumentos de trabalho*, o ponto de partida singular do *sistema de laboratório* são os *objetos de trabalho*. Assim, os elementos constituintes da matéria (as moléculas e os átomos), cuja importância para as concepções em nanotecnologia é maior são: Hidrogênio (H), Carbono (C), Nitrogênio (N), Oxigênio (O), Flúor (F), Silício (Si), Fósforo (P), Enxofre (S) e Cloro (Cl). Outros elementos são utilizados com menos frequência. Em sendo assim, por suposto, no *laboratório* também o instrumento de trabalho é muito importante, pois sua existência serve à decomposição-composição desses elementos, mas a *revolução de todo o processo de produção, no século XX*, que foi preparada, dentro dos limites da grande indústria do século XIX, pela decomposição e composição dos instrumentos - dos componentes do sistema de máquinas, a saber, força motriz, mecanismo de transmissão e máquina-ferramenta-automática -, não veio da força motriz, do mecanismo de transmissão ou mesmo do seu mecanismo executor, mas do objeto e das possibilidades dos homens em desenvolver as forças produtivas e delas se separar, tendo como resultado sua própria eliminação como força produtiva imediata, por decomporem e criarem da matéria. Logo, mesmo que o mecanismo executor e as outras partes da máquina existam para alterar composição atômica e/ou molecular do objeto, sendo componentes muito importantes do *laboratório*, não é esse o aspecto determinante do caráter fundamental do *sistema de laboratório*, apesar de sinalizar *aquilo a partir do que nasce algo que pode ser o equivalente do germe* (ou aquilo que

vem a ser a possibilidade do germe, do novo). Assim, a revolução iniciada em fins do século XIX não produziu nem o laboratório nem a ciência como elemento complexo que produz o fazer atômico/molecular (o sistema de laboratório), mas, ao contrário, a máquina-ferramenta-automática que incide no objeto atômicamente/molecularmente alcançou tal importância precisamente porque a união (cooperação) e o vínculo (intercâmbio) - materiais - desenvolvidas pelos homens, através da objetivação do processo de desenvolvimento/decomposição na grande indústria, fizeram possível e necessário desenvolver tal instrumento que já havia sido engendrado durante todo o século XIX e que encontrou, em fins do século XIX/princípios do século XX, um campo preparado para sua aplicação.¹² Desse modo, a ciência se revela o fazer dos homens, produto da práxis humana, considerando sua capacidade em desvelar a natureza a partir das condições materiais e socialmente postas.

1.2 O PROCESSO DE PRODUZIR DO SISTEMA DE LABORATÓRIO

A interação entre as várias áreas da ciência se exprime, na produção realizada no *sistema de laboratório*, de duas maneiras: a) no sistema de máquinas automáticas, sintetizado num só aparelho e b) na interação de múltiplos sistemas de máquinas automáticas, materializada em vários aparelhos que atuam conjuntamente.

No primeiro modo de interação, cada aparelho é a síntese diminuta da combinação de máquinas de diferentes espécies e habilidades dos homens - ou, do “verdadeiro sistema de máquinas”, conforme Marx (1996, p.432) -, que opera sobre o objeto. Abstraindo a interação dos aparelhos entre si, observando um aparelho isoladamente, a transformação que se opera sobre o objeto é desprovida de caráter subjetivo¹³. Pelo aparelho, a execução é objetiva *em si* mesma, por meio dos seus diversos componentes, e o problema de levar a cabo cada um dos diversos processos e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação de outros domínios da ciência (LATOUR, 1997)¹⁴. Parece que executa, nesse caso, todos os movimentos necessários para a transformação “sem ajuda humana”, pois a intervenção humana (que requer habilidades específicas) ocorre em função da vigília e/ou término da vigília sobre o processo. Entretanto, o *ser social*, o humano, está expressado/materializado no aparelho.

No segundo modo de interação, o conjunto dos vários aparelhos (cada qual constituindo um sistema de máquina diminuto), acrescidas as habilidades dos homens vivos para, teleologicamente, decompor partículas quânticas, *em si e para si*, constituem o *sistema de laboratório*. Não são os aparelhos, isoladamente, que constituem o elemento fundante do *sistema de laboratório*, mas os vários aparelhos específicos conjuntamente com as habilidades dos homens.¹⁵ A cooperação entre os homens não ocorre sob a forma de combinação de *um único sistema de máquinas-ferramenta-automáticas parciais complementares*, tal qual na grande indústria (que patenteia o *verdadeiro sistema de máquinas*, segundo Marx, (1996)) em que as máquinas controlavam os homens, predominantemente ao controle destes sobre as mesmas.¹⁶ A cooperação ocorre sob a forma da combinação de vários sistemas de *máquinas-ferramenta-automáticas, expressados nos vários aparelhos*. Desse modo, os aparelhos específicos e as habilidades (ambos provenientes de outros domínios) se transformam em órgãos adequados de uma função especial: cada um dos vários *sistemas de laboratórios* se distingue, pela configuração particular dos vários aparelhos existentes, para responder a uma necessidade bem definida. O sistema de laboratório reproduz dois elementos que na indústria moderna emergiram como pressupostos, porém, coloca-os como condições postas.

O primeiro é a substituição do homem por forças naturais, e, conseqüentemente, da rotina empírica pela aplicação consciente da ciência no processo produtivo. O segundo é que o processo mecanizado só funciona “por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum” (AUED, 2005a, p.20).

A própria grande indústria, de modo geral, fornece ao *sistema de laboratório* a base original da divisão e organização do trabalho.¹⁷ Entretanto, se verifica imediatamente uma diferença essencial.

Na produção automatizada da grande indústria desaparece o princípio subjetivo da divisão do trabalho, porque o processo por inteiro é examinado objetivamente, em si mesmo, em suas fases componentes, e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, química, etc., (MARX, 1996, p.433-434). Onde o caráter cooperativo do processo de trabalho *ser*, sob as condições burguesas, uma

necessidade técnica imposta em função da natureza do próprio instrumental de trabalho e não da idéia dos homens (*Op.cit.*, 20-21). Parece, na grande indústria, que não há *general intellect* e sim “idéias de homens”, mas, de fato, ele está expressado como universalidade objetivada, porque seu pressuposto é a decomposição da subjetividade do trabalhador coletivo manufatureiro, cujo resultado é a máquina. Em função de o *general intellect* estar objetivado, exteriorizado, como *instrumento de trabalho*, a ciência aparece como externa à produção material, como “coisa da cabeça dos homens”, e a força universal pensante aparece como domínio objetivo do capital.

Já no *sistema de laboratório*, o processo de produção *depende* de uma certa materialidade, distinta da materialidade da grande indústria, não somente objetivada como *meios de produção*, mas como *objeto com o qual se trabalha*. Sendo assim, o caráter geral material do processo se expressa no e pelo *general intellect*, como força universal pensante, porque sendo os processos parciais (realizados pelos aparelhos) que o constituem examinados objetivamente em si mesmo, a universalidade como objetivação se expressa não somente nos aparelhos, mas também – e fundamentalmente -, materialmente, no homem pensante, teleologicamente posto. Nesse sentido, o *general intellect*, posto pelo *sistema de laboratório*, é pura ação humana intelectual, consciente e objetivamente posta, porque tem por pressuposto a decomposição do trabalhador coletivo materializado na máquina, cujo resultado são os aparelhos de laboratório que decompõe a matéria. Nisso reside o *caráter revolucionário/salto ontológico do processo de produzir*.

No entanto, esse processo aparece como *construído* pelos aparelhos, em que reside a construção de uma “realidade artificial”, da qual os homens falam como se fosse uma “entidade objetiva”, mas, na verdade, é a aparência do processo real de produção (LATOURE, 1997).

Os homens “vão fazendo a transformação geral” com cada aparelho e a habilidade requerida para manipulá-lo, mediante essas operações parciais, segundo as funções específicas a que se destinam dentro do laboratório (por exemplo, um sintetizador de peptídeos): em si, essa operação parcial é objetiva e expressa o processo social de produção. Da mesma forma, com o conjunto dos aparelhos e das habilidades requeridas à necessidade final, desse *sistema de laboratório*, os homens,

como seres sociais pensantes, operam uma transformação final que é eminentemente coletiva, em que reina o princípio objetivo e que expressa o processo social de produção.

Observando amplamente, a necessidade final é produzida por aparelhos e habilidades que dependem não somente do próprio *sistema de laboratório* (no sentido de estarem a ele vinculados), mas, materialmente, de outros domínios da ciência - no que reside o caráter social de sua condição. Somente a partir dessa condição geral do processo de produção e das várias execuções parciais os homens “efetivam a transformação final” ou satisfazem sua necessidade final (também dos outros).

Portanto, entendemos esse processo de duas maneiras.

Isoladamente, é, ao mesmo tempo, objetivo e um coletivo de homens que cooperam objetivamente, no sentido de que, uma vez produzida a *inscrição*, que contém indicadores diretos das substâncias que constituem o objeto de estudo - o dado objetivo -, os homens se unem para pensar as idéias, os conceitos, ou as teorias particulares (LATOIR, 1997).

Socialmente, é materialmente cooperativo, pois depende da condição geral (das condições objetivas imediatas e de homens que manipulam aparelhos, e das condições coletivas de homens que se unem para operar objetivamente por meio do pensamento) dada por outras áreas da ciência.

Isso porque pela alienação, o homem, ao reproduzir a substituição dele mesmo por forças naturais e por um processo que só funciona por meio do trabalho comum, engendra uma base produtiva de sua existência cujo caráter cooperativo do processo de trabalho, em função da natureza do próprio instrumental, é uma necessidade técnica das idéias dos homens pensantes, teleologicamente postos. Essa necessidade é a própria utilização do trabalho passado como condição posta da produção da vida em dimensão superior às legadas pelas gerações presentes (AUED, 2005a).

Ocorre que, no *sistema de laboratório*, o ponto de partida é o *objeto com o qual se trabalha* e não os *instrumentos de trabalho* tal como na grande indústria. Somente no *sistema de laboratório*, a decomposição atômica/molecular do objeto, esse conhecimento da matéria como condição social da produção, se coloca como

necessidade socialmente imposta. A grande indústria, ao se assentar sobre o laboratório, engendrou o germe do que vem a ser o *sistema de laboratório*, sua superação. *Na infância do sistema de laboratório* (o laboratório), as transformações estão ainda vinculadas não somente à necessidade de efficientizar o processo de trabalho (essencialmente nos ramos em que o processo de produção ainda não é objetivo, a ponto do grau de decomposição permitir expulsar homens da produção), mas fundamentalmente, à decomposição das próprias máquinas automáticas (instrumentos), em cada um dos processos parciais do autômato. O aperfeiçoamento, por meio do laboratório, dos instrumentos com os quais se produz - e isso, o mais necessário nesse momento histórico em que se desenvolve a grande indústria - considera sempre a *forma exterior do objeto*, não porque não importe ser diferente disso, mas porque não há como ser diferente.

Aparentemente, no *sistema de laboratório*, os homens “reaparecem” como essenciais ao processo (pois haviam sido relegados, na grande indústria, ao nível de apêndice do sistema de maquinaria), tal como o tinham sido na manufatura. *Entretanto, agora, o processo é levado a cabo pelo general intellect* - entendido por nós como “[...] a ciência, o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quinta-essência abstrata [...]” (MARX, 1987, p.387) -, *como determinação social da produção material que se expressa como conhecimento da constituição da matéria e homem pensante*.¹⁸ Na grande indústria (em seus inícios), o *general intellect* também é posto pela determinação social da produção material, via laboratório, mas essa determinação é operação sobre o objeto, transformando-o exteriormente, cuja eficiência prescinde da necessidade de conhecimento da constituição da matéria (hoje já não mais). Por que a eficiência da transformação, na grande indústria, pode prescindir do conhecimento da constituição da matéria? Porque esse conhecimento não é determinado por esse espaço, mas pelo *sistema de laboratório*. Agora é a grande indústria que depende inteiramente do *sistema de laboratório* e não o contrário. Donde, a diferenciação entre o aperfeiçoamento da teoria através da experiência acumulada na *grande indústria* (que se expressa idealmente nos princípios clássicos) e no *sistema de laboratório* (que se expressa idealmente nos princípios quânticos relativos à química, física, etc.) (O laboratório - na *grande indústria* - tem sua expressão ideal somente por princípios

clássicos, mas o *sistema de laboratório* - o que há de mais avançado - tem sua expressão não somente nos princípios clássicos, mas fundamentalmente nos quânticos. Logo, não se trata, hoje, da grande indústria de outrora. A grande indústria se transmuta, ao ser determinada pelo *sistema de laboratório*, passando a integrar uma nova totalidade: antes, foi engendrada pela manufatura, que alterava a forma exterior, e agora é a parte operacional do *sistema de laboratório*).

Para além de encurtar a parte do dia de trabalho da qual o trabalhador precisa para si mesmo, o trabalhador social engendra o pressuposto material de superação da própria alienação ao criar a *máquina-ferramenta-automática que decompõe partículas quânticas* (o fundamento do *sistema de laboratório*). Isso porque o material orgânico do *ser social*, como corpo do homem, é o mesmo da natureza. Em outras palavras, o *sistema de laboratório* evidencia que o homem altera/produz sua natureza, ao produzir a natureza externa. Entretanto, a alienação ainda não se resolve por completo, pois os homens ainda não produzem outros homens, *em si e para si*, mas enquanto exterioridade que é capital. Cada aparelho, síntese diminuta do sistema de máquinas automáticas da grande indústria, opera sobre determinado objeto fornecendo matéria-prima a outro aparelho. Tais aparelhos não necessariamente funcionam de forma simultânea, de modo que o produto se encontre simultaneamente em todas as fases de transição (o mesmo não se pode dizer da produção laboratorial industrial, que fornece elementos ao *sistema de laboratório*). Por isso, a cooperação entre os homens, no *sistema de laboratório*, não estabelece proporções quantitativas entre setores especializados, com referência ao número ou velocidade dos aparelhos, mas *qualitativas* referentes à funções dentro da equipe que podem ou não estar vinculadas a algum tipo de aparelho: são especificações técnicas e avaliativas de crédito dos indivíduos, socialmente requeridas (LATOUR, 1997)¹⁹. O *general intellect* se objetiva no homem. A continuidade dos processos parciais, os quais são efetivados objetivamente por aparelhos, é um princípio fixado pela universalidade do processo social de produção, pelo *general intellect*. Note-se que a força engendrada socialmente pelos homens em cooperação adveio de um processo historicamente determinado e que expressa a criação universal entre todos os homens na produção material de sua existência. Nesse sentido, na medida em que os aparelhos se universalizam em todos

os campos, a divisão do trabalho (nas condições burguesas) tende a desaparecer. Observe-se que, na grande indústria, a universalidade objetivada é a *interligação*, pois o universal como máquina está seccionado. Sendo assim, observamos *divisão das máquinas*, mas não dos homens, pois estes acompanham as máquinas, as quais modificam formas e criam objetos, só então ocorrendo divisão técnica. Já no *sistema de laboratório*, o universal é a máquina singular (aparelho) e todos os *sistemas de laboratórios* (de modo a não estar seccionado). Logo, pelo pensamento, os homens são iguais; o que os diferencia é o grau de informação do conhecimento. Entretanto, por ser essa condição do trabalho pura abstração, tende a negar a divisão do trabalho como subsumida pela lógica do capital, na medida em que tem os pés bem assentes na terra.

O *sistema de laboratório* se baseia na combinação de aparelhos de diferentes espécies constituindo, ao mesmo tempo, um corpo orgânico e inorgânico. Conforme Fausto (2002), talvez porque discuta pela ótica da importância do trabalho vivo, se diria que *reaparece a comunidade de homens perdida na grande indústria - na grande indústria, a comunidade que se objetivou é a de máquinas*. Mais além dessa perspectiva, para nós, está *o trabalho social em sua forma mais avançada*. Inferimos, de qualquer modo, que, *por isso mesmo, tal comunidade “perdida” necessita se assentar sobre a ciência (o laboratório) para se desenvolver*. Os homens, antes apêndice na linha de produção na grande indústria, não continuam sendo apêndice no *sistema de laboratório* devido à transformação que agora se realiza - desvincilhada dos limites da grande indústria - e por causa disso pelo fato de passarem a se apropriar do objeto pela *compreensão da natureza*, em sua constituição estrutural atômica/molecular. Na grande indústria, eles também se apropriavam objetivamente da natureza²⁰, mas essa apropriação *não tinha como condição socialmente imposta, a compreensão da natureza*, o conhecimento e domínio da composição atômica/molecular do objeto através do *ser social*. Na *grande indústria*, a decomposição da *matéria* não era, essencialmente, imperativa e, por isso, a transformação se dava por um processo de *conhecimento da natureza*:

[à] medida que os homens, em processo contínuo e constante, apropriam-se da natureza sensível ao dominar suas leis imanentes, desenvolvem-se meios de produção que permitem

ao homem dominar, controlar, moldar e imprimir-lhe formas que lhes são necessárias à satisfação de suas necessidades. (AUED, 2005b, p.21)

O fato de cada um dos aparelhos do *sistema de laboratório* possuir um motor próprio exprime a funcionalidade de gerar eletricidade a partir de vários tipos de reações e a necessidade de os homens tornarem possível a produção de novas fontes de energia (eólica, solar, etc.) em larga escala. Quando os aparelhos, ao operarem sobre o objeto, executam “sem ajuda humana” todos os movimentos necessários para a transformação da matéria (o homem somente a vigia), necessitando de intervenção humana apenas para levar o objeto de um aparelho a outro, temos um *sistema de laboratório*. De fato, se trata da *cooperação de homens* se apropriando, se objetivando, *ser social*.

A produção automatizada da grande indústria, que traz em suas entranhas a constituição do laboratório, encontra sua forma mais desenvolvida *no aparelho do sistema de laboratório*, que recebe seus movimentos de uma força motriz externa ou interna (no caso de um gerador) - note-se que o aparelho já contém um motor e os meios de transmissão. Por isso, surge no lugar do “monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inumeráveis órgãos de trabalho” (MARX, 1996, p.435), uma máquina isolada de proporções bem menores, que conjuntamente com outras ocupa um espaço bem menor. O *aperfeiçoamento* dos aparelhos está ligado ao que se passa em outros domínios envolvendo principalmente a física, química, biologia, engenharia elétrica e ciência dos materiais, enfim, áreas relacionadas à *compreensão* da estrutura atômica/molecular da matéria e ao *conhecimento do objeto* (em sua forma exterior). Assim, a grande indústria, cujo ponto de partida é o “autômato orgânico”, na medida em que passa a ser decomposta pelo laboratório - mas esse é, inicialmente, um apêndice do desenvolvimento/decomposição das partes constituintes da maquinaria (força motriz, meio de transmissão e máquina-ferramenta-automática) -, supera através do *sistema de laboratório* a limitação de transformar os objetos prescindindo de compreender a estrutura atômica da matéria. A *decomposição* - através do *laboratório* como expressão ideal da grande indústria, pois se assenta sobre determinado conhecimento, o clássico

newtoniano - *da máquina-ferramenta-automática que incide sobre o objeto constrói fenômenos que não são passíveis de ser explicados pelo próprio conhecimento que os geraram. E o laboratório, antes apêndice, se autonomiza da grande indústria e a “supera incorporando-a” (numa palavra, passa à relação de sistema de laboratório), ao se expressar como materialidade que decompõe a estrutura da matéria através da composição de diversos aparelhos (sínteses diminutas do “autômato orgânico”) pertencentes a diversos domínios. A partir desse momento, outra abordagem material (sistema de laboratório) e teórica (conhecimento quântico) dos fenômenos físicos passa a constituir o elemento fundante da reprodução da existência dos homens. Eis no que reside o ponto de partida do sistema de laboratório: os próprios objetos, a constituição da matéria.*

1.3 SUPERAÇÃO DO SISTEMA DE LABORATÓRIO?

Se afirmamos que foi justamente a necessidade dos homens de produzir sua existência que revolucionou a grande indústria, como explicar as “mudanças tecnológicas” propagadas a partir da década de 1970? O que distinguiria esse segundo momento (se é que pode vir a ser considerado como momento superior)?

Em princípios do século XX, mesmo sendo revolucionária, a *máquina-ferramenta-automática*, que significava desvelar o objeto atômica/molecularmente, não permitia a *manipulação individual* de partículas quânticas. Precisamente, em 1981, os homens produzem essa “invenção” por Gerd Binnig e Heinrich Rohrer: o Microscópio Eletrônico de Tunelamento por varredura (STM na sigla inglesa)²¹. Com esse equipamento, foram obtidas as primeiras imagens individuais de átomos e moléculas, superando todas as técnicas de observação e de medida até então usadas e possibilitando uma nova visão da ciência sobre a matéria e o desenvolvimento das técnicas de nanotecnologia - área da tecnologia que permite manipular os constituintes da matéria e medir seu tamanho. Já existiam microscópios eletrônicos de alta resolução, mas esse, desenvolvido em 1981, e todos os que se seguiram são dotados

de uma ponta de prova ou sonda “[...] a única ferramenta capaz de obter imagens tridimensionais de altíssima resolução”.

Além disso, [esses microscópios] podem medir propriedades físicas da superfície da amostra - entre elas condutividades, distribuição de cargas elétricas, atritos microscópicos, elasticidade, dureza, rigidez, microfluorescência e índice de refração. Podem também estudar propriedades relacionadas ao eletromagnetismo da matéria, como por exemplo, as paredes de domínios elétricos e magnéticos. (ZANETTE&CARIDE, 2000, p.34)

Em pouco mais de 20 anos, após a criação do microscópio de efeito túnel, os homens desenvolveram uma grande família de instrumentos conhecida por SPM (sigla, em inglês, para microscópios de varredura por sonda), mais eficientes em termos técnicos e mais baratos²², como, por exemplo, o AFM (sigla, em inglês, para microscópio de força atômica)²³, o SNOM (sigla, em inglês, para microscópio óptico de varredura de campo próximo), além de uma grande diversidade de outros aparelhos cuja finalidade é determinada pelo estudo que se quer fazer.²⁴

Em seus princípios, a física quântica, sendo a *expressão ideal da máquina-ferramenta-automática de precisão quântica* (capaz de captar os elétrons, prótons, nêutrons, fótons, etc...), afirmava, distintamente da física clássica, que não era possível medir entidades quânticas (elétron, nêutron, fótons, etc.) *por sua posição e seu momento* (pelo produto de sua massa por sua velocidade) e muito menos o estado de uma *única entidade quântica*, pois as leis da física obrigariam a ter um conjunto muito grande delas (idealmente infinito).²⁵ Se poderia medir apenas probabilidades de a medida fornecer os vários valores possíveis para as grandezas relevantes²⁶; assim, ainda que fosse possível medir uma única unidade quântica, o que permitiria medir seu estado, “qualquer medida feita sobre um sistema quântico necessariamente perturba seu estado e, portanto, o altera” (DADIDOVICH, 2004, p.24).

A explicação dos fenômenos quânticos até então observados corroborava se tratar sempre de *conjuntos de sistemas* - envolvendo a idéia de probabilidade - e jamais de *sistemas individuais*. No entanto, a pioneira idéia de R. Feynman, manifestada numa palestra, em 1959, sobre a possibilidade de manipulação individual de átomos - considerada absurda à época - é expressão de que já havia condições materiais para tanto. Nos anos 1940, por exemplo, já tinham sido desenvolvidos (certamente por conta

da segunda guerra mundial) métodos de visualização especiais, baseados em microscópios que não utilizavam luz visível, aumentando o poder de resolução dos microscópios eletrônicos.²⁷ Dessa maneira, o problema de manipular individualmente os átomos foi, somente, levantado porque as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam em vias de se desenvolver. Inversamente, a palestra de Feynman foi “resgatada na história” porque a questão de manipular individualmente os átomos se mostrou em vias de se resolver pela materialidade, concretamente cerca de vinte anos mais tarde. A “invenção” de Gerd Binnig e Heinrich Rohrer (em 1981) e a de todos os microscópios seguintes puderam se concretizar porque se tinha à mão uma qualidade de trabalhadores e de aparelhos, trabalho vivo e trabalho objetivado, desenvolvidos do *sistema de laboratório* até então (esses trabalhadores são pesquisadores dependentes, de domínios diversos da ciência em que reina a divisão - burguesa - intelectual do trabalho). Com a constituição dessas condições e a necessidade crescente de dominar o *sistema de átomo em conjunto*, cada vez mais se desenvolveram, diferenciando-se em ramos dependentes diversos: a) a produção de microscópios e aparelhos relacionados à decomposição da matéria (química, biologia, etc.) e b) o *processo social de produção*, por meio do *general intellect* - ambos em direção ao *sistema de laboratório que decompõe partículas quânticas individualmente*.²⁸

Como vimos, o laboratório da grande indústria constituiu base técnica imediata do *sistema de laboratório*. O primeiro produzia os fenômenos e as máquinas com que o segundo eliminava, melhor dizendo, *superava incorporando*, a forma de produção da existência (como elemento fundante), *que transforma instrumentos para operar a forma exterior do objeto*. A produção da existência no laboratório se erguia sobre uma base que lhe era inadequada. Atingindo certo estágio de desenvolvimento, o próprio laboratório removeu a base que encontrou pronta e a aperfeiçoou, em sua forma antiga, para estabelecer nova base adequada a seu modo de produção. (O autômato orgânico era de tamanho monstruoso enquanto o laboratório era seu apêndice, e os aparelhos do laboratório, constituintes do *sistema de laboratório*, não puderam se desenvolver livremente antes de se decomporem os elementos do sistema de máquinas, precisamente a máquina-ferramenta-automática de incursão atômica - o espectroscópio disponível na época). Do mesmo modo, o *sistema de laboratório* ficou

amarrado em todo o seu desenvolvimento, enquanto seu instrumento de produção característico, a própria máquina-ferramenta-automática de incursão atômica, devia sua existência à própria máquina (instrumento característico da grande indústria), que dependia das velhas formas de força motriz, de meios de transmissão e da máquina-ferramenta-automática de incursão clássica. Colocando-se de lado o barateamento/economia que esses aparelhos, desenvolvidos por tal processo, significam, a constituição do *sistema de laboratório* e sua penetração em novos ramos da grande indústria ficaram na dependência exclusiva de uma classe de trabalhadores, dotados do *general intellect*, que aumentou lentamente em virtude da natureza intelectual de suas ocupações e do incipiente grau de desenvolvimento geral, pois era necessário investigar/decompor a constituição da matéria. As duas Guerras Mundiais contribuíram para acelerar esse desenvolvimento. Além disso, em certo estágio, o *sistema de laboratório* entrou, tecnicamente, em conflito com a base que possuía, o laboratório: na pesquisa sobre os elementos mais simples constitutivos à matéria não bastava continuar examinando a superfície das coisas, simplesmente medindo o peso, a cor ou as propriedades químicas superficiais; foi preciso penetrar profundamente no coração das substâncias.

Resulta, hoje, que a nanotecnologia diminui crescentemente as dimensões dos seus próprios aparelhos (seu motor, os mecanismos de transmissão e a máquina-ferramenta-automática); há maior complicação e diversidade, há ajustamento mais minucioso dos elementos componentes à medida que a máquina-ferramenta-automática, o microscópio eletrônico de tunelamento por varredura, se desprende do modelo em que se baseava, o microscópio eletrônico; há aperfeiçoamento do sistema automático e aplicação cada vez mais inevitável de novos materiais: todas essas condições surgem historicamente e sua solução encontra limitações que só o trabalhador coletivo pode transpor, superando-as qualitativamente. A grande indústria e o laboratório, a ela agregado, não podiam produzir objetos como *nanotubos de carbonos*²⁹ e *dendrímeros*³⁰.

Com o *sistema de laboratório*, a revolução no modo de produzir acaba se propagando aos laboratórios e à produção industrial. É o que se verifica principalmente nas redes de laboratórios e nos laboratórios que, mesmo isolados pela divisão social do

trabalho - sob as condições burguesas de produzir - constituem fases de um processo global.³¹ Assim, sistemas de laboratórios de nanobiotecnologia tornam necessária a reordenação da produção em setores relacionados a biossensores, bioreceptores, farmácia, ambiental e alimentos; sistemas de laboratórios de tecnologia e nanofabricação de Silício, a reordenação de métodos de microeletrônica visando a nanoeletrônica, circuitos à base de nanotubos, caracterização de nanocircuitos; laboratórios de espectroscopia, a reordenação da produção na agroindústria; sistemas de laboratórios de nanodispositivos fotônicos, a reordenação de setores relacionados à fotônica, optoeletrônica e sensores óticos, etc. *A revolução no modo de produção, com o sistema de laboratório, pois se manipula individualmente os átomos, torna, sobretudo, necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nas formas de forças motrizes, dos meios de transmissão e da constituição estrutural dos materiais, em outras palavras, na constituição do modo como os homens produzem sua existência. Assim como a forma da força motriz (vapor) e dos meios de transmissão (válvulas) da velha sociedade, (a partir da qual os homens, produzindo sua existência, produziam máquinas automáticas - como elemento fundante - que operavam a forma exterior do objeto), não pôde, de modo nenhum, satisfazer às necessidades do sistema de laboratório em decompor conjuntos de sistemas de partículas quânticas, (pois exigiam uma nova configuração do trabalho social - intelectual -, um novo grau de intercâmbio e interconexão entre as diferentes áreas da ciência, com sua concentração de aparelhos - num espaço físico livre do domínio da grande indústria - e de uns poucos trabalhadores - providos do *general intellect*, isto é, da ciência, o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quinta-essência abstrata -), sendo, por isso, inteiramente transformada; do mesmo modo, as atuais formas de força motriz (energia elétrica) e de meio de transmissão (transistores), legados do período anterior, podem e devem, atualmente, ser superadas³², em suas limitações, pelo sistema de laboratório, - que decompõe individualmente o sistema do átomo, com sua capacidade de transformar a produção em grande escala a partir do objeto (o átomo, no termo individual) -, para que a grande indústria continue a expulsar trabalhadores do processo de produção e a deslocar massas de capital de um ramo de produção para outros (de maior composição orgânica), de uns países para outros, com as novas conexões que*

cria no mercado mundial - processo esse resultado do desenvolvimento dos elementos já constituídos durante a primeira metade do século XX.

O sistema de laboratório, atualmente, ao se apoderar da *decomposição individual do sistema de átomo*, trata, assim, de *criar sua base técnica adequada*, se autonomizando do *general intellect* que se funda na *forma objetiva* do “trabalho vivo” (na “subjetividade” dos trabalhadores - os “cientistas”) e que decompõe o sistema de átomo individualmente. Note-se, novamente, que os homens se vêem cada vez mais unidos e libertos na medida em que as forças produtivas são criadas (*aufhebung*) pelos homens, pois delas se separam, cujo resultado é a eliminação (emancipação) do homem como força produtiva direta relacionada ao *tempo de trabalho*. Vejamos o tipo de desenvolvimento que está posto, atualmente, pela decomposição individual do sistema de átomo, segundo o professor Frederic Levy, membro da Academia Interdisciplinar de Ciências de Paris (AISP).

Um dos pontos fundamentais do domínio da nanotecnologia é, portanto, a criação de uma máquina, de tamanho molecular, capaz de duplicar-se a si mesma. A fim de poder criar outras coisas, que não cópias de si mesma, é, logicamente, indispensável que ela possa igualmente fabricar outras estruturas! Os programas de pesquisa têm, portanto, por objetivo, fabricar uma primeira versão dessa nanomáquina, chamada montador [nota do autor: ‘Empregamos o termo "montador", do português, para o conceito "assembleur", do francês, visto não se contar, ainda, com tradução para o mesmo`]. Tal montador seria uma máquina contendo alguns milhões de átomos, com pelo menos um braço manipulador, que permita colocar os átomos - um por um -, no lugar desejado. Uma vez fabricada essa primeira versão, embora que de forma bastante rudimentar, mesmo que em poucos exemplares, será possível, então, fabricar outras mais evoluídas, e criar as primeiras nanomáquinas...Estão atualmente em curso diferentes vias de acesso a esse primeiro montador, entre elas destacamos: - a construção direta, com a ajuda dos microscópios, anteriormente mencionados; - a automontagem, por engenharia genética. No entanto, é importante frisar que nenhuma dessas vias está perto de, num futuro bem próximo, atingir os resultados almejados! Deve também ser dito que nenhum montador foi ainda concebido em todos os seus detalhes. Vários elementos de nanomáquinas foram propostos: alguns deles para a parte "ativa" de uma ferramenta que manipula os átomos, servindo à fabricação; outros, para o deslocamento do braço manipulador, etc. Restam, ainda, numerosos problemas de engenharia a serem resolvidos! O modo de comando de tal montador não é senão proposto muito esquematicamente. (As futuras gerações de montadores poderão ter seu próprio "nanocomputador" permitindo seu comando, contudo, os montadores das primeiras gerações deverão, de um modo ou outro, ser comandados por controle remoto). Os mecanismos de "fornecimento" de

átomos e moléculas que servirão de material para construção do montador, igualmente ainda necessitam de estudos...Por outro lado, os microscópios atuais podem manipular alguns átomos, mas dificilmente tem-se em vista utilizá-los para fabricar diretamente uma máquina que contenha vários milhões de átomos...A automontagem por engenharia genética permite utilizar instrumentos modernos de manipulação de pedaços de DNA. Assim, diversos laboratórios tiveram sucesso na fabricação de estruturas, criando e ligando vários segmentos de DNA entre si. Talvez seja possível criar um primeiro montador constituído de pedaços de DNA. Todavia, a leitura de trabalhos em curso revela que, o modo como isto seria feito, está ainda pouco claro...Uma via de investigação ligada a essa área é a da pesquisa com os fulerenos. Os Senhores talvez já conheçam essas moléculas de carbono, recentemente descobertas, e que deram o Prêmio Nobel a Richard Smalley, um dos principais promotores da Nanotecnologia Molecular. São numerosas suas aplicações, entre elas o melhoramento de ferramentas de manipulação de átomos. No momento, pesquisadores tentam atualizar métodos de produção industrial dessas estruturas. Finalmente, uma direção de pesquisa paralela é aquela que trata da concepção computacional de estruturas moleculares, de nanomáquinas e de nanocomputadores. Tais trabalhos têm vários objetivos, entre eles: tentar assegurar o funcionamento dessas nanomáquinas e debruçar-se, desde já, sobre os problemas de engenharia a serem resolvidos quando dos primeiros montadores disponíveis. Esses poucos e descoordenados exemplos de pesquisas em curso são uma pequena amostra da atividade intensa e perturbadora existente atualmente nesta área. Numerosos documentos encontram-se disponíveis na Internet [...]. Foi, por exemplo, formada, na Internet, uma equipe de pesquisa internacional, cujo trabalho relaciona-se com todos os aspectos do desenvolvimento de um nanocomputador (concepção de materiais e hardware, técnicas de comunicação, confiabilidade, aplicações, etc.). (LEVY, 2000, p.11-14)

A condição essencial de produção para a fabricação da primeira versão de uma *nanomáquina capaz de duplicar-se a si mesma* é a construção direta, *por meio dos microscópios anteriormente aludidos, e a automontagem por engenharia genética*. Esses dois elementos já estão postos, mas, ao mesmo tempo, é necessário produzir os vários componentes dessa *nanomáquina*, resolver muitos outros problemas de engenharia e avançar nas pesquisas relacionadas à atualização dos métodos de produção industrial dos *fulerenos* (moléculas de carbono de numerosas aplicações, entre elas o melhoramento de ferramentas de manipulação de átomos). Os financiamentos para pesquisa aumentam exponencialmente e os programas descrevem, de modo cada vez mais direto, as técnicas e os objetivos da

nanotecnologia.³³ A “migração de cérebros”, de homens que se reproduzem com salários, se assenta sobre uma nova base material em constituição.

Temos afirmado que os aparelhos do *sistema laboratório* constituem a síntese diminuta do “sistema de máquinas” da grande indústria, com a distinção de que esses aparelhos se destinam a *compreender a estrutura da matéria*. O *sistema de laboratório primeiro decompôs os sistemas de partículas quânticas em seus conjuntos e agora decompõe o sistema do átomo em sua individualidade efetivando a possibilidade da construção de nanomáquinas auto-reprodutoras*. Atentando para a composição de uma nanomáquina propriamente dita, vemos que nela reaparece o “autômato orgânico”, mas em tamanho nanométrico, evidentemente.

No *sistema de laboratório*, a organização do *processo de trabalho social* é puramente objetiva. É a combinação da materialidade com o *general intellect*, expressão *ideal* dessa materialidade para ela mesma (se se quiser, é a combinação da objetivação do *general intellect* com o *general intellect* que se põe *idealmente*), pois é o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quinta-essência abstrata. Por isso mesmo, o *general intellect* nada tem de subjetivo, com sentido de “imaterial”. Entretanto, aparece e não aparece como subjetivo para o trabalhador individual, visto que esse se faz e não se faz alienado do caráter social do processo de produção. O caráter cooperativo do processo de decomposição da matéria é uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio objeto de trabalho que se expressa pela objetivação no mais alto grau do *general intellect* - como sabemos, esse último já tinha sido, historicamente, objetivado nas máquinas da grande indústria. O caráter cooperativo do laboratório vinculado à grande indústria, na medida em que estava determinado *pela máquina-ferramenta-automática de incidência sobre a forma exterior dos objetos*, pois se limitava a aperfeiçoar os instrumentos de trabalho, nunca poderia efetivar materialmente (objetivar) o *general intellect* como *ideação (e não idealização)*. Só o caráter cooperativo do *sistema de laboratório* poderia fazê-lo objetivamente, pois tem no sistema de aparelhos, que decompõe a matéria, o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção.

Agora os homens se propõem a decompor o próprio *sistema de laboratório*. O objeto de trabalho, a matéria em si, ao se converter em *nanomáquinas auto-reprodutoras* (conscientes, autônomas) e produtoras de nova materialidade, *exige a supressão ou superação incorporando* (e não *substituição*, pois não estão em condições de igualdade) *das forças naturais* e do *general intellect* para que os homens possam se apropriar do sistema atômico não em seu conjunto, mas em termos individuais, isto é, da existência dos próprios homens, individualmente em si. Isso acontece somente através do *ato teleológico do ser social*, isto é, da união dos homens (mesmo que para a produção do capital) que se transforma (*aufhebung*) *ser para os homens*, o qual efetiva a emancipação humana. Toda a, assim denominada, *história mundial* nada mais é do que o engendramento do homem mediante trabalho humano, *vir-a-ser* da natureza humana, é o nascimento do homem por meio de si mesmo, do seu processo de geração - é, por isso, a natureza efetiva do homem, mesmo que venha a ser por intermédio do *sistema de laboratório*, isto é, ainda que em figura estranhada -, a fim de que o “homem” se torne objeto da *consciência sensível*, e a carência do “homem enquanto homem” se torne necessidade (Marx, 2004); quando a força produtiva do trabalho social e sua forma particular se apresentarem na qualidade de *força produtiva e forma* não somente *dos homens, do trabalho materializado, das condições materiais (objetivas) do trabalho*, mas fundamentalmente *para os homens*. A união entre os homens

[...] se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo *estranho e coisificado*, como simples forma de existência dos meios de trabalho deles independentes e que os dominam, e do mesmo modo esses meios os enfrentam na forma visível, simples, de material, instrumento etc. nas funções de *capital* e, portanto, de *capitalista*. (MARX, 1987, p.386)

Entretanto, é por essa via, *a objetivação da essência humana* (tanto do ponto de vista teórico, quanto prático), *que se exprime sistema de laboratório*, que os homens fazem *ser humanos, materiais, sociais e espirituais* - numa palavra, o homem que é social -, *os sentidos* (não só os cinco sentidos, mas os sentidos espirituais, os sentidos práticos da vontade, do amor, etc.) *do homem* e o *sentido humano*, correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural. O *sistema de laboratório* é, a natureza

humanizada, a existência do seu objeto por onde *vem-a-ser* a humanidade dos sentidos e, ao mesmo tempo, *o fazer homens, em si, separado do para si*.

O sistema de laboratório é o *vir-a-ser* do *homem social* (da rica individualidade ao ser), historicamente, a síntese da supressão concreta do homem como força produtiva, como trabalho e capitalização (propriedade privada), pois nele estão postas a) a *manufatura, a grande indústria e a quinta-essência abstrata do produto do desenvolvimento histórico geral* como exteriorização do homem, b) a apropriação do sistema atômico/molecular, dos sistemas quânticos, individualmente e c) para além, a possibilidade de os próprios homens, individualmente postos, se relacionarem com o produto do seu trabalho exteriorizado, desmistificado e humanizado.

2. POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO NA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

Sabemos que algo fundamental se modificou nos últimos 40 anos no modo como a humanidade produz o capitalismo e a si mesma. Na década de 1970, muito se falava em crise; na de 1980, os termos de moda foram reestruturação e reorganização; na de 1990, deixou-se de ter certeza de que a crise já estaria solucionada e começou a se difundir a visão de uma nova situação histórica do capitalismo, chamada por alguns de pós-moderna; na de 2000, fala-se de névoa, incerteza, transição, admitindo-se a possibilidade real de uma transformação radical (senão de colapso das relações capitalistas) e de abertura para relações de um tipo novo.

Nossa tese é a de que o modo de produção capitalista está atravessando um momento decisivo e que as transformações em curso não têm precedentes. À luz do princípio de que a história não se repete, seu primeiro pressuposto é a consideração da afirmação, negação e superação do modo de produção capitalista à luz do movimento de sua *base material* e da constituição do *ser social*. Suas formas sociais orgânicas de produzir (artesanal, manufatureira e industrial - até onde não há controvérsia) são e expressam o movimento de seus próprios criadores - os homens -, suas relações sociais de produção burguesas, no tempo e no espaço ao decompor o trabalho individual como fonte da vida e constituírem o trabalho social como fundamento da

existência humana (AUED, 2005, 2005a, 2004, 1999). O segundo pressuposto é a constatação de que a superação do modo de produção capitalista se faz, no presente, a partir de uma nova forma social orgânica de produção, contraditória e transitória que emerge do desenvolvimento das forças produtivas sociais, mas que nada tem em semelhante com a forma da grande indústria (muito menos da manufatura e do artesanato) porque mesmo tendo sido desenvolvida em seu bojo, desta se separou superando-a: provisoriamente a chamamos de “sistema de laboratório” (CAMPANA, 2006).

A proposta de investigação tem como objetivo primordial aprofundar essa tese sobre a constituição e desenvolvimento dessa nova forma material, porém nos termos da educação compreendendo-a como relação social que se faz por meio do modo de produção capitalista como afirmação, negação e superação da própria sociedade que a produz.

Apenas nos últimos 10 anos têm se firmado um conjunto de interpretações³⁴ sobre as mudanças no modo como funciona o capitalismo e embora a natureza exata dessas mudanças ainda seja objeto de controvérsias têm em comum, para nós, o fato de que significam algo fundamental: são escrachadas as conseqüências do modo de produção capitalista que até mesmo organismos oficiais internacionais, como, por exemplo, a Unesco, além dos nacionais, têm produzido estatísticas globais preocupantes sobre de pessoas abaixo da linha da pobreza, analfabetismo funcional, concentração de riqueza, população carcerária, etc. – claro que com o intuito de fomentar estratégias para dirimir a ameaça sobre a ordem burguesa. Esse cenário conduz pensadores de nossa época como Erich Hobsbawn, Giovanni Arrighi e a István Mészáros a um balanço bastante pessimista, embora reconheçam a possibilidade e a necessidade de alternativas de um novo tipo, onde o socialismo continua em pauta (KUENZER, 1998).

Portanto e partindo deste pressuposto, de que é possível apreender a lógica, senão a necessidade desta transição, buscamos aprofundar o entendimento sobre o movimento do modo como os homens unidos pela materialidade produzem para termos uma idéia do curso e das implicações prováveis da revolução em andamento nas (e pelas) forças produtivas sociais para o âmbito da educação, pois, como já disse

Mészáros (2005), para que esta possa ser outra coisa que não a interiorização das condições de legitimidade do sistema é preciso que se descubra sua relação com o trabalho e com a alienação.

Conforme Aued (2004), os que vêm estudando as formulações de Karl Marx, deparam-se com algumas facilidades principalmente as contidas em *O Capital* referentes às transformações históricas decorrentes da forma de os homens produzirem sua existência na sociedade burguesa. O guia para a busca de respostas às nossas indagações é a dialética materialista que explicita os nexos e as mediações de uma forma de produção para outra.

Para além das facilidades apreendidas na obra de Karl Marx, dificuldades nos têm sido criadas principalmente pela complexidade dos fenômenos atuais. Considerando a nova base produtiva laboratorial estaremos diante de uma nova prática pedagógica, correspondente? Será esta emancipatória?

A dificuldade se amplifica porque hegemonicamente - passando por uma ressignificação liberal ou neoliberal e pós-moderna - é tido como certo que há um novo princípio educacional no campo das concepções e das políticas o qual eleva a educação como um dos pilares para uma nova sociedade.³⁵ Contra-hegemonicamente, um conjunto de pensadores da educação, pertencentes à teoria crítica - como Demerval Saviani, Acácia Z. Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Paolo Nosella, Anton S. Makarenko, Pistrak, Mario A. Manacorda e Mariano F. Enguita, dentre outros - enfatiza a existência de uma nova proposta pedagógica voltada para a construção do que tem sido chamada de “nova subjetividade”, que articula as capacidades de agir intelectualmente e pensar produtivamente” (KUENZER, 1998, p.73). Seu ponto de partida é articular o trabalho como princípio educativo para, sem semelhança a qualquer forma de utopismo educacional, pensar a tarefa educacional como transcendência positiva da alienação (MÉSZÁROS, 2006, 2005).³⁶

Donde emerge o paradoxo de que uma nova base material do vir-a-ser está se constituindo e se desenvolvendo - se impondo aos homens férreamente -, mas que uma prática pedagógica emancipatória - ou “educação emancipatória”, diria Mészáros (2005) - ainda não se explicita, pois a marca do nosso tempo tem sido a impossibilidade

de os homens produzirem a vida sob as relações burguesas sem, contudo, poderem voltar ao que foram e sem saberem o que serão no futuro (AUED, 2002).

Com tudo isto, a questão que se apresenta é saber se há evidência da constituição e desenvolvimento de uma prática pedagógica relacionada à base produtiva laboratorial que expresse a negação e a superação da prática pedagógica anterior correspondente à base industrial - chamada por Saviani, (2007), de pedagogia tecnicista. Se assim for, nos defrontamos com duas possibilidades teóricas. Uma delas é a de que essa nova prática pedagógica significa uma nova relação social. A outra é que essa nova prática pedagógica corresponde à degeneração da relação social de produção burguesa. Outra formulação possível é que ambas podem estar ocorrendo simultaneamente como realidade burguesa.

Assim, a primeira questão a ser investigada é em que medida o sistema de laboratório apresenta elementos que podem ser considerados o de uma nova prática pedagógica. A segunda é analisar essas relações sociais, engendradas pelo sistema de laboratório.

Para efeito dessa pesquisa, essas considerações nos remetem a duas indagações: não há ou há uma nova prática pedagógica que se manifesta na nova forma produtiva laboratorial? Se estamos diante de uma nova prática pedagógica que (se) constitui e desenvolve (n)o e pelo sistema de laboratório, será ela afirmadora ou degenerativa da sociedade burguesa? Destarte é que indagamos se essa nova prática pedagógica traz em seu bojo relações que podem se constituir em superiores às capitalistas.

Em termos de objetivos a possibilidade de pesquisa à área da Educação se expõe nos termos a seguir. No aspecto geral, o objetivo seria desvelar e analisar as relações sociais, correspondentes à prática educativa, advinda da forma produtiva de base laboratorial, buscando apreender, nesta materialidade, os elementos de superação da relação burguesa e a possibilidade de uma prática pedagógica emancipadora. No aspecto específico seria preciso: 1) aprofundar a análise do processo de produção de base laboratorial, 2) apreender e analisar as relações sociais correspondentes à prática pedagógica engendradas por essa forma produtiva e 3) analisar se esta forma produtiva e a prática pedagógica que lhe corresponde são

manifestações da degeneração da sociedade burguesa ou indícios do surgimento de uma sociedade vir-a-ser.

O procedimento metodológico a ser adotado é o de desvelar a prática pedagógica existente na materialidade capitalista, admitindo o existente como a força produtiva materializada na *máquina-ferramenta-automática de precisão quântica*, tendo como pressuposto que o processo histórico da produção material dos homens se configura pela transmutação da tese para a antítese e desta para a síntese.

Para o primeiro objetivo específico, pretende-se aprofundar o conteúdo desenvolvido a respeito da produção laboratorial, nesse artigo tratado no item 1, e realizado um levantamento da bibliografia de conteúdo marxista produzida por pensadores da educação consoantes com a temática das forças produtivas. Em seguida, há que se efetivar a comparação entre a produção laboratorial e a existência uma nova prática pedagógica para diagnosticar uma simetria, se houver.

Para o segundo objetivo específico, seria bastante útil uma pesquisa etnográfica no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), localizado na cidade de Campinas-SP, para confirmar, negar ou transformar a simetria anteriormente perquirida. Ele é operado pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) mediante um Contrato de Gestão assinado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Assim, quando há propriedade intelectual envolvida, há uma taxa para o uso dos experimentos. Trata-se de uma das instituições que ocupam o Pólo II de Alta Tecnologia de Campinas (região onde estão, por exemplo, a UNICAMP, a PUC-Campinas, a Fundação CNPq) da área de telecomunicações e empresas de base tecnológica.

No LNLS, desde 1997, funciona a única fonte de luz síncrotron existente em todo o hemisfério Sul a qual permite estudar os ingredientes básicos dos materiais, os átomos e as moléculas - são apenas 14 países que têm laboratórios síncrotron. Este equipamento foi desenvolvido, construído e é operado inteiramente por brasileiros. Além dele, existem outros equipamentos relacionados a um centro de microscopia eletrônica: três microscópios e todos os equipamentos necessários para preparar amostras de materiais a serem estudados. Também, é no LNLS que está hoje o

microscópio mais potente da América Latina, capaz de ampliar um objeto em 1 milhão e meia de vezes - neste caso, os equipamentos podem ser usados por pesquisadores externos. Outro laboratório de ressonância magnética nuclear com dois espectrômetros também é aberto para usuários bem como vários laboratórios de apoio.

O orçamento anual do LNLS, aprovado pelo Congresso Nacional (em 2002) para 2003 foi de 28,145 milhões³⁷ (sendo o orçamento anual de todo o Ministério da Ciência e Tecnologia no mesmo ano, de 2,14 bilhões de reais). Isto incluiu o pagamento de pessoal, recursos para a manutenção e novos desenvolvimentos tecnológicos. A equipe fixa tem 180 pessoas. Outras 80 integram a equipe como bolsistas e estagiários. E 90% dos cientistas (físicos, químicos, biólogos, engenheiros de materiais) que usam o LNLS são de outras instituições. Eles podem ser de uma universidade ou de um outro centro de pesquisa, do Brasil ou do Exterior, ou da indústria. Após passar alguns dias em Campinas, onde fica o LNLS, para fazerem as experiências necessárias em uma das estações experimentais instaladas na fonte de luz síncrotron ou outros equipamentos disponíveis, retornam a seus locais de origem, onde analisam todas as informações obtidas.

A intenção da incursão etnográfica a este local é a idéia de estabelecer a correspondência entre as forças produtivas sociais e as relações sociais de produção, especificamente, relacionadas à prática pedagógica, tendo por base a afirmação de Marx de que o moinho pelo braço nos dá a sociedade feudal; o moinho a vapor, a sociedade capitalista. Buscaremos responder à pergunta: o que o “moinho atômico” produz? Para elucidação desta resposta é imprescindível o diálogo com as teorias sociais/educacionais contemporâneas de conteúdo marxista.

Finalmente, para o terceiro objetivo específico, se adotaria a análise histórica e teórica das informações até então desenvolvidas, tendo por base o processo de emancipação universal humana contida na obra de Karl Marx e a prática pedagógica emancipatória contida em autores marxistas contemporâneos. Também seriam utilizadas, conforme Aued (2004), as formulações apresentadas por Marx no que concerne aos elementos da sociedade vir-a-ser, explicitadas ou engendradas como potencialidade pela sociedade burguesa, e as compararemos com os elementos por nós apreendidos como nova força produtiva do trabalho social.

A formulação e explicitação de cada um dos objetivos específicos sob a forma de três artigos e a junção de seus conteúdos seriam capazes de evidenciar e destacar os nexos e as mediações entre a força produtiva do trabalho social engendrado pelo capitalismo na atualidade (à qual estamos chamando de “sistema de laboratório”) e as relações sociais de produção, especificamente as práticas pedagógicas, bem como a possibilidade histórica de uma outra sociedade mediante uma nova prática pedagógica que emerge das entranhas do modo de produção capitalista?

CONCLUSÕES

Ratificamos, e não discordamos, que as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas, pois, adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e todas as suas relações sociais, e que, nesse contínuo, de imutável só existe a abstração do movimento. Entretanto chamamos a atenção para o caráter material *orgânico e processual dos homens se fazerem produtos deles mesmos*, ao se unirem para produzir socialmente os seus meios de produção, no momento histórico em que seu *ser social* se caracteriza pela apropriação do produto do trabalho alheio, na troca, sem que para isso se entregue ao outro uma quantidade correspondente (equivalente) de produto de trabalho na circulação da riqueza. Vimos que *o que os homens produzem*, muito mais do que “forças produtivas”, e *o modo como produzem*, muito mais do que “relações sociais”, é essencialmente a relação entre os homens, H-H, como *vir-a-ser social*. Com isso, pensamos escapar da dogmatização da assertativa de que o movimento da história é dado pelo movimento das forças produtivas, que coloca os esforços de Marx do ponto de vista de uma lei geral do desenvolvimento tecnológico, ou de sua vinculação aos “progressos” das forças produtivas. Entendemos que estar atento ao discurso do progresso não significa que não seja preciso estar atento ao *desenvolvimento das forças humanas e omitir o domínio humano sobre suas condições de trabalho e suas transformações*.

Adotamos como pressupostos da produção atual a criação dos homens que nos procederam, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos

indivíduos unidos. *Evidenciamos as condições criadas pelos homens, através da produção e do intercâmbio anteriores, como condições inorgânicas*, mas sem imaginar que gerações precedentes tinham como plano ou como destino fornecer-lhes materiais e sem crer que essas condições fossem inorgânicas para os indivíduos (“como pessoas” e não naquilo que têm de accidental) que a criaram.

Nosso ponto de partida real não é nem grande indústria nem a ciência conscientemente aplicada do final do século XIX, mas a do final do século XX/início do século XXI. E é esta ciência atual que remodela à sua produção as formas da grande indústria, manufatureiras e artesanais. A ciência, atualmente, vista como decomposição da matéria mesma em partículas quânticas é a própria decomposição do *objeto de trabalho em si e para si* e se origina da decomposição dos *instrumentos de trabalho*, realizada pela grande indústria, cujo ponto de partida foi a máquina-ferramenta-automática. Portanto, temos que a grande indústria hoje se transmuta, ao ser determinada pelo *sistema de laboratório*, passando a integrar uma nova totalidade: antes, foi engendrada pela manufatura, que alterava a forma exterior dos objetos, e agora é a parte operacional do *sistema de laboratório* alterando a forma exterior dos objetos a partir da constituição atômica da matéria.

Distintamente do modo como a objetividade do trabalho se materializa nas fases manufatureira e industrial, na fase laboratorial a objetividade do trabalho tem como ponto de partida os elementos constitutivos da matéria - do objeto sobre o qual se trabalha - e se materializa em um instrumento de trabalho, a *máquina-ferramenta-automática de precisão quântica*, cuja característica determina a universalização do conhecimento (*general intellect*) dos homens na produção e na criação das mercadorias.

A *máquina-ferramenta-automática de precisão quântica* é um sistema que, ao lhe ser transmitidas força motriz e transmissão apropriadas, age, baseado em princípios quânticos, sobre o objeto, a partir do conhecimento de sua estrutura atômica, molecular. Nesse sentido, a interação entre as várias áreas da ciência se exprime de duas maneiras: a) no sistema de máquinas automáticas, sintetizado num só aparelho e b) na interação de múltiplos sistemas de máquinas automáticas, materializada em vários aparelhos que atuam conjuntamente.

No primeiro modo de interação, cada aparelho é a síntese diminuta da “combinação de máquinas de diferentes espécies e diferentes habilidades dos homens” - ou, do “verdadeiro sistema de máquinas”, conforme Marx (1996, p.432) -, que opera sobre o objeto. Abstraindo a interação dos aparelhos entre si, observando um aparelho isoladamente, a transformação que se opera sobre o objeto é desprovida de caráter subjetivo. Pelo aparelho, a execução é objetiva *em si* mesma, por meio dos seus diversos componentes, e o problema de levar a cabo cada um dos diversos processos e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação de outros domínios da ciência. Parece que executa, nesse caso, todos os movimentos necessários para a transformação “sem ajuda humana”, pois a intervenção humana (que requer habilidades específicas) ocorre em função da vigília e/ou término da vigília sobre o processo. Entretanto, o *ser social*, o humano, está expressado/materializado no aparelho.

No segundo modo de interação, o conjunto dos vários aparelhos (cada qual constituindo um sistema de máquinas diminuto), acrescidas as habilidades dos homens vivos para, teleologicamente, decompõem partículas quânticas, *em si* e *para si*, constituem o *sistema de laboratório*. Não são os aparelhos, isoladamente, que constituem seu elemento fundante, mas os vários aparelhos existentes conjuntamente com as habilidades pensantes dos homens. A cooperação entre os homens não ocorre sob a forma de combinação de *um único sistema de máquina-ferramenta-automática parcial complementar*, tal qual na grande indústria (que patenteia o “verdadeiro sistema de máquinas”) em que as máquinas controlavam os homens, predominantemente ao controle destes sobre elas. A cooperação ocorre sob a forma da combinação de vários sistemas de máquinas-ferramenta-automáticas, expressados na existência dos vários aparelhos. Desse modo, os aparelhos específicos e as habilidades (ambos provenientes de outros domínios) se transformam em órgãos adequados de uma função especial: cada um dos vários *sistemas de laboratórios* se distingue, pela configuração particular dos vários aparelhos existentes, para responder a uma necessidade bem definida.

Sendo assim, o caráter geral material do processo se expressa no e pelo *general intellect*, como força universal pensante, porque sendo os processos parciais (realizados pelos aparelhos) que o constituem examinados objetivamente em si mesmo,

a universalidade como objetivação se expressa não somente nos aparelhos, mas também - e fundamentalmente -, materialmente, no homem pensante, teleologicamente posto. Nesse sentido, o *general intellect*, posto pelo *sistema de laboratório*, é pura ação humana intelectual, consciente e objetivamente posta, porque tem por pressuposto a decomposição do trabalhador coletivo materializado na máquina, cujo resultado são os aparelhos de laboratório que decompõem a matéria. Nisso reside o caráter revolucionário/salto ontológico deste processo de produzir.

Para além de encurtar a parte do dia de trabalho da qual o trabalhador precisa para si mesmo, o trabalhador social engendra o pressuposto material de superação da própria alienação ao criar a *máquina-ferramenta-automática que decompõe partículas quânticas* (que constitui o aparelho do *sistema de laboratório*). Isso porque o material orgânico do *ser social*, como corpo do homem, é o mesmo da natureza. O *sistema de laboratório* evidencia que o homem altera/produz sua natureza, ao produzir a natureza externa. Entretanto, a alienação ainda não se resolve por completo, pois os homens ainda não produzem outros homens, *em si e para si*, mas enquanto exterioridade que é capital. Cada aparelho opera sobre determinado objeto fornecendo matéria-prima a outro aparelho. Tais aparelhos não necessariamente funcionam de forma simultânea, de modo que o produto se encontre simultaneamente em todas as fases de transição (o mesmo não se pode dizer da produção laboratorial industrial, que fornece elementos ao *sistema de laboratório*). Por isso, a cooperação entre os homens, no *sistema de laboratório*, não estabelece proporções quantitativas entre setores especializados, com referência ao número ou velocidade dos aparelhos, mas *qualitativas* referentes a funções dentro da equipe que podem ou não estar vinculadas a algum tipo de aparelho: “são especificações técnicas e avaliativas de crédito dos indivíduos, socialmente requeridas” (LATOUR, 1997). O *general intellect* se objetiva no homem. A continuidade dos processos parciais, os quais são efetivados objetivamente por aparelhos, é um princípio fixado pela universalidade do processo social de produção dado, nesse caso, pelo *general intellect* nos homens objetivados. Note-se que a força engendrada socialmente pelos homens em cooperação adveio de um processo historicamente determinado e que expressa a criação universal entre todos os homens na produção material de sua existência (AUED, 2004). Nesse sentido,

à medida que os aparelhos se universalizam em todos os campos, a divisão do trabalho nas condições burguesas tende a desaparecer.

Observe-se que, na grande indústria, a *universalidade* objetivada é a *interligação*, pois o universal é a máquina a qual está seccionada (trata-se de máquinas parciais que vão formar o “sistema de máquinas”). Sendo assim, observamos *divisão das máquinas*, mas não dos homens, pois estes acompanham as máquinas, as quais modificam formas e criam objetos, só então ocorrendo divisão técnica. Já no *sistema de laboratório*, o *universal* é a *máquina singular* (aparelho) e todos os *sistemas de laboratórios* de modo a não estar seccionado. Logo, pelo pensamento, os homens tendem a serem igualados, pois o que os diferencia é o grau de informação do conhecimento. Por ser essa condição do trabalho pura abstração ela tende a negar a divisão do trabalho, subsumida pela lógica do capital, colocada pela grande indústria. O trabalhador individual direto se vê diante a um novo fetiche no processo de trabalho: pode, aparentemente, controlar e decidir sobre a forma de produzir o conhecimento.

Com tudo isso, pensamos que abre-se à Educação a seguinte questão de pesquisa, qual seja, a de se perquirir – sob a perspectiva da possibilidade do *novo* e não da reprodução do *velho* – em que medida há uma nova prática pedagógica, correspondente à atual forma produtiva laboratorial (forma que é *superior* à da grande indústria e manufatura), que expresse a afirmação, negação e ao mesmo tempo a superação da relação social burguesa de produzir. Entende-se que a resposta a este questionamento traz à tona questões fundantes relacionadas à escola, à relação ensino-aprendizagem, ao currículo, etc., permitindo vislumbrar, a partir de suas condições de atuação dos homens reais, ações de intervenção social.

NOTAS

¹ Mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutoranda em Educação pela UFSC. Email: samyacampana@gmail.com

² “Nano, que significa ‘anão’ em grego, quer dizer também um bilionésimo. Um nanômetro (1 nm), por exemplo corresponde a um bilionésimo (10^{-9}) do metro e um nanosegundo corresponde a um bilionésimo do segundo. O diâmetro de um átomo é cerca de 0,2 nm enquanto o de um fio de cabelo é de aproximadamente 50.000 nm. Já as dimensões típicas de um vírus se encontram na faixa de 5 a 100 nm. O nanomundo abrange desde átomos a objetos com cerca de 100 nm. Esse é o universo da nanociência e da nanotecnologia” (VALADARES, 2005, p.vii).

³ O microscópio de varredura por efeito túnel (*scanning tunnelling microscope*, ou SIM), a ferramenta fundamental para a entrada no pequeno mundo, foi “criado” em 1981 pela equipe do laboratório da IBM em Zurique, na Suíça (CARDOSO, 2005).

⁴ Às vezes a máquina (por inteiro) da produção automática de precisão atômica e/ou molecular é uma edição mais ou menos modificada da máquina de produção mecânica, como ocorre com o microscópio - por exemplo, na forma do microscópio eletrônico de escaneamento (ou transmissão) reconhece-se o microscópio mecânico. Já a forma moderna (o microscópio de precisão atômica e/ou molecular) apresenta modificações substanciais. Outras vezes os princípios clássicos (ou física aplicada) que movimentam os órgãos ativos implantados na armação da máquina-ferramenta automática de precisão atômica e/ou molecular já são conhecidos, como a mecânica, a termodinâmica, eletromagnetismo, ondulatória, ótica e acústica.

⁵ “Os princípios da física [clássica], tanto quanto podemos perceber, não implicam na impossibilidade de manipular coisas átomo por átomo. Não se trata de uma tentativa de violar quaisquer leis” (FEYNMAN, 1959, p.12).

⁶ Diferentemente de Watt, que descreveu em 1784 sua máquina a vapor (a máquina rotativa de ação dupla, um motor que produzia sua própria força motriz consumindo água e carvão com potência inteiramente controlável) como agente geral da indústria mecanizada conforme informação de Marx (1996), a introdução de motores elétricos movidos a derivados do petróleo ocasionou modificações (posteriores) não desprezíveis, entretanto não é considerada por nós como *revolucionária* uma vez que já estava posto historicamente pela máquina motriz a vapor a existência um motor que produz a própria força com potência inteiramente controlável.

⁷ O que levou Born (1969) a afirmar que a física clássica, embora o fundamento *a priori* da física atômica e da teoria quântica, não era correta em tudo.

⁸ Para saber sobre as grandes sínteses da Física ao final do século XIX e sua superação, ver Martins (2005).

⁹ Por exemplo, o problema tecnológico do controle da temperatura de fornos metalúrgicos simplesmente não pôde ser entendido dentro do âmbito da Física Clássica, e os físicos começaram a imaginar modelos microscópicos para explicar os fenômenos gasosos formulando a teoria cinética dos gases. Nessa teoria, a temperatura passa a ser uma indicação da energia cinética média das moléculas do gás, sendo possível relacionar o calor específico dos gases à sua composição molecular (MARTINS, 2005). Também as tentativas de explicar o comportamento da radiação utilizando os conhecimentos da mecânica clássica e da termodinâmica não foram bem sucedidas (GROOTE, 2005).

¹⁰ Esse modelo consistia de milhares de elétrons que se moviam em um enxame de abelhas numa nuvem desprovida de massa e que possuía carga positiva, de modo que o conjunto fosse eletronicamente neutro.

¹¹ Por meio de interpretações que divergem da física clássica de Newton, o trabalho de Plank engloba os princípios físicos capazes de explicar o comportamento da matéria e da luz em escalas muito pequenas. A descrição quântica de um sistema físico aponta comportamentos contraditórios desse sistema, que variam em função das diferentes condições de observação. O caráter não determinístico do universo, sustentado pela nova teoria, foi reforçado pelo *princípio da incerteza*, do físico alemão Werner Heisenberg.

¹² Uma anedota ilustra bem o ponto de partida do laboratório, o *objeto* e a não-compreensão por parte dos homens das descobertas em fins do século XIX, momento em que se colocava claramente a importância de instrumentos (máquinas) melhores. “Quando o físico e químico britânico Michael Faraday (1791-1867) demonstrou o fenômeno recém-descoberto da indução eletromagnética, o então ministro

das finanças da Inglaterra, William Gladstone (1809-1898), teria perguntado ao cientista: 'Está tudo muito bem, mas para que serve a indução eletromagnética?' A resposta de Faraday: 'Eu não sei, mas um dia o senhor poderá cobrar imposto sobre isso'" (RUMJANEK, 2004, p.22).

¹³ Conforme Latour (1997), que realizou pesquisa etnográfica por dois anos (1975-1977) em um laboratório de neuroendocrinologia, "pode-se perfeitamente passar sem as pipetas automáticas, mesmo que se perca um pouco de tempo realizando manualmente a operação. Mas se o contador gama quebra, será difícil medir a radioatividade a olho nu! A observação da radioatividade depende totalmente da presença do contador" (LATOURE, 1997, p.62).

¹⁴ Os *inscritores* (máquinas que transformam a matéria em escrita), as habilidades e máquinas utilizadas vêm de *outro domínio*. "Uma seqüência de operações e um teste, atualmente banalizados, foram, no passado, objeto de debate e produziram publicações em outro domínio. Os aparelhos e as habilidades de um domínio materializam os resultados finais de debates ou controvérsias ocorridas em outro espaço. Esses resultados entraram no laboratório por meio indireto [...] O inscridor produz inscrições que pode, por sua vez, servir para que se escrevam artigos ou para que se façam intervenções significativas, concebendo aparelhos a partir de teorias pré-estabelecidas. Quando um membro do laboratório [neste caso de bioquímica/neuroendocrinologia], por exemplo, trabalha em um computador, ele recorre, ao mesmo tempo, à potencialidade da eletrônica e da estatística. Um outro que se utiliza do espectrômetro RMN [ressonância magnética nuclear de alta resolução] para controlar a pureza de seus compostos, usa a teoria do *spin* e os resultados de 20 anos de pesquisa física fundamental. Quando se discute a estrutura especial de um fator de liberação, utilizam-se implicitamente os trabalhos desenvolvidos pela química em geral, há vários decênios. O mesmo acontece quando se realiza um radioimunoteste para procurar uma nova substância: é suficiente o conhecimento de alguns princípios de imunologia e de radioatividade. Todo o progresso realizado em um laboratório está de certa forma ligado ao que se passa nos outros domínios" (LATOURE, 1997, p.63-64). "O laboratório apropria-se do gigantesco potencial produzido por dezenas de outros domínios de pesquisa, tomando emprestado um saber bem instituído e incorporando-o sob a forma de aparelhagem ou de uma seqüência de manipulações". [sublinhado nosso] (LATOURE, 1997, p.66)

¹⁵ "É evidente que alguns aparelhos têm um papel mais importante do que outros no processo de pesquisa. O vigor de um laboratório não está tanto na posse deste ou daquele aparelho, mas na presença de uma configuração particular de aparelhos especificamente concebidos para responder a uma necessidade bem definida". Assim, por exemplo, a presença de centrifugadores e evaporadores rotativos permite deduzir que a pesquisa é no campo da biologia, porém não se sabe em qual subcampo. "É pela presença de biotestes, de imunotestes, de radioimunotestes, de Colônias de *Sephadex* e de toda uma gama de espectrômetros que se reconhece a marca da neuroendocrinologia. Em um mesmo lugar, encontra-se reunida toda uma série de inscritores utilizados de formas muito variadas para estudar diferentes subáreas. O espectrômetro de massa, por exemplo, serve para produzir artigos sobre a estrutura de uma substância; as culturas de células servem para estudar a síntese do ADN na biossíntese dessas mesmas substâncias." (LATOURE, 1997, p.62/62-63).

¹⁶ A respeito do controle das máquinas sobre os homens, remetemos o tema a Marx: "quando a divisão do trabalho reaparece na fábrica automática, ela é antes de tudo distribuição de trabalhadores pelas diferentes máquinas especializadas, e das massas de trabalhadores, que não formam grupos específicos, pelas seções da fábrica, em cada uma das quais trabalham em máquinas da mesma espécie, juntas umas das outras, em regime, portanto, de cooperação simples". Há agora conexão entre o trabalhador principal e seus poucos auxiliares. "A distinção essencial ocorre entre trabalhadores que estão realmente ocupados com as máquinas-ferramenta (inclusive alguns trabalhadores que tomam conta da máquina motriz e a alimentam) e seus auxiliares [...]. Entre os auxiliares podem ser incluídos os que alimentam a máquina com o material a ser trabalhado. Ao lado dessas duas classes principais, há um pessoal pouco numeroso, que se ocupa com o controle de toda a maquinaria e a repara continuamente, como os engenheiros, mecânicos, marceneiros, etc. É uma classe de trabalhadores de nível superior, uns possuindo formação científica, outros dominando um ofício; distinguem-se dos

trabalhadores da fábrica, estando apenas agregados a eles. Sua divisão de trabalho é puramente técnica” (MARX, 1996, p.480/480-481).

¹⁷ Cf. p.413-414 de Marx (1996).

¹⁸ Quando as máquinas e o *sistema de máquinas* tornam-se inteligentes, “esses conhecimentos que se encontram dentro das cabeças dos trabalhadores e em parte nas próprias máquinas são distribuições descentralizadas de um todo altamente complexo de saberes científicos, tecnológicos e produtivos que Marx chama de intelecto geral” (PRADO, 2003, p.123).

¹⁹ Há uma separação muito clara entre duas zonas do laboratório. Uma está repleta de aparelhos diversos utilizados em diferentes tarefas: corta-se, cose-se, mistura-se, agita-se, marca-se, etc. Outra contém exclusivamente livros, dicionários e artigos, trabalhando-se apenas com material escrito: lê-se, escreve-se, digita-se ao computador. Além disso, os que pertencem à segunda seção, e que não usam jaleco branco, passam longo tempo discutindo com seus colegas, de jaleco branco, da primeira seção. Os “bacharéis” lêem e escrevem sentados à mesa, enquanto os “técnicos”, passam a maior parte do tempo ocupados com os aparelhos (LATOURET, 1997, p.37). Tais proporções qualitativas estão além das fronteiras entre os países: no laboratório em questão, estudado por Latour, é mencionado claramente 6 nacionalidades diferentes e 4 tipos de profissionais, de acordo com a função exercida, envolvidos diretamente com a rotina do laboratório (químicos-pesquisadores, “técnicos” - que preparam o laboratório, etc.-, secretárias e empregados - que depositam carregamentos, efetuam limpeza, etc.).

²⁰ Pois “[...] Não é mais o trabalhador que intercala o *objeto natural modificado* como membro intermediário (*Mittelglied*) entre ele e o objeto. Mas ele intercala o *processo natural* que ele transforma em um processo *industrial* como intermediário (*Mittel*) entre ele e a natureza inorgânica que ele *submete* (*sich bemeistert*)” (MARX *apud* FAUSTO, 2002, p.130).

²¹ Ao observarem o surgimento de uma corrente elétrica entre uma ponta finíssima de tungstênio e a superfície de uma amostra de platina, denominado por eles de corrente de tunelamento, “que só pode ser explicada com base na mecânica quântica, uma teoria sobre os fenômenos que ocorrem no diminuto mundo dos objetos com dimensões de átomos e moléculas” (ZANETTE&CCARIDE, 2000, p.34), os dois pesquisadores acrescentaram a essa ponta um sistema que permitiu a ela se deslocar sobre a amostra estudada, inventando assim o chamado STM. (*Op.cit.*). “A ponta e o substrato onde se deposita a amostra ficam ligados por um circuito. Aplica-se uma tensão elétrica no circuito e abaixa-se a ponta do microscópio até quase encostar na amostra. É ‘quase’ imperceptível ao olho humano, pois a distância entre a ponta e a amostra chega a alguns nanômetros. Pois os elétrons, que só deveriam passar da amostra para a ponta se as duas estivessem encostadas, simplesmente pulam pelo ar mesmo - tunelam - , fechando o circuito entre a ponta e a amostra, e criando uma corrente com uma voltagem infinitamente pequena, da ordem de alguns nanoampéres [...] Com o microscópio de efeito túnel, passou-se a enxergar os átomos, antes jamais vistos, e, melhor ainda, conseguiu-se manipulá-los. Certo que dizer ‘enxergar’ átomos chega a ser uma licença poética, pois o que se vê é uma imagem simulada da variação da corrente elétrica. O levantar e abaixar da ponta do microscópio é uma operação que exige precisão muito além do que qualquer mão humana ou mecânica possa alcançar. Esse trabalho é feito pelos cristais piezelétricos, como o quartzo, que se expandem ou encolhem quando recebem tensão elétrica (sim, mexem-se apenas alguns nanômetros). Há três cristais: o do eixo z (que se move para cima e para baixo), o x (para frente e para trás) e o y (para a esquerda e para a direita). Quando a ponta do microscópio começa a varrer a amostra, movendo-se nos eixos x e y, o eixo z fica na mesma. Porém, quando a ponta encontra uma pequena montanha pela frente, ou seja, um átomo mais alto que os outros, a voltagem da corrente elétrica aumenta, pois a distancia em relação à amostra diminui. No modo de operação mais comum, o de voltagem constante, o eixo z deve, portanto, receber uma alteração de tensão, para que se contraia e suspenda a ponta do microscópio de modo a fazer a voltagem retornar ao valor prévio. A variação da tensão do cristal z resulta num gráfico, que é transformado em imagem - está pronta a fotografia dos átomos. Obviamente, o microscópio de efeito túnel só funciona com amostras de

materiais condutores ou semicondutores; do contrário, não haveria passagem de corrente elétrica”. (CARDOSO, 2005, p.2-3)

²² “Hoje, a tecnologia por trás dos SPM permite estudar diretamente forças entre átomos e moléculas em suas mais amplas variações, bem como forças de atrito, elétricas, magnéticas e químicas. O maior impacto dessa tecnologia é possibilitar a observação de estruturas em escala atômica no espaço real. E isso vale tanto para materiais condutores de eletricidade (como no caso do STM) quanto os isolantes elétricos, além de todos os tipos de materiais difíceis de estudar com microscópios eletrônicos. Outra vantagem desse tipo de equipamento é a sua capacidade de operar à temperatura ambiente, na presença de ar, o que reduz consideravelmente seu custo de construção e operação. Há também a possibilidade de repetir várias vezes a experiência nas mesmas condições, pois a amostra, além de não ser danificada pela experiência, dispensa técnicas sofisticadas de preparação prévia”. (ZANETTE&CARIDE, 2000, p.34).

²³ Gerd Binnig “inventou” “[...] uma ponta de microscópio capaz de enxergar qualquer coisa. Ele acoplou à ponta um pequeno fragmento de diamante, que contorna os átomos da amostra exercendo uma pressão pequena o suficiente para não destruí-la. É o microscópio de força atômica (AFM, em inglês). Conforme o fragmento de diamante se move, quando encontra saliências, move-se também a ponta, criando-se então, imagens como no SIM. Mais importante do que ver átomos é a possibilidade de movê-los, um a um. Isso acontece quando se aplica uma tensão elétrica muito forte entre a ponta do microscópio e a amostra - um átomo salta e gruda na ponta. Se a polaridade da corrente for invertida, o átomo volta para baixo com força, ficando encravado naquele ponto” (CARDOSO, 2005, p.4).

²⁴ Para ler mais sobre a importância e as especificidades técnicas de cada aparelho, ver Zanette&Caride (2000), Valadares (2005).

²⁵ Para a física clássica - que é expressão ideal da máquina-ferramenta-automática que tem como limite a alteração da forma exterior do objeto, o conhecimento das propriedades físicas macroscopicamente, o *conhecimento da natureza* - “uma partícula tem seu estado bem determinado por sua posição e seu momento (o produto de sua massa por sua velocidade). Com base apenas nessas duas grandezas, é possível prever, em um determinado instante, os resultados de qualquer medida efetuada sobre ela” (DADIDOVICH, 2004, p.24). Sempre se pode supor de acordo com a física clássica (que interpõe fenômenos macroscópicos) a possibilidade de medir um sistema de modo que a perturbação causada seja desprezível (*Op.cit.*).

²⁶ Donde a importância que Wiener (1954) atribui a Boltzmann e Gibbs, “mais do que a Einstein, Heisenberg ou Planck, à primeira grande revolução da Física do século XX” (WIERNER, 1954, p.12). Boltzmann e Gibbs introduziram “[...] a estatística na Física de maneira muito mais completa, de sorte que a abordagem estatística se tornou tão válida não apenas para sistemas de enorme complexidade, mas inclusive para sistemas tão simples quanto o de uma única partícula num campo de força”. “A estatística”, continua Wiener, “é a ciência da distribuição, e a distribuição tencionada por esses cientistas modernos não dizia respeito a grande número de partículas similares, mas às várias posições e velocidades a partir das quais um sistema físico poderia ter início. Por outras palavras: no sistema newtoniano, as mesmas leis físicas se aplicavam a uma multiplicidade de sistemas que se iniciavam a partir de uma multiplicidade de posições e momentos. Os novos estatistas lançaram inédita luz sobre este ponto de vista. Mantiveram, na verdade, o princípio segundo o qual se poderiam distinguir certos sistemas de outros pela sua energia total, mas rejeitaram a suposição de que sistemas com a mesma energia total pudessem ser distinguidos com nitidez, indefinidamente, e descritos para sempre por meio de leis causais” (WIERNER, 1954, p.10).

²⁷ Esses equipamentos passaram a usar feixes de partículas cujo comprimento de onda é menor do que o da luz visível, passando a ser denominado SEM (sigla, em inglês, para microscópio de escaneamento) ou TEM (microscópio eletrônico de transmissão) (ZANETTE&CARIDE, 2000).

²⁸ “Desde que o pesquisador americano Don G. Eigler, do laboratório da IBM na Califórnia, nos Estados Unidos, alinhou átomos de xenônio para escrever o logotipo da empresa sobre uma superfície de níquel, começou uma verdadeira corrida entre os cientistas para conseguir o melhor domínio da técnica de arrancar átomos de um ponto e colocá-los em outro” (CARDOSO, 2004, p.4). No que diz respeito aos sistemas de laboratório da química e da biologia, o avanço para a nanotecnologia não *partiu* desses domínios, embora o pareça, porque “a nanociência e a nanotecnologia dedicam-se a desvendar essas novas propriedades e a explorar as suas múltiplas aplicações tecnológicas. É importante ressaltar, todavia, que, além dos tamanhos dos objetos, o que define a nanociência e a nanotecnologia são os novos procedimentos utilizados para se investigar o nanomundo. O estudo e a utilização de objetos nanométricos vêm de longa data. Os químicos, por exemplo, há muito estudam como os átomos se juntam para formar moléculas. Deste modo, a química deveria ser incorporada, pelo menos em parte à nanociência. O mesmo poderia ser dito em relação à biologia, uma vez que os organismos vivos são formados a partir de objetos nanométricos, ou seja, a partir de moléculas complexas ou de arranjos ainda mais complexos dessas moléculas. A nanoquímica vai muito além dos procedimentos tradicionais adotados pelos químicos para sintetizar compostos, como misturar, agitar, aquecer, filtrar, destilar, etc. Os químicos, além desses métodos, utilizam agora técnicas mais elaboradas. Inicialmente uma molécula é projetada. Para fabricá-la, são utilizados métodos que envolvem manipulação da matéria na escala atômica, não raro em ambiente de ultra-alto vácuo. Para que a molécula adquira as propriedades desejadas, um novo átomo ou conjunto de átomos ligados deve ser adicionado em um ponto predeterminado da molécula. É como se os químicos brincassem de lego, com a diferença de que as peças básicas agora são átomos e moléculas. Enfim, o que caracteriza tanto a nanociência quanto a nanotecnologia é a adoção de técnicas que permitem tanto visualizar como manipular a matéria na escala nanométrica, incluindo a manipulação direta de átomos”. [sublinhado nosso] (VALADARES, 2005, p.53).

²⁹ São estruturas nanométricas de átomos de carbono rearranjadas pelos homens. Os nanotubos são folhas de grafite que se enrolam para formar tubos com diâmetro variando entre 2 e 5 nm; apresentam várias propriedades inéditas, a começar pela resistência mecânica. Eles permitem fabricar sólidos quatro vezes mais leves e pelo menos cinco vezes mais resistentes que o aço gerando aplicações relevantes para a indústria mecânica. (VALADARES, 2005). Possuem propriedades elétricas podendo atuar com característica semicondutora, condutora e até supercondutora, e condutividade térmica.

³⁰ Moléculas aplicadas em *drug delivery*, portando outras moléculas por auto-organização hierárquica, o que permite a limpeza de ambientes através do aprisionamento de íons metálicos.

³¹ A exemplo, ver o anexo1 - que traz o quadro sobre as redes identificadas e os laboratórios existentes no Brasil - do seguinte documento: MCT, Proposta do GT criado pela portaria do MCT nº 252 como subsídio ao Programa de desenvolvimento da nanociência e da nanotecnologia do PPA 2004-2007.

³² A exemplo, “o que atualmente limita a possibilidade de utilização de células solares em grande escala é seu custo de fabricação e seu rendimento, dois problemas que a nanotecnologia deverá estar em condições de resolver sem dificuldade”. (LEVY, 2000, p.14).

³³ Em 2004, o orçamento para desenvolvimento da área de nanociência e nanotecnologia prevê investimentos oficiais de R\$ 8,7 milhões. Até 2007, segundo o PPA, esses investimentos devem totalizar quase R\$ 80 milhões. É pouco, quando comparamos os investimentos realizados por países desenvolvidos nesse segmento. Os Estados Unidos, por exemplo, investiram algo em torno de US\$ 1,5 bilhão no ano passado nessa área, sendo US\$ 900 milhões do governo e US\$ 600 milhões da iniciativa privada (BRAZIL, 2004, p.4).

³⁴ Uma sistematização é feita por Martins (2003) dentre as perspectivas: globalista, da hegemonia compartilhada, neodesenvolvimentista, do sistema mundial, da teoria da dependência em sua versão marxista.

³⁵ Algumas das produções vinculadas à Unesco, por exemplo, são Braslavsky (2003, 2005), Campbell (2002), Carnoy (2003), Delors (2006), Diskin (2002), Morin (2000, 2003), Noletto (2004), Werthein (2000, 2004).

³⁶ Esse conjunto se impõe à tarefa de a) superar o poder ilusório da educação (que caracteriza as teorias não-críticas) bem como a sua impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas) e b) colocar nas mãos dos educadores uma arma capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado (SAVIANI, 2005).

³⁶ Deste valor, R\$ 18 milhões sob contrato com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, Idaletto Malvezzi. *Transcendência (aufhebung), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx; ou de como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido*. 2005. 56f. Tese de Pós-Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unesp, jun-2005a. (Texto Inédito).

_____. *Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx: ou de como o homem se liberta do trabalhador*. 2005. 44f. Tese de Pós-Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unesp, mar-2005b. (Texto Inédito).

_____. *Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho*. 2004. 59f. Tese de Pós-Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unesp, dez-2004. (Texto Inédito).

_____. Marxismo e Geografia. In: ALBA, Rosa S., OTSUSHI, Cristina e ZIBORDI, Antônio F.G. (orgs.) *O ensino da Geografia no novo milênio*. Chapecó, SC: Argos, p.13-58, 2002.

_____. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernadete W. (Org.). *Educação para o (des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade emprego é um tormento*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.109-131, 1999.

BRASLAVKY, Cecília et alii. *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI*. São Paulo: Moderna, 2005.

_____. *Aprender a viver juntos: educação para a integração na diversidade*. Brasília, Unesco, IBE, 2003.

BORN M., AUGER P., SCHRÖDINGER E., HEISENBERG W. *Problemas da Física Moderna*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1969.

BRAZIL, Carlos. *O que é, como evoluiu e em que dimensão se encontra a nanotecnologia*. [Documento eletrônico] 8/10/2004, p.1-5. Disponível em < <http://www.universia.com.br/materia> >. Acesso em 16 julho 7 2005.

CAMPANA, Samya. *A emancipação humana a partir da síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais: o sistema de laboratório*. 2006. 256f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, UFSC, 2006.

CAMPBELL, Jack (org.). *Construindo um futuro comum: educação para a integração na diversidade*. Brasília, Unesco, 2002.

CARDOSO, Fátima. *Nanotecnologia: a arte de montar matéria átomo por átomo*. Mar/2005 [Documento eletrônico]. Disponível em < <http://www.geocities.com/capacana-veral> > Acesso em 13 julho 2005.

CARNOY, Martin. *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber*. 2ª ed. Brasília, DF: Unesco, 2003.

DADIDOVICH, Luiz. Informação quântica: do teletransporte ao computador. In: *Revista Ciência Hoje*. v.35, n.206, p.24-29, jul-2004.

DELORS, Jacques et alii. *Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a Unesco da comissão internacional sobre educação para o século XXI*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura G. *Paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas escolas*. Brasília: Unesco, 2002.

ESTAÇÃO CIÊNCIA. *A Energia e as Transformações Químicas: a combustão química*. In: *Estação Ciência: Exposições apresentadas na Eciência*. USP.pp.4 [Documento eletrônico]. Disponível em < <http://www.eciencia.usp.br/exposicao> >. Acesso em 26 julho 2005.

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política*. Livro III. São Paulo: Ed.34, 2002.

FERRAZ NETO, Luiz. Primeiros Passos da Física Moderna. sd, p.1-3. [Documento eletrônico]. In: *Primeiros Passos: evolução das idéias*. Disponível em < <http://www.feiradeciencias.com.br> > Acesso em 05 agosto 2005.

FEYNMAN, Richard. Há muito espaço lá embaixo: um convite para penetrar em um novo campo da física. 1959. [Documento eletrônico]. In: *ComCiência - Nanotecnologia&Nanociência*. n.37, nov., 2002. Disponível em < <http://www.comciencia.br> > Acesso em 16 julho 2005.

GROOTE, Jean-Jaques. Max Planck e o início da Teoria Quântica. [Documento eletrônico] In: *ComCiência - Física Moderna: mito e ciência*. n.20, mai., 2001. Disponível em < <http://www.comciencia.br> > Acesso em 05 agosto 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, p. 5-75, 1998.

LATOUR, Bruno, WOOLGAR, Steve. *A vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEVY, Frederic. *Introdução à nanotecnologia molecular*. [Documento eletrônico] Conferência proferida na Academie Interdisciplinaire des Sciences de Paris (AISP). Disponível em < <http://supertrunfonet.tripod.com/trunfonticiadofuturo/id3.html> > Acesso em 12 julho 2005

MARTINS, Roberto de Andrade. Física e História. In: *Revista da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência*. Edição Ciência e Cultura - temas e tendências: Física. Ano 57, n.3, p.1-8, jul-ago-set. 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O Capital: o processo de produção do capital*. Livro I, v.1, 15ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. *Teorias da Mais-Valia*. Livro Quarto, v.1. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MEES, C. E. Kenneth. *The Organization of Industrial Scientific Research*. New York, McGraw-Hill Book Co., 1920. [Documento eletrônico]. Disponível em < <http://www.inovacao.unicamp.br/report/inte-kodak.shtml> > Acesso em 12 julho 2005.

MÉSZÁROS, István. A alienação e a crise da educação. In: _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Editora Cortez: São Paulo, 2000.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez, 2003.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch, et alii. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. 3ª ed. Brasília: Unesco, 2004.

PRADO, Eleutério. Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo - uma crítica a A.Negri e M.Hardt. In: *Revista Crítica Marxista*. n.17, p.109-130, nov.2003.

RUMJANEK, Franklin. Fronteiras da ciência: ética e desenvolvimento. In: *Ciência Hoje*, v.35, n.206, p.22-23, jul-2004.

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

_____. *Escola e democracia*. 37ª ed. Campinas: Autores associados, 2005.

THEIS, Thomas. *La inmensidad de lo mínimo: breve introducción a las tecnologías de nano escala*. [Documento eletrônico] In: GRUPO ETC., *Washington Post*, 22 de febrero de 2004. jun.2004. Disponível em < www.etcgroup.org >. Acesso em 10 março 2005.

TOMA, Enrique E. Química e Nanotecnologia: é hora de despertar! In: *Informativo CRQ-IV: Nanotecnologia*. Edição de jan-fev-2005. [Documento eletrônico]. Disponível em < www.crq4.org.br/informativo/fevereiro_2005 >. Acesso 3 maio 2005.

VALADARES, Eduardo de Campos. *Aplicações da Física quântica: do transistor à nanotecnologia*. 1ªed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005. (Temas atuais de física).

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. *Educação e conhecimento: a experiência dos que avançaram*. Brasília, DF: Unesco, 2004.

_____. *Fundamentos da nova educação*. Brasília: Unesco, 2000.

WIERNER, Norbert. *Cibernética e Sociedade: o uso de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1954.

ZANETTE, Susana Isabel, CARIDE, Aníbal Omar. As novas imagens da matéria. In: *Revista Ciência Hoje*. v.27, n.132, p.32-38, jul-2000.

DOS PROGRAMAS OFICIAIS PARA A EDUCAÇÃO RURAL AOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OF THE OFFICIAL PROGRAMS FOR THE RURAL EDUCATION TO THE PROJECTS OF EDUCATION OF THE FIELD OF THE SOCIAL MOVEMENTS

Mara Rita Duarte de Oliveira¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central discutir os programas oficiais destinados à educação das populações do campo, fazendo uma incursão dos anos 1930 até os anos de 1990. Apontando nesse percurso o surgimento das experiências de propostas educativas dos Movimentos sociais ligados à luta pela terra, em especial, dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FRETAGRI), tais propostas desenvolvidas no Estado do Pará, são experiências de resistência às propostas oficiais homogenizadoras que deslegitimam e aviltam a identidade camponesa. Ainda, no campo das experiências educativas dos movimentos sociais aponta o caráter emancipador de tais propostas e a contribuição dessas para novos itinerários educativo da educação campo.

Palavras chaves: Educação, Campo, Movimentos sociais, Emancipação

Abstract

This paper aims to discuss the central official programmes for education of the populations of the field, making an incursion of the years 1930 to the year 1990. Point in that journey the emergence of the experiences of educational proposals of social movements linked to the struggle for land, in particular, the Movement of Rural Workers (MST) and the Federation of Workers in Agriculture (FRETAGRI), such proposals developed in the state of Idaho, are experiences of resistance to proposals that homogenizadoras official deslegitimam and humiliate the identity peasant. Still, in the field of educational experiences of social movements shows the character of emancipating such proposals and the contribution of these new routes to educational education field.

Key words: Education, Countryside, Social Movements, emancipation

1 A trajetória da educação rural nos programas oficiais (1930 a 1990)

Ao iniciarmos o debate em torno da educação rural à educação do campo², tivemos como preocupação colocar no centro das discussões o “*tratamento dispensado*” pelos dirigentes políticos à educação **rural** ao longo da história da educação brasileira, considerando as transformações sociais, políticas e econômicas e as conquistas que foram ocorrendo dentro desta área até chegarmos à construção do projeto popular de educação para as escolas do campo.

Para nós cabe realizarmos uma incursão dentro destes paradigmas educacionais, indo ao encontro do momento em que a educação rural tornou-se mais especificamente alvo de inúmeros programas oficiais do governo para o *desenvolvimento* social e econômico da sociedade, sendo esta educação entendida como um caminho para a redenção do(a) homem/mulher do campo e de uma forma mais ativa de inclusão do Brasil na modernidade do século XX.

Foi a crescente industrialização e a urbanização no mundo ocidental que veio a implicar mais profundamente na transformação do gênero da vida urbana (QUEIROZ, 1978, p. 56) causando também inúmeras modificações na vida rural. Poderíamos afirmar que no período que se inicia a industrialização no Brasil apenas algumas cidades conseguiram apresentar uma certa diferença de classes sociais, a homogeneidade no meio rural em algumas regiões se apresenta com a mesma estrutura anterior e em outras houve poucas alterações, o que quer dizer que em regiões mais pobres as diferenças entre o meio rural e o urbano em relação ao modo de viver (QUEIROZ, 1978, p. 59) eram quase imperceptíveis.

Durante muitos anos a educação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo *importado* da educação urbana e ao mesmo tempo esteve a serviço do interesse das oligarquias rurais e das oligarquias

agrário-industriais. Tal tratamento tem um fundo de descaso e subordinação em que esteve, em alguns casos ainda está, o meio rural.

Desta forma muitos programas educacionais foram elaborados com intuito de acompanhar as inovações no campo político-econômico e social da sociedade brasileira no século XX. Tais inovações exigiram que o estado³ se tornasse cada vez mais responsável pela oferta da educação, uma vez que agora não só a grande aristocracia cafeicultora e a oligarquia agrária procuravam a educação, a instrução, mas também uma outra parte da população, principalmente a pequena burguesia (comerciantes e profissionais liberais), despossuídas da riqueza da terra, mas concentradora de poder econômico e de relativo prestígio social, que reivindicava para si a escolarização como forma de garantir-se na disputa pelo poder.

Foi a partir da Primeira República que as elites mais tradicionais tiveram de, ainda que limitadamente, “*abrir mão*” do controle da oferta da escolarização em favor das classes emergentes e populares. Entretanto, dentro da política educacional prescrita pela dita “*República educadora*” ainda não havia programas educacionais de caráter específico destinado à escolarização no meio rural.

No período que sucedeu a República Velha, mais ou menos a partir da década de 1920, surgiram movimentos que objetivaram romper com a antiga ordem oligárquica e implantar definitivamente o modelo capitalista de produção para a modernização do Brasil. Tais movimentos, que exigiam mudanças no modelo produtivo para impulsionar a transferência de uma base econômica da área agrícola para a área industrial, impuseram à educação escolar a necessidade de adequar-se ao novo contexto, tendo de se adaptar aos novos papéis que lhe eram exigidos, quais sejam: qualificar mão de obra para atender à economia industrial emergente e fortalecer o capitalismo nacional.

Ainda na década de 20, com o crescimento do grande fluxo migratório interno, com as populações do interior brasileiro saindo do campo em busca de trabalho em áreas mais industrializadas, ocorreu, conseqüentemente o inchaço

populacional nas cidades o que originou graves problemas de ordem social e política. Nesta ocasião, começa a aparecer algum interesse em torno da educação rural, no sentido de conter a migração rural e urbana e de tal modo a evitar um colapso nas cidades. Desta forma surge o que foi denominado de *ruralismo pedagógico*, que consistia em uma ação voltada para “prender” o homem/mulher ao campo, evitando-se ainda o inchamento populacional das grandes cidades que iniciavam seu processo de urbanização e industrialização. Segundo Leite esse movimento pode ser definido da seguinte maneira:

O ruralismo no ensino permaneceu até a década de 1930, uma vez que a escolaridade mantinha-se vinculada à tradição colonial e distanciada das exigências econômicas do momento. Somente após os primeiros sintomas de uma transformação mais profunda no modelo econômico agroexportador é que a escolaridade tomara posições mais arrojadas. (LEITE, 1999, p. 29).

Com as transformações que vão se construindo ao longo da década de 20, em especial no campo, no que se refere aos aspectos político-ideológicos surgiram expressivas mudanças, apareceram movimentos culturais e pedagógicos e começou-se a respirar *outros ares* no Brasil.

Com a chegada da “*revolução*” de 1930 houve a conquista da hegemonia política pelo grupo industrial-urbano que manteve a prática das negociações com variados setores inclusive o agrário. Nesse momento, são organizadas na educação duas frentes: uma para continuar a conter a migração no campo e outra técnico-profissional para atender as demandas das cidades.

É também nesse período que o governo cria o Ministério da Educação e Saúde com a finalidade de valer-se da educação como *instrumento* para sanear as epidemias que se difundiam no meio rural, e também há incentivo às reformas de política pública, com a tendência de fazer a *volta aos campos* como forma de deter a atração das classes rurais para a cidade e com essa preocupação de povoar e sanear a zona rural (PAIVA, 1987, p.127).

Também se intensificaram as reivindicações pela ampliação da oferta do ensino sob responsabilidade da União, reclamava-se cada vez mais a intervenção do poder estatal a favor do ensino público. Assim, em 1931 realizou-se a IV Conferência Nacional de Educação que teve como tema “*as grandes diretrizes da educação popular no Brasil, com a preocupação central a intervenção federal na difusão do ensino primário, técnico, normal e profissional*” (XAVIER, 2002, p.17).

Tais debates de cunho ideológico e pedagógico são influenciados pela iniciativa de alguns educadores, que em 1932 lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação que impulsionou grandes transformações na educação brasileira. Para esses entusiastas da educação, para que houvesse desenvolvimento no Brasil era preciso desenvolver as forças econômicas e sociais, sendo necessárias reformas tanto no âmbito econômico quanto educacional.

Destarte, as ações educacionais reservadas ao meio rural, também foram influenciadas pelo movimento de renovação educacional. Assim, a partir de 1933 que se inicia a Campanha de alfabetização na Zona Rural, em um clima ainda de ruralismo pedagógico, organizaram-se cursos de capacitação para os professores. Em 1935 foi realizado o 1º Congresso Nacional do Ensino Regional, que contribui para a fundação da Sociedade Brasileira da Educação Rural, em 1937, que tinha como objetivo propagar a educação rural (PAIVA, 1987, p.129). Proliferaram-se os planos de educação, nos quais recomendava-se escolas *ambulantes* nas regiões de menor densidade geográfica.

É exatamente com o começo do Estado Novo (1937 a 1945), que se fortaleceu a preocupação com a escolarização da população do meio rural, frente à questão dos permanentes índices de analfabetismo e do fluxo migratório interno que continuava a ser um incômodo às elites urbanas. Eis como surgem os primeiros programas de oferta de educação no meio rural, no sentido de manutenção produtiva e desenvolvimento da sociedade política e civil.

Devido às mudanças sócio-econômicas que aconteceram no país,

ocorreu o reconhecimento da importância da escola para a sociedade: a escola passa a ser entendida como espaço generalizado de socialização e transmissão de conhecimento (NASCIMENTO, 2001, p.99), importante para a ascensão social dos indivíduos. Por isso Vargas fecha as escolas alemãs e japonesas, assim como as escolas livres de orientação anarquista, e obriga aos imigrantes a frequentarem as escolas brasileiras (NASCIMENTO, 2001, p. 101), como forma de difundir e inculcar os valores nacionalistas do Estado Novo.

As proposições getulistas do Estado Novo de certa forma mantiveram a tradição escolar brasileira, garantindo a obrigatoriedade e a gratuidade da escolaridade, porém dando ênfase nas escolas primárias e secundárias ao desenvolvimento de uma política educacional voltada para o ensino vocacional urbano destinado especialmente as classes populares. (LEITE, 1999, p. 30).

Na Era Vargas o governo mostra cada vez mais interesse nas possibilidades ideológicas da ação educativa, assim a educação era entendida como um instrumento do estado e, como tal, deveria servir aos seus interesses.

Surge a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER 1952 a 1963), na qual se reflete a orientação dos organismos internacionais em relação à educação dos adultos analfabetos, instalando suas missões em pequenas comunidades do interior do país (PAIVA, 1987, p.161). O objetivo da CNER era contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural, despertando nele o espírito comunitário, a idéia, o valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo (PAIVA, 1987,p.197). As atividades da CNER tiveram dois pontos de apoio: as missões e os centros rurais de treinamento destinados a professores leigos e à preparação dos filhos dos agricultores para atividade agrícola (PAIVA, 1987, p. 201).

Além desses programas, podemos citar outros importantes como: a) A Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) que

tinha por objetivo investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida rural brasileira; contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo; preparar técnicas para atender às necessidades da educação de base, etc. b) Centro de Treinamento; c) Semanas Ruralistas; d) Clubes Agrícolas; e) Serviço Social Rural (SSR), o qual mantinha um sistema de conselhos regionais, sediados nas capitais dos Estados em todo território brasileiro. Havia também a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), hoje EMATER, que também se investiu no Programa de Extensão Rural que objetivava o combate à carência, à subnutrição e às doenças (LEITE, 1999, p.33).

Na implantação destes programas não foram levadas em consideração as especificidades de cada região, ou seja, não houve estudos ou pesquisas que apontassem as reais necessidades e os problemas enfrentados por cada região a ser beneficiada. Esses programas são despejados em uma determinada região, simultânea ou sucessivamente, sem que seus efeitos sejam cientificamente avaliados. (CALAZANS et al, 1981, p. 167).

Assim, a educação rural é chamada para se ajustar às políticas educacionais estabelecidas pelo projeto do estado, entretanto ainda havia uma grande diferença na forma como as populações do campo e da cidade eram tratadas. Enquanto o setor urbano era tido como moderno e desenvolvido, o setor rural ainda era considerado como tradicional e atrasado, dentre outros adjetivos de caráter pejorativo dirigido ao campo e suas populações. A educação rural em primeiro lugar, apesar de numerosos programas desenvolvidos, sempre representou uma fatia muito pequena e marginal nas preocupações do setor público (CALAZANS, 1981, p.162).

Diante da pouca operacionalidade dos programas realizados até então e do agravamento das disparidades socioeconômicas entre as regiões brasileiras, vão se desenvolver, durante as décadas de 1960 e 1970, outros programas de atendimento à *carência rural*. Entretanto, todos ainda continuavam na mesma

lógica dos anteriores e, por isso, seus resultados não foram menos desastrosos. Entre as novas instituições, não podemos deixar de citar os de cunho setorial, tais como *SUDENE, SUDESUL, INCRA E SUDAM*⁴, todos com o objetivo de fixar o homem/ mulher no campo e ao mesmo tempo conter a expansão dos movimentos agrários e das lutas camponesas (LEITE, 1999:41) que se alastravam pelo Brasil, contaminando os movimentos populares e estimulando as organizações sindicais como: Movimento de Educação de Base (MEB) e os Centros de Cultura Popular (CCP), ambos influenciados pela proposta de educação do Sistema Paulo Freire (GOHN, 1994, p.44).

Os resultados dos programas governamentais foram os fortalecimentos da hegemonia social da classe dominante, da discriminação sócio-cultural e do aumento das dependências econômicas e sociais dos segmentos subalternizados, em especial das populações rurais que estão em regiões menos desenvolvidas do país. Deste modo identificamos que *esta é a linha* dominante e, que pode ser percebida nos projetos educacionais realizados nos dias atuais sob responsabilidade das instituições como Ministério da Educação e Cultura, INCRA e EMATER entre outros. (...) que se referem às perspectivas do governo para educação rural na década de oitenta. (CALAZANS, 1981, p. 181).

Dentro desse modelo educacional brasileiro hegemônico, a educação escolar constitui-se em um forte espaço de reprodução e produção das classes sociais e de seus conjuntos de ideologias, como ocorridas nas décadas anteriores, no qual as políticas educacionais implementadas materializam os projetos definidos e articulados pelo estado que estão afinadas com o modelo de “governabilidade”, implicando na construção do conhecimento social muitas vezes voltado unicamente para a produtividade econômica.

E apesar desses diversos mecanismos de reprodução social apresentados por essas políticas implementadas no meio educacional rural, numa tentativa de homogeneizar a educação, desvalorizando as diferenças históricas e

culturais construídas dentro dos processos educativos e que se desencadeiam no interior das relações sociais, não podemos deixar de lembrar o alerta de Arroyo ao afirmar que há uma outra *pedagogia em marcha* (1995, p.80) e que a história das lutas entre as classes sociais não se limitam à luta pelo poder, mas se constituem impulsionadoras da história da humanidade que não aguardam passivamente seu destino, mas ao contrário: articulam-se em torno de suas lutas para garantir seus direitos, sua dignidade e sua participação democrática na sociedade.

Deste modo, as classes hegemônicas, através dessas políticas educacionais, se revestem de uma outra roupagem na tentativa de continuar no controle da oferta da escolarização. Porém, os movimentos sociais, opositores a essas classes, conscientes de seu poder de articulação, empunham bandeiras de lutas por uma educação alternativa que se materialize em uma pedagogia da resistência.

Frente a essa realidade, o desafio posto, tem sido pensar em uma educação do campo, em uma escola do campo, que visualize as mudanças sociais e consiga acompanhá-las, ao mesmo tempo em que possibilite a formação omnilateral⁵, vinculando o saber universal às experiências de vida dos(as) educandos(as), para que se tornem sujeitos participativos, dialógicos, humanizados e capazes de estabelecer os alicerces de uma nova ordem social.

Deste modo, mais recentemente as transformações sociais e a revitalização dos movimentos ligados à luta do campo, influenciaram significativamente na definição de novas diretrizes para a educação básica do campo, essas se referem desde a oferta da escolarização a seu financiamento. Encontramos na década de 90 um novo formato de educação destinada ao *meio rural*⁶. O governo federal, através de parceria com os vários ministérios e com movimentos ligados à luta do campo, lançou vários programas e projetos para a educação do campo. Esses são conquistas históricas desses movimentos que sempre estiveram a frente de seu tempo na luta pela democratização do ensino no Brasil. Entretanto, é preciso estar alerta para que tais conquistas não sejam

transformadas em instrumento de cooptação e controle do estado sobre a ação da sociedade civil organizada.

Como fruto dessas lutas contemporâneas no campo educacional, foi promovido em 1998, em Luziânia/GO, a Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, sob a coordenação da CNBB, MST, UNESCO e UNICEF, momento em que se pretendeu analisar experiências educacionais e de formação profissional desenvolvidas em áreas rurais ligadas ao propósito de construir este novo projeto nacional de educação.

Assim sendo, na conferência foram definidas diretrizes para a construção da educação básica do campo, em que:

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobre tudo, deve ser uma educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz". (Relatório da Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo 1998, p.24).

Nascem, então, as diretrizes para a construção do projeto popular para as escolas do campo, ao mesmo tempo em que se fortalecem as iniciativas já existentes da Pedagogia da Alternância⁷, todas vinculadas a um projeto maior de sociedade e ao mesmo tempo fundamentadas na legislação da educação brasileira, que como conquista dessa luta histórica dos movimentos sociais conseguiram garantir o reconhecimento da singularidade, da importância e contribuição da educação do campo para o desenvolvimento social.

2 OS PROJETOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DESENVOLVIDAS NO PARÁ

2.1 O MST e a Pedagogia da Terra.

A história da proposta pedagógica do MST pode ser encontrada nos assentamentos e acampamentos espalhados pelo Brasil, desenvolvendo-se desde a ciranda infantil ao ensino superior. Toda essa história teve várias fases: a de 1979 a 1984 é a fase do desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, quando o movimento começa a se organizar principalmente nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e a fase de sua formação efetiva, no ano de 1984.

No período de 1985, realizou-se o 1ª Congresso Nacional do MST. A partir de então, começa a ser articulado o Setor de Educação, que teria a responsabilidade de junto aos(as) assentados(as) e acampados(as) e ainda educadores e educadoras gestar a proposta de educação do movimento, que não se desvinculasse sobretudo do respeito à diversidade sócio-cultural de cada região.

A preocupação central do Setor de Educação, desde sua criação, era a formação de educadores(as). Isso foi aumentando gradativamente, quando nas escolas iam surgindo “*profissionais*” que se colocavam radicalmente contra a proposta defendida pelo Movimento. A atitude daqueles “*profissionais*” representou para o MST um duro golpe: era necessário repensar a formação docente, pois, o ambiente escolar não poderia ser aquele que, convencionalmente, vinha sendo proposto para as populações rurais.

Começa a luta por uma escola do campo nos acampamentos e assentamentos do MST. Compreendia-se que o acampamento e o assentamento do sem-terra do MST deveria ter uma escola e, de preferência, não uma escola qualquer (CALDART, 2001:45), mas uma escola inclusiva, que fosse assumida pelos sujeitos que a conquistaram, que ao mesmo tempo fortalecesse a luta dos povos do campo para serem reconhecidos como sujeitos sociais. E assim, ajudasse no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2001:66).

O ambiente educativo das escolas do MST propõe a organização e reorganização das relações sociais entre educadores(as) e educandos, combina no mesmo movimento pedagógico as diversas práticas sociais e educativas, cultiva a vida como um todo: a luta, o trabalho, a organização coletiva, o estudo, as atividades culturais, o cultivo da terra, da memória (CALDART, 2001, p.80).

A formação das educadoras e educadores é o centro dessa proposta, pois não há escolas no campo sem a formação dos sujeitos sociais do próprio campo, que assumam e lutem por esta identidade e por um projeto de futuro (CALDART, 2001, p.66). Toda a formação está marcada pela reflexão constante da prática e assim transforma-se em *práxis educativa* que alimenta e realimenta a vontade dos educadores e educadoras de fazerem uma escola diferente, que não seja excludente e seletiva, que não transforme aqueles que por ela passam em sujeitos sombrios e amargurados.

Atualmente, o MST também desenvolve em parceria com a Universidade Federal do Pará⁸, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)⁹, que se estende desde alfabetização de jovens e adultos à formação acadêmica de nível superior dos educadores e educadoras do MST, além das escolas de ensino fundamental difundidas nos acampamentos e assentamentos.

Toda a proposta do MST é uma outra *pedagogia em marcha*, que se contrapõe ao modelo oficial, que denuncia o abandono da *gente* do campo e exige a reforma agrária como um caminho para restituir a esses(as) cidadãos(as) a dignidade de terem seus direitos reconhecidos. Para o MST a educação e a luta social não se desvinculam, uma fortalece a outra e caminham juntas para a formação da nova sociedade brasileira.

2.2 A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA (EFA)

O Projeto de Educação para os jovens agricultores da região de Marabá-PA surgiu em outubro de 1993, no I Encontro de Jovens Camponeses dos STRs da FATA/CAT e foi inspirado principalmente nas experiências desenvolvidas nos estados do Maranhão e Espírito Santo, como também de outras experiências desenvolvidas na França. Para a efetivação da proposta, foi criada uma Comissão de Articulação para implantação da Escola Família Agrícola (EFA), formada por sindicalistas e jovens agricultores. Inicialmente, fundou-se a Associação de Pais e posteriormente a EFA. Deste modo:

A EFA iniciou seu funcionamento no dia 18 de março de 1996, com uma primeira turma de 22 alunos, que iniciaram a partir da 5ª série até 8ª série do ensino fundamental, esta turma concluiu o curso em dezembro de 1999 com 13 alunos. Em abril de 1998 deu início a formação de uma nova turma com 22 alunos, atualmente 15 alunos estão em formação. Negociação com os órgãos públicos parceiros iniciará a partir de agosto de 2000 a formação de uma nova turma com 25 alunos, provenientes dos 17 municípios de abrangência da FETAGRI-Regional Sudeste. (Projeto pedagógico da escola família Agrícola – EFA, 2000, p. 07).

A EFA é a associação de famílias, profissionais e entidades, que juntas buscam a promoção do desenvolvimento do meio rural através da educação, utilizando a Pedagogia da Alternância. O objetivo principal da EFA é promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, estimulando o espírito de solidariedade através da formação do(a) jovem agricultor(a) que, possuidor de um saber técnico aliado a um saber universal, possa contribuir para esse desenvolvimento, fortalecendo a identidade do agricultor familiar e revitalizando as práticas culturais desses sujeitos na sua realidade local.

As experiências da Pedagogia da Alternância para a formação de jovens agricultores é praticada no Brasil de forma diversificada, através das EFA's - Escolas Famílias Agrícolas, CFR's - Casas Familiares Rurais, ECR's-Escolas Comunitárias Rurais e outras denominações¹⁰.

2.3. CASAS FAMILIARES RURAIS (CFR'S)

No Brasil, as propostas em torno da implantação das Casas Familiares Rurais datam de 1984, onde se localizam as primeiras iniciativas no sentido de consolidar-se um programa de educação para os jovens¹¹ do meio rural, que ao mesmo tempo em que possibilitassem uma formação geral e que pudesse complementar essa, com a formação prático-teórica que viesse colaborar para a intervenção desses jovens em suas realidades locais.

A CFR é uma instituição educativa de ensino informal, que visa oferecer aos jovens do meio rural uma formação integral adequada a sua realidade, que lhes permitam atuarem no futuro como profissionais no meio rural. O projeto é regido por uma Associação de Agricultores, do município, através de um Conselho de Administração eleito em Assembléia Geral, que tem o objetivo de participar do processo educativo dos jovens e administrar o projeto. (Programa de educação rural para o estado do Pará: casas familiares Rurais do Norte e Nordeste, Arcarfar, 1999, p. 03).

A primeira experiência registrada foi no estado de Pernambuco, na cidade de Riacho das Almas e no município de Barracão, Estado do Paraná, no ano de 1989. Atualmente, existem 39 CFR's no Estado do Paraná, 16 em Santa Catarina e 7 no Rio Grande do Sul.

Quanto ao Estado do Pará podemos afirmar que:

A proposta de instalação de uma Casa Familiar Rural nasceu do anseio dos agricultores, lideranças e profissionais da educação, preocupados com a busca de uma alternativa de ensino-formação para os jovens residentes no meio rural. As discussões sobre um Projeto Piloto da CFR aconteceram na Transamazônica, a partir de junho de 1994, através de um encontro, em Altamira, promovido pelo Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), em parceria com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), que contou com a presença do assessor das Casas Familiares Rurais no Brasil" (Programa de educação rural para o estado do Pará: casas familiares Rurais do Norte e Nordeste, Arcarfar, 1999, p. 03).

Todas as experiências citadas são fundamentais para se compreender os processos educativos que se desencadeiam no Estado do Pará, já que além das escolas ditas formais em que o tempo-comunidade e o tempo-escola estão desassociados assim como a relação escola/ trabalho estão colocadas como elementos dicotômicos no processo de aprendizagem de alunos e alunas, diferente desta educação escolar oficial, normativa, marcada por um modelo burocrático de escola. Essas experiências são frutos da organização popular, dos movimentos sociais e entidades não-governamentais e governamentais que caminham na direção da construção de uma educação popular.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A prática constante da reflexão de nossa experiência de pesquisa na zona rural de Rondon do Pará e as nossas vivências na região Sul e Sudeste do estado do Pará, mostraram - nos que os programas e projetos educacionais destinados ao campo têm se caracterizado, ainda, por um distanciamento entre o *proclamado* e o *efetivado*, porque nesse processo não são consideradas as manifestações sócio-culturais da infância e da juventude e as formas, níveis e estágios diferenciados de aprendizagem dos(as) alunos(as) que conseguem ingressar no universo escolar.

A educação escolar, como já dissemos em outras ocasiões, tem sido implantada, historicamente, através de um paradigma da reprodução social, contribuindo para que seus envolvidos (educadores e educadoras, educandos e educandas) transfigurem-se em pessoas insensíveis, passivas e subservientes. Essa educação escolar se sustenta na hierarquia, na normatização e reprodução das relações sociais de produção caracterizada pela submissão das classes despossuídas à classe burguesa dominante.

A escola que se nos oferecem de um modo geral, é uma instituição conservadora e resistente à idéia de movimento e obsta qualquer tipo de vínculo

direto com as lutas sociais (CALDART, 2001, p. 76). É preciso muita resistência para adequar-se ou sobreviver ao seu molde. Poderíamos, então até comparar o processo (des)educativo destinado às classes populares com a barbárie, pois destrói o prazer de aprender e de buscar o conhecimento. Assim, o ato educativo legítima, dessa maneira, as formas de opressão social.

Nesse modelo educativo, a escola constitui-se em representação da ideologia dominante, posto que o currículo escolar materializa essa ideologia de maneira explícita e implícita nas práticas educativas que se desenvolvem no meio escolar.

A educação escolar por nós analisada ao longo deste trabalho, aquela mesma que se processa e fundamenta-se muito mais em uma lógica na qual a escola é vista apenas como um espaço de redução do elemento educativo à institucionalização de um saber que é necessário ser assimilado de geração em geração (ARROYO, 1991, p.81), do que em uma lógica contrária, na qual a escola deve ser vista como um espaço social de conflito e de construção de novas perspectivas, rompendo-se, assim, com o imposto e o normativo e construindo outros caminhos para a educação.

A própria diversidade sócio-cultural dos(as) alunos(as) é reduzida às diferenças apenas dentro do campo cognitivo, desconsiderando-se as diferenças sócio-culturais e a totalidade das dimensões humanas dos educandos enquanto sujeitos sócio-culturais portadores de uma identidade singular que os revela, à medida que interagem com o meio social. Dentro desse processo educativo, esvazia-se a criatividade e a potencialidade dos atores escolares no sentido de construir suas dinâmicas particulares e de se desenvolverem de forma plena ou unilateralmente.

O que temos visto no Brasil é que as camadas populares foram alijadas do processo decisório sobre seus próprios destinos e isso ainda está distante de ser mudado. Todavia, encontramos resistências de alguns segmentos sociais que atuam no campo e que reclamam uma maior

participação no direcionamento do país para a superação de suas dificuldades sociais, estabelecendo vínculos entre si e se organizando em torno do bem comum.

Para alterar essa realidade é preciso a defesa e a construção de um projeto de educação de qualidade, que resgate a dignidade social das camadas populares, tão marginalizadas e desprovidas de suas condições básicas de sobrevivência. Em outras palavras, acenamos para uma proposta de educação básica que assuma, de fato, a identidade do campo, não só como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento no campo (Conferência Nacional por uma educação básica no Campo, 1998, p. 29).

A educação, especialmente aquela que deve se processar na realidade do campo deve ser entendida como meio de apropriação e possibilidade de criação de conhecimentos para os indivíduos através do domínio da leitura e da escrita inclusive, gerando um cidadão capaz de inserir-se criticamente no universo social da própria leitura e da escrita, agindo numa perspectiva transformadora.

Assim, para motivar nossas proposições no universo do possível, já elucidamos vários projetos em curso e outros já realizados em décadas anteriores, entre os quais a Escolas Família Agrícola (EFAs), as escolas dos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Casas Familiares Rurais (CFR's) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Essas experiências são marcadas pela compreensão de que é urgentemente preciso uma escola voltada para a realidade daqueles que habitam o campo, em igualdade social de oferta de escolarização e de qualidade de ensino. E é assim que se vão construindo tais iniciativas no contínuo devir dos processos históricos e sociais, sem se desconsiderar, é claro, a realidade desses grupos.

E é com base na crença de dar continuidade à transformação social e à cultura popular, que os movimentos sociais insistem em fazer, em construir, a história e celebrar seus compromissos com as lutas das populações do campo.

Acreditamos que não basta à otimização do acesso à escolarização básica, mas é necessário aprofundar (e acima de tudo) os investimentos em projetos educacionais que se articulem melhor com as comunidades as quais devam beneficiar e não as marginalizando, em nenhum momento, dos processos decisórios.

Eis aí o porquê da importância das experiências exemplificadas anteriormente, porquanto constituem contribuições fundamentais para uma escola do campo, emancipatória, reivindicativa e singular. Uma escola que seja um espaço político e pedagógico ao mesmo tempo, em que o tempo-escola e o tempo-comunidade se equacionem, onde professores e professoras assumam uma identidade cultural que lhes pertence e que os(as) educadores(as) desenvolvam práticas alternativas de ensino que desmonte a linguagem da lógica da dominação (GIROUX E MACLAREN, 1995, p.140).

Uma ação docente-discente que abarque a dimensão cotidiana da escola, em que os sujeitos escolares atribuam sentido às suas vidas através das complexas formas históricas, culturais e políticas e não apenas as incorporem, mas que sejam capazes de produzi-las (GIROUX E MACLAREN, 199, p.145).

A escola deve ser um lugar gostoso (ASSMANN, 2000, p. 23) e ao mesmo tempo um espaço criativo para que os sujeitos escolares possam construir novos conhecimentos. O conhecimento só emerge em sua dimensão vitalizadora quando tem algum tipo de ligação com o prazer. (ASSMANN, 2000, p.30). Somente quando prazer e conhecimento estabelecem ligações, é que a aprendizagem flui, e não como um amontoado de coisas que vão se reunindo, mas como um saber histórico com a marca do aprendiz.

Nesse longo caminho, cheio de obstáculos e desconstruções, é

imprescindível uma revisão radical de valores, uma crítica ao modelo pedagógico que esteve e ainda está instituído em nossas escolas e na realidade educacional do Pará.

E muito mais do que essa revisão radical de valores, é ainda necessário restabelecer parâmetros decisórios acerca dos projetos destinados às escolas, vislumbrando-se a elaboração de um projeto educacional coletivo, em parceria com todos os sujeitos envolvidos (alunos(as), professores(as), comunidade rurais e técnicos).

Estamos nos referindo a um projeto de educação rural que não seja apenas um programa a ser implementado nas zonas rurais, mas que, fundamentalmente, desponta em suas próprias estruturas devido às necessidades e perspectivas das populações rurais. (PETTY et al, 1981, p.34).

Fazer uma escola do campo possível, uma escola que leve em conta as peculiaridades e carências dos (as) aluno(as) e a elas se adapte nas metodologias, nos conteúdos e na organização do processo pedagógico (ARROYO, 1991, p.27), e que, ao mesmo tempo, reconheça e valorize o significado social das manifestações culturais e atenda aos interesses coletivos daqueles que dela possam e querem se beneficiar é tarefa dos movimentos sociais atrelados à luta campesina.

Só assim será possível escrever uma outra história da educação, uma história que ainda está por ser feita. Enfim, a proposição que defendemos é que só podemos fazer uma educação verdadeiramente emancipadora, em uma perspectiva (r)evolucionária, apenas se sonharmos (com paixão e utopia) na construção de uma escola rural, fruto da identidade cultural dos grupos sociais que estão no campo, na qual a riqueza cultural esteja aliada à riqueza tecnológica, possibilitando, desta maneira, a formulação de um saber-cultura que permita a realização pessoal e humana dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel (Org). *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Edições Loyola 1991.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: Rumo à uma sociedade aprendente*. 4ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

BENJAMIM, Cezar e CALDART, Roseli Salete. *Projeto Popular e Escolas do Campo*. 2ª edição. Brasília: DF: Articulação Nacional por uma educação no Campo, 2001. (Coleção Por um a Educação Básica no Campo nº 3).

CALAZANS, Maria Julieta C, et al. *Políticas educacionais: Questões e contradições da Educação Rural no Brasil* In: WERTEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs). *Educação rural no terceiro mundo: Experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e terra , 1981. p. 161 a 197.

_____. *Para compreender a Educação do Estado no meio rural - Traços de uma trajetória* In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. p.15 a 40

CALDART, Roseli Salete. *A escola do campo em e movimento* In: BENJAMIM, Cezar e CALDART, Roseli Salete. *Projeto Popular e Escolas do Campo*. 2ª edição. Brasília: DF: Articulação Nacional por uma educação no Campo, 2001. (Coleção Por um a Educação Básica no Campo nº 3).

_____. *Educação e movimento: Formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GIROUX, Henry e SIMON, Roger. *Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana com base para o conhecimento curricular* In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995. p 93 a 124

GIROUX, Henry e MACLAREN, Peter. *Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural* In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995. p 125 a 154

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Sociais e Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões da nossa época; v. 5)

_____. *Educação não-formal e cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época; v. 71)

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio?* In: BURSZTYN, Marcel. *Ciência, Ética e Sustentabilidade*. São Paulo: Cortez, 2001. p.95 a 113

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, Sociedade rural, sociedade urbana: Ensaio*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para Além do campo educacional: Um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Fontes documentais:

Programa de educação rural para o estado do Pará: Casas familiares Rurais do Norte e Nordeste, Arcafar, 1999.

FETAGRI – Regional Sudeste/PA. Projeto Piloto de Ensino Rural. Versão Preliminar, mimeo. s/d.

Projeto Pedagógico da Escola família Agrícola – EFA: Marabá, 2000.

Relatório da Conferência de Educação rural do sul e sudeste do Pará. Mimeo. Marabá-PA/2001.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Marabá. E-mail: mrdoma@ufpa.br

² Optamos por trabalhar com a expressão educação do campo, ao invés de educação rural, por acreditarmos que esta segunda não abarca com a complexidade dos processos educativos que se desencadeiam no interior da realidade educacional do campo.

-
- ³ Segundo Norberto Bobbio “o tema estado pode ser abordado de diferentes pontos de vista” (p.56), utilizamos como conceito de análise de Estado: sociedade jurídica responsável pelo ordenamento social de uma dada sociedade, com poder coativo para agir e legitimar o conjunto de interesses que estiver representando.
- ⁴ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência da Região Sul, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
- ⁵ Desenvolvimento pleno da capacidade intelectual e física, sem perder de vista a reflexão crítica.
- ⁶ Para nós a expressão *meio rural* não dar conta da complexidade do mundo rural e de suas populações por isso no decorrer deste trabalho, em especial em nossas considerações finais, optaremos pela expressão do campo, para designar todos os processos inerentes a essas populações.
- ⁷ A Pedagogia da Alternância permite aos jovens (alunos) alternarem período de vida de estudo e trabalho na escola e com a família na propriedade rural (lote), integrando assim escola, família e comunidade. Portanto, o alvo a ser atingido nesta concepção pedagógica é a formação global/integral da pessoa, levando em considerações as dimensões: intelectual-profissional, humano-social e ético-espiritual. (Projetos pedagógicos da EFA- Marabá, 2002).
- ⁸ Em parceria com a Faculdade de Educação – Universidade Federal do Pará vem sendo desenvolvido o curso de Pedagogia da terra a título de nível superior.
- ⁹ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) desenvolvido nas áreas rurais.
- ¹⁰ Relatório do seminário de educação da transamazônica e Xingu-Altamira-PA/1997, Relatório da Conferência de Educação rural do sul e sudeste do Pará-Marabá-PA/2001, Relatório do seminário de "Pesquisa Agroambiental na Região da Transamazônica" - Uruará-PA-1993, Projeto Piloto de Ensino Rural - FETAGRI/SUDESTE/PA, s/d, entre outros.
- ¹¹ Homens e mulheres, em uma proposta de co-educação sexual.

Nota dos Editores: Recebido em 19/04/2008. Aprovado em 12/05/2008

FERRAMENTAS SUBJETIVAS EM UMA METODOLOGIA SICOEDUCATIVA PARA A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES¹

SUBJECTIVE TOOLS IN A PSYCHOEDUCATIONAL METHODOLOGY FOR TRAINING AND RELATIONSHIPS OF WORKERS

Francisco Silva Cavalcante Junior²
Márcio Silva Gondim³

Resumo

No contexto contemporâneo, percebe-se uma dinâmica nas relações capitalistas de produção, direcionadas às solicitações do mercado de trabalho, sem atentar às necessidades humanas dos trabalhadores. Desse modo, o presente estudo relaciona-se ao debate em torno da formação humana, apresentando dados de uma investigação realizada junto a trabalhadores, por meio do *Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos* (MC), método agraciado com o Prêmio ILÍMITA 2005 de Fomento à Leitura na América Latina e no Caribe. O MC é uma abordagem psicoeducativa de desenvolvimento humano, que por meio dos múltiplos modos de expressão da palavra, objetiva desvelar potenciais subjetivos dos indivíduos. A investigação teve como intuito verificar as repercussões da utilização desse Método no desenvolvimento humano de trabalhadores de uma grande organização nacional. Foi uma investigação qualitativa de abordagem etnográfica, sendo utilizados como instrumentos para a coleta de dados a observação participante, entrevistas reflexivas e semi-estruturadas. Foram realizados oito encontros semanais em um período de dois meses com o grupo de trabalhadores. Verificou-se que os trabalhadores, integrantes do grupo, compartilharam ferramentas subjetivas trazidas consigo, encontrando um espaço seguro para se manifestarem, contemplando as diversificadas expressões humanas. Desse modo, o presente estudo objetivou contribuir à formulação de uma proposta psicoeducativa de formação humana voltada à classe trabalhadora.

Palavras-Chaves: subjetivação; formação humana; letramentos

Abstract

In the present context, a dynamics in the capitalist relations of production is perceived, directed to the requests of the work market, without attempting to the human needs of the workers. In this way, the present study is geared towards the debate around the formation of the human being, presenting data from an inquiry conducted with workers, by means of the (Con)text Method of Multiple Literacies (MC), a method which was awarded the Prize ILÍMITA 2005 of Promotion to the Reading in Latin America and the Caribbean. The MC is a psychoeducational approach to human development, that by means of the multiple ways of expression of the word, aims at revealing the subjective potential of the individuals. The inquiry had as its goals to verify the repercussions of the use of this Method in the human development of workers of a large national organization. It was a qualitative ethnographic inquiry, which used as instruments for data collection, participant observation, reflexive and

semi-structured interviews. Eight weekly meetings in a period of two months with the group of workers was researched. It was verified that the workers, members of the group, shared their subjective tools, finding a space safe to be disclosed, contemplating the diversified mode of expressions of human beings. In this way, the present study aimed at contributing to the construction of a proposal for psychoeducational training of human development for workers.

Key-words: Subjectivation – Work relationships – Human development

Através do exercício constante de ler o mundo e de ler a si mesmo, a participação de trabalhadores em Círculos de Letramentos (grupos em que se utiliza o *Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos*), conforme a proposta de pesquisa-ação do tipo etnográfico, configura-se como uma iniciativa de relevância social, que visa à prevenção das múltiplas patologias que vêm sendo construídas por práticas opressoras em diversos contextos no Brasil. A presente investigação deseja contribuir à construção de uma prática psicoeducativa saudável e despatologizante, que ajude os sujeitos a compreenderem e superarem as forças opressivas que os impedem de serem livres e construtores das subjetivações deles.

O *Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos* começou a ser concebido em 1994, em um Programa de Doutorado em Leitura e Escrita na *University of New Hampshire* (CAVALCANTE JR.,2000), sendo compreendido como uma prática psicoeducativa libertadora de desenvolvimento humano, que através das múltiplas formas de expressão estética da palavra visa resgatar os potenciais oprimidos no ser humano, para uma livre comunicação e expressão de idéias, pensamentos e sentimentos, capacitando-o como agente de *transformação* (ação para além das formas e fôrmas) pessoal, grupal e social.

Ainda em 1998, o método passou a ser aplicado nas vilas olímpicas de Fortaleza, em um projeto da Fundação Demócrito Rocha financiado pela Secretaria de Cultura do Estado, com jovens e adultos residentes nos bairros de Castelão, Conjunto Ceará, Genibaú e Messejana (CAVALCANTE JR. & PEREIRA, 1998). Em 1999, o método amplia os seus campos de atuação, chegando à sala de aula universitária da Universidade de Fortaleza - UNIFOR (CAVALCANTE JR., 1999, 2000, 2001) e às salas de aula de escolas públicas do município de Itapajé (BRAGA, 1999; CAVALCANTE JR., 1999/2000, CAVALCANTE JR., 2001). Em 2005, o *Método (Con)texto de Letramentos*

Múltiplos foi agraciado com o Prêmio ILÍMITA⁴ 2005 de Fomento à Leitura na América Latina e no Caribe, tendo sido objeto de estudo de pesquisas de Mestrado, com os trabalhos realizados por SILVA (2002); D'AGUIAR (2002); ARAÚJO (2003); DE PAULA (2003) e RODRIGUES (2003), que aplicou o Método (Con)texto para o desenvolvimento de trabalhadores em uma grande empresa nacional e sendo a investigação na qual este presente trabalho se fundamenta empiricamente, em uma releitura e proposta psicológica.

A aplicação desse método em um contexto organizacional teve o intuito de convidar os trabalhadores participantes de um grupo (nesta proposta denominado de Círculo de Letramentos) a se tornarem leitores de mundo (FREIRE, 1985, 1993; FREIRE & MACEDO, 1987) e a compreender por que eles fazem o que fazem nas suas vidas, trazendo a um nível de consciência as suas próprias condições culturais e históricas. Essa tomada de consciência leva-os a uma libertação das experiências opressivas e dominadoras (FREIRE, 1987) e cria um espaço de empoderamento, compreendido por Delgado-Gaitan (1996) como "um processo de revelação dos potenciais de uma pessoa, através da reflexão coletiva e diálogo contínuo, onde as diferenças cedem espaço para propósitos e objetivos comuns -- conseqüentemente, transformando vidas" (p. 11).

Tendo em vista que a investigação foi pautada no uso da escrita, compreendida aqui como os múltiplos letramentos humanos, vale destacar a relevância da pesquisa da escrita e letramentos, que tem sido objeto de investigação científica em várias partes do mundo. Nos Estados Unidos, destacam-se os trabalhos do psicólogo James Pennebaker, Ph.D., da *University of Texas*, que defende a tese de que a escrita pode contribuir para a melhoria da saúde física e mental de um sujeito. Uma compilação de mais de três décadas de pesquisas é encontrada no livro *Opening up: The healing powers of expressing emotion* (PENNEBAKER, 1997). Um outro estudo norte-americano (SMYTH, 1999) desenvolvido pelo psicólogo Joshua Smyth, Ph.D., da *North Dakota University* com colaboradores da *State University of New York at Stonybrook*, mostra que escrever sobre experiências estressantes reduz os sintomas físicos de pacientes com doenças crônicas. Na Europa, ganham destaques os trabalhos de pesquisas desenvolvidos na Grã Bretanha, especialmente, a do médico inglês Gillie Bolton da *Sheffield University*. Bolton

(1999) defende que todo triunfo, desastre ou alegria da vida de uma pessoa é uma história que espera ser escrita. Responsável pela criação de um método de escrita reflexiva, Bolton vem desenvolvendo pesquisas sobre o efeito da escrita na prática médica e alguns desses resultados são descritos no livro *The therapeutic potencial of creative writing: Writing myself* (Bolton, 1998). Neste presente trabalho, o recorte a ser trabalhado consiste na aplicabilidade do Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos em um contexto organizacional, junto a trabalhadores, com o objetivo de estudar uma pesquisa-ação que facilite aos trabalhadores a possibilidade de um desenvolvimento pessoal e profissional, analisando o processo de desenvolvimento dos sujeitos participantes desta investigação.

Metodologia

Na pesquisa foi acompanhado um grupo de trabalhadores, durante 8 (oito) semanas, com 1 (um) encontro semanal de 3 horas de duração, totalizando 24 horas/atividade por Círculo de Letramentos. Os Círculos foram formados por trabalhadores de uma grande empresa nacional, voluntários, de gênero, classes sociais e níveis de escolaridade diversos, respeitando o princípio básico da heterogeneidade do Método (Con)texto (Cavalcante Jr., 2001). A forma de condução da investigação qualitativa, enquadra este estudo na categoria de uma investigação do tipo *etnográfica centrada na pessoa* (Wolcott, 1999) e em uma proposta de pesquisa-ação (Stringer, 1999).

Em um Círculo de Letramentos, os participantes são convidados a compreender por que eles fazem o que fazem nas suas vidas, trazendo a um nível de consciência as suas próprias condições culturais e históricas. Essa tomada de consciência leva-os a uma libertação das experiências opressivas e dominadoras que tolheram os seus múltiplos potenciais, promovendo uma conscientização dos seus próprios valores culturais e a sua tolerância para com os diferentes jeitos de ser das muitas pessoas com quem convivem nos seus encontros diários. Contudo, somente a tomada de consciência do porquê de os participantes fazerem o que fazem nas suas vidas não é suficiente para sustentar um processo de conscientização em um Círculo de Letramentos. Eles precisam se sentirem autores do processo de transformação da consciência

em ação. Para que essa transição aconteça, precisam tirar de dentro deles as ferramentas que já existem e que permitirão o expressar de suas idéias e sentimentos.

Nos Círculos, os participantes descobrem que existem múltiplas formas de representação do mundo (poliforma) e muitas ferramentas (letramentos múltiplos) a serem escolhidas. O processo psicoeducativo se torna um produto da aprendizagem da leitura e composição de mundo, de modo que os participantes utilizem as múltiplas ferramentas partilhadas no grupo, que darão uma nova forma a cada pessoa participante do processo de empoderamento.

Vale destacar que o conceito de letramentos que estamos aqui apresentando defende que não existe somente uma única forma de ser letrado em um determinado contexto cultural. Ser letrado é ser capaz de usar as múltiplas ferramentas disponíveis para se ler e compor o mundo, aprendendo a dar o mesmo valor às múltiplas formas de representação das nossas respostas ao mundo.

As atividades foram conduzidas através dos 3 (três) estágios que compõem o *Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos*: a (L)eitura, a (E)scrita e a (R)ecriação. No primeiro (L), pede-se ao sujeito a leitura de um texto, que no caso desta pesquisa foi representado pelo livro *Talentos Brasileiros* (PACHECO, 2002) servindo como *estímulo evocativo* conforme o conceito da psicologia antropológica de George e Louise Spindler (1987), estimulando o trabalhador a (E)scriver sobre o *sentido pessoal* da sua leitura em um *diário refletido*, através do que denominamos de *texto-sentido*. O texto-sentido visa a resgatar a escrita autêntica do escritor, abrindo canais para a revelação e expressão de sentimentos, pensamentos e idéias, convidando-o a (R)ecriar as suas experiências vividas, como possibilidade de compreensão do seu processo de constituição como sujeito participante de um contexto cultural (BRUNER 1997, 1999). A leitura do livro selecionado não é obrigatória, podendo o escritor optar por escrever diretamente sobre as suas experiências pessoais, prazerosas ou traumáticas.

Resultados e Discussão

A partir do grupo conduzido por João de Arruda Câmara Rodrigues (RODRIGUES, 2003), verificou-se um processo grupal orientado positivamente, trazendo a emergência de categorias positivas, que foram trabalhadas no decorrer do tempo de realização do grupo e contribuíram para uma condição existencial mais saudável na experiência dos trabalhadores integrantes do grupo. Dentre as formas de expressão utilizadas pelos trabalhadores para comunicar os aspectos positivos e negativos, foram produzidos e compartilhados: conteúdos verbais, textos escritos, colagens, desenhos e poesias. As categorias que emergiram foram denominadas pelo pesquisador como: 1) “Autoconhecimento, aprendizagem e crescimento”, destacando-se uma aprendizagem centrada no desenvolvimento dos trabalhadores integrantes do grupo, de modo que os indivíduos percebessem, de modo crítico, o foco unicamente na execução correta de tarefas organizacionais, sendo registradas mudanças pessoais nas falas e escritas dos trabalhadores; 2) “Processo de mudança, resistências, medos, sofrimentos e motivações”, englobando nessa categoria a possibilidade de transformação dos indivíduos no contexto organizacional pesquisado, destacando-se uma superação de aspectos da personalidade “perdidos” diante de um acúmulo de inibições e dificuldades pessoais dos trabalhadores envolvidos no grupo pesquisado; 3) “Criatividade, liberdade e coragem de criar”, destacando, a partir do acompanhamento do grupo de trabalhadores, a necessidade da externalização da criatividade dos trabalhadores, de modo a se propor uma recriação da cultura organizacional pautada no reconhecimento das expressões humanas, de modo compreensivo das diferentes habilidades, atitudes e formas de pensar dos indivíduos; 4) “O sujeito sem julgamentos, em conexão consigo, com o outro e com a organização”, enfatizando-se nessa categoria a recuperação do pensamento reflexivo dos trabalhadores, de modo que estejam preparados para serem facilitadores, formadores e até educadores junto aos que compartilham o cotidiano de trabalho deles, criando assim um espaço no qual os integrantes do grupo de trabalho sintam-se motivados a utilizarem as potencialidades deles.

No contexto contemporâneo, percebe-se uma dinâmica nas relações capitalistas de produção, direcionadas às solicitações do mercado de trabalho,

sem atentar às necessidades humanas dos trabalhadores, de modo tal que as relações entre os indivíduos passam por uma modificação e “robotização”. Para uma compreensão psicológica desse fenômeno, parece-nos pertinente a corrente Humanista da Psicologia, denominada também como Terceira Força (MASLOW, 1973; FIGUEIREDO, 1991) que destaca aspectos positivos do desenvolvimento humano, ressaltando conceitos como liberdade, conscientização e experiência como elementos essenciais à condição existencial do homem. O contexto organizacional repercute na subjetivação dos indivíduos. Touraine (2003) define a subjetivação como processo para a emergência do sujeito pessoal e construção do seu espaço na sociedade por meio da livre comunicação e expressão da palavra e, portanto, um agir (re)criativo no mundo. Desse modo, podemos pensar em propor o espaço organizacional enquanto um contexto no qual, também, os sujeitos possam utilizar a liberdade pessoal para expressões autênticas e criativas no mundo.

O pensamento rogeriano humanista (ROGERS, 1997) aponta à concepção de uma orientação positiva do homem a partir do conceito de tendência atualizante. O referencial da Abordagem Centrada na Pessoa apresenta uma significativa contribuição ao priorizar as condições facilitadoras que fazem emergir e impulsionam a operacionalização dessa tendência. Conforme Rogers, todo sujeito é dotado de potencialidades voltadas para o desenvolvimento pessoal no empenho pela criação de uma “vida boa”. O contexto organizacional pode ser compreendido e utilizado pelos sujeitos enquanto espaços atualizadores.

Desse modo, no espaço de trabalho pode ser também vivenciada e experienciada uma “vida boa”, compreendendo tal vida como aquela que está sempre em processo, ou seja, sendo sempre constituída, a partir da experiência do sujeito no cotidiano dele. A experiência no contexto organizacional passa a ser mais uma dentre várias experiências possíveis nas vidas dos sujeitos. Na “vida organizacional”, assim como na vida distante do trabalho, o sujeito passa a agir sem defesas e sem medos, sem a necessidade de “máscaras”, porque passou a funcionar plenamente como ser humano. Nesse funcionamento pleno está a capacidade enquanto sujeito de sentir todas as emoções: amor, ódio, alegria, tristeza, raiva, pois não existe uma vida sem essas emoções. Tendo em vista que é possível que tais emoções também

perpassam pelo espaço organizacional, faz-se necessário que os sujeitos saibam equilibrar tais emoções e tenham consciência de que fazem parte de suas vidas. Ou seja, o contexto organizacional não constituído como um espaço privilegiado de máscaras e fachadas, onde não se é quem é, desenvolvendo assim uma capacidade de estésiar (DUARTE JR., 2001) a vida, dentro das possibilidades permitidas pelo espaço de trabalho, estendendo assim a vida experiencial também ao espaço de trabalho.

Destaca-se a necessidade de um novo humanismo, compreendido enquanto um reencontro dos indivíduos com as condições de seres humanos, de modo tal que os indivíduos não se tornem máquinas, robôs e escravos das relações capitalistas de produção. Para isso, é pertinente que os indivíduos desenvolvam plenamente as capacidades humanas de viver uma vida sem defesas e sem os bloqueios do dia-a-dia, de modo tal que seja possível um sentir distanciador da anestesia. Desse modo, através de um clima de aceitação, autenticidade e empatia, o indivíduo passa a implicar-se no processo de tornar-se pessoa, de ser o que é, de forma que a vida siga seu curso natural. E tendo em vista que o curso da vida é direcionado a uma plenitude no campo inter-relacional (ROGERS, 1993), podemos refletir acerca do espaço de trabalho como uma possibilidade de ampliação dos campos inter-relacionais do sujeito e não como um espaço no qual se limitam e se fecham, ou seja, é possível transcender ao espaço anestesiado organizacional, no qual os sentidos humanos são suprimidos. Sendo assim, o espaço de trabalho pode ser perpassado por experiências legítimas dos sujeitos, de modo tal que seja possível a construção de uma coletividade na qual também seja possível aos sujeitos se auto-atualizarem.

A orientação positiva proposta por Carl Rogers faz-se presente em abordagens individuais e de grupos. O grupo apresenta-se como um lugar privilegiado à troca de experiências, de modo que os participantes auxiliam-se mutuamente. O processo grupal possibilita o envolvimento dos participantes através de um elo que se estabelece nas interações, em espaços intersubjetivos (LANE, 1981). A condição de implicação mútua na esfera do *entre* é o que possibilita a transformação pessoal e mobiliza a mudança social. Tendo em vista que no espaço de trabalho há a possibilidade de intersubjetivações, é interessante que pensemos na possibilidade de criar laços

intersubjetivos entre os integrantes de espaços organizacionais. Nesse sentido, diante da proposta de um processo grupal engrandecedor aos sujeitos, destaca-se a compreensão dos grupos como constituintes de uma comunidade que se relaciona a partir das lentes da cultura pelas quais as pessoas enxergam o mundo (CAVALCANTE JR., 1999b).

O espaço de trabalho pode ser utilizado tanto de uma forma potencialmente opressora e manipuladora (um espaço patológico), como em um espaço criativo e autêntico (psicologicamente saudável). Saúde psicológica significa flexibilidade, opondo-se à rigidez (FORGHIERI, 1993). Ao fixar-se numa postura patológica repetitiva e paralisada de anestesia, os indivíduos podem se perceber impedidos de exercerem as múltiplas possibilidades de uma vida boa; a tendência atualizante encontra-se com seu funcionamento comprometido na patologia (ROGERS, 1997). Na concepção rogeriana positivamente orientada, garante-se o apreço das experiências do outro independente de quaisquer condições, para que haja a compreensão mais realista de sua experiência – denominada compreensão empática, ou seja, na atualidade se faz necessário que as experiências no espaço organizacional sejam compreendidas, de modo a levar-nos a uma mais ampla compreensão de como ocorrem os processos de subjetivação no contexto organizacional.

Considerações finais

Podemos verificar que por meio do exercício constante de ler o mundo e de ler a si mesmo, a participação de trabalhadores em Círculos de Letramentos, conforme a proposta de pesquisa-ação do tipo etnográfico aqui apresentada, configura-se como uma iniciativa de relevância social, que visa a prevenção das múltiplas patologias que vêm sendo construídas em vários contextos brasileiros. O presente trabalho deseja contribuir para a construção de uma prática psicoeducativa saudável e despatologizante, que possibilite ao sujeito a compreensão e superação das forças opressivas que o impede de ser livre e construtor da sua própria subjetivação. Programas de letramentos são ferramentas imprescindíveis no alcance dos desafios propostos na mudança de um país.

A expressão da palavra, compreendida como sendo o próprio sujeito em expressão de si mesmo, a partir da concepção de Touraine (1999) de que o “sujeito é palavra” (p. 95), leva-nos a concluir, com o argumento deste mesmo pensador, que “o sujeito não tem outro conteúdo que a produção dele mesmo” (p. 23). Portanto, precisa tomar consciência de que a transformação das suas experiências num ato de significação a si mesmo, como ator da sua própria história, é o caminho para que venha a *sentir-se-com-o-mundo*, conforme a nossa proposta de uma prática de letramentos múltiplos (CAVALCANTE JR., 2003). Mundo e sujeito (trabalhador) transacionam em uma relação construtiva e transcendente ao único eu (relação intra-subjetiva) em uma relação com um tu (inter-subjetiva).

No Método *(Con)texto de Letramentos Múltiplos*, recorremos à palavra, compreendida como sendo “a base da vida interior” (BAKHTIN, 1929/1999, p. 52) do sujeito que, por sua vez, tem a capacidade de fazer uso de signos como a escrita, a pintura, a música, dentre outros, para expressar a riqueza dessa vida interior. No entanto, experiências no contexto brasileiro apontam que a expressão dessa interioridade nem sempre encontra espaço para a sua externalização. Empobrecidos de capacidades (SEN, 2000), ainda são muitos os que, no Brasil, passam pelo mundo, mas não deixam o mundo passar por dentro de si, ou seja, não se implicam na escrita e leitura de si mesmos neste mundo (CAVALCANTE JR., 2003).

Toda experiência vivida (DEWEY, 1938/1971), ou atividade mental – como prefere Bakhtin (1929/1999) –, tem um grande potencial para ser compreendida e expressada. Enfaticamente, este autor afirma que “toda atividade mental é exprimível, isto é, constitui uma expressão potencial” (BAKHTIN, 1929/1999, p. 51). Porém, é fundamental destacar que a “atividade mental não é visível nem pode ser percebida diretamente” (p. 61), mas pode ser expressa através de signos lingüísticos, e “o signo interior por excelência é a palavra, o discurso interior” (p. 62).

A concepção de palavra em Bakhtin é o resultado da transação leitor-mundo e, segundo ele, “somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou vivenciais” (p. 95), elucidando a máxima, apresentada nas palavras de Eisner (1998), de que os cérebros são biológicos e determinados pela natureza, enquanto a constituição da mente humana é o

resultado das experiências culturais na relação sujeito-mundo, aqui denominada de *sentir-se-com-o-mundo*.

Democratizar o acesso de trabalhadores brasileiros ao mundo plural de linguagens não é somente um compromisso ético e estético perante a faculdade humana na construção de novos sentidos criativos. Implica, diretamente, assumirmos uma motivação concreta para o desenvolvimento sustentável do nosso país que depende das mentes que o fazem, influenciam e governam.

O conceito de desenvolvimento, que estamos aqui empregando, deve ser compreendido “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, conforme defendido por Sen (2000, p. 17), que adverte: “(...) as capacidades que uma pessoa realmente possui (e não apenas desfruta em teoria) dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais” (p. 326-327).

É mister, portanto, termos consciência de que uma cultura, no caso específico a brasileira, “cria as formas que os humanos utilizam para darem expressão para o que eles imaginam, compreendem e sentem” (EISNER, 1998, 2002, p. 45, tradução nossa). É nessa produção de culturas que se insere as contribuições de processos estéticos (sentidos) de leitura-escrita.

Objetivando, desse modo, resgatar e promover o discurso interior (palavra) do brasileiro, o *Método (Con)texto de Letramentos Múltiplos* vem sendo aplicado, como um compromisso para a liberdade de expressão do sujeito em reação aos textos lidos em suas transações com a palavra e o mundo que o cercam, bem como a composição deste mundo por meio de “uma expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.)” (BAKHTIN, 1999, p. 118), ou seja, de qualquer veículo de tradução de sentidos, inerente a cultura do sujeito, também, novas formas apreendidas nos grupos heterogêneos dos Círculos de Letramentos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. *A emergência do sujeito na sala de aula: a relevância do método (con)texto na promoção da leitura estética e da escrita espontânea*. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2003.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOLTON, G. *The therapeutic potential of creative writing: Writing myself*. London: Jessica Kingsley Publishers, 1998.

BOLTON, G. Stories at work: Reflective writing for practioners. *The Lancet*. [s.n.sd.], 354 (9174), 243-245, 1999.

BRAGA, L. *O letramento como proposta de transformação da prática pedagógica*. Fortaleza: Mauro Moraes, 1999.

BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRUNER, J. *A cultura da educação*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

CAVALCANTE JR., F. Círculo de Letramentos: uma prática de terapia cultural. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v.17 (1/2) v.18 (1/2), p. 14-22, jan./dez. 1999/2000.

CAVALCANTE JR., F. *O método (con)texto na escola do sujeito: a experiência de ler, escrever e avaliar de alunos no ensino superior*. Fortaleza: Editora da UNIFOR, 2000.

CAVALCANTE JR., F. *Por uma escola do sujeito: o método (con)texto de letramentos múltiplos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CAVALCANTE JR., F. & SILVA, R. Programa educação para a vida: jornal e letramento na escola e na comunidade. In: II Jornadas de Educação a Distância do Mercosul, 1999, Fortaleza. *Anais o presente e o futuro da EAD no Mercosul: cenários e experiências*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1998. p. 320-326.

D'AGUIAR, K. *Do coração do aluno ao texto-sentido: entrelaçando as experiências de escrever de jovens universitários*. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Fortaleza, Universidade de Fortaleza, 2002.

DE PAULA, L. *A voz e vez de Paulo: narrativa (auto)biográfica da construção do professor leitor-autor*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Fortaleza, Universidade de Fortaleza, 2003.

DELGADO-GAITAN, C. *Protean literacy: extending the discourse on empowerment*. Washington, DC: The Falmer Press, 1996.

DEWEY, J. *Experiência e educação*. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. (Texto original publicado em 1938).

DIMENSTEIN, G. & ALVES, R. *Fomos maus alunos*. Campinas: Papyrus, 2003.

DUARTE JR. *O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*. Curitiba: Criar Edições, 2001.

EISNER, E. *The kind of schools we need: Personal essays*. Porstmouth, NH: Heinemann, 1998.

FIGUEIREDO, L. C. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes; 1991.

FORGHIERI, Y. C. *Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisa*. São Paulo: Pioneira; 1993.

FREIRE, P. Reading the world and reading the word: An interview with Paulo Freire. *Language Arts*, 62 (1), 15-21, 1985.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 28. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. & MACEDO, D. *Literacy: Reading the word and the world*. South Hadley, MA: Bergin & Garvey Publishers, 1987.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTP, 1989.

GLESNE, C., & PESHKIN, A. *Becoming qualitative researchers: An introduction*. White Plains, NY: Longman, 1992.

GREENHALGH, T. Writing as therapy. *British Medical Journal*, 319 (7205), 270-271, 1999.

LANE, S. T. et al. Uma análise dialética do processo grupal. *Cadernos de Psicologia*, PUC, Psicologia; 1981; 11: 79-98.

LEYENFUS, Rosane S. & SOARES, Dulce H.P. (Orgs.) *Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa*. Porto Alegre: Arte Médica, 2002.

MASLOW, A. H. *Introdução à psicologia do ser*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

MCDERMOTT, R. & VARENNE, H. Culture as disability. *Anthropology and Education Quarterly*, [S.l..s.n.], 26 (3), 324-348, 1995.

PENNEBAKER, J. *Opening up: the healing powers of expressing emotion*. New York: Guilford Press, 1997.

PACHECO, F. *Talentos brasileiros*. São Paulo: Negócio, 2002.

RODRIGUES, J. *O desenvolvimento dos gestores através do método (con)texto de letramentos múltiplos: promovendo conexões*. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2003.

ROGERS, Carl R.. *Tornar-se pessoa*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes; 1997.

_____. *Um jeito de ser*. São Paulo: EPPU; 1993.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. *Medos e desejos de um noviço: um estudo de caso de opção vocacional à vida religiosa*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2002.

SMYTH, J. Effects of writing about stressful experiences on symptom reduction in patients with asthma or rheumatoid arthritis. *JAMA*, [S.l.s.n.], 281 (14), 1304-1309, 1999.

SPINDLER, G. & SPINDLER, L. Cultural dialogue and schooling in Schoenhausen and Roseville: A comparative analysis. *Anthropology & Education Quarterly*, [S.l.s.n.], 18 (1), 3-16, 1987.

STRINGER, E. *Action research*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1999.

TOURAINÉ, A. *Podemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Trad. Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.

WOLCOTT, H. *Ethnography: A way of seeing*. Walnut Creek: AltaMira Press, 1999.

¹ Artigo apresentado e indicado para publicação pelo comitê científico do I Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores - LABOR/UFC, realizado nos dias 07 a 09 de Setembro de 2006, em Fortaleza – Ceará – Brasil.

² Psicólogo, Mestre em Educação Especial e Ph.D. em Leitura e Escrita pela *University of New Hampshire*, EUA. Professor titular do Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. cjunior@unifor.br

³ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. msgondim@hotmail.com

⁴ Plano Ibero-americano de Leitura do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe - CERLACL, pertencente a UNESCO, o prêmio foi ganho com o trabalho *Programa Letramentos Múltiplos para Itapajé*.

Libertação e Autonomia anticapitalista: a transformação radical da consciência e do inconsciente em Herbert Marcuse¹

Liberation and anti-capitalist Autonomy: the radical transformation of conscience and unconscious in Herbert Marcuse

Leandro Pereira Gonçalves²
Vanessa Medeiros Pravato³

RESUMO

O sociólogo e filósofo Herbert Marcuse (1898-1979) foi responsável por uma construção teórica inspirada em Karl Marx. O objetivo central deste trabalho é resgatar as idéias de Marx cotejadas com as de Marcuse mostrando como o pensamento marcusiano atravessou o século XX e mantém-se atual, polêmico e desafiador. Marcuse procura recuperar as bases conceituais da tradição marxista, na perspectiva de compreensão dos elementos de sustentação do modelo imperialista vigente e as possibilidades de seu enfrentamento e superação.

Palavras-chave: Contracultura / Materialismo Dialético / Teoria Crítica / Consciência e Libertação.

ABSTRACT

The sociologist and philosopher Herbert Marcuse (1898-1979) was responsible for a theoretical construction inspired by Karl Marx. The central purpose of this project is to rescue Mark's ideas collated with those of Marcuse showing how Marcuse's thought crossed the twentieth century and it remains current, controversial and challenging. Marcuse demands to recover the conceptual basis of the Marxist tradition, with the perspective of understanding the elements that support the current imperialist model and the possibilities of its confrontation and overrun.

Keywords: Counter-culture / Dialectic Materialism / Critical Theory / Consciousness and Liberation.

INTRODUÇÃO

O sociólogo e filósofo alemão naturalizado estadunidense Herbert Marcuse (1898-1979) é responsável por uma criação teórica baseada em reflexões obtidas através do estudo dos registros feitos por Karl Marx nos **Manuscritos Econômicos Filosóficos**, sendo desenvolvida principalmente em: **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Os dois autores desenvolveram análises acerca dos efeitos devastadores do capitalismo na sociedade. Marx analisa a subjetividade do indivíduo e sua relação com o meio e Marcuse busca desenvolver os estudos de Marx aprofundando na relação dialética da subjetividade do homem com o meio.

Pretende-se demonstrar como a busca da libertação anticapitalista da consciência e do inconsciente no pensamento de Marcuse, desencadeou uma série de manifestações em várias partes do mundo, buscando romper com as diversas formas de dominação capitalista.

No primeiro capítulo será abordada as bases teóricas do pensamento marxista, a partir das quais se inaugura a Escola de Frankfurt. O segundo capítulo tratará das formulações teóricas de Marcuse sobre Consciência e Libertação, Ideologia, Cultura e Linguagem. No último capítulo trabalharemos a influência de Marcuse sobre os movimentos revolucionários a partir dos anos 1960 e no combate ao imperialismo estadunidense. Será analisada ainda a influência da teoria crítica sobre os movimentos revolucionários na França, na Alemanha e no Brasil e por fim a importância de se resgatar determinados aspectos da teoria de Marcuse nos dias atuais.

Foi definido como nosso objeto de pesquisa a libertação da consciência e do inconsciente no pensamento de Marcuse, no esforço de encontrar significados, viabilizando a compreensão das conseqüências desastrosas do capitalismo.

Em que pese a necessidade de abolir todas as formas de opressão e de garantir o reconhecimento das diferenças, a preocupação presente no desenvolvimento deste estudo foi a de não incorrer no risco de uma visão reducionista que se restringisse à estrita discussão das lutas por classe, por gênero ou etnia. Esta preocupação se justifica em função de que todo tratamento reducionista pode conduzir ao equívoco histórico que aprofunda as desigualdades, ao invés de transcender aos aparentes significados que a lógica capitalista oferece.

Diante da complexidade que o tema encerra, adotaremos, como referencial teórico, autores dedicados à releitura das obras destes dois pensadores, ao longo do século XX e início deste século, confirmando, assim, a atualidade de suas contribuições e a expressiva influência de suas idéias na construção de um ideal de luta contra todas as formas de opressão ostentadas pelo imperialismo capitalista.

1 O MATERIALISMO DIALÉTICO E A FORMAÇÃO DA ESCOLA DE FRANKFURT

Este capítulo tem como eixo temático o pensamento de Karl Marx traduzido em seus registros que resultaram nos **Manuscritos Econômicos Filosóficos**, trata ainda da influência do pensamento marxiano sobre século o – século XX – princípios estes fundantes da Escola de Frankfurt em que Herbert Marcuse teve uma expressiva contribuição.

1.1 AS BASES TEÓRICAS DO PENSAMENTO MARXISTA

A concepção materialista da história que Karl Marx e Friedrich Engels, idealizadores do socialismo buscam aprofundar, traz como contribuição inovadora a ruptura com as formas de estudar a História até meados do século XIX, posto que, até então, tais estudos se restringiam a simples seqüência ordenada dos fatos históricos. Nos **Manuscritos Econômicos Filosóficos** escritos em 1844, o jovem Marx desenvolve as bases de sustentação filosófica que irão compor o legado de sua produção científica. A defesa de uma sociedade sem classes, em que todos tenham as mesmas condições de vida e de desenvolvimento é uma das bases de análise. Rompe com o socialismo utópico, na medida em que se sustenta na análise crítica da realidade política e econômica, da evolução da história, das sociedades e do capitalismo. Embora reverenciando o pioneirismo dos utópicos, Marx e Engels defendem uma ação mais prática e direta contra o capitalismo através da organização revolucionária da classe proletária.

Para Marx (1991) a essência da compreensão de uma dada realidade estava assentada na sua base material, ou seja, nas relações de produção geradoras das desigualdades econômicas e sociais, que como tal deveriam exigir respostas para além do nível das idéias, mas pelo enfrentamento concreto e devidamente instrumentalizado para a superação da desumanidade e da alienação. Em outros

termos, mais do que compreender o mundo, para Marx torna-se imperioso transformá-lo conforme sustentam todos os estudiosos do pensamento marxiano.

Nessa perspectiva, Marx e Engels buscam na filosofia de Hegel as referências teóricas que são as concepções de dialética e alienação, no esforço de compreender as civilizações em sua historicidade, lançam mão dos estudos de economia política, adotando como ponto de partida os representantes da escola inglesa, Adam Smith e David Ricardo agregando as bases do socialismo utópico.

Torna-se importante situar esse chão histórico que desafia Marx a dedicar anos de sua vida ao desenvolvimento de sua obra, a qual, segundo Eric Hobsbawm ao referir-se aos **Manuscritos Econômico Filosóficos**, estes representam não só a expressão máxima de brilhantismo e profundidade; mas também sua: “mais sistemática tentativa de enfrentar o problema da evolução histórica e complemento indispensável do prefácio da **Crítica da Economia Política**, escrito logo após e que apresenta o materialismo histórico em sua forma mais rica.” (1985, p.14).

De acordo com o **Terceiro Manuscrito**, a essência subjetiva da propriedade privada é o trabalho e para a economia política, o trabalho é seu princípio. Adam Smith (1991) aponta que a propriedade privada não pode ser vista como um estado exterior ao homem, ela é para ele, um produto da energia real, um movimento autônomo que se tornou para si na consciência, é a indústria moderna como sujeito, que acelera a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência.

Marx observa na análise de Adam Smith, que a propriedade privada está dentro e fora do indivíduo e existe um sistema montado (capitalismo) que alimenta a energia, a essência da propriedade privada que existe dentro do homem. Engels compara o pensamento econômico de Adam Smith ao pensamento religioso de Lutero, posto que este colocou na fé a essência do mundo exterior, fez da religiosidade a essência interior do homem. Lutero nega a separação entre o sacerdote e o leigo, pois ele transfere o sacerdote para o coração do leigo, dessa forma se supera a objetividade exterior e privada do pensamento, quando é incorporada a propriedade privada ao próprio homem. (MARX, 1991).

Explorando as formas de superação da propriedade privada, Marx sustenta que esta se dá de forma positiva quando o homem torna-se capaz de se apropriar de sua essência humana. Esta concepção pressupõe apropriação sensível pelo homem e para o homem da essência e da vida humana, do homem objetivo, das

obras humanas. Extrapola, portanto, a idéia do gozo imediato, da posse exclusiva, de reduzir a aventura humana à estreiteza do “ter”.

O motor desse movimento é o caráter social, pois a sociedade produz o homem ao mesmo tempo em que é produzida por ele. O que significa dizer que:

a propriedade privada material, imediatamente sensível, é a expressão material da vida humana alienada [...] A superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva de toda alienação, isto é, retorno do homem da religião, da família, do Estado, etc., ao seu modo de existência humano, isto é social. (MARX, 1991, p.168-169).

Ainda que desenvolva uma atividade individual e isolada, o homem preservará seu caráter social, pois o produto dessa realização só fará sentido mediante a consciência do “ser social”.

Quando se fala em consciência geral, trata-se de uma figura teórica, que na figura viva é a comunidade real, o ser social. É importante evitar colocar a “sociedade” como sendo uma abstração frente ao indivíduo, pois o indivíduo é um ser social: “A exteriorização da sua vida, ainda que não apareça na forma imediata de sua exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com os outros - é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social” (MARX, 1991, p 170). Portanto, observa-se com clareza que a vida individual e genérica do homem não são distintas, por mais particular que possa ser a vida individual, e, por mais geral que possa ser a vida genérica.

Em sua singularidade, o homem se inscreve, historicamente, como ser social individual efetivo, o qual se apropria de sua totalidade através de todos os seus sentidos, isto é: ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar, que são, na verdade, a efetiva manifestação humana, possibilitando o gozo e o sofrer, sendo que o sofrimento: “humanamente entendido, é um gozo próprio do homem” (MARX, 1991, p.171).

De acordo com os **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, a propriedade tornou os homens estúpidos e unilaterais, uma vez que algo só é nosso quando o temos, quando é imediatamente consumido (beber, vestir, comer algo, entre outros). No lugar de todos os sentidos físicos e espirituais, apareceu à alienação de todos os

sentidos, o sentido do ter. Superar a propriedade privada é emancipar os sentidos e qualidades humanas, pois com todos os seus sentidos é que ele pode se afirmar no mundo objetivo e não tão somente na estrita capacidade de pensar. A verdadeira riqueza humana consiste na sua sensibilidade subjetiva que torna o homem capaz de criar a beleza em suas várias formas de expressão e humanização da natureza. (MARX, 1991).

À luz do pensamento de Marx, pode-se compreender a concepção de riqueza e miséria, em que o homem rico no sentido material padece do carecimento humano e sua existência está associada às necessidades exteriormente determinadas. Para as justificativas da economia política, que denuncia como sendo a ciência da riqueza, apresenta sua crítica por ser também a ciência da renúncia e da privação, e sustenta:

Por isso, a economia política, apesar de sua aparência mundana e prazerosa, é uma verdadeira ciência moral, a mais moral das ciências. A auto-renúncia, a renúncia à vida e a todo o carecimento humano é o seu dogma fundamental. Quanto menos comas e bebas, quanto menos livros compres, quanto menos vás ao teatro, ao baile, à taverna, quanto menos penses, ames, teorizes, cantes, pintes, esgrimes, etc., tanto mais poupas, tanto maior se torna teu tesouro, que nem traças nem poeira devoram, teu capital. Quanto menos és, quanto menos exteriorizas tua vida, tanto mais tens, tanto maior é a tua vida alienada e tanto mais armazenas da tua essência alienada. (1991, p.178).

A história com Marx, relaciona o mundo objetivo com a psicologia humana, com a essência do homem. A historiografia, para ele, se ocupa das ciências naturais, enquanto momento de ilustração, de utilidade, de grandes descobrimentos particulares. Mas quanto mais a ciência natural: "através da indústria se introduziu na vida humana, transformou-a e preparou a emancipação humana, tanto mais teve que completar diretamente a desumanização" (1991, p. 174). A base de toda ciência deve ser a sensibilidade, só assim será uma ciência efetiva. Nesta linha de pensamento afirma, ainda, que:

o homem é o objeto imediato da ciência natural; pois a natureza sensível imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), como outro homem sensivelmente existente para ele;

pois sua própria sensibilidade só através do outro existe para ele como sensibilidade humana. (1991, p.174).

No lugar da riqueza e da miséria da economia política, surge o homem rico e o rico carecimento humano. Isto posto, Marx acredita que a riqueza das necessidades humanas precisa de um novo modo de produção que possibilite um novo enriquecimento da essência humana: o socialismo. Para ele, é imperativo esse novo modelo porque:

a propriedade privada não sabe fazer da necessidade bruta necessidade humana; seu idealismo é fantasia, a arbitrariedade, o capricho; nenhum eunuco adula mais baixamente seu déspota ou procura com meios mais infames estimular sua capacidade embotada de gozo. (1991, p.176).

A ciência que legitima o capitalismo, segundo Marx, reduz a vida do operário a mais imprescindível e miserável manutenção da vida física e sua atividade ao movimento mecânico, além de afirmar que o homem não tem necessidade de gozo. Enquanto ciência da riqueza, da renúncia, da privação, da poupança, despreza até mesmo as necessidades vitais do homem, como respirar e mover-se. Assim, o economista destitui o ser de sua humanidade. Contraditoriamente, pela avareza, o homem acaba por se submeter ao capital, ou seja, torna-se ao mesmo tempo senhor e escravo. O que varia aqui é o grau de refinamento entre as necessidades dos proprietários (os ricos) e dos trabalhadores (os pobres), sendo que as necessidades destes últimos representam maior fonte de lucros, quão mais grosseiras e essenciais à sobrevivência estas se apresentam. Intrínseco aos custos do capital, está o gozo do capitalista, a ser custeado pelas privações impostas ao operário. Naturalizar esta desigualdade nas relações é a perversão que Marx denuncia em suas críticas às bases fundantes da propriedade privada e ao pensamento dos economistas liberais.

Se para Marx estes pensadores conferem ao mercado o poder de determinar as relações entre os homens desprovidos de sua humanidade, ele também coloca em discussão a unilateralidade e os limites do idealismo de Hegel ao registrar em seus manuscritos:

Nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser humano de modo adequado. E como tudo o que é natural deve nascer, assim também o homem possui seu ato de nascimento: a história, que, no entanto, é para ele uma história consciente, e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é o ato de nascimento que se supera. (1991, p. 201).

Segundo Hobsbawn (1985) é o entendimento do homem como um animal social, o alicerce sobre o qual se concretiza a teoria da evolução social e econômica em Marx. Enquanto sujeito histórico interage com a natureza e dela se apropria para transformá-la, ao mesmo tempo em que transforma a si próprio e a comunidade, a partir das relações de troca. Contudo, a concepção marxista de apropriação está longe de ser confundida com o conceito liberal de propriedade privada, nem tampouco a troca supõe uma relação de exploração. Pois para Marx:

Se se pressupõe o homem como homem e sua relação com o mundo como relação humana, só se pode trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se se quer gozar da arte deve-se ser um homem artisticamente educado; se se quiser exercer influência sobre outro homem, deve-se ser um homem que atue sobre os outros homens de modo realmente estimulante e incitante. Cada uma das relações com o homem – e com a natureza – deve ser uma exteriorização determinada da vida individual efetiva que se corresponda com o objeto da vontade. Se amas sem despertar amor, isto é, se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua exteriorização de vida como homem amante não te convertes em homem amado, teu amor é impotente, uma desgraça. (1991, p.192)

Assim é que, estimulados e incitados pelo seu espírito crítico, os anos 1920 assistem ao florescimento de uma escola que vai reunir filósofos e cientistas sociais de orientação marxista. Dentre esses se destacaram Horkheimer, Adorno, Benjamin, Fromm, Habermas e Marcuse, então idealizadores da Escola de Frankfurt.

Rolf Wiggershaus, em seus estudos sobre o percurso histórico e filosófico dessa corrente, sustenta que sua concepção transcende à mera orientação teórica, ao associar idéias como: “movimento estudantil, contestação ao positivismo, crítica da civilização e, talvez, ainda emigração, Terceiro Reich, judeus, Weimar, marxismo, psicanálise” (2002, p.33).

1.2 – A ESCOLA DE FRANKFURT: O LEGADO FREUDIANO-MARXISTA

Ao discutir algumas questões centrais da Teoria Crítica, Freitag (2004) assinala que a idéia de institucionalizar um grupo de trabalho para a documentação e teorização dos movimentos operários na Europa nasce na semana de estudos marxistas – *Marxistische Arbeitswoche* – na Turíngia, em 1922, na qual participam, além de seu idealizador Felix Weil, os marxistas Karl Korsh, Geoge Lukács, Fredrich Pollock, Karl August Wittfogel dentre outros.

A questão axial para essa corrente de pensadores é a afirmação de um ideário que se contrapõe radicalmente à ordem vigente e à concepção positivista.

Em 1930, o jovem filósofo formado em Frankfurt, Max Horkheimer, assume a direção, transformando o Instituto num verdadeiro centro de pesquisa, coloca o foco de sua análise crítica nos problemas do capitalismo moderno, que para ele privilegia claramente a superestrutura em suas concepções ideológicas e políticas, ou seja:

De acordo com Horkheimer, a apologia contemporânea de uma ciência “livre de julgamento de valor” não é senão uma tentativa de reduzir a reflexão teórica a um humilde criado completamente a serviço dos objetivos institucionais da sociedade industrial. (LÖWY, 2000, p.145).

Assim, em sua produção intelectual, Horkheimer procura integrar o nível macroteórico (produção capitalista) com o micro (o indivíduo sexualmente reprimido) mediatizados pela estrutura familiar autoritária, numa perspectiva embasada na história e na psicologia. Muda, então, a temática básica do Instituto, a partir do momento em que dá maior ênfase ao trabalho teórico voltado para a superestrutura, na busca de compreender o porquê da classe operária não ter assumido o seu destino histórico de revolucionar a ordem estabelecida. Essa explicação era investigada na união específica das macroestruturas da família burguesa e proletária. Inegavelmente Horkheimer imprime sua marca à primeira fase do Instituto, de inspiração freudiano-marxista, apoiado em Wilhelm Reich e Eric Fromm.

Entre 1933 e 1950, período marcado pela emigração conseqüente às perseguições nazistas, Horkheimer empenha todos os esforços que culminam na

transferência da Escola de Frankfurt para Nova York. Garante a concessão de bolsas de estudo e pesquisa para intelectuais e judeus perseguidos pelo nazismo na Europa. A perseguição faz muitas vítimas entre os integrantes do grupo, a exemplo de Walter Benjamin. No pós-guerra torna-se possível a volta do Instituto para a Europa. Evidencia-se, um importante marco histórico para a teoria crítica no período da emigração, posto que ocorre a forte influência da: “cultura americana, expressão máxima do capitalismo moderno e da democracia de massa”. (FREITAG, 2004, p. 17).

No período pós-guerra, Adorno, outro crítico da sociedade de mercado, dá continuidade e busca aprofundar em sua obra as questões que balizaram a Teoria Crítica nos anos 30. Para ele o princípio fundante da verdadeira consciência é a ordem ética e racional. (LÖWY, 2000). Combate implacavelmente o psicologismo, que para ele nada mais é do que a dissimulação da ideologia. Juntamente com Horkheimer, adverte quanto à ameaça que representa a indústria cultural ao realizar o homem como ser genérico, massificando as diferenças individuais em detrimento da singularidade de cada aventura humana. Isto se dá pela reprodução da ideologia enquanto forma de dominação capitalista. Adorno denuncia o quão imperioso se torna desfazer o fetiche da imagem irretocável de um modelo capitalista, para se poder vislumbrar seus mecanismos de manipulação, a sutileza com que sugere e subtrai as possibilidades humanas individuais.

Adorno não rompe com a teoria crítica, mas sim com a exploração maximizada da dimensão crítica da sociedade totalmente alienada. A teoria estética é para Adorno a única forma consistente de negar e criticar as condições de vida materiais e sociais. (FREITAG, 2004).

Entre os maiores protagonistas da Escola de Frankfurt destaca-se ainda Herbert Marcuse. Estudioso da economia política, da filosofia e da literatura alemã, nascido em 1898, desfrutou dos privilégios de ser filho de pai judeu, acionista de uma indústria têxtil. Prestou serviço militar e fez parte do SPD, partido de operários. Foi eleito soviete de soldados de *Berlim-Reinickendorf*, era um admirador da política socialista, mas irritou-se com a direção do SPD, saiu do partido e dedicou-se aos estudos. O romance de arte alemão escrito em 1922, época em que o artista no modo de vida da totalidade, vida, espírito e arte eram uma coisa só, evidencia a proposta de Marcuse, na medida em que mostra o rompimento dessas unidades. O artista encontrava-se, segundo Marcuse, solitário com sua: “nostalgia metafísica da

idéia e de sua realização”, diante da “intensa pequenez e precariedade” (WIGGERSHAUS, 2002, p.127).

De acordo com as conclusões de sua tese:

uma só das grandes literaturas européias ignora o romance de arte no sentido desse conflito das concepções de mundo: a literatura russa. Lá reina a unidade dos modos de vida, a profunda unidade do artista e do povo, lá o artista se irmana a seu povo no sofrimento, é seu consolador, seu arauto e seu despertar. Para o romance de arte alemão, o fato de pertencer à comunidade não é um fato dado, mas algo que é abandonado. Para além do problema de história da literatura, percebemos uma parcela da história humana: a luta do homem alemão por uma nova comunidade. (MARCUSE apud WIGGERSHAUS, 2002, p.127 - 128)

Após defender sua tese, Marcuse volta a morar em Berlim, onde é apresentado por seu pai com uma casa e a participação numa firma editora, que negociava livros antigos. Ali, havia uma espécie de salão literário de esquerda onde se discutia a respeito da teoria marxista. Marcuse volta a Freiburg, onde assiste às aulas de Husserl e resolve se lançar na carreira universitária de filósofo. Em 1928, mudou-se com a mulher e os filhos para Freiburg, tornando-se assistente de Heidegger, que por sua vez acabara de suceder Husserl em sua cátedra.

Marcuse trabalha com Heidegger em Freiburg, em 1928, mantendo-se crítico quanto ao fato deste não tratar das questões realmente decisivas, isto é, não se engajar efetivamente na ação política concreta. Porém, em geral, seu pensamento estava bastante identificado com o pensamento de Heidegger. Apesar disso, Marcuse abandonou sua fidelidade ao filósofo, quando: “descobriu outros filósofos cuja imensa concretude superava a de Heidegger: Dilthey e Hegel” (WIGGERSHAUS, 2002, p.134). Mas, mesmo estes, perdem sua relevância para Marcuse, a partir do momento em que ele entrou em contato com os manuscritos econômicos e filosóficos de Marx e neles consegue identificar o que considera o: “fundamento [...] filosófico da economia política, no sentido de uma teoria da revolução”. (WIGGERSHAUS, 2002, p.134).

Marcuse recusa tanto os modelos totalitários quanto liberais de sua época, sendo ele um implacável crítico do marxismo soviético e do capitalismo norte-americano. Em relação a este, denuncia o consumismo, cuja função é mediocrizar os homens, escravizados por uma falsa idéia de prazer. (KONDER, 2003).

2 CONSCIÊNCIA E LIBERTAÇÃO EM MARCUSE

Neste capítulo será analisado o pensamento de Marx com as idéias de Marcuse, adotando como referencial a contribuição de autores contemporâneos. Em que pese a influência do primeiro sobre segundo destacamos os novos elementos de análise que Marcuse utiliza a partir do fortalecimento tecnológico da sociedade industrial.

2.1 BASES CONCEITUAIS

Marcuse foi um dos primeiros a interpretar os **Manuscritos Econômicos Filosóficos** de Karl Marx, publicou também um artigo, em que procurava responder a questão da reciprocidade existente na relação entre a necessidade histórica e a superioridade axiológica de certas formas de existência. Buscava também determinar como: “o ser – livre para a necessidade histórica servia ao movimento para a verdade de existir” (WIGGERSHAUS, 2002, p. 134)

Ainda segundo Wiggershaus (2002), ao descobrir um novo Marx concreto e que ao mesmo tempo superava o marxismo estático teórico e prático dos partidos, Marcuse se tornou um filósofo marxista, capaz de se desvincular de Heidegger para fundar filosoficamente o marxismo, na medida em que identificava no próprio Marx as melhores possibilidades de fazê-lo.

Nos **Manuscritos Econômicos Filosóficos**, Marx faz a conexão da essência humana com o mundo material. E como foi analisado no primeiro capítulo, nos chama a atenção para as verdadeiras necessidades do homem, que partem de uma necessidade interna, de comer, de vestir, dentre outros, o que levaria ao verdadeiro gozo, ao prazer em satisfazer uma necessidade que parte de dentro do ser. Quando um indivíduo atende a um chamado do mercado, obtém um gozo, porém, este está subordinado ao capital. O prazer passa a estar fora do indivíduo. (MARX, 1991).

Para Marx, a maior riqueza do homem está dentro dele, não fora. A riqueza extrapola as condições de vida material, o comunismo se torna, então, uma saída, pois é através dele que todos terão acesso à verdadeira riqueza. Para Marcuse seria necessário que o indivíduo tivesse consciência disso, pois para ele o socialismo só

será real quando estiver na consciência de todos e na ação dos que realizam a revolução.

Traz, então, à luz do pensamento de Marx, a discussão sobre as duas consciências, a falsa e a verdadeira. A primeira reflete a necessidade de consumir de acordo com anúncios, de amar e odiar o que os outros amam ou odeiam. Para as necessidades reais Marcuse coloca:

As únicas necessidades que têm 'direito' indiscutível à satisfação são necessidades vitais de alimento, roupa e teto ao nível alcançável de cultura. O atendimento a essas necessidades vitais é o requisito para a realização de todas as necessidades, tanto as sublimadas como das não-sublimadas. (MARCUSE, 1979, p. 27).

Para este filósofo, é fundamental que se saiba como a ciência e a tecnologia operam sobre o indivíduo, para que se torne possível subverter a consciência e o comportamento do homem, de maneira que se altere o quadro de dominação capitalista. Caso isso não ocorra: “nem mesmo uma catástrofe ocasionará uma transformação” (MARCUSE, 1979, p.18). A tecnologia traz formas eficazes de controle e coesão social, por exemplo, os escravos da civilização industrial desenvolvida são escravos, sublimados, mas ainda assim escravos, pois a mais pura forma de servidão é existir como *coisa*. Tal aferência remete aos **Manuscritos**, no qual Marx sustenta:

E, assim como a indústria especula sobre o refinamento das necessidades, assim também especula sobre sua crueza, sobre sua crueza artificialmente produzida, cujo verdadeiro gozo é o auto-auturdimento, essa aparente satisfação das necessidades. (1991, p.180).

Isto significa, no entendimento de Marcuse, que a sociedade industrial possui mecanismos próprios que são capazes de sufocar as necessidades que exigem libertação. Afirma que: “a realidade tecnológica é capaz de doutrinar e manipular, de promover uma falsa consciência que é imune a sua falsidade”. (1979, p. 32). Em sua obra, questiona determinados aspectos dentro da sociologia de Marx, que, segundo ele não caberiam mais na sociedade contemporânea, pois a dimensão psicológica

do trabalho explorado some diante dos progressos da automação. A luta de classe tende a se definir pelos condicionamentos que levam os trabalhadores à total subsunção ao capital.

Emerge uma sociedade “sem oposição”, na medida em que os trabalhadores passam a integrar voluntariamente o capitalismo tecnológico, pela sutileza de propósitos com que este consegue enredar a força e a vontade do trabalhador. O que se vai observando é a diminuição, segundo Marcuse, do número de “homens de macacão” em uma sociedade onde a tecnologia reifica a tudo e a todos. Isto significa para Marx (1991) e Marcuse (1979) que, quando se acumula riqueza material, toda essa riqueza é fruto de um trabalho árduo, no qual quem produziu não consegue atender as suas próprias necessidades vitais. Mas, não é somente esta a questão, pois o problema essencial e concreto passa pelos mecanismos de alienação e dominação que determinam a falta de consciência de que somos um ser social, e o conseqüente empobrecimento interior e perda da liberdade. Para Marcuse, a liberdade interior indica: “o espaço privado no qual o homem pode tornar-se e permanecer ele próprio”. (1979, p.30).

A força de trabalho é incluída e transformada em capital. Pode-se dizer que o trabalho constitui negativamente o capital, na medida em que se torna sua própria força, seu elemento constitutivo, o que explica, nos dizeres de Marcuse, o véu tecnológico que assegura o grau de docilidade com que o trabalhador aceita existir como coisa. Marcuse sustenta que a servidão na civilização industrial não resulta da simples obediência, ou da dureza do trabalho, mas fundamentalmente da redução do indivíduo à condição de coisa:

Esta é a forma da pura servidão: existir como um instrumento, como uma coisa. E esta forma de existência não é abrogada se a coisa é animada e escolhe seu alimento material e intelectual, se não se apercebe de que é uma coisa, se é uma coisa bonita, limpa e móvel. (1979, p. 49-50).

Nessa perspectiva, tanto os mecanismos de escravização, quanto as formas de reprodução da desigualdade são camuflados com objetivo de obscurecer a diferença entre consciência falsa e verdadeira.

Daí surge a discussão sobre de que forma operam, no contexto capitalista analisado por Marcuse (1979), os mecanismos de controle social. Não vale mais o conceito estrito de introjeção para explicar a dinâmica entre sociedade e indivíduo, garantidora da reprodução e perpetuação dos controles externos a este. O estrito entendimento de introjeção pressupõe a dialeticidade das dimensões de uma: “consciência individual e um inconsciente individual separados da opinião e do comportamento público”. (MARCUSE, 1979, p. 30). Todavia, isto não mais ocorre a partir do momento em que o Ego do indivíduo é capturado pela realidade tecnológica, que existe para além dos portões da fábrica, ou como sintetiza Konder:

Uma ideologia individualista, nessa sociedade afluenta, ao mesmo tempo afaçava e enfraquecia o eu, exaltando-lhe o poder e, simultaneamente, tornando-o cada vez mais disponível para aceitar um comando externo. [...] A nova ideologia dominante, que assegurava a lucratividade do sistema para a burguesia no século XX, nem sempre recorria à retórica do ascetismo, nem sempre coibia os prazeres em seu discurso: preferia liberais na prática regida pelas leis do mercado, porém os submetia a um processo de degradação, que muitas vezes acabava por falsificá-los. (2002, p. 90-91)

A função da ideologia, em Marcuse, se traduz nas estratégias que sugerem que todas as classes se encontram no mesmo nível. O vínculo entre ideologia e alienação remete ao pensamento de Marx. Alicerçado nesse pensamento Marcuse denuncia:

Se o trabalhador e seu patrão assistem ao mesmo programa de televisão e visitam os mesmos pontos pitorescos, se a datilógrafa se apresenta tão atraentemente pintada quanto a filha do patrão, se o negro possui um Cadillac, se todos lêem o mesmo jornal, essa assimilação indica o desaparecimento de classes, mas a extensão com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do Estabelecimento é compartilhada pela população subjacente. (1979, p. 29).

É desta forma que o sistema procura dissimular seus objetivos, para assegurar seu domínio, pois na medida em que as classes se misturam, os indivíduos perdem suas referências e passam a não se reconhecer mais como uma classe distinta. Afinal, podem ter acesso aos mesmos bens materiais e supõe-se que

estão plenamente autorizados a consumir e satisfazer suas necessidades. No entanto, essa “consciência feliz” é produzida sem que os indivíduos se dêem conta de seus elementos constitutivos, ou seja, inconscientemente.

Com esse novo quadro que se estabelece com a realidade tecnológica, padrões e empregados, acabam exercendo funções burocráticas em uma máquina corporativa. Pode-se, então, inferir que aquilo que antes era real, palpável, dissipasse por trás da fachada da realidade objetiva. Resulta daí deturpações da realidade concreta que vão minar a consciência do trabalhador, como por exemplo, sua frustração e sua raiva acabam privadas de um alvo específico.

Evidencia-se, desta forma, a extrema eficiência e a eficácia da sociedade industrial, na medida em que é capaz de converter a seu favor os aspectos negativos que ela própria produz. A destruição se torna construção, o supérfluo transforma-se em necessidade vital, enquanto o mundo objetivo parece ser a extensão da mente e do corpo humano, de forma a tornar inquestionável a noção de alienação. Afinal, os indivíduos se identificam com suas mercadorias. (MARCUSE, 1979).

O sujeito alienado submerge em sua existência alienada. Não consegue discernir para além de uma única dimensão que se faz presente em toda parte e se apresenta sob todas as formas. O sistema impõe que o progresso seja conquistado a qualquer preço, o que requer, muitas vezes, o desenvolvimento de mecanismos para falsear a realidade e se atingir o objetivo pretendido, ainda que escuso, mediante o risco deste objetivo ser desvelado. Marcuse, em concordância com Adorno, ressalta que esse fenômeno não reflete o fim das ideologias, uma vez que muito mais do que no modelo anterior, a sociedade industrial traz sua ideologia peculiar oculta no processo de produção. Estes pensadores marxistas se apóiam nos **Manuscritos Econômicos Filosóficos** no qual Marx demonstra que:

O produtor submete-se aos mais abjetos caprichos do seu próximo, desempenha o papel de proxeneta entre ele e suas necessidades, desperta-lhes apetites mórbidos e espreita todas as suas fraquezas, para exigir dele, depois, a propina por estes bons serviços. (1991, p.177).

A referida sociedade produz, desta forma, uma série de mercadorias com o fim de realizar a satisfação do indivíduo, mas estes produtos manipulam e: “promovem uma falsa consciência que é imune a sua falsidade”. (MARCUSE, 1979, p.32)

Este é também o enfoque de Horkeimer, Marx e Adorno em **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, quando demonstram como a cultura que poderia servir para subverter a ordem estabelecida, acaba servindo para manutenção e reprodução da mesma: “até mesmo as manifestações estéticas de tendências políticas opostas entoam o mesmo louvor do ritmo de aço”. (HORKEIMER, 1985, p.113).

Esta subserviência é explicada pela contradição intrínseca à sociedade industrial, contradição esta que se efetiva na constatação da existência do elemento irracional da sua racionalidade. Trata-se de uma racionalidade que funciona a serviço dos poderes existentes, pois a sociedade estabelecida usa: “a conquista científica da natureza para conquistar o homem cientificamente” (MARCUSE, 1979, p.17), tornando, em muitas circunstâncias, os crimes contra a humanidade uma empresa racional. Marcuse explicita:

A consciência é absolvida por espoliação, pela necessidade geral das coisas. Não há culpa alguma nessa necessidade geral. Um homem pode dar sinal que liquida centenas e milhares de criaturas, depois se declarar livre de qualquer dor na consciência e viver feliz daí por diante.(...) Parece que até mesmo as transgressões mais hediondas podem ser reprimidas de tal maneira que para todos os fins práticos, deixam de ser um perigo para a sociedade. Ou, se sua erupção leva a perturbações funcionais no indivíduo (como no caso de um piloto do bombardeio de Hiroxima), não perturba o funcionamento da sociedade. Um hospital de alienados controla a perturbação. (1979, p. 89).

Freitag (2004) assinala que Marcuse enxerga em Weber o primeiro a utilizar o conceito de racionalidade instrumental ao analisar o moderno Estado capitalista. Para Weber, razão é toda ação que se baseia no cálculo, adequando meios a fins, procurando obter com um custo mínimo o máximo de resultado desejável, evitando ou minimizando o máximo de efeitos indesejados. O caráter irracional da sociedade industrial é, fundamentalmente, o objeto de análise do pensamento crítico, em sua pretensão de alterar a direção do progresso tecnológico.

2.2 IDEOLOGIA, CULTURA E LINGUAGEM EM MARCUSE

A questão da racionalidade positivista, impregnada dos interesses do mercado e a maestria com que este investe em estratégias de manipulação são, certamente, o eixo das discussões de Marcuse (1979). A sociedade industrial constrói uma “consciência feliz”, em que é possível acreditar que o real é racional, uma sociedade que se entrega às mercadorias e que reflete o conformismo. A satisfação do indivíduo é extremamente importante, pois constitui um de seus elementos repressivos. Mas esse ‘satisfazer’ é amplamente questionado por Marcuse em sua obra, ao considerar a satisfação produzida pelo consumismo uma barreira difícil de transpor para se alcançar a transformação qualitativa da sociedade. Para se tornar livre, segundo Marcuse, o indivíduo deve abandonar a satisfação repressiva, pois esta sufoca as necessidades que exigem libertação.

Leandro Konder, traz para o debate contemporâneo o conceito marxista de ideologia, no qual Marcuse se apóia em grande parte. Konder é bastante elucidativo em sua defesa do pensamento marxiano quanto à importância fundamental de sua concepção de ideologia:

O conceito de ideologia, como Marx o propôs, apresenta em sua operacionalização numerosos e complexos problemas [...] No entanto, ele tem a característica – fundamental – de não se deixar desvincular jamais de uma exigência de busca da ação transformadora eficiente, capaz de se aprofundar e de questionar revolucionariamente a própria estrutura da sociedade, o todo. (2002, p. 168).

Inscribe também nesse debate a abordagem da filósofa Marilena Chauí, que analisa o fato de a ideologia combinar a construção do conhecimento e o velamento das tensões e divisões que ocorrem no seio da sociedade em que ela se desenvolve. A ideologia opera como facilitadora de um processo de inversões, contudo a gravidade real encontra-se não nas distorções que a mesma pode promover, mas principalmente na sua capacidade de: “neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação”. (apud KONDER, 2002, p. 144).

Marcuse sustenta que a ideologia, enquanto instrumento de dominação da sociedade tecnológica, afeta a cultura e subverte seu sentido, incorporando-a à ordem estabelecida e condenando-a à perda de sua autenticidade, da capacidade de transgredir e denunciar. Desbastada pela lógica da produção industrial: “a alienação artística sucumbe, juntamente com outras formas de negação, ao processo de racionalidade tecnológica”. (1979, p. 77).

O mundo deve ser decodificado, compreendido e transformado, para se tornar o que realmente é e ao transcender os conceitos caminha-se na direção da libertação da consciência, e, conseqüentemente subverte-se à ordem capitalista. Porém, quando o sistema consegue reconciliar ou repelir qualquer forma de mudança, o conceito operacional da linguagem torna-se o recurso utilizado para enfrentamento e repressão de qualquer forma de mudança. Teoricamente o indivíduo não tem que buscar sua liberdade, pois já é livre, na medida em que liberdade é um conceito: “O movimento do pensamento encontra barreiras que parece serem os limites da própria razão”. (MARCUSE, 1979, p. 34).

Assim, afirma Konder (2002), a humanidade perde de vista que é através da linguagem que os valores de uma sociedade são expostos, bem como suas intenções de alcançar um patamar universal, e, até mesmo, suas limitações particulares. Explica ainda que: “é na linguagem que se revelam os movimentos da busca do conhecimento, das aspirações generosas, mas também os movimentos dos medos, dos desejos subterrâneos, dos preconceitos, das ambigüidades”. (2002, p.151). No que tange ao seu caráter ambíguo, assenta-se aí uma das possibilidades revolucionárias, uma vez que a linguagem pode servir para ditar a regras impostas pelos opressores, mas pode também traduzir expressões de resistência dos povos dominados.

Marcuse (1979) defende que na linguagem formal, palavras e expressões como “necessidades vitais” têm seu uso reduzido, apenas a sua função operacional têm seu significado “fechado”, configurado pelos interesses dominantes. Adquirir bens supérfluos pode ser conceitualmente definido como necessidade essencial à vida, se assim o mercado determinar: “O conceito ritualizado é tornado imune à contradição”. (1979, p.96). O uso de abreviaturas pode contribuir para reprimir questionamentos indesejáveis, e a conotação transcendente é, então, retirada. Cita como exemplo, o caso da ONU, em que se reafirma a idéia de que as nações estão organizadas em torno de interesses, retirando, porém, a ênfase da idéia de união.

Quando uma abreviatura referente a um órgão oficial é repetida várias vezes, institucionalizada perde seu valor cognitivo e seu conhecimento torna-se fato incontestado.

Em sua crítica implacável ao capitalismo, Marcuse (1979) denuncia o uso da linguagem a favor dos interesses dominantes, contribuindo para que as liberdades gradativamente perdessem o seu sentido lógico: liberdade de pensar, de falar, liberdade de consciência. O sentido de liberdade foi adaptado aos interesses da sociedade industrial. Qualquer busca de compreensão do sentido de liberdade torna-se ilusório. O indivíduo precisaria ir além do conceito burguês de liberdade, para caminhar em direção a sua libertação. Em tese, o indivíduo não só é livre como poderia questionar e reivindicar mudanças, porém os recursos lingüísticos que lhes são oferecidos são constitutivos de um aparato tecnológico sólido e que fazem a oposição política perder sua função crítica.

Os povos em geral, e mais precisamente nos países periféricos, vivem uma liberdade que se traduz em forma de labuta, de insegurança e medo. Observa-se aqui a necessidade de transcender o sentido de liberdade, na busca da libertação da consciência, uma vez que a dominação capitalista está na mente, nas palavras, nas relações comerciais, e, nas mais diversas formas. O aparato produtivo deveria ser voltado para atender às necessidades vitais, enquanto direito que deveria ser garantido a todos, o que tornaria o indivíduo livre para guiar sua vida e fazer suas escolhas.

Todavia, como se observou ao longo deste trabalho, o vocabulário pode ser um dos instrumentos de repressão, quando não busca a verdade dos fatos ou a sua falsidade. A sociedade industrial, estrategicamente, é capaz de atingir camadas da mente onde são elaborados os conceitos contra ela. Ao estabelecer um conceito fechado para designar a palavra 'democrático', oculta-se aí as formas políticas de manipulação em determinado processo eleitoral. Imprimir visibilidade levaria a uma: "análise que transcenderia os termos para um significado transitivo – para um conceito de democracia que revelaria a eleição democrática como sendo um processo democrático assaz limitado". (MARCUSE, 1979, p.118).

A concepção capitalista de democracia indicava ser, nesse contexto, a forma mais eficaz do sistema de dominação, pois o fato do escravo eleger o seu senhor, não abole a relação senhor-escravo. Esta assertiva traduz, para Marcuse, o quadro

que se apresenta como um inferno social, e são os Estados Unidos da América o seu centro. Marcuse explica que:

totalitarismo não é só uma coordenação política de natureza terrorista da sociedade, mas também uma coordenação econômica técnica não terrorista, que funciona através da manipulação das necessidades pelos interesses estabelecidos. (1979, p. 222).

Na sociedade tecnológica, os meios de informação em massa não encontram muitas resistências para impor a aceitação de interesses particulares como sendo de todos. Estamos sendo: “educados para uma defesa que deforma os defensores e aquilo que estes defendem”. (MARCUSE, 1979, p.13). A dominação capitalista ocorre de maneira pré-definida, na concepção de Marcuse, configurada num perverso jogo de interesses conforme registra Freitag:

A razão abstrata, argumenta Marcuse, transforma-se assim concretamente em dominação calculada e calculável - dominação exercida sobre os homens e sobre a natureza.[...] Enquanto para o empresário essa racionalidade é necessária para assegurar o lucro e evitar os riscos, ela se torna indispensável para o político que precisa ter certeza de que suas ordens serão mantidas, apoiando-se por isso mesmo no aparelho burocrático e nos mecanismos de controle (polícia e exército) caso uma ordem seja ostensivamente desobedecida. (2004, p.91).

Marcuse considera que é imperativo que ocorra uma redefinição de valores em termos técnicos, uma ciência livre de interesses particulares, interesses estes, sabotadores da autêntica satisfação das necessidades humanas. Para libertação e autonomia da consciência anticapitalista a ciência deveria, segundo Marcuse, se entregar à busca de possibilidades geradoras de novas concepções de ciência e razão e sua função política: “A função da razão é promover a arte da vida do impulso tríplice: 1) de viver, 2) de viver bem, 3) de viver melhor”. (WHITEHED, apud MARCUSE, 1979, p.211). Nesse sentido, a obra de Marcuse torna-se a inspiração mais expressiva para geração de jovens cujo ideal de transformação do mundo irá marcar a década de 1960.

3. PENSAMENTO DE MARCUSE E A EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS A PARTIR DOS ANOS 1960 E O COMBATE AO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

Nosso objeto de análise se refere ao esforço intelectual de identificar a forte influência do pensamento de Marcuse no comportamento da geração dos idos da década de 60 do século XX, resultando nos movimentos revolucionários que marcaram aquela época. Pretende-se, ainda, explicitar, dentro dos recortes que este estudo nos possibilita, as razões que contribuem para a contemporaneidade das idéias de Marcuse no combate ao imperialismo estadunidense.

3.1 A GERAÇÃO DOS ANOS 1960 E O CONVITE DE MARCUSE À REBELDIA

O final da década de 1960 é marcado por uma crise que atinge as grandes economias capitalistas no mundo. De um lado, o capitalismo busca desenvolver estratégias de sobrevivência com objetivo de manter e aperfeiçoar o sistema. De outro lado, verifica-se a emergência de movimentos que extrapolam o discurso do campo da economia e invadem todas as esferas da vida política, social e cultural. Evidencia-se o uso de recursos da desobediência civil e a intensa aspiração individual de libertação das estruturas econômicas e totalitárias vigentes. Em cada país, o movimento estudantil teve sua peculiaridade, mas todos convergiam, de alguma forma, para um objetivo comum: a luta contra o capitalismo e o imperialismo estadunidense.

O contexto social de fim da Segunda Guerra Mundial imprime marcas e produz conseqüências, de tal ordem nefastas para a humanidade, que leva Marcuse a buscar compreender o comportamento humano. Comportamento este, que mantém o indivíduo enredado nas teias de uma sociedade que ele próprio vai ajudando a construir. O modelo emergente é denunciado por Marcuse, segundo Valle (2003), na medida em que os países do Terceiro Mundo se vêem obrigados a financiar o elevado padrão de vida da nação estadunidense. É dessa forma que as

distâncias que afirmam as desigualdades entre países ricos e pobres são cada vez mais ampliadas.

Não obstante, muitas são as condições que vão se instalando para que o modelo se consolide. Dentre elas pode-se apontar, nos Estados Unidos, a campanha de intimidação e delação dos comunistas, conhecida como macartismo por ter sido idealizada pelo senador americano Joseph McCarthy, fazendo várias vítimas e a Guerra Fria. Por sua vez, a URSS não consegue se apresentar como modelo alternativo, capaz de contribuir para a libertação do indivíduo. (LOUREIRO, 2005). Instigado pela necessidade de compreender formas desumanizadoras que a sociedade tecnológica encerra e mais ainda pela necessidade de encontrar respostas viabilizadoras da superação dessas condições, Marcuse recorre a Freud. Busca, então, aprofundar seus estudos sobre a subjetividade, inferindo que o substrato de qualquer revolução humana seria, na verdade, a total e efetiva mudança das necessidades e aspirações dos indivíduos. Transformação esta, que deveria se dar tanto no nível consciente como no inconsciente, caso contrário estaria condenada ao fracasso. Em sua busca por uma resposta, o autor começa a questionar até que ponto a dinâmica interna do indivíduo contribui para a reprodução e manutenção do sistema. Esta dinâmica é capaz de negar a libertação, não somente do exterior: “É a repressão das pulsões de vida (Eros) que cria indivíduos aptos a aceitarem uma sociedade repressiva e a temerem sua própria libertação”. (2005, p.11).

Sobre a obra de Marcuse, Zuenir Ventura ressalta que:

Conciliando Marx e Freud, ele fornecia ambiciosos objetivos políticos ao movimento estudantil, já que o papel de vanguarda da revolução - ele dizia - se transferira da classe operária, engajada no processo produtivo, para as minorias raciais, para os marginalizados pela sociedade industrial e, principalmente, para os estudantes (...) Havia proposta mais sedutora para quem - como o jovem idealizado por Marcuse - estava 'biologicamente destinado à revolta'? (2006, p.68).

Marcuse defendia a emancipação completa do ser humano, emancipação dos sentidos e a transformação radical da consciência e do inconsciente, correlacionando a subjetividade tratada por Marx nos **Manuscrito Econômicos Filosóficos**, em termos políticos, com a abordagem psicológica de Freud. Sua

ênfase é focalizada na participação dos intelectuais e estudantes no processo educacional, para se atingir o salto qualitativo, a mudança radical, a construção da sociedade socialista. De acordo com Valle (2003), Marcuse considera o enfrentamento ao modelo de ensino tecnocrático como questão fundamental para se conseguir fazer ruir o domínio da falsa consciência e todas as formas de adestramento que esse modelo pressupõe. Sua defesa da: “universidade livre como uma importante instância de contrapolitização em prol da libertação da consciência onde a posição é educada e se educa” (2003, p. 54) encontra terreno fértil nas aspirações que entusiasma o movimento estudantil no calor dos anos 60.

Marcuse foi considerado o ideólogo da *New Left* estadunidense e dos movimentos de protesto dos estudantes europeus, tanto em Paris como em Berlim. (FREITAG, 2004). O movimento estudantil francês e alemão atinge seu auge em maio de 1968, quando um grupo, influenciados pela obra de Marcuse, passa a lutar pelos seus ideais. Neste momento, enquanto Horkheimer e Adorno lideram o movimento intelectual de orientação marxista na Alemanha, Marcuse encabeça a corrente estadunidense no confronto ao positivismo, até então predominante nos centros de estudo dos Estados Unidos, em que permaneceu a partir da emigração.

Os acontecimentos de 1968 devem ser pensados como conseqüência de fatos históricos ocorridos no passado. Alguns anos antes das convulsões de 1968 ocorreram diversas revoluções de libertação nacional, como a revolução Cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e a guerra do Vietnã. (RIDENTI, 2000). As lutas de contestação dos países subdesenvolvidos contra o imperialismo se intensificaram em 1968. Sugiram nesse ano uma série de movimentos, em diversas partes do mundo, contra a atuação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Os rebeldes buscavam um mundo melhor, criticavam o capitalismo e o modelo soviético. Para estes jovens, o modelo soviético não trazia as mudanças necessárias para o surgimento de um mundo melhor. Ridenti (2000) chama a atenção para a criatividade que marcou o compasso e deu cores aos atos de rebeldia contra a ordem estabelecida, os quais se manifestavam nas mudanças de comportamento das mulheres, dos negros e de outras minorias.

3.2 FRANÇA E ALEMANHA: INFLUÊNCIA DA TEORIA CRÍTICA NOS MOVIMENTOS REVOLUCINÁRIOS

Os estudantes franceses possuíam uma tradição de luta e já em 1962 acumulavam a experiência de inúmeras manifestações pela retirada de tropas francesas da Argélia. Em 22 de março de 1968, os estudantes invadiram a Universidade de Nanterre como forma de protesto contra a prisão de seis estudantes do Comitê Vietnã nacional. Em maio do mesmo ano, a Sorbone é ocupada pela polícia, o que aumentou a revolta dos estudantes, acarretando uma série de prisões e uma onda de protestos exigindo a liberação dos presos. Os estudantes são impedidos pela polícia de freqüentar o *Quartier Latin* (um bairro universitário de Paris), mas os manifestantes enfrentam a polícia. A violência toma conta do local. Os estudantes ocupam todas as faculdades e promovem inúmeras e sucessivas passeatas e manifestações. Os estudantes franceses encontravam em Marcuse todos os elementos teóricos para dar sustentação ao seu ideal de ruptura com a ordem estabelecida. Ridenti descreve:

Forma-se uma comuna estudantil no bairro, que promove comícios, debates e festas, sem que se destaque líderes específicos, num clima de total liberdade, recusa em relação à ordem estabelecida e suas instituições, inclusive os partidos de esquerda consolidados, notadamente o PCF. (2000, p.144)

Em sua narração, este autor esclarece, ainda, que a população francesa se mostrava solidária com a luta dos estudantes, ocorrendo inúmeras ocupações de fábricas, que paralisavam toda a França. Embora os interesses fossem diferentes, de um lado, o desejo por melhores salários e de outro lado, uma luta pela ruptura com a sociedade de consumo: “espalhavam-se pelas ruas e monumentos; frases libertárias [...] em clima de festa e prazer, abraçavam-se e beijavam-se em público [...] a regra é gozar a vida”. (2000, p. 145 - 146).

Torna-se extremamente pertinente à proposta deste trabalho o registro de frases que, pichadas nos muros de Paris, traduziam o espírito da época:

É proibido proibir”; “a imaginação no poder”; “sejamos realistas, peçamos o impossível”; “a mercadoria, nós a queimaremos”; “ [...]”; “a humanidade nunca será feliz até o último capitalista ser enforcado nas tripas do último burocrata”; [...] “não mude de emprego, mude o emprego de sua vida” [...]; “estamos tranquilos: 2+2 não são mais 4”; “ a liberdade do outro amplia a minha ao infinito” (frase do anarquista clássico, Bakunin);[...]; “quanto mais eu faço amor, mais eu tenho vontade de fazer revolução; quanto mais eu faço revolução, mais eu tenho vontade de fazer amor (RIDENTI , 2000, p. 157).

Segundo Alain Brossat (1999), o movimento de Maio de 68, na França, rompia com um tempo de lutas, com uma história repetitiva, que era a história do século XIX, onde ocorriam confrontos entre classes e interesses de cultura, de maneira mais ou menos regular. Era o fim das exterminações e banhos de sangue. Considera, ainda, que maio na França marcava uma rebelião de primeira grandeza, pois encerrava ali uma crise de poder, crise profunda e radical da dominação, de mobilização da classe, com dez milhões de grevistas e a ocupação de fábricas, nunca registrada ao longo da história humana. Esse autor defende que não se pode reduzir Maio de 1968 a uma agitação estudantil. Argumenta:

Mas os estudantes de 1968 não eram intocáveis apenas porque eram filhos da burguesia, mas porque entramos nessa nova época da política na qual pode haver uma apresentação de violência, mas não mais o extermínio e o banho de sangue. (1999, p. 40).

Assim, 1968 produziu efeitos duráveis, há grupos que conservam até hoje seus planos revolucionários, sua ideologia, seus programas, que celebram Che Guevara, mesmo sendo subvencionados pelo Estado. Henri Weber (1999) relata que depois de 1968, na França, o movimento feminista se desenvolveu fortemente. Nesse mesmo ano, as mulheres obtiveram o direito de dispor de seu corpo livremente. A partir de então, conquistaram o direito à contracepção e ao aborto, além de muitos outros direitos jurídicos, como abrir conta em banco sem a autorização do marido.

O movimento feminista, sem dúvida, apoiava-se na contribuição de Marcuse ao identificar-se com sua discussão sobre a liberação da libido, porém na lógica que transcende ao estrito conceito de satisfação sexual, associando a concepção de

erotismo a todas as formas de prazer que a vida oferece. Afinal para Marcuse: “assim como a sociedade tende a reduzir e até absorver a oposição (a diferença qualitativa!) no âmbito da política e da cultura superior, também tende a fazê-lo na esfera instintiva”. (1979, p. 88). Essa liberação seria a condição necessária para se realizar a passagem do mundo infeliz para o mundo feliz. Desta forma, o pensamento de Marcuse não influenciou apenas o comportamento dos jovens estudantes na Alemanha, mas também no comportamento feminino.

Segundo Frigga Haug (1999), o movimento feminista surgiu como parte do movimento de 1968, embora tenha sido mais abrangente, atingindo mulheres de todas as camadas e surtindo efeito até hoje. Para ela o movimento estudantil de 1968 teve enorme abrangência, compreendendo desde o protesto contra a guerra do Vietnã até questões de sexualidade, o que demonstra um impulso de libertação, ao qual as mulheres tinham que reagir de maneira específica. Relata que em um congresso da Liga dos Estudantes Socialistas, Elke Sanders fez um discurso, esboçando os princípios do movimento feminista e conclamou as mulheres a entender o capitalismo não só como repressão, mas também como patriarcado. Assinalou que a dominação não vem só de cima, mas também existe na parceria e mostrou que a questão da repressão se manifesta em rede e o âmbito privado também é político. Durante seu discurso, Elke ficou sob o escárnio e as gargalhadas dos homens. O movimento trabalhista e suas organizações combateram o Novo Movimento feminista de forma implacável.

Frigga Haug ainda relata que, geralmente, no final dos encontros, as militantes propagavam o *slogan*: “Mulheres de todo o mundo, unam-se!”. (1999, p.45) As mulheres se manifestavam até no modo de se vestir. Conta também sua experiência no Congresso de Frankfurt, onde se reuniu com várias mulheres e resolveram fazer uma festa, pois acreditavam, como Marcuse, que tudo se tornaria um verdadeiro tédio sem um pouco de dança e bebida. Essa luta das mulheres vem de longa data. Em 1974, várias mulheres autônomas se reuniram e organizaram a primeira universidade feminina, que chegou a atrair dez mil mulheres para Berlim.

A princípio, o Estado financiava o movimento feminista. Na verdade, o que pretendia era comprar e incorporar o movimento, para depois “cuspi-lo” fora, cortando as verbas. Primeiro apoiou iniciativas como lares para vítimas de abuso sexual, centros de mulheres e oficinas de aprendizado; depois do corte de verbas estes projetos definham.

Para essa autora, as jovens de agora estão acostumadas a usufruir do movimento feminista, mas não se dão conta de que tudo isso teve que ser reivindicado, não percebem que se trata de um movimento e não fazem a mínima questão de participar dele ou de fazer política.

3.3 INFLUÊNCIA DE MARCUSE NOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS BRASILEIROS NOS IDOS DA DÉCADA DE 1960

Segundo Marco Aurélio Garcia (1999), 1968 foi um ano enigmático e não deve, de forma alguma, ser reduzido a algumas imagens nas quais se pretendeu, muitas vezes, aprisionar a última grande explosão do século. Para ele, seria pobre explicá-lo pelo estado de ânimo de alguns de seus protagonistas, mais ainda reduzi-lo a uma revolução de costumes. Embora, segundo Herbert Marcuse (1979), uma mudança nos costumes possa significar algo muito mais amplo, o primeiro passo para uma revolução muito maior.

Marcuse defendia a idéia da subjetividade rebelde, era a favor do fim da sublimação repressiva, influenciando uma série de mudanças no comportamento dos jovens, em busca da libertação. Propunha um socialismo onde o indivíduo seria realmente livre pela revolução dos sentidos, uma revolução interna e externa. Declarava sua rejeição pelo socialismo real existente e resgatava o socialismo dos **Manuscrito Econômicos Filosóficos** de Marx. (LOUREIRO, 2005).

De acordo com Zuenir Ventura (2006), a geração de 68 lia na mesma proporção com que os jovens de hoje assistem televisão. Em 1968 houve um boom editorial, e entre os livros mais vendidos estavam, Marx, Mao, Guevara, Debray, Lukács, Gramsci, James Joyce, Hermann Hesse, Norman Mailer e, evidente, Marcuse. Gramsci despertava grande interesse entre os jovens, mas nas palavras de Zuenir Ventura:

Havia alguém mais fascinante na praça, um pensador sintonizado com os ares do tempo. Um alemão de setenta anos, exilado nos Estados Unidos, ia ser o guru da geração de 68 em quase todo o mundo: Hebert Marcuse. Marcuse, um dos chamados '3M de 68' - os outros eram Marx e Mao -,

invadiu a imaginação dos jovens brasileiros mesmo antes de desembarcar nas livrarias. (2006, p. 66).

Tratava-se, indiscutivelmente, de uma geração altamente letrada, que transitava entre linguagem mais sofisticada e o vocabulário de baixo calão, que surgia como: “a expressão mais escandalosa da, digamos, revolução verbal. O palavrão, claro, não foi inventado em 68, mas neste ano ele deixou de ser nome feio e passou a freqüentar as mais jovens e delicadas bocas, em todos os lugares.” (VENTURA, 2006, p.59).

Os jovens estudantes de 1968 lutavam por um ensino público e gratuito de qualidade para todos. Exigiam do governo mais verbas para pesquisas, que seriam voltadas para resolver os problemas sociais e econômicos do país. O número de vagas nas Universidades era muito menor do que a demanda. Muitos alunos obtinham a nota necessária para ingressar no curso superior, porém a quantidade de aprovados excedia o número de vagas. Estes, os excedentes, se reuniam no Calabouço, um restaurante, onde os jovens trocavam idéias sobre a luta contra o capitalismo. Em 28 de março de 1968, segundo Ridenti (2000) a polícia invadiu o local e matou o estudante Edson Luís Lima Souto. Milhares de pessoas se mobilizaram em protesto à morte do rapaz. No mesmo ano ocorreram greves, ocupações de faculdades e passeatas:

Sucediam-se protestos, manifestações, ocupações e passeatas também em Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, João Pessoa, Florianópolis, Natal, Belém, Vitória, São Luís e outros centros universitários. No dia 26 de junho, teve lugar a Passeata dos Cem Mil, em que os estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares tomaram as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a repressão policial [...] e contra a ditadura. (2000, p.151).

No mês de julho, em Osasco, na Grande São Paulo, operários entram em greve. Em 3 de agosto é preso Vladimir Palmeira, líder estudantil. A Universidade de Brasília é invadida pela polícia, no dia 29 do mesmo mês. No dia 3 de outubro, morre um jovem estudante da USP, em conflito com estudantes de direita. No dia 15 de outubro, 700 estudantes são presos pela polícia, colocando fim ao movimento estudantil de 1968. (RIDENTI, 2000).

A revolução também se manifestou através da arte, da música popular, do teatro, do cinema, da literatura e das artes plásticas. Pode-se destacar no cinema, Glauber Rocha, na literatura de Antônio Callado; na música Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Chico Buarque, Milton Nascimento, dentre outros. A grande Revolução proposta por Marcuse parecia acontecer, porque além da luta e das manifestações contra o sistema, ocorria, uma mudança interna, que se manifestava não só na forma de se vestir e pensar como na arte. Não foi por acaso que o Ato Institucional número 5 foi decretado, como instrumento de institucionalização do horror, do arbítrio, da negação dos direitos humanos, deixando marcas profundas na história do país e no imaginário nacional. O ano de 1968 seria interrompido no Brasil quando “sob o signo da repressão: em 13 de dezembro, o regime civil militar baixara o Ato Institucional número 5 (AI5)”. (RIDENTI, 2000,p.153).

3.4 – MARCUSE HOJE

As décadas que se seguiram aos anos 1960 refletiram o acirramento, de um lado, das estratégias do capital para garantir a sua hegemonia através da ofensiva neoliberal e da globalização da economia, caracterizando a passagem do capital coletivo para o capital monopólico. A máxima do atual estágio do capitalismo é a obtenção do lucro através do controle dos mercados, favorecido pelo imperialismo e protagonizado pelos Estados Unidos. De outro lado, verifica-se, como consequência imediata, também o acirramento das formas de exploração e alienação dos povos que habitam os países periféricos, subordinados aos interesses do capital financeiro internacional. O consumismo e o individualismo se apresentam como consequências inevitáveis anunciadas por Marx (1991) em seus **Manuscritos Econômicos Filosóficos** e denunciadas por Marcuse (1979) como mecanismos adotados pela sociedade industrial para eliminar a consciência dos indivíduos, oferecendo-lhes uma “consciência feliz” alcançada pela satisfação imediata de necessidades criadas pelo próprio sistema. A meta dos monopólios internacionais é, indiscutivelmente, partilhar o mundo entre si, ao menos é para esta opinião que convergem a quase totalidade das obras pesquisadas ao longo deste estudo.

Observa-se, desta forma, que a obra de Marcuse ainda é bastante atual e traz significados para os problemas relacionados à dominação capitalista. E, à luz do pensamento de Marcuse, Milton Santos (1993) aborda que a população é cada vez

mais estimulada a consumir. Os meios de comunicação trabalham em defesa dos direitos do consumidor e negligenciam os direitos do cidadão. Trata-se da supressão sistemática e brutal da cidadania, da maior parte da população brasileira, paralelamente à evolução da sociedade de consumo. Defende-se o direito do consumidor de ter uma casa, uma propriedade. Mas, habitação, enquanto direito social, desaparece, o cidadão deixa de ser cidadão e passa a mero consumidor. (SANTOS, 1993). Para este autor, tudo isso faz parte do processo de alienação capitalista, e chama a atenção para o fato de que se torna imperativo alcançar a consciência de como se dá o processo de alienação, para só então se conquistar a libertação. Dessa forma, cita Marcuse:

Trabalhamos, porém, com o que pensamos ser a liberdade e não o é, daí a dificuldade para 'ver' o futuro e enxergar novas soluções. De fato, nada é, realmente, impossível, e a impossibilidade somente pode ser declarada após o fato (apud SANTOS, 1993, p.133).

O mercado, e mesmo o poder público que opera a serviço dos interesses do capital, empenha-se em potencializar o desejo do indivíduo de se tornar consumidor, e, inversamente, procura diminuir sua vontade de se tornar cidadão. As necessidades vitais são maquiadas de tal forma que deixam de ser reconhecidas como direitos, configurando-se o processo de alienação. (SANTOS, 1993).

Ellen Mikesins Wood ao defender a pertinência do materialismo histórico para compreensão das nefastas conseqüências dos modismos atuais problematiza esse mundo globalizado. Segundo a autora:

Quem desejaria subscrever o tipo de imperialismo ideológico e cultural que reprime a multiplicidade dos valores e culturas humanos ou despreza os "conhecimentos" particulares de grupos não privilegiados, com sua riqueza própria de experiência e habilidades? (...) Quem negaria tudo isso num mundo de capitalismo global tão dependente da manipulação de símbolos e imagens numa cultura de publicidade onde a "mídia" serve de mediadora até mesmo de nossas experiências mais pessoais, a um ponto tal que o que vemos na televisão parece mais real que nossa própria vida; e onde as condições do debate político são estabelecidas – e estreitamente limitadas – diretamente pelas injunções do capital, na medida em que o conhecimento e a comunicação são cada vez mais concentradas nas mãos das empresas gigantes? (1999, p. 17).

Na esteira desses questionamentos, pode-se acrescentar que não é à-toa que um grande mal-estar se instala na sociedade atual, mal-estar este que se manifesta pelo sentimento de vazio, perda dos sentidos em todas as esferas da vida humana, enfim a infelicidade produzida, nos dizeres de Marcuse, pela “consciência feliz” forjada pelo sistema.

No Brasil, segundo Denoti (2001) em artigo publicado no jornal **Folha de São Paulo**, o grande apelo sexual que os programas de TV oferecem, contrapõe-se na verdade, a um tempo de escassez de erotismo no cotidiano da população. O que acontece hoje traduz o que Marcuse já denunciava, ou seja, a: “localização e concentração da libido, a redução da experiência erótica para experiência e satisfação sexual”. (1979, p. 83). Ainda segundo Denoti, a atualidade das inquietações de Marcuse atinge desta forma, as diversas esferas da vida humana, na medida em os conceitos associados ao prazer, hoje em dia, distanciam-se das concepções filosóficas (Platão) e psicológicas (Freud) para, mais uma vez serem reguladas pelo mercado, através, por exemplo, da nudez feminina ou da corpolatria. Para Marcuse: “a libido transcende as zonas erógenas imediatas – um processo de sublimação não repressiva”. (1979, p. 83). Com isso a sua importante função libertadora.

De acordo com o professor de filosofia da USP Mário Miranda Filho (apud Denoti 2001), o prazer no trabalho e nas relações interpessoais, dentre as outras mais diversas formas em que a libido pode se manifestar, pode subverter os valores arraigados pela sociedade capitalista e por isso é alvo de permanente controle pelos opressores. Pode levar os indivíduos a mudarem de emprego, pode provocar atos de rebeldia e inúmeras manifestações como se observa em relação aos movimentos ambientalistas, que podem abalar a ordem mundial vigente.

CONCLUSÃO

Na busca de compreender um sistema que reafirma as injustiças sociais e não permite que todos tenham garantido o reconhecimento das necessidades vitais, torna-se imperativo trazer para o debate contemporâneo às construções teóricas de

Karl Marx e Herbert Marcuse. Nesse sentido, buscou-se resgatar a idéia do todo em contraposição às propostas fragmentárias, legitimadas pelo sistema e por determinadas correntes historiográficas que surgiram a partir dos pressupostos pós-modernistas.

Estes, enquanto aceitam o capitalismo, ou, pelo menos a ele se rendem, rejeitam o marxismo, responsabilizando-o por crimes que seriam mais corretamente atribuídos ao capitalismo.

Não se trata aqui de afirmar que todas as mazelas que acometem a humanidade são geradas pelo capitalismo, mas não se pode jamais negar os efeitos nefastos produzidos por um sistema, que, ao gerar a maximização do lucro e a competição, faz crescer cada vez mais a miséria, privando grande parte da população de ter acesso às necessidades básicas. Estas, a nosso ver, não podem ser tratadas como privilégio de grupos, mas devem, sim, estar ao alcance de todos. Sustentamos, em conformidade com o referencial teórico adotado, que acreditar em uma sociedade em que o atendimento às necessidades vitais, é uma crença ingênua, utópica, é sucumbir às armadilhas do sistema.

Foi destacado, ao longo deste trabalho, o enfoque de Marcuse que explica que as estruturas capitalistas são hábeis quando se propõem a atingir camadas da mente humana, em quee são elaborados os conceitos contra o sistema dominante. A linguagem e a cultura que poderiam servir como forma de negação, foram integradas ao sistema capitalista, com a função de neutralizar o poder de criatividade dos indivíduos. Com isso, a importância da libertação e autonomia anticapitalista na consciência e no inconsciente.

De forma alguma pretendeu-se negar a importância de outras “identidades” além da classe, ou desconsiderar a luta contra a opressão sexual e racial, muito pelo contrário, buscamos resgatar a idéia de solidariedade, do individuo como ser social trabalhado por Karl Marx e Herbert Marcuse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROSSAT, Alain. Violência e política. In. GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. (Orgs.). *Rebeldes e contestadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 35-41.

- DETONI, Márcia. *Erotizar a vida faz bem para o sexo e também para a alma*. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 set 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u379.shtml>. Acesso em 16 nov. 2007.
- FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GARCIA, Marco Aurélio. Em busca de 1968. In. _____; VIEIRA, Maria Alice. (Orgs.). *Rebeldes e contestadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 7-17.
- HAUG, Frigga. O novo movimento feminista. In. GARCIA, Marco Aurélio, VIEIRA, Maria Alice. (Orgs.) *Rebeldes e contestadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 43-51.
- HOBBSAWM, Eric. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- KONDER, Leandro. *A questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LOUREIRO, Isabel Maria Frederico Rodrigues. *Herbert Marcuse - anticapitalismo e emancipação*. *Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia*, Marília - São Paulo, v. 28, n. 2, p. 7-20, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29411.pdf>. Acesso em 16 nov. 2007.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARCUSE, Hebert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In. FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (Orgs). *O século XX: O tempo das dúvidas - do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.133-159.
- SANTOS, Milton. *O espaço cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.
- VALLE, Maria Ribeiro. *Herbert Marcuse e a defesa da Violência Revolucionária nos anos 60*. Estudos de sociologia. UNESP/Araraquara, v. 15, p. 45-61, 2003.

Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/15/03valle.pdf.

Acesso em 16 nov. 2007.

VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In. GARCIA, Marco Aurélio, VIEIRA, Maria Alice. (Orgs). *Rebeldes e contestadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 21-26.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? In. WOOD, Ellen Meiksins, FOSTER, John Bellamy. (Orgs). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 09-21.

¹ Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, em dezembro de 2007, intitulada: *Libertação e Autonomia anticapitalista: a transformação radical da consciência e do inconsciente em Herbert Marcuse*, orientada pelo Prof. Ms. Leandro Pereira Gonçalves.

² Professor assistente do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Mestre em Literatura brasileira pelo CES/JF; Especialista em História do Brasil pela PUC/MG; Graduado em História pelo CES/JF; e-mail: leandrogoncalves@gmail.com. Participante do Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo (UFSM) e do Grupo Observatório da Indústria Cultural (UFF).

³ Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; e-mail: vanessapratto@hotmail.com

Lyotard e a pós-modernidade

Lyotard and post-modernity

Cristiane Maria Marinho¹

Resumo

Neste artigo será apresentada a categoria da pós-modernidade considerando os estudos realizados por Lyotard na sua obra *A condição pós-moderna*. O autor desenvolverá o conceito de pós-modernidade como descrença nos grandes relatos da modernidade e sua substituição pelos pequenos relatos, bem como a substituição do consenso próprio da modernidade pelo dissenso e pela paralogia características da pós-modernidade. Será feito também uma reflexão crítica e conclusiva sobre as fronteiras desse universo pós-moderno e o capital contemporâneo.

Palavras-chave: modernidade – pós-modernidade – capitalismo

Abstract

In this article the category of the post-modernity will be presented finding the studies carried out by Lyotard in his work *The condition post-modern*. The author will develop the concept of powders-modernity like disbelief in the great reports of the modernity and his substitution for the small reports, as well as the substitution of the own consensus of the modernity for the dissenso and it shears paralogia characteristics of the powders-modernity. Modern-powders and the contemporary capital will be done also a concluding reflection on the frontiers of this universe.

key words: modernity – post-modernity – capitalism

INTRODUÇÃO

No seu livro *A condição pós-moderna*, Lyotard esclarece que o objeto de seu estudo é a situação do saber nas sociedades mais desenvolvidas, a qual decidiu chamar 'pós-moderna', palavra usada no continente americano pela sociologia e pela crítica e que designa a cultura após as transformações ocorridas em relação à crise dos grandes relatos e que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes no final do século XIX.

A crise dos relatos inicia com a sua transformação em fábula pela ciência. Por não serem meramente instrumentais e buscarem a verdade, os

relatos legitimam, no entanto, as suas próprias regras, transformando-se em filosofia e, com isso, se autolegitima como metadiscurso e passa a se chamar de ciência moderna. Daí, a suposição da racionalidade universal possibilitar o consenso acerca de um enunciado que contém um juízo verdadeiro, como, por exemplo, a paz universal proposta no projeto Iluminista. O saber é legitimado por um 'metarrelato' que implica em uma filosofia da história com conceitos de justiça e verdade pré-determinados. O livro de Lyotard se propõe, precisamente, a desvendar os caminhos da deslegitimação das grandes narrativas modernas como passaremos a demonstrar.

PÓS-MODERNIDADE: DESLEGITIMAÇÃO DOS GRANDES RELATOS DA MODERNIDADE.

A pós-modernidade caracteriza-se justamente pela descrenças nesses 'metarrelatos' relacionados à metafísica e a universidade e legitimados pelo progresso científico. A grande narrativa, portanto, se transforma em um simples universo lingüístico pragmático que não é, necessariamente, comunicável. Nas palavras de Lyotard:

considera-se 'pós-moderna' a incredulidade em relação aos 'metarrelatos'. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências, mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e a da instituição universitária que dela dependia (LYOTARD, 1993, p. 3). (Grifos nossos).

Na sociedade pós-moderna, sem a crença nas grandes narrativas, existe uma diversidade de jogos de linguagem, onde os que têm poder de decisão determinam que a vida só tenha por objetivo o aumento da eficácia. A vida fica reduzida ao aumento do poder e o papel da justiça social e da verdade científica é o de otimizar as performances e a eficácia do sistema. O critério da eficiência generaliza-se por todos os jogos da vida²

Lyotard pondera sobre o sentido da nova legitimidade do melhor desempenho diante da descrença das 'metanarrativas', refletindo que a

condição pós-moderna não é somente um instrumento para o exercício do poder, mas ela traz uma possibilidade de refletirmos criticamente sobre a imprevisibilidade do real, contrária ao consenso conservador dos especialistas:

A condição pós-moderna é, todavia, tão estranha ao desencanto como à positividade cega da deslegitimação. Após os 'metarrelatos', onde se poderá encontrar a legitimidade? O critério de operatividade é tecnológico; ele não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo. Seria pelo consenso, obtido por discussão, como pensa Habermas? Isto violentaria a heterogeneidade dos jogos de linguagem. E a invenção se faz sempre no dissentimento. O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia dos *experts*, mas na paralogia ³ dos inventores (LYOTARD, 1993a, p. xvii).

A hipótese de trabalho de Lyotard "é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna" (LYOTARD, 1993, p. 3). Segundo o autor, não é fácil ter um quadro desse período, pois esta mudança social começou por volta do final dos anos 50, época do fim da reconstrução da Europa, variando de país para país e de atividade para atividade. Dada essa imprecisão, Lyotard não parte de um quadro geral da época do surgimento do pós-moderno e sim de uma característica do seu objeto de estudo, o saber nas sociedades desenvolvidas e chama a atenção para o fato do saber científico ser somente mais uma espécie de discurso, dentro da visão deslegitimante das 'metanarrativas', bem como para o fato das ciências e das técnicas de vanguarda, nos últimos tempos, versarem sobre a linguagem.

Por isso há que se considerar a influência das informações tecnológicas e das máquinas informacionais sobre o saber, tanto na sua produção e pesquisa, quanto na sua transmissão. Essa transformação geral não deixará intacta a natureza do saber. Este "não pode se submeter aos novos canais, e tornar-se operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em quantidades de informação" (Ibid., p. 4).

O conhecimento se apartará do sujeito cognoscente e, com isto, modificará o princípio da formação moderna (*Bildung*) que avaliava o saber como algo constitutivo do sujeito:

Pode-se então esperar uma explosiva exteriorização do saber em relação ao sujeito que sabe [...], em qualquer ponto que este se encontre no processo de conhecimento. O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso (Ibid., p. 4).

Outra modificação desse novo universo do saber é a sua transformação radical em valor como mera mercadoria. O saber terá como objetivo da sua produção, o mercado e a troca, tornando secundário o seu valor de uso. Nos últimos decênios, o saber se transformou na principal força de produção e elemento econômico decisivo das populações produtivas nos países desenvolvidos e sua ausência um ponto de estrangulamento para os países em desenvolvimento. Dessa forma,

Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações. [...]. Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os Estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração das matérias-primas e da mão-de-obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações. Assim encontra-se aberto um novo campo para as estratégias industriais e comerciais e para as estratégias militares e políticas (Ibid., p. 4).

Agora, o que é decisivo na circulação de um conhecimento não é a sua capacidade de retirar alguém da ignorância e sim sua potencialidade de melhorar a performance e o desempenho de uma dada mão-de-obra para a melhoria do processo produtivo. Em outras palavras, para Lyotard houve uma mercantilização generalizada do saber.

A hipótese de trabalho de Lyotard, modificação do estatuto do saber na sociedade pós-industrial e cultura pós-moderna ou sociedade informatizada, não pretende ser original nem verdadeira, mas busca possibilitar a capacidade de discernimento sobre as sociedades informatizadas mais desenvolvidas, para iluminar certos aspectos da formação do saber e dos seus efeitos sobre o

poder público e as instituições civis (Ibid., p. 11). Questiona, de forma radical, o progresso das ciências e das técnicas com seu correspondente crescimento econômico e desenvolvimento sócio-político e admitida a acumulação do saber técnico e científico, o máximo que se discute é a sua forma. Ademais, a crença na acumulação do saber científico é falaciosa, pois o saber científico não é “o” sinônimo de saber. Há uma outra importante espécie de saber que é o narrativo (Ibid., p. 12).

O saber científico está intimamente ligado à legitimação compreendida como um processo pelo qual um legislador é autorizado a promulgar uma lei como norma⁴:

O direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o que é justo, mesmo se os enunciados submetidos respectivamente a esta e àquela autoridade forem de natureza diferente. É que existe um entrosamento entre o gênero de linguagem que se chama ciência e o que se denomina ética e política: um e outro procedem de uma mesma perspectiva ou, se preferir, de uma mesma ‘opção’, e esta chama-se Ocidente (Ibid., p. 12).

Dessa forma, pode-se afirmar que o estatuto atual do saber científico é de subordinação aos países poderosos, e com as novas tecnologias corre o risco ainda maior de transformar-se em um dos principais elementos de seus embates. Isso exige o exame apurado daquela dupla legitimação, que na sua forma mais originária evidencia saber e poder como uma só questão: “quem decide o que é saber, e quem sabe o que convém decidir? O problema do saber na idade da informática é mais do que nunca o problema do governo” (Ibid., 13).

O referencial teórico-metodológico utilizado na investigação lyotardiana acerca do saber na sociedade pós-moderna é o pensamento de Wittgenstein com sua ênfase nos fatos de linguagem e seus aspectos pragmáticos (Ibid., p. 15). Lyotard apóia-se no discurso wittgensteiniano que se centraliza nos efeitos dos discursos e nos diversos tipos de enunciados ou jogos de linguagem, os quais são determinados por regras específicas. Nos jogos de linguagem as regras não têm legitimação por elas próprias, mas por

um acordo exterior a elas feito pelos jogadores. Se não há regra, não há jogo, sendo que qualquer modificação em uma regra existente modifica o jogo. Enfim, todo enunciado lingüístico é um lance no jogo⁵.

Dois princípios norteiam o procedimento metodológico na análise lyotardiana. O primeiro “é que falar é combater, no sentido de jogar, e que os atos de linguagem provêm de uma agonística geral” (Ibid., p. 17). Mesmo que não se jogue somente para ganhar, tem um gosto de luta o prazer da invenção de palavras novas e a criação de novos sentidos, que fazem a evolução da língua. O segundo princípio, fundamental e complementar ao primeiro, “é que o vínculo social observável é feito de ‘lances’ de linguagem” (ibid., p. 17).

Na leitura lyotardiana, a linguagem como vínculo social é uma alternativa pós-moderna. A Modernidade, diversamente, tinha outros parâmetros para a representação desse vínculo social. Dois exemplos significativos estão na representação social de dois modelos do final do século XIX, o Funcionalismo com sua harmonia social e o Marxismo com o princípio da luta de classes e a dialética (Ibid., p. 20).

Para entender o estado atual do saber nas sociedades industriais avançadas é preciso conhecer a sociedade na qual ele se insere. Dessa forma, pode-se afirmar que o rumo econômico na atual fase capitalista, mediante o desenvolvimento tecnológico, redefine o papel do Estado. Nessa sociedade contemporânea as decisões não caberão mais às classes políticas dirigentes e sim a especialistas que têm acesso aos autômatos, máquinas cibernéticas detentoras das mais importantes informações. A economia agora largamente determinada pela tecnologia, muda as funções dos Estados, e isso exige novas alternativas sociais, as quais se distanciam do marxismo e do socialismo, tidos agora como superados. (Cf. (LYOTARD, 1993, p. 27).

O que tem de novo nesta realidade social é a recusa dos instrumentos políticos e coletivamente representativos tradicionais. Bem como a perda da referência dos grandes ideais. Dessa forma,

os antigos pólos de atração formados pelos Estados-nações, os partidos, os profissionais, as instituições e as tradições históricas perdem seu atrativo. [...]. As ‘identificações’ com os grandes nomes,

com os heróis da história atual, se tornam difíceis. [...]. Pois não se trata verdadeiramente de uma finalidade de vida. Esta é deixada à diligência de cada cidadão. Cada qual é entregue a si mesmo. E cada qual sabe que este si mesmo é muito pouco (Ibid., p. 28).

Nesse âmbito, então, se dilui a idéia de coletividade, norteadora do período moderno, assomando em seu lugar o princípio individualista. Esse individualismo, surgido da decomposição das grandes narrativas modernas que tinham a referência de um ideal coletivo, não implica necessariamente, na obra de Lyotard, em uma dissolução do vínculo social. É somente uma nova forma de vínculo social que por vezes é criticada mais por um sentimento de nostalgia:

Desta decomposição dos grandes Relatos, [...], segue-se o que alguns analisam como a dissolução do vínculo social e a passagem das coletividades sociais ao estado de uma massa composta de átomos individuais [...]. Isto não é relevante, é um caminho que nos parece obscurecido pela representação paradisíaca de uma sociedade 'orgânica' perdida (Ibid., p. 28).

Dessa forma, o átomo individual é pouco, mas não está sozinho, pois o tempo todo é atravessado por mensagens diferenciadas constitutivas de novos vínculos sociais ⁶. Além do que, este 'si mesmo' não é um ser passivo, pois tem sempre um poder sobre essas mensagens que o atravessam: é remetente, destinatário ou referente. E seu deslocamento em meio aos jogos de linguagem é tolerado e suscitado pelo próprio sistema, com a finalidade de melhorar seu próprio desempenho como sistema.

Na análise lyotardiana, os jogos de linguagem foram propostos como método geral de conhecimento do saber na sociedade pós-moderna. A linguagem é o vínculo social nessa nova fase das sociedades desenvolvidas ⁷ e assume um novo estatuto, tanto por que a comunicação nessa fase histórica tornou-se central, bem como porque a linguagem se diferencia da forma que tinha antes, na época moderna: nem manipula, nem simplesmente informa:

numa sociedade em que a componente comunicacional torna-se cada dia mais evidente, simultaneamente como realidade e como problema, é certo que o aspecto de linguagem [...] adquire uma nova importância, que seria superficial reduzir à alternativa tradicional da

palavra manipuladora ou da transmissão unilateral de mensagem, por um lado, ou da livre expressão ou do diálogo, por outro (Ibid., p. 29).

Na teoria da comunicação contemporânea, as mensagens têm formas e efeitos diversos – são denotativas, prescritivas, avaliativas, performativas, etc. – e não funcionam apenas comunicando informação. Assim, “reduzi-las a esta função é adotar uma perspectiva que privilegia indevidamente o ponto de vista do sistema e seu único interesse. Pois é a máquina cibernética que funciona pela informação” (Ibid., p. 30). Há que se levar em consideração o aspecto agonístico da linguagem que não está presente na informática, mas que constitui o vínculo social alicerçado pela linguagem

A abordagem das instituições contemporâneas do saber deve seguir essa perspectiva da linguagem como vínculo social que não se limita somente a informar burocraticamente, mas que constitui um jogo de linguagem com seus elementos agonísticos: “O que é preciso para compreender desta maneira as relações sociais, em qualquer escala [...], não é somente uma teoria da comunicação, mas uma teoria dos jogos, que inclua a agonística em seus pressupostos” (Ibid., p. 30).

Além do que, esse novo referencial da linguagem na abordagem do saber contemporâneo pós-moderno se distingue da linguagem na Modernidade, que era burocrática e castradora dos lances lingüísticos. Nas palavras de Lyotard: “Esta ‘atomização’ do social em flexíveis redes de jogos de linguagem pode parecer bem afastada de uma realidade moderna que se representa antes bloqueada pela artrose burocrática” (Ibid., p. 31).

Lyotard inicia a análise da pragmática do saber narrativo apresentando duas objeções já formuladas à aceitação acrítica do conceito instrumental do saber nas sociedades mais desenvolvidas: o saber não se reduz à ciência e esta não esconde o problema de sua legitimidade. Em seguida, o autor define a natureza do saber narrativo, o que permitirá um exame comparativo com as características do saber científico na sociedade contemporânea e sua legitimidade. (Ibid., p. 35).

Vimos que, ao definir o saber em geral, Lyotard deixa claro que este saber não se reduz à ciência e nem mesmo ao conhecimento como conjunto de enunciados denotativos ou descritivos que podem ser declarados verdadeiros ou falsos. A ciência, por sua vez, seria um subconjunto do conhecimento. No entanto, o conceito de saber é mais amplo: uma mistura de 'idéias de saber-fazer, saber-viver, de saber-escutar'. Trata-se de um conjunto de competências que se encontra além das preocupações com o critério único de verdade, pois se estende aos "critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc." (Ibid., p. 36). Saber, portanto, coincide com 'formação' de competências.

Já na formulação do saber tradicional prevalece a forma narrativa que tem no relato a sua composição por excelência, e, diversamente das formas desenvolvidas dos discursos de saber, admite nela mesma uma pluralidade de jogos de linguagem. A narrativa da transmissão dos relatos obedece às regras fixadas pela pragmática:

a tradição dos relatos é ao mesmo tempo a dos critérios que definem uma tríplice competência – saber-dizer, saber-ouvir, saber-fazer – em que se exercem as relações da comunidade consigo mesma e com o que a cerca. O que se transmite com os relatos é o grupo de regras pragmáticas que constitui o vínculo social (Ibid, p. 40). (Grifo nosso).

Enquanto a pragmática da narrativa popular é auto legitimante, a legitimidade é um jogo de linguagem ocidental que tem como referente o jogo interrogativo por intermédio dos relatos que, por sua vez, determinam os critérios de competência e o direito de o quê dizer e fazer na cultura (Ibid., p. 42).

Inicialmente, Lyotard indica cinco propriedades do saber científico clássico: é um jogo de linguagem isolado que exclui outros e que tem como critério de aceitabilidade o valor de verdade; não é mais imediato e partilhado como o saber narrativo, pois se torna profissão e funda instituições, fazendo surgir o problema da relação entre instituição científica e sociedade; no jogo da pesquisa a competência requerida é somente do enunciador; um relato

científico não é válido sozinho, pois necessita de provas e pode sempre ser ultrapassado por novas descobertas que exigem novas provas; o jogo da ciência pressupõe uma temporalidade diacrônica, ou seja, a produção de novos conhecimentos supõe conhecimentos anteriores que vão se acumulando.

Lyotard lembra que estas propriedades são conhecidas, mas precisam ser relembradas para salientar a diferença entre o saber científico e o narrativo, bem como a importância de ambos:

De início, o paralelismo da ciência com o saber não científico (narrativo) faz compreender, [...], que a existência da primeira é tão necessária quanto a da segunda, e não menos. Uma e outra são formadas por conjuntos de enunciados; estes são 'lances' apresentados por jogadores no quadro das regras gerais; estas regras são específicas de cada saber, e os 'lances', considerados bons aqui ou ali, não podem ser da mesma espécie, salvo por acaso (Ibid., p. 48).

Na pós-modernidade, por um lado, é estabelecida a igualdade em importância dos dois saberes e Lyotard defende que este fato deve trazer alegria e não nostalgia: "Há, apenas, que se admirar com esta variedade de espécies discursivas, [...]. Lamentar-se sobre 'a perda do sentido' na pós-modernidade seria deplorar que o saber não seja mais principalmente narrativo". (Ibid., p. 49). (Grifo nosso).

Por outro lado, é uma inconseqüência derivar o saber científico do saber narrativo. Como se a narrativa contivesse a ciência em estado embrionário (Ibid., p. 49). O fato do discurso narrativo se autolegitimar pela pragmática de sua transmissão, sem necessitar de argumentação e administração de provas, faz que o cientista clássico o classifique como sendo:

selvagem, primitivo, subdesenvolvido, atrasado, alienado, feito de opiniões, de costumes, de autoridade, de preconceitos, de ignorâncias, de ideologias. Os relatos são fábulas, lendas, mitos bons para as mulheres e as crianças. Nos melhores casos, tentar-se-á fazer penetrar a luz neste obscurantismo, civilizar, educar, desenvolver (Ibid., p. 49).

Tal disparidade, segundo o autor, é determinada pelo imperialismo cultural do Ocidente e é comandada pela exigência de legitimação (Ibid., p. 50).

A ciência moderna recorre ao relato narrativo para a sua própria legitimação. O conflito entre o saber científico e a narrativa está presente desde o jogo de linguagem dos Diálogos platônicos, na qual existe uma pragmática da ciência que já inclui a dupla função de pesquisa e ensino. Nos escritos de Platão já estão presentes: a argumentação em busca do consenso, o acordo como resultado de um único referente, a paridade dos participantes, o reconhecimento de que se trata de um jogo, não de um destino, que exclui os que não aceitam suas regras (Ibid., p. 53). Lyotard chama atenção para o paradoxo de que o discurso platônico, que inaugura e legitima a ciência, não ser científico. O saber científico, para saber e dizer que é verdadeiro, precisa recorrer ao relato, à narração, que é para a ciência o não-saber. Do contrário, teria que se pressupor a si mesmo, numa petição de princípio.

A ciência moderna traz duas novas questões para a legitimação: como provar a prova e quem decide o que é verdadeiro? A resposta é dada pelo próprio discurso científico:

Desvia-se da busca metafísica de uma prova primeira ou de uma autoridade transcendente, reconhece-se que as condições do verdadeiro, isto é, as regras de jogo da ciência, são imanentes a este jogo, que elas não podem ser estabelecidas de outro modo a não ser no seio de um debate já ele mesmo científico, e que não existe outra prova de que as regras sejam boas, senão o fato delas formarem o consenso dos *experts* (Ibid., p. 54).

Essa legitimação científica ocorre por meio dos relatos simultaneamente à emancipação dos burgueses em relação às autoridades tradicionais, sendo também uma legitimação de sua autoridade, e que está em harmonia com a nova atitude científica:

Disto resulta infalivelmente a idéia de progresso; ela não representa outra coisa senão o movimento pelo qual supõe-se que o saber se acumula, mas este movimento estende-se ao novo sujeito sóciopolítico. O povo está em debate consigo mesmo sobre o que é justo e injusto, da mesma maneira que a comunidade dos cientistas sobre o que é verdadeiro e falso; o povo acumula as leis civis, como

os cientistas acumulam as leis científicas; o povo aperfeiçoa as regras do seu consenso por disposições constitucionais, como os cientistas revisam à luz dos seus conhecimentos produzindo novos 'paradigmas' (Ibid., p. 55).

Dessa forma, a legitimação, que reimplanta o relato como validade do saber, faz surgir duas novas realidades: um herói do conhecimento e um herói da liberdade. Contudo, nem a legitimação tem um único sentido e nem o relato é suficiente para validá-la.

Lyotard apresenta duas grandes versões dos relatos da legitimação do saber e das instituições na Modernidade, um especulativo (filosófico) e outro prático (emancipação política). O primeiro "tem por sujeito a humanidade como herói da liberdade" (Ibid., p. 59), mediante a apropriação do saber científico. O segundo consiste na condução, pelo Estado e pela Universidade humboldiana, do povo iluminado cientificamente rumo ao progresso, num processo emancipatório (*Aufklärung*), por intermédio da Formação (*Bildung*) do indivíduo e da Nação. Esses dois grandes relatos de legitimação sofrem

Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação, pois eles sofrem um processo de deslegitimação. (Ibid., p. 69)

Para Lyotard, a deslegitimação dos 'metarrelatos' não está totalmente e fundamentalmente explicada nem pelo desenvolvimento da tecnologia no pós-guerra, nem pelas mudanças keynesianas do capital. O componente determinante dessa deslegitimação tem um elemento interno que é a contradição posta pelos jogos de linguagem que são os 'metarrelatos' ⁸, eles próprios jogos de linguagem.

Para Lyotard, o marxismo seria também um 'metarrelato' deslegitimado. Quando o partido substituiu a universidade, o proletariado tomou o lugar do povo e da humanidade, e o materialismo dialético foi trocado pelo idealismo especulativo, o resultado foi o autoritarismo do socialismo como 'metarrelato' equivalente da vida do Espírito hegeliano. Contudo, o marxismo

pode se apresentar também de forma crítica, socialismo como proposta de constituição do sujeito autônomo, no qual o objetivo da ciência é possibilitar ao proletariado os meios de sua emancipação (Ibid., p.65- 66).

Aconteceu também a deslegitimação do saber especulativo hegeliano, este contém inerentemente um ceticismo com relação à ciência que, por não ter encontrado legitimidade não é uma ciência verdadeira. Para o dispositivo especulativo essa legitimidade do discurso científico deve ser dada pelo próprio jogo de linguagem especulativo:

Surge assim a idéia de perspectiva que não é distante, pelo menos neste ponto, da dos jogos de linguagem. Tem-se aí um processo de deslegitimação cujo motor é a exigência de legitimação. A 'crise' do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem (Ibid., p. 71).

Dessa forma, na época pós-moderna ocorrem muitas modificações nas delimitações clássicas dos campos científicos: desaparecem disciplinas, os limites das ciências se entrecruzam surgindo novos conhecimentos, a hierarquia especulativa dos conhecimentos é substituída por uma horizontalidade, as faculdades transformam-se em Institutos e a Universidade perde sua função de legitimidade especulativa, reproduzindo mais professores que cientistas (Ibid., p. 72).

Na deslegitimação do dispositivo de emancipação (*Aufklärung*) está também intrínseco um poder interno de erosão. Se o discurso da ciência não pode ser tido como verdadeiro, porque tudo é um jogo de linguagem, o discurso da emancipação não pode ser verdadeiramente justo, na medida em que é guiado por aquele saber científico. Assim, fica fragilizada a característica principal do dispositivo de emancipação, que é de fundamentar a legitimidade da ciência desvelando a verdade para proporcionar a autonomia ética, social e política aos interlocutores. Quanto a isso, afirma Lyotard

Ora, esta legitimação, [...], constitui de imediato um problema: entre um enunciado denotativo de valor cognitivo e um enunciado

prescritivo de valor prático, a diferença é a de pertinência, portanto de competência. Nada prova que, se um enunciado que descreve uma realidade é verdadeiro, o enunciado prescritivo, que terá necessariamente por efeito modificá-la, seja justo (Ibid., p. 72).

A divisão da razão em cognitiva e prática ataca, com efeito, a legitimidade do discurso de ciência, mostrando que ele é um jogo de linguagem com regras próprias, mas sem vocação para regulamentar o jogo prático. Tornando-se, então, um jogo de linguagem entre outros.

As principais conseqüências da deslegitimação dos 'metarrelatos' indicadas por Lyotard, são: a ciência não pode mais legitimar a si mesma e nem a outros jogos de linguagem; a disseminação dos jogos de linguagem dissolve o sujeito e torna a linguagem o vínculo social; o fracasso do dispositivo filosófico especulativo moderno como discurso de legitimação e sustentação do projeto emancipatório; a transformação dos sábios em cientistas com um saber fragmentário; a Filosofia especulativa humanista assume o estudo da lógica ou da história das idéias; o surgimento de um pessimismo generalizado, pois ninguém domina todos os jogos de linguagem e não há uma meta-língua universal; a superação do pessimismo positivista por Wittgenstein, investigando os jogos de linguagem em uma nova perspectiva de legitimação diferente do desempenho, característica do mundo pós-moderno onde não há mais nostalgia com o fim dos 'metarrelatos' e nem a crença no futuro como barbárie (Ibid., p. 73-74).

No entanto, alerta Lyotard, há que se levar em consideração a forma de apropriação do capital sobre a deslegitimação das 'grandes narrativas' e a prevalência dos jogos de linguagem. Neste sentido, a pesquisa é direcionada para a obtenção de desempenho. A administração da prova, que antes tinha por referência o estabelecimento da verdade, com a prova da prova, agora pode recorrer à publicação dos meios com os quais foram feitas as provas para serem repetidas, e mesmo assim levar a equívocos. A resposta é dada por meio de técnicas, tendo a eficiência como critério e a otimização das performances como objetivo: "São estes, pois, os jogos cuja pertinência não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo, etc., mas o eficiente: um 'lance' técnico é 'bom' quando é bem-sucedido e/ou quando ele despende menos que um outro" (Ibid., p. 80).

A administração da prova dentro desses parâmetros, afirma Lyotard, é ainda mais acirrada na medida em que a pragmática do saber científico substitui os saberes tradicionais ou revelados: “Portanto, nada de prova e de verificação de enunciados, e nada de verdade, sem dinheiro. Os jogos de linguagem científica vão tornar-se jogos de ricos, onde os mais ricos têm mais chances de ter razão” (Ibid., p. 81). A melhoria das performances e da realização dos produtos é determinada mais pelo desejo de riqueza do que do progresso do saber ⁹ onde, diz Lyotard, riqueza, eficiência e verdade se entrecruzam.

Lyotard afirma ainda que a forma como o capitalismo soluciona o problema do crédito para a pesquisa científica é financiando os departamentos de pesquisa nas empresas e criando fundações de pesquisa privadas, estatais ou mistas, que concedem créditos a departamentos universitários, laboratórios de pesquisa ou grupos independentes de pesquisadores, mesmo que seus resultados sejam demorados. O importante é que a pesquisa seja aplicável e rentável: “as normas de organização do trabalho que prevalecem nas empresas penetram nos laboratórios de estudos aplicados [...], os centros de pesquisa ‘pura’ percebem créditos menores” (Ibid., p. 82).

Em outras palavras, a administração da prova segue agora um outro jogo de linguagem, onde o importante não é a verdade, mas o desempenho e a eficiência. A predominância do critério técnico no saber científico termina influenciando o critério de verdade, que passa a ser o desempenho:

O Estado e/ou a empresa abandona o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder (Ibid., p. 83).

Dessa forma, pode-se afirmar que a pragmática da pesquisa científica pós-moderna faz assomar a invenção de ‘lances’ novos e de novas regras de jogos de linguagem. Desta maneira, o atual saber científico busca alternativas para a crise do determinismo, que considera a base da legitimação através do desempenho. Este, por sua vez, deve supor um sistema em estado

estável, para que ocorra um trânsito regular de *input/output*. Esta é, no entanto, uma leitura positivista pós-moderna, na qual não se resume todo o pensamento da pós-modernidade: “Trata-se em suma de mostrar em alguns casos típicos que a pragmática do saber científico pós-moderno tem, nela mesma, pouca afinidade com a busca do desempenho” (Ibid., p. 99) (Grifo nosso). Ora, nem toda a ciência pós-moderna se desenvolve pelo positivismo da eficiência, mas também pela produção do ininteligível, do paradoxo, da criação de novas regras lingüísticas que compõe a legitimidade da própria ciência¹⁰.

A ciência pós-moderna também se desenvolve como pesquisa de instabilidade, para além de determinado positivismo: “o traço surpreendente do saber pós-moderno é a imanência a si mesmo, mas explícita, do discurso sobre as regras que o legitimam” (LYOTARD, 1993a, p. 100). (Grifo nosso).

A idéia predominante nas pesquisas científicas pós-modernas não é mais, portanto, a continuidade e a previsão como paradigmas do conhecimento. Agora a preferência é:

pelos indecíveis, nos limites da precisão do controle, pelos quanta, pelos conflitos de informação não completa, pelos ‘fracta’, pelas catástrofes, pelos paradoxos paradigmáticos, a ciência pós-moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz, não o conhecido, mas o desconhecido. E sugere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor performance, mas o da diferença compreendida como paralogia (Ibid., p. 107-108) (Grifo nosso).

Lyotard constata que no saber científico pós-moderno, a legitimação se dá através da paralogia, da imprevisibilidade e da diferença. Com a descrença nos ‘metarrelatos’, o desenvolvimento dos jogos de linguagem e o paradigma da paralogia, o discurso científico pós-moderno se autovalida através do pequeno relato e do dissenso. A legitimação do saber excluiu os grandes relatos, o discurso científico pós-moderno não recorre à dialética do Espírito e nem à emancipação da humanidade para a sua validação. O ‘pequeno relato’ é agora o referencial por excelência (Ibid., p. 111). Contudo, a partir dessas questões pós-modernas é necessário refletir se é possível uma

legitimação que se utilize apenas da paralogia e se a pragmática científica deve dar ênfase ao dissentimento, na medida em que “o consenso é um horizonte, jamais ele é atingido” (Ibid., p. 112). Assim:

É ao abandono desta crença que hoje se relaciona o declínio dos relatos de legitimação, sejam eles tradicionais ou ‘modernos’ (emancipação da humanidade, devir da Idéia). É igualmente a perda desta crença que a ideologia do ‘sistema’ vem simultaneamente suprir por sua pretensão totalizante e exprimir pelo cinismo do seu critério de desempenho (Ibid., p. 118).

Em virtude da complexidade da pragmática social, composta por uma diversidade de enunciados, é impossível determinar antecipadamente um consenso entre eles. É a descrença nessa possibilidade que deslegitimou os ‘metarrelatos’ e possibilitou o estabelecimento do desempenho como critério por parte do capital.

CONCLUSÃO

Na investigação de Lyotard, a pós-modernidade se caracteriza pela descrença nos ‘metarrelatos’ e a conseqüente valorização das pequenas narrativas. Nesse âmbito é também valorizada a influência das informações tecnológicas e das máquinas informacionais do saber, que substituem os especialistas e os políticos nas decisões sociais. Dessa forma, a recusa dos grandes ideais e dos instrumentos políticos e representativos do coletivo, como o entende a tradição da modernidade, abre espaço para a valorização dos movimentos sociais alternativos, que por sua vez, tem grande importância na crise estrutural do capital. A conseqüência maior dessa recusa, tanto num caso como no outro, é a diluição da idéia de coletividade, fazendo assomar as noções de individualidade ou de pequenos grupos.

Quando Lyotard constata a submissão pós-moderna da ciência, que não é mais portadora do conhecimento verdadeiro, ao processo de valorização do capital e de viabilização da formação de competências para o atendimento do sistema, temos também uma forte aproximação com o papel da ciência na

crise estrutural do capital quando este se insere completamente na necessária aceleração tecnológica que alimenta a produção destrutiva, a forma de produção mais adequada para sua reprodução dentro da crise.

Nesse sentido, arriscamos dizer que a desmistificação do saber científico operada pelo pensamento pós-moderno, por intermédio da deslegitimação das grandes narrativas, está presente na crise estrutural do capital contemporâneo na sua apropriação da ciência como elemento de produção, agora indispensável no contexto da produção destrutiva. É necessário enfatizar que o pensamento pós-moderno, além de reconhecer a deslegitimação da ciência como portadora do discurso verdadeiro, reconhece também sua deslegitimação operada por meio da sua apropriação pelo capital, da disponibilidade da ciência moderna em atender aos interesses do capital. Em outros termos, o pensamento pós-moderno não é completamente acrítico pró-capitalista, como querem alguns de seus críticos.

A questão é: os pós-modernos não referendam a sua crítica na construção da sociedade alternativa socialista, haja vista sua possibilidade de ser totalitária. Ademais, a crítica pós-moderna à ciência como portadora do conhecimento verdadeiro esbarra na proposição dos jogos de linguagem, onde todos os discursos seriam verdadeiros. Lyotard, no entanto, não desconsidera a apropriação do capital sobre a deslegitimação das grandes narrativas e a prevalência dos jogos de linguagem, nos quais a pesquisa é direcionada para o bom desempenho da produção e dos trabalhadores. O autor enfatiza, por exemplo, que a pesquisa científica que recebe maior financiamento é aquela mais aplicável e rentável.

O fim dos grandes ideais das metanarrativas – como o fim unitário da história e do poder cognitivo e centrado do sujeito moderno, o esmaecimento da crença na emancipação progressiva da razão e da liberdade, a descrença na alternativa socialista e na abstração do conceito moderno de humanidade, etc. – encontra ressonância na forma de ser do capital em sua crise estrutural.

Senão, vejamos. Observemos que os grandes ideais da modernidade eram compatíveis com um capital em sua ascendência histórica e em busca de sua expansão territorial, que se apresentava com validade

universal para estabelecer sua própria legitimidade e realizar seus intuitos de ampliação e acumulação. Diversamente, um capital em crise estrutural que busca sua reprodução pela produção destrutiva só pode favorecer e ser favorecido num mundo fragmentado, de valores efêmeros, marcado pela paralogia e pelo dissentimento. A taxa de utilização decrescente das mercadorias, essencialmente necessária à produção destrutiva, tem a sua expressão nessa instabilidade constitutiva do mundo e do pensamento pós-moderno. Os ideais universais e estáveis da modernidade já não se coadunam com a produção destrutiva baseada na descartabilidade das mercadorias, a qual se alastra pela totalidade social.

Notas:

¹ Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/ UFC; doutora em Educação – UFC; professora Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: c-marinho2004@ig.com.br;

² Conforme Lyotard: “Esta lógica do melhor desempenho é, sem dúvida, inconsistente sob muitos aspectos, sobretudo no que se refere à contradição no campo sócio-econômico: ela quer, simultaneamente, menos trabalho (para baixar os custos da produção) e mais trabalho (para aliviar a carga social da população inativa). Mas a incredulidade resultante é tal que não se espera destas contradições uma saída salvadora, como pensava Marx” (LYOTARD, 1993, p. xvii).

³ Entenda-se aqui paralogia como imprevisibilidade, dissentimento, contrário ao consenso.

⁴ Um enunciado científico está submetido a essa regra: “um enunciado deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico” (LYOTARD, 1993, p. 12).

⁵ Três observações sobre os jogos de linguagem: 1- “...suas regras não possuem sua legitimação nelas mesmas, mas constituem objeto de um contrato explícito ou não entre os jogadores (o que não quer dizer todavia que estes as inventem)”; 2- “...na ausência de regras não existe jogo, que uma modificação, por mínima que seja, de uma regra, modifica a natureza do jogo, e que um lance ou um enunciado que não satisfaça as regras, não pertence ao jogo definido por elas”; 3- “...todo enunciado deve ser considerado como um ‘lance’ feito num jogo” (LYOTARD, 1993, p. 17).

⁶ Para Lyotard ocorre uma nova forma de vinculação social: “O si mesmo é pouco mas não está isolado; é tomado numa textura de relações mais complexa e mais móvel do que nunca. Está sempre, seja jovem ou velho, homem ou mulher, rico ou pobre, colocado sobre os ‘nós’ dos circuitos de comunicação, por ínfimos que sejam. É preferível dizer: colocado nas posições pelas quais passam mensagens de natureza diversa.” (LYOTARD, 1993, p. 28).

⁷ Os jogos de linguagem é o mínimo de relação exigido para que haja sociedade: “[...] desde antes do seu nascimento, haja vista o nome que lhe é dado, a criança humana já é colocada como referente da história contada por aqueles que a cercam e em relação à qual ela terá mais tarde de se deslocar. Ou mais simplesmente ainda: a questão do vínculo social, enquanto questão, é um jogo de linguagem, o da interrogação, que posiciona imediatamente aquele que a apresenta, aquele a quem ela se dirige, e o referente que ela interroga: esta questão já é assim o vínculo social” (LYOTARD, 1993, p. 29).

⁸ Para o autor, as explicações pautadas na economia são insuficientes: **“Buscas de causalidades como estas são sempre decepcionantes. Supondo-se que se admita uma ou outra destas hipóteses, resta explicar a correlação das tendências referidas com o declínio do poder unificador e legitimador dos grandes relatos da especulação e da emancipação.** [...] O impacto que, por um lado, a retomada e a prosperidade capitalista e, por outro, o avanço desconcertante das técnicas podem ter sobre o estatuto do saber é certamente compreensível. Mas é preciso primeiramente resgatar os germes de ‘deslegitimação’ e de niilismo que eram inerentes aos grandes relatos do século XIX para compreender como a ciência contemporânea podia ser sensível a estes impactos bem antes que eles acontecessem” (LYOTARD, 1993, p. 69-70).

⁹ “O que se produz ao final do século XVIII, quando da primeira revolução industrial, é a descoberta da recíproca: não há técnica sem riqueza, mas não há riqueza sem técnica. Um dispositivo técnico exige um investimento; mas visto que otimiza a performance à qual é aplicado, pode assim otimizar a mais-valia que resulta desta melhor performance. Basta que esta mais-valia seja realizada, quer dizer, que o produto da performance seja vendido. E pode-se bloquear o sistema da seguinte maneira: uma parte do produto desta venda é absorvida pelo fundo de pesquisa destinado a melhorar ainda mais a performance. É neste momento preciso que a ciência torna-se uma força de produção, isto é, um momento na circulação do capital. [...] A conjunção ‘orgânica’ da técnica com o lucro precede a sua junção com a ciência. As técnicas não assumem importâncias no saber contemporâneo senão pela mediação do espírito de desempenho generalizado” (LYOTARD, 1993, p. 81-82).

¹⁰ Para Lyotard, a ciência pós-moderna não se caracteriza somente pelo positivismo mas também pela pesquisa da paralogia: “A expansão da ciência não se faz graças ao positivismo da eficiência. É o contrário: trabalhar na prova é pesquisar e inventar o contra-exemplo, isto é, o ininteligível; trabalhar na argumentação é pesquisar o ‘paradoxo’ e legitimá-lo com novas regras do jogo de raciocínio. Nos dois casos, a eficiência não é visada por si mesma, ela vem por acréscimo, por vezes tarde, quando os financiadores se interessam enfim pelo caso. Mas, o que não pode deixar de vir e voltar com uma nova teoria, uma nova hipótese, um novo enunciado, uma nova observação, é a questão da legitimidade. Pois é a própria ciência que a si mesma levanta esta questão, e não a filosofia à ciência” (LYOTARD, 1993, p. 99-100).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução: Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MARINHO, Cristiane M. *Pensamento pós-moderno e educação na crise estrutural do capital*. Tese de Doutorado. UFC. Fortaleza – Ce, 2008.

NOVAS PERSPECTIVAS NA HISTORIOGRAFIA AMERICANA: A HISTÓRIA ORAL COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO EPISTÊMICA DO HISTORIADOR

NEW PERSPECTIVES ON AMERICAN HISTORIOGRAFIC: HOW THE ORAL HISTORY IN CONSTRUCTION EPISTEMIC METHODOLOGICAL PROCEDURE OF HISTORIAN

MENEZES, Jean Paulo Pereira de¹.

Resumo

Objetivamos nesta comunicação, apresentar alguns apontamentos acerca da história oral como procedimento metodológico na construção epistêmica nas ciências históricas, especialmente na América latina, focalizando a relação dialógica que a mesma estabelece entre história e antropologia. Desta forma, entendemos que a escrita da história acaba por ser congratulada com mais um importante procedimento na busca da construção cognitiva acerca do objeto dialético.

Palavras-chave

História Oral – Metodologia – Interdisciplinaridade - Antropologia – Historiografia.

Abstract

we objectify in this communication, to present some notes concerning verbal history as methodological procedure in the epistemic construction in historical sciences, especially in Latin America, focusing the dialogic relation that the same one establishes between history and anthropology. In such a way, we understand that the writing of history finishes for being congratulate with plus an important procedure in the search of the cognitive construction concerning the dialectic object.

Key-words: Verbal history - Methodology – Cross-disciplinary - Anthropology – Historiography.

1 Introdução

Inevitavelmente, e é assim mesmo que iniciamos, em tom questionador, nos esbarramos na Universidade com uma série de problemáticas no que diz respeito às propostas de trabalhos intelectuais². Problemáticas as quais seriam bem-vindas se as mesmas não se

estabelecessem com propósitos escusos ao desenvolvimento cognitivo que se propõe a comunidade acadêmica.

A trajetória das ciências humanas vem composta por uma série de dilemas e desafios nos quais os historiadores de viés mais tradicionalista ainda tem, ao que nos parece, muito a o que considerar e provavelmente rever. Por viés tradicionalista nos referimos aos procedimentos ideologizados pelo historicismo e as suas limitações em se relacionar com seus “documentos” históricos. Uma problemática que aparentemente pode se manifestar de modo sutil, mas que ainda marca a postura de um número considerável de historiadores. Basta desenvolvermos algumas pequenas investigações e provavelmente identificaremos este viés tradicionalista muito próximo de nós, seja nos programas de graduação e pós-graduação das universidades americanas, em especial no Brasil.

Ao apresentar esta problemática, o viés tradicionalista de caráter historicista, não a fazemos ignorando as contribuições do positivismo na história enquanto ciência. É evidente que a seriedade e a tentativa de inferir uma análise às fontes, esta corrente de historiadores, principalmente no século XIX e início do século XX, nos apresentaram perspectivas possíveis para a sua época e de sucesso, uma vez que procuravam objetivar racionalmente acerca do fato histórico. Mas, que nos façamos bem entendidos, uma contribuição que deve ser muito bem entendida no espaço de “*Cronos*”. Hoje, a perspectiva historicista se faz existente, através das suas preocupações ainda válidas no que tange a tentativa de buscar no objeto concreto, respostas concretas e verdadeiras. Mas este mesmo estado de “*Cronos*” caminha por suas estradas não se limitando em encontrar apenas o historicismo e sim um conjunto de perspectivas que unidas coerentemente podem contribuir em muito para que o intelectual possa construir o saber epistêmico na história do presente.

Na historiografia, a escrita da história no ocidente, vem passando por uma série de crescimentos nos últimos séculos que “garantem” aos historiadores o respeito no mundo intelectual por vários motivos, um deles, e estamos convencidos disto, é o trato que o mesmo estabelece com suas fontes (documentos), ou seja, a relação dialógica que permite o historiador a indagar suas fontes com um rigor “invejável” nas demais áreas das ciências sociais.

O século XIX estabeleceu um quadro teórico bastante competente para o seu contexto histórico, principalmente quando observamos as preocupações em explicar os fenômenos que a economia política acabava por proporcionar àqueles intelectuais da Europa que olhavam para a América, África, Ásia e Oceania, envolvidos direta e indiretamente com o industrialismo global e a sua reprodução acelerada e inseqüente. De cognições apologéticas e críticas, as ciências humanas passaram a se congregarem e por vezes se hostilizarem. Um tipo nada *ideal*, mas bem realista no campo das ciências, em especial as ciências históricas.

Nos primeiros decênios do século XX, a historiografia se deparava com mais uma inovadora perspectiva, na realidade, já apresentada em meados do século XIX com os textos marxianos, nos referimos à perspectiva interdisciplinar, em especial aquela apresentada pela historiografia francesa nos anos 20 e 30 através dos *Annales*. Principalmente sobre o que hoje entendemos como fontes históricas. Objetivava-se aproveitar tudo o que coerentemente fosse possível na busca do entendimento do objeto. Intensificava-se a crítica interna dos documentos, lançava-se mão de outras áreas para a investigação metodológica e a compreensão teórica da pesquisa. Contribuições que inegavelmente alavancaram o ofício de historiador não apenas na universidade, mas em todo o Estado organizado politicamente.

Na América, em Brasil, esta perspectiva também se fez presente, seja nas obras de Gilberto Freyre, quando promove o diálogo entre história, sociologia e antropologia na década de 30 em *Casa Grande & Senzala*; seja com Caio Prado Junior ao propor um outro viés metodológico calcado no materialismo histórico em *Evolução política do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*, dialogando história, filosofia, economia e sociologia; com Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil, Visão do Paraíso e Monções*, interligando história, sociologia (também alemã) e história regional para os estudos brasileiros; posterior a 30, Florestan Fernandes propondo sociologia, antropologia e “história indígena”, com *A organização social dos Tupinambá*; seja Darcy Ribeiro apresentando uma antropologia histórica, provavelmente muito próxima do que entendemos hoje por etnohistória (OLIVEIRA, 2003) em *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, entre outros, e fartamente, os demais intelectuais que diretamente

proporiam esta nova perspectiva para o trabalho em ciências humanas no Brasil.

Como podemos observar no parágrafo anterior, é notória a presença da relação entre história, sociologia, filosofia e antropologia. Dedicar-nos-emos a realização de alguns apontamentos acerca das relações entre história e antropologia em uma perspectiva interdisciplinar da construção epistemológica diante de seus objetos através dos procedimentos com fontes orais e suas dificuldades diante da *intelligentisia* acadêmica.

2 As fontes orais como elemento catalisador das relações entre as ciências humanas e a construção epistêmica após a Segunda Guerra Mundial

Após o ano de 1945, ao findar a II Guerra Mundial, a ciências humanas passaram a se utilizar com mais frequência da oralidade na sua construção epistêmica. Nasce daí a necessidade de sistematizar os procedimentos em história oral, que visavam à escrita da história, enfatizando-a como mais uma importante fonte histórica (GARRIDO, 1993).

Neste mesmo período, com a descolonização na África e Ásia, as nações em construção se utilizaram em massa das fontes orais na construção de uma identidade até então marginalizada da historiografia construída, seja pelas nações imperiais e ainda por grupos eruditos locais/regionais. Referimos-nos as fontes orais que visavam contribuir na construção do discurso dos “*sem história*”, daqueles que não foram ouvidos durante um longo processo e que agora encontravam nas fontes orais o meio necessário para se fazerem ouvidos. Foram os casos dos partidos políticos na Itália, movimentos sindicais etc.

É importante registrar que este viés socializador da construção do discurso do sujeito na História após 1945 está posterior à utilização destas novas fontes por grupos políticos que procuravam monumentar-se politicamente, registrando seus discursos e suas visões de mundo, como ocorrera nos Estados Unidos (GARRIDO, 1993).

Neste contexto, uma das maiores contribuições foram as interlocuções entre as disciplinas nas ciências humanas, proporcionando um maior desenvolvimento qualitativo na construção cognitiva do objeto. As

relações dialógicas entre história, sociologia, antropologia, economia, política entre outras, contribuíram no amadurecimento dos quadros teóricos e metodológicos e em uma melhor compreensão objetiva do processo histórico.

Atribuímos a existência deste fenômeno (*as relações dialógicas nas ciências humanas*), em grande medida, aos procedimentos com as fontes orais, que possibilitaram não apenas uma forma de interdisciplinaridade mas também na construção de novos quadros metodológicos para o trabalho intelectual. Estamos convencidos de que os procedimentos com as fontes orais constituem-se em um elemento catalisador das relações epistêmicas nas ciências humanas e que são responsáveis por uma nova paisagem intelectual para a historiografia, como poderemos constatar do decorrer deste artigo, especialmente ao tópico que segue acerca das perspectivas interdisciplinares do conhecimento.

3 Perspectivas interdisciplinares na construção cognitiva

Como já introduzimos, estamos convencidos de que as relações interdisciplinares nas ciências humanas, como por exemplo, aquelas firmadas entre história e antropologia, se constituem em um fenômeno epistêmico que além de inovar, contribui em uma maior e melhor percepção cognitiva do objeto.

Retomando a problematização inicial, muitos intelectuais nas ciências humanas, por difícil que seja entender, continuam a postular uma “história pura” e assim também com a antropologia, filosofia e sociologia. Não nos preocuparemos aqui com o denunciamento, pois seria necessário uma listagem fatigante de nomes e trabalhos, os quais não se compõe em nosso objeto de comunicação por hora. Mas para não sermos enquadrado em um campo de criticismo, basta nos valermos das produções enviesadas pela ortodoxia que se intitula duvidosamente de “marxista” ou ainda, os paradigmas da história após as frustrações de 1968, provocando em uma considerável gama de intelectuais das ciências humanas um comportamento niilista e por vezes pós-moderno, este último, no sentido mais vulgar do termo.³

Ao pensarmos o trabalho em ciências históricas, devemos confessar, possuímos algumas dificuldades em relacionar uma investigação de

forma compartimentada, que entenda documentos chancelados como os mais confiáveis e melhores portadores de vestígios para o trabalho de investigação do historiador na busca de marcas capazes de fornecerem o caminho, “as pegadas” do fato histórico em verdade absolutamente objetiva. Assim fosse, concordamos com o arqueólogo R. G. Collingwood, quando apresenta o *historiador de cola e tesoura* (COLLINGWOOD, 1972). Assim sendo, apresentaremos algumas contribuições vitais para a produção intelectual, partindo, como postulamos neste artigo, da perspectiva interdisciplinar entre história e antropologia tendo como elemento catalisador as fontes orais.

4 História e etnologia: contribuições elementares para o intelectual⁴

Muitos historiadores se agrupam objetivando diferenciarem-se dos demais cientistas sociais como especialistas em determinados recortes epistemológicos em “sua” área de conhecimento. O mesmo ocorre com etnólogos, quando se entendem especialistas em determinados grupos étnicos e assim com os demais intelectuais. Mas afinal, qual é o objeto da história e da etnologia? Acreditamos que o objetivo é o mesmo: estudar a organização social; e que o objeto também se constitui para as duas: o homem. Então, qual a diferença entre estas duas áreas do conhecimento? Responderemos de imediato que as diferenças estão nos procedimentos metodológicos e evidentemente nos quadros teóricos que postulam um ou mais métodos para analisarem este mesmo objeto na História. Mesmo correndo o risco de sermos entendidos como determinadores de uma sentença forte e superficial, continuaremos com esta resposta, que na melhor das hipóteses é uma boa conjectura para prosseguirmos nesta construção que nos dá suporte narrativo.

De acordo com nossos pressupostos, este agrupar-se em relação aos intelectuais das ciências humanas, também pode contribuir para que a perspectiva interdisciplinar seja marginalizada, mesmo que não absolutamente, haja vista que a construção de uma identidade grupal pode ser juntamente com este fenômeno, a própria construção de uma paisagem interdisciplinar, criando o grupo dos ecléticos, dos postuladores transdisciplinares e os próprios intelectuais interdisciplinares.

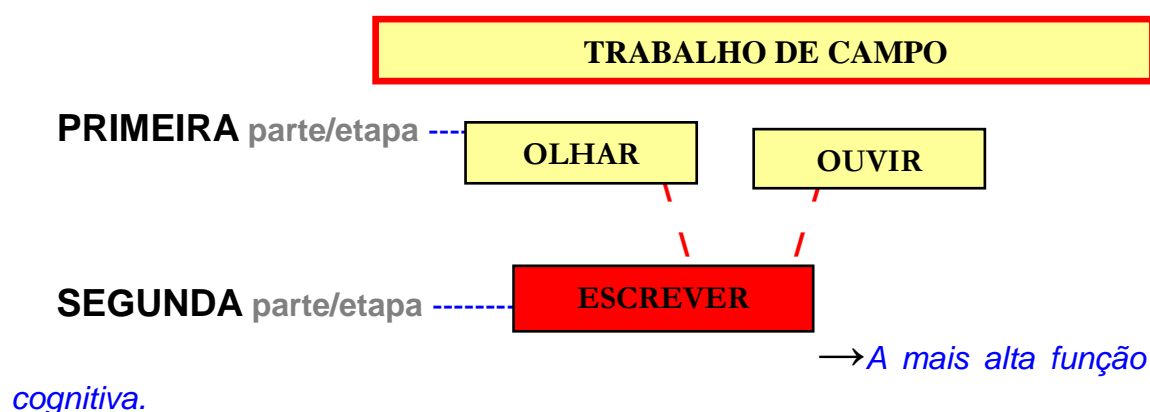
O que postulamos de forma positiva é a comunicação constante entre as disciplinas como forma de desenvolvimento coerente do conhecimento, seja sobre as comunidades indígenas na América, sobre as organizações políticas na América Latina, sobre a teoria do conhecimento, etc.

Uma demonstração nítida de contribuições elementares para o trabalho intelectual é o relacionamento entre etnologia e história, no que tange aos procedimentos metodológicos. Do historiador o etnólogo pode beber do rigor com as fontes, na forma de dialogar com a produção escrita ou não, na preocupação em fazer a crítica interna e externa ao documento seja ele escrito ou não, com ou sem chancelas (*uma antiga preocupação historicista*). Do etnólogo, o historiador pode e tem muito que aprender, a nosso ver, principalmente sobre as fontes orais, procurando não apenas desenvolver entrevistas e coletar depoimentos através de questionários e formulários, que mais intimidam do que informam. Talvez o historiador fosse neste diálogo, o mais beneficiado, uma vez que nos identificamos entre estes. Certamente, a busca do etnólogo em estabelecer uma relação de interlocução com seu objeto seja a contribuição mais saliente ao historiador, principalmente quando os “documentos” tradicionais não existem mais para poderem entender o seu recorte epistemológico. Os procedimentos do etnólogo em trabalho de campo fornecem ao historiador um quadro metodológico vital para a interpretação de informações que servirão à escrita da História.

Roberto Cardoso de Oliveira em *O trabalho do Antropólogo* (1998), fala da “*efetivação do famoso círculo hermenêutico, da interligação dialética*” e acreditamos que a história pode contribuir em muito com esta preocupação, uma vez que pode se pautar por uma metodologia dialética, a qual também atende as preocupações da antropologia como método⁵. No capítulo inicial deste importante livro para o historiador, Oliveira preocupa-se em apresentar as etapas da construção do conhecimento antropológico. Referimos-nos ao “*Olhar, Ouvir e Escrever*” (OLIVEIRA, 1998), *como uma grande tarefa do ofício do antropólogo/historiador* e a necessidade de interligá-las uma realidade do presente. Identificando aí a problemática de ordem epistemológica em jovens pesquisadores.

Assim entendemos de ambos os lados (historiadores e antropólogos) a contribuição através de um olhar etnográfico diacronicamente

preparado teoricamente sobre o seu objeto. O ouvir do objeto como interlocutor, buscando a efetivação de uma relação que se difira da seca relação tradicional pesquisador/informante; e, o escrever como uma segunda etapa do trabalho, pois realiza longe do campo, sob os auspícios das instituições de pesquisa, em seu gabinete etc. (Oliveira, 1998), considerações estas apresentadas por Geertz, como cita Roberto Cardoso em seus capítulos iniciais. Assim tentaremos representar através de uma ilustração as etapas do trabalho do antropólogo que entendemos em muito contribuir para o ofício do historiador, em especial daqueles que trabalham com história indígena (isso sem recorremos a enquadramentos anteriormente questionados):



Sendo a segunda parte/etapa, mais distinta da primeira por se tratar da textualização, do desenvolvimento do suporte narrativo da interlocução de campo. Mas aqui já entraríamos em uma importante extensão de nosso tema, o qual não objetivamos tratar neste momento. Demonstrado então, apenas algumas das contribuições interdisciplinares entre história e etnologia, seguiremos então com as demais problematizações que perfazem este nosso artigo, na intenção de demonstrar minimamente alguns apontamentos que nos convencem de que a perspectiva interdisciplinar não se apresenta com um problema, mas sim como contribuidora na busca do entendimento dos vários problemas e ordem cognitiva nas ciências humanas.

5 A ortodoxia intelectual e suas limitações epistemológicas

Retomando a questão da ortodoxia intelectual sobre as suas limitações somos convencidos que estes “grupos” de cientistas sociais estão

fadados à marginalidade a qual os mesmos acabam por decretar, uns mais conscientes que outros, uma vez que se isolam e negam uma relação dialógica com seus pares, a princípio, comprometidos com a construção epistemológica.

Incrivelmente, quando nos referimos a ortodoxia intelectual, encontramos muitos rótulos que postulam utilizar-se da dialética para produzirem o conhecimento. Mas que tipo de dialética seria esta? A do olhar atlântico, do ouvir a moda ou de escrever sozinho?

Preocupamos-nos com esta problemática questão, uma vez que a crítica se estende aos “marxistas” vulgares, muitas vezes injustamente às produções que além de pertencerem ao mais refinado materialismo histórico, são enquadrados como os tais ortodoxos que nos referimos no decorrer deste artigo. Seria lamentável pensar desta forma, pois a interdisciplinaridade já era uma prática entre os clássicos textos marxianos do século XIX, “interfazendo”, história, filosofia, economia, geografia política e sociologia, e até mesmo o que se configuraria como antropologia. O mesmo se considerarmos muitos intelectuais constantemente taxados pejorativamente como pós-modernos como é o caso de alguns antropólogos utilizados mesmo em nossa argumentação construtiva de uma cognição.

À esta ortodoxia problematizada em nossa narrativa cabe uma série de limitações epistemológicas uma vez que não se permitem como praticantes de um exercício de abstração epistêmica que seja capaz de questionar suas convicções rumo à verificação de tal conhecimento, procedimento etc. Esta “*psicanálise do erro*” (Pacheco, 1999), poderia em muito contribuir para que muitos cientistas sociais, em especial historiadores não ficassem obliterados em função da incoerência que facilmente os desclassificam no contexto da produção e contribuição científica das humanidades.

6 Considerações finais

Procuramos apresentar neste artigo algumas relações estabelecidas através dos procedimentos com fontes orais entre história e antropologia, com o objetivo de realizar alguns apontamentos acerca da interdisciplinaridade nas ciências humanas como fator promovido em grande parte pela catalisação das metodologias com as fontes orais, introduzindo também algumas problemáticas

que tal perspectiva se depara em programas de pesquisa nas universidades brasileiras.

Certamente outras questões foram e poderão ser observadas com o desenvolvimento de outras leituras acerca do tema que se constitui de forma introdutória. Em nenhum momento foi nosso objetivo dar cabo de tal problemática, mas assim mesmo nos preocupamos em percorrer caminhos que possibilitem o desenvolvimento da crítica e ao mesmo tempo, que sejamos objeto de outras construções críticas, pois entendemos que este é um bom norte para poderemos caminhar pelo nada fácil caminho da inteligência e sua construção epistemológica.

Independente de paradigmas teóricos, procuramos apresentar problemas que partem do *nós* aos *outro* (dos historiadores aos outros cientistas sociais). Se assim formos entendidos pelos leitores, nos damos como contribuidores mínimos de algo máximo: a construção crítica, mesmo que isso nos valha boas ou más críticas.

Uma outra preocupação foi a de iniciarmos o suporte narrativo desta comunicação dissertativa “fugindo” aos padrões da acadêmica, justamente para provocar sensações diversas em nossos interlocutores textuais, certamente mais experientes nesta construção intelectual.

Entendemos que outros trabalhos sobre a formação intelectual dos cientistas sociais, especialmente do historiador, devam ser elaborados com mais freqüência em nossas universidades, uma vez que nos referimos à um dos germes da intelectualidade do sujeito histórico.

Referências bibliográficas

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história, especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, edição 158004/5071, 1983.

BURKE, Peter. *História e Teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1998. *O Trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo, EdUnesp.[Cap. 1, pp. 17-35]
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios; Bauru-SP, EDUSC, 2005.
- DEMO, Pedro. *Intelectuais e Vivaldinos: da crítica acrítica*. São Paulo: ALMED, 1982.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 2003. *Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória*. Prosa, Campo Grande, 3 (1):39-47.
- GARRIDO, Joan del Alcàzar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Tradução de Alberto Aggio.In: Revista Brasileira de História, Vol. 13, nº. 25/26, setembro/agosto 93.
- GEERTZ, C. 2001. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. [Cap. 5, pp. 86-130]
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 5ª edição. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Os Intelectuais e a formação da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre História, ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 4.ª reimpressão, 2001.
- JOUTARD, Philippe. *História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*. In: *Usos & abusos da história oral*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1991. *Antropologia estrutural*. 4ª ed., Trad. de C. S. Katz & E. Pires, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. [Cap. 1, pp. 13-41]
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã I*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Presença; Brasil, Martins Fontes, 1974. (Coleção Síntese).
- MELIÀ, Bartomeu. 2004. *El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos*. Tellus, Campo Grande, 4 (6):151-162.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações*. In: *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. (org.) Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora Unesp; FAPESP, 1999.
- MENEZES, J. P. P. de. História Indígena e Indigenismo no Brasil: o CEIMAM diante da escrita da História Indígena Terena do Mato Grosso do Sul. *Revista Cosmos* (Presidente Prudente-SP) Universidade Estadual Paulista. Vol. V, 2007 – Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.
- MENEZES, Jean P. P.. *Ideologia e cultura indígena na modernidade: a história tradicional*. In: *Congresso de História/ Unesp Assis, 2004, Assis. Anais eletrônicos da XXII Semana de História*. Assis : UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004. v. 01. p. 01-17.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 13, nº. 25/26, setembro/agosto 93.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1999. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro, EdUFRJ. [Cap. 3, pp. 99-123]
- POLLAH, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº. 10, 1992.

RIBEIRO, DARCY. O Processo Civilizatório. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, Publicação da *Folha de São Paulo*, cedida pela Companhia das Letras, 2000.

¹ Mestrando em História UFGD/FCH-MS; bolsista CAPES. E-mail: fafica_95@yahoo.com.br.

² Ao nos referirmos ao termo intelectual, nos remetemos à construção epistemológica desenvolvida na Itália por Antonio Gramsci em seu trabalho: “*Os intelectuais e formação da cultura.*”

³ Devemos esclarecer que nos referimos ao pós-moderno reducionista do sujeito ao abstrato vulgar, não nos referindo absolutamente aos intelectuais que constantemente, principalmente na década de 70, serão rotulados por todos os ângulos como pós-modernos e posteriormente enquadrados como intelectuais incoerentes diante de uma razão cognitiva.

⁴ Poderíamos abordar, evidentemente, a Arqueologia como grande contribuidora, mas por questões pertinentes a síntese, o espaço aqui não seria suficiente, pois também deveríamos estender-mos à Filosofia, Economia etc.

⁵ Não entendemos que exista um método capaz de abarcar todas as preocupações da história e da antropologia, que evidentemente há aqueles que melhor contribuem para verificar determinadas problemáticas.

Nota dos Editores: Artigo recebido em 18/02/2008. Aprovado em 27/05/2008.

O TEMPO COMO SUBSTANCIALIDADE DO TRABALHO: O TEMPO INDUSTRIAL E O TEMPO DE TRABALHO.

TIME AS WORK SUBSTANTIALITY: INDUSTRIAL TIME AND WORK TIME.

Cássio Adriano Braz de Aquino¹

Resumo

O propósito desse artigo é discutir a importância da articulação das categorias tempo e trabalho, partindo da idéia de que as transformações do mundo do trabalho podem ser pensadas como transformações na estrutura temporal do trabalho. Tendo como referencial teórico as teorias dos tempos sociais e a concepção de tempo dominante, analisamos a perfeita aliança entre o tempo industrial e o ordenamento social, que coloca o trabalho como a atividade social central da organização da temporalidade social da modernidade. O tempo permanece como substancialidade do trabalho e constitui um elemento privilegiado de estudo do mundo laboral

Palavras-Chave: Trabalho-tempo-industrialização

Abstract

The intention of this article is to discuss the relevance of the joint between time and work categories, starting with the idea that the transformations on the work world can be thought as transformations on the temporal structure of work. With the theories of the social times and the conception of dominant time as theoretical referential, we analyze the perfect alliance between the industrial time and the social order that places the work as the central social activity on the organization of the social temporality of modernity. Time remains as work substantiality and constitutes a privileged element of study on the labor world.

Key words: Work, time and industrialization

Introdução

O presente trabalho é derivado de uma reflexão empreendida durante a realização do Doutorado em Psicologia Social na Universidade Complutense de Madrid e tem por objetivo dar prosseguimento a uma série de articulações entre a

categoria tempo e a categoria trabalho dentro do contexto de transformações do mundo laboral.

O nosso referente básico é a compreensão da temporalidade como elemento de análise da realidade do trabalho e o impacto dessa vinculação para o desenvolvimento de novas matrizes para a discussão do mundo laboral no território da Psicologia Social do Trabalho.

Segundo as teorias dos tempos sociais, através da idéia de alguns dos seus grandes expoentes – Roger Sue, Gilles Pronovost, George Gurvitch, Ramon Ramos entre outros –, a estrutura social estaria delineada pela dominância de uma determinada atividade social. O tempo associado a essa atividade seria o tempo referente para ordem social. Foi assim com o tempo sagrado das primeiras civilizações, com o tempo religioso que vigorou fundamentalmente na Idade Média e seria esse o caso do tempo de trabalho, no seio da Sociedade Industrial.

No texto que hora desenvolvemos centraremos nossa análise na emergência desse tempo dominante associado à atividade do trabalho e na constituição do paradigma do tempo industrial como tempo dominante da modernidade.

O tempo como substancialidade do trabalho

Grimaldi (2000) ao focar a ontologia do trabalho, admite que tal como se percebe hoje, o estatuto do trabalho está profundamente influenciado por dois fatos históricos decisivos: a condição salarial e o mercantilismo. Essa constatação conduz a uma excessiva generalização, que leva a reconhecer como trabalho qualquer atividade de caráter obrigatório ou mesmo qualquer atividade remunerada. Para esse autor, tal constatação é o que conduz a ‘monstruosidades morais e conceituais’, havendo necessidade de liberar a categoria trabalho das tentações da linguagem que deram origem a uma multiplicidade de atividades tão heterogêneas na sua caracterização.

Ao tentar dar conta da ontologia do trabalho, Grimaldi (2000) toma o tempo como um mediador para delimitação da categoria trabalho. Partindo do

pensamento de Hegel – que concebia o trabalho como o “negativo a industriosa obstinação do que, no presente, conspira sem cessar aniquilá-lo e criar o que não existe ainda” (Hegel apud Grimaldi, 2000; p.23) – ele vê no trabalho uma certa militância do futuro no presente. Está claro que ao conceber a capacidade criadora e antecipada, envolvida no próprio sentido do trabalho, o autor está reconhecendo seu caráter mediador. O trabalho exerce uma ação direta sobre a temporalidade na sua tentativa de antecipar no presente a configuração do futuro. Em suas próprias palavras:

O trabalho não expressaria outra coisa que a obstinação do futuro que tende, sem cessar, amanhecer no presente. Independente de toda forma que tome, não seria todo trabalho em realidade nada mais que o trabalho do tempo? De forma mais determinante ainda: uma expressão assim não seria uma redundância? Pois, haveria tempo se não houvesse devir, e poderia alguma vez advir algo se nenhum trabalho preparasse seu surgimento? O trabalho não seria nada mais que o dinamismo, o exercício ou a operação mesmo da temporalidade? Mas se fôssemos levados a não conceber o trabalho sem o tempo, não nos perguntaríamos se o trabalho é só um transcendental do tempo? (Grimaldi, 2000; p. 22)

Está claro que a referência de Grimaldi não se restringe a concepção de trabalho caracterizada pela sociedade salarial. É a concepção ampliada da categoria que serve de referência para o autor. O trabalho da negatividade é o que vai permitir a constituição do devir, enfrentando a aparente inércia das coisas que tende a manter-se no presente. Esta negatividade está caracterizada, pois, por um esforço de transformação e esse esforço faz da temporalidade uma ação laboriosa. Aprofundando mais sua reflexão, Grimaldi (2000) introduz a noção de prazo, considerada como constitutiva da consciência que temos do tempo e como a evidência que estamos voltados ao futuro. É a consciência ontológica do prazo, como ressaltava o autor, o que nos mantém vinculados à tendência do ‘por-vir’, tendência que pode ser vivida e compreendida como a própria resistência do presente em sua oposição ao futuro.

Seria prudente voltar nosso olhar ao pensamento de Luhmann (1976/1992) sobre a articulação social do passado, presente e futuro. É importante recordar que Luhmann considera que ocorreu na sociedade moderna uma exacerbação de temporalização da realidade, diretamente associada às profundas

transformações da semântica temporal. A idéia de um futuro aberto e tomado como uma tendência, nunca como uma realização concreta, gera estratégias de normalização do devir, seja através do domínio técnico, seja através da utopia.

A idéia da resistência do presente pode ser difícil de admitir, uma vez que a tendência cronológica da temporalidade nos leva a imaginar o tempo como uma representação linear que articula passado, presente e futuro em uma linha contígua. Se assim fosse, porém, nos bastaria apenas esperar para que as coisas se transformassem. Grimaldi (2000) não crê na capacidade do tempo transcender por sua própria inércia. Ele crê, sobretudo, que o trabalho do tempo não cessa nunca e afirma ainda que, quando imaginamos que nada ocorre, o tempo já começou a 'minar nossa espera' e 'debilitar nossa atenção'. Se assim não fosse, nos levaria a compreender que haveria tempo sem mudança, da mesma forma que não haveria necessidade de mudança operada no tempo. Para Grimaldi (2000), pois, o trabalho opera a transformação e a transformação é o tempo. Tempo e trabalho se articulam em uma circularidade atravessada pela noção de tendência. A tendência é compreendida como um constante trabalho do futuro no presente. Não há como separar o tempo do trabalho, eles compõem uma sólida aliança, explicada por Grimaldi da seguinte forma: (...) posto que não haveria tempo sem prazo, nem prazo sem resistência, nem resistência sem esforço, nem esforço sem tendência, o trabalho seria então uma só coisa com o tempo" (Grimaldi, 2000; p.24).

A identidade ontológica entre tempo e trabalho é uma boa ilustração da complexa articulação entre as duas categorias. No entanto, a adoção da estratégia de articulação entre passado, presente e futuro, parece distanciar-se das evidências mais concretas de corte mais topológico e cronológico (num sentido quase 'cronométrico') que parecem associar empiricamente a temporalidade e o trabalho dentro de um contexto específico da modernidade. Há um momento claro de caracterização do tempo como elemento central tanto para os indivíduos como para o sistema econômico. Há um fenômeno privilegiado onde a vinculação entre tempo e trabalho adquire traços de perfeita harmonia, o que de alguma forma provoca uma idéia de visibilidade ou evidência concreta mais além de uma

possível identidade ontológica. Essa articulação, sem dúvida, está na base das reflexões que desembocarão no surgimento de um campo de estudo sobre o tempo social. Além disso, com base nesse conjunto de conhecimentos se faz viável uma melhor compreensão de como se estrutura a ordem social. Esse momento tem como ícone a Revolução Industrial, mas é o processo de industrialização em sua evolução ou transformação o que servirá de território para nossa reflexão. Nos deteremos aqui numa discussão de como se constituiu essa relação harmônica entre industrialização e tempo.

O tempo industrial e o tempo de trabalho

Pronovost (1996) ressalta que a descrição da gênese histórica da Revolução Industrial Inglesa, que faz Thompson (Thompson apud Pronovost, 1996), é uma das melhores sínteses da ruptura de um tempo social e o conseqüente surgimento de uma nova temporalidade. Segunda sua aporção, nas sociedades mais tradicionais e de corte mais agrícola, a medida do tempo estava orientada pela tarefa. O tempo tinha um caráter muito mais qualitativo, orientado pelas atividades, mas a industrialização rompe com essa idéia. A introdução do 'industrialismo' operou uma mudança que levou a que tarefas executadas durante o trabalho passassem a ser controladas pelo tempo. Ademais, de forma determinante, a opção pelo tempo como medida de valor, o vincula diretamente a questão do dinheiro. O tempo se torna assim, uma moeda.

A transformação operada na vinculação 'tempo x trabalho' aponta para uma alteração de sentido em ambas as categorias. Se por um lado o tempo passa a ser visto como uma grandeza que deve ser controlada com rigidez, o trabalho também muda de perspectiva, já que o controle do tempo dedicado ao trabalho sai do ritmo natural que havia marcado as sociedades tradicionais e passa a ser submetido a um tempo mecânico, controlado pelo relógio.

O estabelecimento da indústria rompe com a relação próxima entre o tempo de trabalho e a vida mesma. Um dado claro que acentua essa transformação pode ser pensado também com relação a espacialidade laboral. Gasparini (1996)

destaca que nas sociedades pré-industriais não havia uma especialização entre o espaço de trabalho e o espaço privado. Estava claro que tomando por referência os agricultores, havia uma contigüidade espacial entre o campo que cultivavam e sua habitação rural. Para o artesão não havia distinção entre o seu atelier e sua casa. Dessa forma a indiferenciação espacial, ou seja, a contigüidade do território implica uma referência pouco relevante de distinção entre os tempos sociais que compunham as sociedades pré-industriais, uma vez que a proximidade permitia a alternância de ações de trabalho e de vida sem profundas rupturas.

É importante ressaltar que a separação espacial que se dá de forma acentuada com o estabelecimento da Sociedade Industrial, constitui um marco fundamental da especialização dos tempos sociais. O fenômeno da concepção sob o mesmo 'teto' – que se dá com o surgimento das fábricas – e a sincronização temporal – que marca a produção, são considerados elementos fundamentais para a atribuição de uma organização temporal que vai ser denominada de 'tempo industrial'.

É curioso fazer referência ao critério da espacialidade, pois hoje, a reestruturação espacial do trabalho, caracterizada pela desconcentração e dessincronização produtiva configura um dos elementos mais significativos da profunda transformação da temporalidade laboral na contemporaneidade.

O grupo que compõe *Échange et Projets* (1980) resalta que a história do tempo é a história do seu crescente domínio e a era industrial é o exemplo mais evidente do surgimento de uma 'racionalidade temporal' fruto da intensificação das transformações da organização produtiva e das redes comerciais.

Toda a história da industrialização será uma luta de patrões por controlar o tempo dos seus empregados, inclusive o tempo fora do trabalho. Ocorra o que ocorra, é necessário induzir os trabalhadores a reservar todas as suas energias à produção e, por isso, incutir neles os valores produtivistas: assiduidade, pontualidade e manutenção do esforço. (Tradução livre, *Échange et Projets*, 1980; p.67).

É possível constatar que a Revolução Industrial é também uma revolução da concepção do tempo, um tempo que adquire relevo e destaque por vincular-se diretamente ao trabalho. Com ela surge um sistema produtivo distinto e um novo

meio social de produção: a fábrica. Com ela surge também uma alteração profunda no tempo social dos atores individuais, ou seja, os trabalhadores.

Marx já destacava no *Capital*, no livro V (1976), a importância do tempo de trabalho como núcleo do sistema capitalista, por sua concepção de fator de determinação da remuneração dos trabalhadores. Ademais, destacaria sua importância como elemento fundamental da produção moderna, ao reconhecer como primeira lei básica da produção social, a economia de tempo e da distribuição programada dos tempos de trabalho nos distintos ramos da produção.

Recorrendo ao pensamento de Attali (1985), é interessante reconhecer que o símbolo da industrialização é o relógio. Nesse contexto o ciclo que marca a organização e o transcurso do tempo é a produção. O tempo de exceção – seguindo a idéia de Attali sobre a alternância temporal que caracteriza a ordem social nas sociedades pré-industriais – já não é o tempo das feiras e carnavais, mas o das pausas diárias, necessárias para recomposição da força do trabalhador. Com a industrialização se passa a priorizar o tempo das máquinas, sendo seu mais concreto representante o relógio. A busca da precisão e a idéia da sincronização fazem desse objeto à própria metáfora da vida social.

Com o uso dos relógios, os homens podem empregar todos os momentos necessários nos trabalhos (...) da vida civil. O homem organiza, mediante eles, a hora do trabalho e a do repouso, a da sua comida e do seu sono. E, por essa afortunada distribuição do tempo, a sociedade mesma caminha como um relógio, e forma, quando está bem organizada, uma espécie de engrenagem cujos movimentos sucessivos são os trabalhos de todos os membros que a constituem. (radução Livre; Berthoud in Attali, 1985; p. 155).

É possível ir mais além na compreensão do relógio como metáfora da ordem social que surge com a industrialização. São os relojoeiros os grandes responsáveis pela criação das máquinas que vão dar novo impulso à produção e alterar a idéia de sistema produtivo. As criações industriais são quase sempre dedutíveis das invenções destinadas a relojoaria. Ademais, já no século XVII, de forma precoce, e, mais efetivamente no século XVIII, o próprio modo de produção do relógio como objeto industrial, é um exemplo de divisão do trabalho e

especialização produtiva. Uma citação de Petty (1680) no livro de Attali (1985) já destacava a característica precursora da fabricação do relógio:

Em uma cidade extensa, as indústrias se vincularão uma a outra e cada uma das indústrias estará dividida em tantas partes como seja possível, para que seja simples e fácil o trabalho do artesão. Por exemplo, na fabricação de um relógio, se um homem fabrica os ponteiros, outro as molas, se outro mais o fundo e se ainda outro fabrica a carcaça, o relógio será melhor e menos custoso que se um só homem se encarregar de todo o trabalho. (Petty in Attali, 1985; p.161).

Com a industrialização, pois, o controle da produção é também o controle do tempo. A origem do tempo industrial estava assim ancorada em três aspectos fundamentais destacados por Pronovost (1996): a regularização do trabalho, a divisão do trabalho e a disciplina do tempo de trabalho.

Com relação ao primeiro aspecto é importante ressaltar o fato de que no princípio da era industrial, em função da débil planificação da demanda, o trabalho era realizado de forma muito irregular. As jornadas laborais costumavam ser bastante variadas e podiam mudar em função das condições climáticas ou mesmo por ausência de demanda, entre outras coisas. Não se percebe nos primeiros momentos da industrialização, uma alteração radical com relação à concepção temporal que havia prevalecido nas sociedades tradicionais. Progressivamente se introduz a noção de sincronização e é fundamentalmente com o modo de produção taylorista-fordista que esta encontra seu ápice. No entanto, é importante reconhecer que essa irregularidade, típica dos primórdios da industrialização capitalista, gerava a idéia de dedicação intensiva ao trabalho, pois a ausência de garantias e o risco permanente de perder a remuneração do trabalho provocavam tal atitude. Esse dado nos parece muito relevante por que não é muito distinto do fenômeno que caracteriza parte dos vínculos laborais atuais, observados é lógico um outro contexto sócio-histórico e cultural.

A divisão do trabalho estava marcada pela diferenciação e especialização crescente e ao segmentar o processo produtivo, a produção industrial substitui de forma decisiva a figura do artesão. Tal divisão, segmentando o processo produtivo, abre a possibilidade de que cada etapa tenha sua própria

medida de tempo. A disciplina do tempo de trabalho remete a idéia de uma estruturação do tempo baseada na atividade laboral. O trabalho, que passa a ter um tempo controlado, determina o tempo de outras atividades. Em princípio essa determinação se insere quase que absolutamente sob a dualidade 'tempo de trabalho x tempo de não-trabalho'.

Essa dualidade está também na base do pensamento de um dos mais importantes teóricos da sociologia do trabalho, George Friedmann. Friedmann (1961) pode ser apontado também como um dos precursores da sociologia do ócio/lazer - também da comunicação e da educação -, e é em torno do trabalho e seu mais evidente 'opositor', o ócio, que ele desenvolve uma das mais destacadas contribuições à renovação e impulso da sociologia dos tempos sociais.

Friedmann (1961) destacava a importância do trabalho com relação ao âmbito da temporalidade na sociedade moderna, ressaltando dois aspectos centrais. O primeiro é a concepção do trabalho como portador de um tempo específico e ao mesmo tempo tomado como elemento técnico, possível de ser organizado e racionalizado. O segundo aspecto por ele destacado, é que o tempo de trabalho na era da industrialização tem um caráter ambivalente, já que estava ao mesmo tempo na essência do sistema técnico e como produto do funcionamento das técnicas de produção e do maquinário.

A exemplo de outros autores, Friedmann reconhece uma ruptura instalada a partir da introdução de uma 'racionalidade' do tempo industrial. Para ele, a industrialização e de forma destacada a empresa capitalista, subverte a relação entre o tempo e o trabalho, pois conduz o tempo a configurar-se como medida do trabalho, quando antes, o trabalho e as demais atividades sociais de uma maneira geral, constituíam a medida do tempo. Essa ruptura ou subversão é responsável pela transformação do trabalho em um conjunto de gestos funcionais e impessoais.

A idéia da centralidade do tempo como atributo de valor apontado por Marx, é apoiada por Friedmann, que passa a reconhecer no trabalho antes mesmo que uma ação sobre a natureza, uma vivência de sua própria temporalidade. O trabalho é o 'tempo de trabalho', marcado, sobretudo, pela idéia da venda da força

de trabalho por parte dos trabalhadores. Como humanista, ele critica a imposição do tempo mecânico que foi adotado pela rotina da industrialização e que conduziu ao menosprezo do tempo de criação e inovação.

Se não há uma referência direta de Friedmann (1961) à questão dos tempos sociais, não se pode negar que seu intento de discutir a relação entre os distintos tempos das atividades sociais com relação ao tempo mecânico do trabalho industrial, constitui uma das mais significativas contribuições ao estudo dos tempos sociais.

Sue (1995) ao analisar a importância da industrialização na estruturação da nova ordem social recorre ao seu modelo teórico sobre o tempo dominante. Ele aponta que no princípio da industrialização começa a surgir uma contradição entre o domínio do tempo religioso e a configuração de um tempo que ele denomina de mercantil. A referência de que 'todo o tempo pertence a Deus', como afirmava Le Goff (1971), rivalizava com uma constatação cada vez mais evidente de autonomização do tempo de trabalho. O predomínio do tempo religioso não perdura muito. Ainda com a tentativa de negociação entre a Igreja e o Capital, visando adaptar e adequar o tempo de trabalho e as premissas religiosas, o tempo religioso sucumbe frente ao tempo de produção e da indústria.

A ilustração do processo de transformação do domínio temporal pode ser reforçada com a alusão a outros eventos significativos tais como o crescente movimento de urbanização, a especialização do trabalho e o impulso do comércio interior e exterior. Tudo isso deixava claro que já não era mais possível compaginar tempo religioso e tempo da indústria.

O tempo se torna quantitativo, cada vez mais homogêneo no sentido onde, desde o ponto de vista da mercadoria um dia é igual à outro dia. Totalmente oposto ao tempo qualitativo da Igreja, onde um dia é identificado a um santo específico. O ciclo da mercadoria supõe um tempo relativamente contínuo que não está de acordo com as discontinuidades e rupturas do calendário religioso. Ademais, o comércio com outros países necessita uma unidade de medida comum, o que reforça ainda mais a forma quantitativa do tempo. A conquista do espaço passa pela conquista do tempo despossuído dos seus atributos místicos, reduzidos a uma forma numérica que se imponha por sua racionalidad. (Tradução livre, Sue, 1995; p158).

É impossível compreender essa mudança sem fazer referência a obra de Weber (1981). Ele afirma que o *ethos* do trabalho advém com a nova concepção do tempo. A reforma protestante e a perda de poder da Igreja Católica são fenômenos evidentes e fundamentais dessa transformação. O protestantismo introduz a idéia de que aceder aos caminhos de Deus é realizar uma obra e o trabalho é o mais digno desses caminhos.

Sue (1995) afirmava que passar da ‘profissão de fé’, de caráter eminentemente espiritual, a uma profissão vinculada ao logro material, era uma metáfora perfeita da transição do tempo religioso ao tempo industrial.

Como também destaca Attali (1985), a evidência simbólica de diminuição do condicionamento do tempo religioso está representada pela substituição dos sinos pelos relógios. A colocação dos relógios nos antigos campanários das Igrejas é uma alusão clara do surgimento de um novo espírito do tempo e de sua nova representação

A idéia que passa a prevalecer – nesse deslocamento do tempo tradicional/religioso, imposto exteriormente, para um tempo moderno, onde os valores e as normas são personalizados – é que ocorre uma individualização do tempo. Dessa observação surge a noção de que o próprio indivíduo passa a ser o responsável pela utilização do seu tempo. A industrialização passa a ser caracterizada por uma extensão de horas trabalhadas em espaços quase sempre fechados, sob um forte controle do tempo. Muitas vezes esse controle estava determinado por um critério de resistência física. A secularização do tempo conduz a uma substituição das igrejas pelas empresas e a conseqüente adoção da lógica quantitativa e de coação, fazendo com que o apito da indústria impusesse o ritmo social.

Produtora do tempo, a empresa está no centro da vida social, como estava a Igreja [nas sociedades tradicionais]. Os ritmos da cidade estão sob seu controle. Melhor, as cidades em sua totalidade se constituem e se desenvolvem a partir de uma empresa (...) E se pode, portanto, comparar as empresas e as catedrais. Catedrais dos tempos modernos. (Tradução livre, Sue, 1995; p. 167).

Está claro, pelo que foi descrito anteriormente, que a industrialização introduziu uma nova concepção de temporalidade, mas é importante observar que, se a atividade laboral desenvolvida no espaço das empresas era ao mesmo tempo o grande modelo de organização do tempo e o referente por excelência da noção de trabalho, ela não era a única. Essa observação nos parece pertinente por que revela que para além desse modelo – metáfora de toda uma forma de estruturação social – existiam sociedades que mantinham as formas de estruturação mais tradicionais. Além disso, é importante frisar que a industrialização não foi um modelo generalizado em todos os territórios do globo. Não podemos nos esquecer ainda a advertência de Elias (1997) sobre a tendência a uma referência quase sempre ocidental e capitalista da análise das transformações sociais.

Países com um processo de industrialização tardio, como os latino-americanos, começaram a configurar-se sob essa composição temporal somente em meados do século XX, por exemplo, quando já se iniciava a reestruturação produtiva em alguns países. Mais que a industrialização é o trabalho, em uma concepção mais ampla de categoria, que conduz a idéia defendida pelos teóricos dos tempos sociais do domínio da temporalidade.

Essa breve reflexão histórica nos serve de subsídios para pensar a complexidade da categoria tempo e da categoria trabalho, longe de um referencial determinístico e hegemônico que vigorou na modernidade e que começa a desafiar uma nova forma de conceber não só a articulação de tais categorias, mas a própria estruturação social da contemporaneidade, mas isso é tema para outro debate.

Referências Bibliográficas

AQUINO, C. (2003) 'Tiempo y trabajo: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio – hostelería y turismo – y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores'. *Tesis Doctoral* presentada en el departamento de Psicología Social de la Universidad Complutense de Madrid.

ATTALI, J. 1985) *Historias del tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica.

Échange et Projets (1980) *La révolution du temps choisir*. Paris: Albin Michel.

ELIAS, N. *Sobre el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

FRIEDMANN, G. (1961) *A donde va el trabajo humano?* Buenos Aires: Sudamericana.

GASPARINI, G. (1994) *La dimensione sociale del tempo*. Milano: Angeli.

_____.(1996) 'Tempo e trabalho no ocidente' in Chanlat, J-F (1996) *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas* (vol III). São Paulo. Atlas, pp. 111-126.

GRIMALDI, N. (2000) *El trabajo: comunión e excomunicación*. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra.

LE GOFF, J. (1971) *La baja edad media*. México: Siglo XXI.

LUHMANN, N. El futuro no puede empezar: estructuras temporales en la sociedad moderna. En: RAMOS TORRE, R. *Tiempo y sociedad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992, p. 161-182.

PRONOVOST, G. (1996) *Sociologie du temps*. Bruxelles: De Boeck.

RAMOS, R. (1992) *Tiempo y sociedad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

SUE, R. (1995) *Temps et ordre social*. Paris: PUF.

¹ Professor do Departamento de Psicologia da UFC. Doutor em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid. Email: braz.aquino@uol.com.br

Nota dos Editores: Artigo recebido 01/05/2008. Aprovado em 21/05/2008.

PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: IMPACTOS SOBRE O TRABALHO

PRIVATIZATION OF THE ELECTRIC BRAZILIAN SECTOR: IMPACTS ON THE WORK

ETCHEVERRY, Maria Soledad¹

Resumo

Com a privatização de grandes empresas que compunham o sistema elétrico brasileiro, ao longo da década de noventa, opera-se uma mudança radical no setor, pautada sobre uma nova concepção da energia elétrica. Passava-se de uma visão que considerava a energia como bem social, supostamente presente na ótica de um serviço estatal cooperativo, para outra, que transformava a energia em uma mercadoria, dependente das oscilações da oferta e demanda, comandada pela ótica do lucro. A partir de 2002, são introduzidas novas modificações no modelo do setor elétrico, visando equacionar o fracasso do processo de privatização que apostou na auto-regulação do setor pelo mercado e que tinha culminado na crise nacional do “Apagão” no ano anterior. Essas medidas, que a partir desse momento procuram gradativamente viabilizar um sistema misto, de base estatal e privada, recebem novo alento a partir do governo Lula, coroando um processo de transformações desde a década de noventa e gerando impactos significativos sobre o mundo do trabalho no setor.

Palavras-chave: privatização - trabalho - setor elétrico.

Abstract

With the privatization of the large companies composing the Brazilian electrical system during the 1990's, a radical change in the sector occurred, one that was based on a new conception of electrical energy. The view that considered energy a social good, one supposedly present in the public service cooperative, passed to that which transformed energy into merchandize, dependent on the oscillations of supply and demand and driven by the vision of profit. Beginning in 2002, new modifications are introduced in the electrical sector, seeking to resolve the failure of the privatization process that counted on auto-regulation of the sector by the market and which had culminated in the national crisis of the “blackout” the year before. These measurements, which sought to gradually make viable a mixed system, based on State and private participation, received new force with Lula's government, culminating a process of transformations since the 1990's and generating significant impacts on labor in the sector.

Key Words: privatization, labor, electrical sector

INTRODUÇÃO

O modelo de reestruturação gerencial e privatização das empresas estatais do setor elétrico brasileiro durante a década de 90 produziu impactos que perduram até hoje. Visando identificar como estas transformações são visualizadas pelos protagonistas desta história de reformas, acudimos, principalmente, às narrativas de ex- empregados, empresários e trabalhadores atuantes no setor, os quais construíram um sentido para essa alteração de modelos. Parte-se do princípio de que as narrativas são ferramentas de organização cronológica e de atribuição de sentido, portanto constitui um instrumental conceitual e metodológico de legítimo valor heurístico, para tratar das transições nas trajetórias profissionais, assim como da articulação que se estabelece entre estas e essas mudanças estruturais profundas.

Todos os entrevistados, independentemente da sua posição atual em relação ao setor, são oriundos de duas grandes empresas que desenvolviam atividades diferentes no sistema elétrico durante sua fase de estatais: a ELETROSUL, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., com sede em Florianópolis, Santa Catarina, que, até dezembro de 1997- quando sofreu uma cisão, um ano antes de ser privatizada - foi responsável pelas atividades de transmissão e geração de energia, está última atividade retomada recentemente; e a LIGHT, Serviços de Eletricidade S.A – Rio de Janeiro, empresa sediada na cidade do Rio de Janeiro, cuja atividade central, até hoje, é a distribuição de energia.

Acreditamos que qualquer corte no tempo tem um valor estratégico, e como nosso debate pretende focalizar algumas implicações da mudança na concepção de energia, selecionamos dois momentos que sustentamos serem indicativos de cenários que expõem tensões emergentes na evolução do setor elétrico brasileiro desde o início da década de noventa até a atualidade. Estes são: o período da transição de modelos que se estende ao longo da década de noventa e que culmina em 2002 e o período que o sucede, em que se propõe a viabilização de um modelo misto. Neste último cenário, destacando-se sobretudo o período correspondente ao Governo Lula, em função das apostas favoráveis ou críticas que se faziam e fazem sobre as decisões do seu Governo para o setor.

O cenário da transição de modelos do setor elétrico

A estratégia adotada no Brasil, de expansão de infra-estrutura no setor elétrico na década de 60 e especialmente na década de 70, se traduziu em vultuosos investimentos direcionados para suas áreas de geração e transmissão de energia. Este processo de desenvolvimento do setor assumido pelo Estado, que previa a estatização de empresas privadas nacionais e estrangeiras, que até então atuavam na área de energia elétrica no país, consolidava-se com a criação da figura da “grande empresa estadual e federal, cujo símbolo máximo foi a criação da Eletrobrás em 1962” (DIEESE/SC, 1998, p.5). Para os analistas do DIEESE², o panorama do crescimento acelerado do mercado de energia e da capacidade instalada, aliada aos grandes investimentos, se traduziu em esforços significativos de qualificação técnica, administrativa e financeira. Segundo eles, “a superação de desafios técnicos e o desenvolvimento de tecnologia adaptada à realidade nacional (...), a demanda por estudos econômico-financeiros detalhados, bem como a estruturação de sistemas de contabilidade e de administração”, fez com que se desenvolvessem “as áreas de engenharia, financeira e administrativa das empresas, requisitando numeroso contingente de pessoal altamente especializado” (*Ibid*,p. 5-6). Este ambiente de desafios técnicos, financeiros e organizacionais, aliado à grandeza do empreendimento – o sistema elétrico brasileiro organizado em torno da *holding* Eletrobrás, cercada pelas empresas federais e estaduais – e a valorização da empresa pública como símbolo do desenvolvimento nacional, afora as boas condições de trabalho nestas grandes empresas estatais e a estabilidade do emprego³, permite compreender o tamanho da perda que se abate sobre os profissionais que se nutriam deste modelo uma vez que é ameaçado pelas reformas.

O cenário de retração de investimentos no setor de energia elétrica terá impactos sobre o emprego já na década de 80. Nas estatais se visualiza, de forma geral, através da política de não reposição da mão de obra e de perdas salariais. Já nas empresas privadas de consultoria que prestavam seus serviços principalmente às estatais, se manifesta através de cortes drásticos no número de empregos. São ilustrativos a este respeito os depoimentos de engenheiros, que registram como os efeitos da falta de

investimentos e a correspondente guinada na política energética, além de comprometer a demanda por trabalho, afetava as próprias perspectivas da engenharia para o setor e para o país como um todo. Este ponto de vista é exposto, a seguir, no discurso de um de nossos entrevistados:

(...) Por volta de 1984/85 as empresas de consultoria já começaram a desempregar em massa, em função da diminuição da demanda das empresas de energia elétrica, iniciando uma verdadeira política de desaceleração da engenharia no Brasil. Essas empresas foram se acabando porque se mantinham muito acima do plano energético que produzia grandes usinas e subestações. (...) Com as privatizações, o índice de nacionalização é mínimo, aí mesmo que a engenharia não continua sendo desenvolvida. E pensar que o Brasil já exportou engenharia. Esta começou a ser desmontada já na década de 80, quando o FMI⁴ entrou na política brasileira. Até essa época se desenvolveu muito a engenharia brasileira. Havia boas escolas, os institutos militares de engenharia como IME e ITA⁵, as universidades federais, as escolas técnicas. Com todas as restrições que temos da época, havia um projeto forte de engenharia nacional. (...).⁶

Outro engenheiro entrevistado, especialista em linhas de transmissão, elabora uma avaliação semelhante à do colega de profissão. Sua trajetória profissional, até 1990, se realiza como empregado de uma empresa privada de engenharia que prestava serviços a estatais do setor elétrico. Seu relato é testemunha, por um lado, da diminuição drástica do emprego, em primeira instância nas empresas privadas, e do impasse para os especialistas, que mesmo altamente qualificados, são excluídos do mercado de trabalho do setor. Por outro lado, seu testemunho aponta para a acumulação de conhecimento obtido pelos engenheiros durante a fase de expansão, e o subsequente desperdício deste patrimônio, em consequência de uma década em que não se formou novos profissionais direcionados para o setor:

Me formei no ano de 1973, fazia um estágio numa empresa de engenharia no Rio e imediatamente fui contratado. Tinha uma demanda, estava se criando o sistema elétrico brasileiro, estava se implantando, estava se projetando muito. (...). Só em projetos de linha de transmissão,(a empresa tinha) mais de 100 pessoas. A gente tinha consultoria americana que no início começou a ensinar como é que se faziam os projetos. Entravam através de um desses bancos mundiais, BID⁷, era uma exigência desses bancos para garantir a qualidade técnica do projeto, porque os financiamentos eram feitos por eles. Se formou muita gente, muita gente aprendeu a fazer o projeto, a conhecer linha de transmissão. (...) Eram três engenheiros americanos e me lembro que teve uma vez que a gente precisou um especialista em estruturas e veio um lá dos EEUU. Em

fim, houve uma transferência de tecnologia nessa época para o Brasil. Estava se começando a fazer os 500 KV⁸ que era uma coisa que não tinha no Brasil ainda, então eles deram uma ajuda na hora de desenvolver esses projetos. Então isso foi em 1973. A grande demanda foi até 1978, tinha muito serviço. (...) A partir de meados da década de 80 começa a diminuir o serviço (...) Conseguimos sobreviver às duras custas até 1990. (...) e aí entra o Collor de Mello e em julho, agosto de 90, mais ou menos, ele cancela tudo. Manda cancelar todos os contratos e aí para tudo!! Claro que fomos todos demitidos, fechamos o escritório e aí estou eu sem perspectiva nenhuma, sem possibilidade de entrar em estatal, estava fechado, eu tinha 40 anos. Não tinha a menor condição porque como não se estava fazendo linhas de transmissão em lugar nenhum, e eu sou especializado em projetos de linhas, não havia como sobreviver nessa área (...) e uma geração aí ficou muito mal na história porque durante esses 10 anos se investiu muito pouco nessa área. (...) Com o Apagão (maio 2001), voltou a aquecer-se o mercado, mas não existe mais mão de obra especializada para fazer linha de transmissão, porque a gente parou dez anos de fazer projetos. Então se procura no mercado alguém e não se acha, porque as pessoas já estão em outras atividades, desistiram ... muita gente morreu ... ou os poucos que a gente conhece estão cheios de serviço e são poucos, se contam nos dedos ... e não se formou gente durante esse período. Então, todo esse investimento, transferência de tecnologia dos americanos, tudo isso meio que se perdeu, e essa formação dos novos é um processo longo, demorado.⁹

Esgotado o projeto do “Brasil Grande”, os discursos e práticas do projeto neoliberal¹⁰ que conquistam hegemonia devido à ofensiva dos organismos financeiros internacionais, isto somado às adesões ao interior da sociedade brasileira e às crises da dívida externa e da inflação, encaminharam para a reestruturação e privatização das estatais. E, no caso específico que nos interessa, criou as condições para uma nova modelagem do sistema elétrico. A justificativa alegada era a de imprimir competência e competitividade às empresas e a criação de uma regulação neutra para setor, preservando assim o interesse público. Este processo que encaminha para as reformas do setor redundava na perda de autonomia das empresas públicas para administrar seus próprios recursos, limitando drasticamente seu potencial para investir em expansão e modernização. As empresas ficam endividadas e deficitárias. O discurso privatizante se fortalece neste ambiente e para os usuários a imagem será a de ineficiência. Nesse contexto, iniciada a década de 90, com as estatais limitadas a praticamente só manter o sistema operando - devido aos efeitos da transição desse modelo exclusivamente estatal para outro, que seria baseado na atração do capital privado, especialmente estrangeiro – aliado às reformas administrativas e suas estratégias de

enxugamento de pessoal, as conseqüências sobre o nível de risco de desemprego para os trabalhadores do setor se transforma numa constante ao longo de todo este período. São perdidos mais de 96 mil postos de trabalho, representando um corte de 46,2%, do número de empregados do setor, diminuindo de 209,4 mil em dezembro de 1989 para 112,7 mil em dezembro de 1999 (DIEESE, 2001).

O modelo que se inaugurava, impunha uma mudança na concepção de energia elétrica, de uma que a considerava enquanto bem social¹¹ supostamente presente na ótica do serviço público estatal cooperativo, para outra que a considerava como uma mercadoria, portanto sujeita às oscilações da oferta e demanda, com a ótica do lucro comandando este movimento. Esta última supostamente presente no âmbito do sistema privado concorrencial. Estava sendo argumentado que a modelagem deste sistema privado levava à descaracterização do serviço enquanto bem público ao propugnar a desverticalização ou fragmentação das cadeias produtivas ou energéticas buscando a competência nas diversas etapas da cadeia (Políticas Energéticas, Op.cit, p.11). Todas as empresas entrariam nessa divisão por setores: geração, transmissão, distribuição, comercialização e operação. Um entrevistado registra que algumas empresas chegaram a ser divididas em cinco pela lógica desse modelo. Mas, como essa empresa foi tão dividida teve, ainda, que criar uma empresa financeira para dirigir isso, uma *holding*. Então na verdade, se consideramos, também, que toda essa parte de regulamentação e fiscalização permaneceu sob responsabilidade da ANEEL¹², então somadas todas as atividades, essa empresa ficou dividida em sete áreas. O mesmo informante completa:

O modelo neoliberal de privatização levou a um desmonte da competência técnica: seja pela demissão dos trabalhadores, PDVs¹³, aposentadoria; seja pela própria divisão das empresas em várias atividades, que de certa forma eliminou uma certa integração, que criava uma certa competência¹⁴.

Sustentavam os críticos deste modelo privatizante, que a concepção de energia como mercadoria, faria com não se efetivassem investimentos em expansão, por exemplo para setores considerados não rentáveis, ou ainda, levaria à menor qualidade dos novos empreendimentos. Isto implicando em

que não se agregariam custos sociais e ambientais de forma satisfatória, além de imprimir menor rigor à fiscalização dos processos. Esta perspectiva, desembocaria, desta forma, numa redução da demanda por mão de obra em empreendimentos realizados a partir da iniciativa privada. Neste último caso, foram ilustrativos os depoimentos de dois entrevistados:

Nosso trabalho era um trabalho social com os atingidos das barragens (...) Antes (refere-se ao trabalho ainda enquanto estatal) a gente recolocava pessoas, a gente dava assistência social, acompanhava o filho para ver se tinha sido colocado em nova escola, via se as vacinas estavam sendo dadas. (...) A gente acompanhava como equipe multidisciplinar (...) Na transição para a iniciativa privada, em vez de realizar esses estudos se pagava a terra e dava dinheiro para o colono¹⁵, (...) era só calcular quanto ele tinha de terra. (...) Em vez de projetos de reassentamentos passou a ser reassentamento individual. (...) A empresa só faz os projetos que tem por obrigação. Por isso a gente não perdeu apenas o emprego, a gente perdeu antes o trabalho”.¹⁶

“ Bota sempre tua luz lá! Atuar no setor elétrico é fomento ao desenvolvimento(...). Fazer hidrelétrica envolve cidades. Não é simples, são núcleos rurais, problemas sociais, problema ambiental. Tem que responder dentro da lei, isso é um valor de uma estatal. Tem uma quantidade de leis que tem que respeitar como estatal. Isto exige gente! Quando precisa tomar conta de tanta coisa precisa de gente. No setor privado não, contrata-se uma consultora e esta, por sua vez, não vai encher os seus quadros. Então é o mínimo necessário. Isso dá para ver direitinho. (...) Em ... (refere-se à usina hidrelétrica) era um mundo de gente, relocaram uma cidade, dezesseis núcleos rurais, vários profissionais. Estou falando de 1988 por aí. Tudo, tudo, dentro de uma única empresa. Hoje em dia é um monte de empresinhas e certamente muitos postos de trabalho sumiram. Não tem mais aquela coisa do sociólogo que vai fazer entrevistas com o atingido. Isso acabou! (...) Aquilo que era feito por uma equipe e era investigado, estudado e re-estudado com critérios ... (...) A empresa privada é quem determina os rumos da empresa, não tem compromisso com o país. A qualidade, que antes era responsabilidade da empresa estatal, hoje fica ao sabor dos interesses privados. E no que diz respeito aos profissionais que tem essa preocupação, fica reduzida a uma luta pessoal e as vezes ingloria. O modo de trabalhar mudou completamente. Existia um batalhão de gente especializada na Eletrosul que fiscalizava e tinha o poder de barrar. Hoje acabaram os fiscais e o controle de qualidade está no âmbito da empreiteira e esta qualidade se adapta conforme as influências de poder de um conjunto social (o consórcio de empresas).¹⁷

Embora nos seus depoimentos ambos entrevistados registram que havia no âmbito da estatal a possibilidade de trabalhar com maior qualidade as questões sociais (incluindo aqui a dimensão ambiental), e com equipes interdisciplinares que enriqueciam este trabalho, fica também explicitado que este espaço sempre foi conquistado na disputa com visões tecnicistas que

apresentavam um conteúdo social inconsistente e, inclusive, patrimonialistas. Isto é, esta postura de compromisso com o rigor do trabalho que agregava a dimensão social estava longe de ser alvo de consenso no interior das estatais, mas significativamente, no processo de transição para a privatização os espaços de atuação possíveis foram fechando-se gradativamente.

A discussão que remete ao tratamento da coisa pública no contexto do modelo anterior e que se prolonga invertendo os fatores nos argumentos do neoliberalismo, isto é, não mais o Estado mas o mercado como princípio organizativo, é pertinente para esta discussão atual da perspectiva da mudança de concepção de energia e do suposto compromisso social das empresas. E isto, porque o que continua em pauta ainda é como resolver o problema da apropriação privada do bem social, ou como garantir a dimensão social embutida no serviço, além, é claro, da capacidade produtiva das empresas e do setor como um todo. Afinal, a privatização do serviço público não implica em que este seja transformado em privado somente porque sua operação o seja e, que possa ser tratado simplesmente como uma mercadoria regulada pela lógica mercantil privada.

O modelo privatizante foi acelerado até 1998 mas logo depois começam alguns ajustes, porque mesmo para seus mentores, as limitações desse programa começavam a ser evidentes. Suas duas grandes bandeiras: de que não haveria problema de falta de energia, e de que as tarifas seriam adequadas ou menores, pela livre concorrência, não procedem. Na prática as tarifas aumentaram muito, existem estudos que de 92/93 até 2000 a tarifa subiu mais do dobro. Portanto, para o consumidor final comprovou-se que não teve o que se dizia. O outro grande mote que é de que não haveria escassez, isso também não se verificou.

O cenário mais recente

No ano de 2002 foram introduzidas modificações importantes no modelo do setor elétrico, diante do fracasso reconhecido pelo governo na aposta da auto-regulação do setor pelo mercado. Este modelo de aposta no mercado “embutia uma opção técnica indefensável”¹⁸, o qual, somado às pressões do FMI, a uma falta de planejamento e de uma regulação efetiva,

constituíram fatores que precipitaram a crise de energia. As limitações de investimento precipitam problemas no abastecimento de energia, que se tornam gravíssimos com o período de escassez de chuvas em 1999, conduzindo à crise nacional do “Apagão”, deflagrada a partir de maio de 2001. Este panorama culmina com as reformas de 9 de janeiro de 2002, mas algumas medidas já tinham sido tomadas porque já se previa a necessidade de racionamento.

Em 2001, por medida provisória elaborada por Pedro Parente e assinada pelo Presidente da República, o Governo criou uma empresa estatal federal de energia emergencial. O objetivo dela era comprar toda a energia de quem fosse construir uma usina térmica em caráter emergencial, independentemente do consumidor precisar, porque o que se propunha era garantir financeiramente essas empresas. Um entrevistado nos informa que essa medida representou

o maior desastre do ponto de vista financeiro, porque quando as usinas ficaram prontas, acabou o racionamento, choveu, encheu os reservatórios e não precisou mais. Estão paradas até agora, essas térmicas emergências. Afora a chuva, o gás da Bolívia que era comprado para as usinas, ficou muito caro. Outras ficaram prontas mas o gás nem chegou a elas, portanto não tinha como operar. (...) Até hoje recebem, mas muitas nunca geraram energia e talvez nunca venham a gerar. Mas elas recebem mensalmente.¹⁹

Entre as medidas do início de 2002, o Governo Fernando Henrique autoriza as empresas federais, ou seja, as ligadas ao grupo Eletrobrás, a voltar a construir empreendimentos e a fazer parcerias com empresas privadas para construção de usinas e outros empreendimentos na área de energia elétrica. Essas prerrogativas estavam proibidas às empresas estatais, até então, desde que foram colocadas no Plano Nacional de Desestatização – PND (1992). Apesar de que de acordo a informações dos nossos entrevistados, essa proibição não era expressa, mas de fato, porque para fazer qualquer empreendimento, elas tinham que seguir um procedimento tão complexo, que inviabilizava os investimentos. Portanto, com essa lei elas ganham direito de investir novamente em geração (o caso particular da Eletrosul).

Resumindo algumas ponderações levantadas:

- houve impacto sobre o mercado de trabalho no setor, por terem sido seus quadros técnicos dispersados, afastados, aposentados, terceirizados;
- houve um desmonte das empresas por terem sido proibidas de investir;
- as consultoras privadas deixam de contratar em primeira mão porque as empresas estatais não estavam mais investindo, seja para projetos, seja para obras, portanto elas desmobilizaram suas equipes;
- a engenharia que tinha se formado no Brasil, especialmente na área de construção de barragens, de subestações, de sistemas de transmissão, sofre os abalos dessa falta de investimentos e os efeitos do baixo índice de nacionalização dos empreendimentos. À falta de uma política de reserva de mercado para a engenharia nacional, soma-se uma lógica de privilegiar as empresas estrangeiras para os contratos de novos empreendimentos no sistema de EPC.²⁰
- a divisão das empresas, que segue a lógica da fragmentação das etapas do processo da energia elétrica, desde o planejamento, até a venda para o consumidor final, de certa forma contribui com a desqualificação da competência técnica. Soma-se a isso a falta de rigor na fiscalização dos processos, não só por limitações da ANEEL, mas pela própria forma pulverizada de contratar os serviços que as empresas tem adotado (as terceirizações).

Nesta mesma linha de raciocínio, um entrevistado que é empresário no setor, afirma:

O modelo mudou, se pulverizou. Agora várias empresas podem entrar (...) Se você tem o dinheiro e quer, você pode entrar no mercado e gerar energia.(...) Essas empresas, para obter o maior lucro possível, vão terceirizando tudo, vão contratando. Não há aquele rigor que havia na empresa estatal, da fiscalização da obra, para que fosse feita dentro daquele padrão. (...) Eles estão sub contratando tudo. O que eu noto é que apesar de haver uma tentativa de haver uma mesma qualidade, não há. Não há um padrão que antes havia, porque você tinha uma Eletrobrás por trás. Tinham empresas que, bem o mal, tinham um determinado padrão de qualidade. Havia mais gente, as pessoas tinham mais tranquilidade. (...). O setor está se ajeitando ainda.²¹

Pelo acima exposto fica nítido de que o futuro do setor e, conseqüentemente, do seu mercado de trabalho e do seu patrimônio de

conhecimento tecnológico, pelo menos a médio prazo, suscita inquietações. São muitos e complexos os problemas a serem resolvidos.

Com o novo governo do Presidente Lula, desde 2003, é sustentado, por parte de alguns entrevistados que se inauguraria uma “nova visão”, porque teria havido uma nova mudança no conceito do setor, e por extensão, na própria concepção da energia ser um bem público. Afirma-se:

A energia elétrica hoje é um insumo básico para o bem estar da sociedade, onde entende-se que o papel do governo é prover energia elétrica para todos os brasileiros, a preço adequado e qualidade adequada, e minha interpretação é de que isso se dá independente de quem fornece e quem está ganhando com isso. Inclusive está previsto, até 2008 ligar todos os domicílios brasileiros a custo zero²².

Como esta versão não é encampada por todos, já que os críticos à esquerda, não avaliam que as mudanças do modelo tenham atingido, “a radicalidade, e a profundidade, que talvez muitos que apostaram neste novo Governo gostariam”²³, assumimos este recorte temporal como estratégia para expor, como medida de novidade, não só algumas medidas implementadas para o setor, mas também, para dar indicações de algumas tensões que emergem, sobretudo, em função das expectativas de apoio, ou de resistência ao Governo.

Esperava-se, como desejo, por parte de alguns quadros do setor, que o Governo voltasse a reestatizar as empresas que foram privatizadas, mas isso não aconteceu, e a lógica. Assumida pelo Governo é sustentar que “o que passou, passou”. Apesar de “existir uma orientação de que não se privatiza mais”.

Segundo o argumento que sustenta esse modelo da “nova visão”, o bem público pode ser explorado por qualquer um que tenha capacidade técnica e financeira para fazê-lo, afirmando que a diferença fundamental é que, a partir de agora, todos os empreendimentos, passam a ser planejados pelo Governo, através do Ministério das Minas e Energia. Onde, somente estes empreendimentos resultantes desse planejamento terão assegurada a venda da sua energia no mercado. O mesmo entrevistado afirma que: “Na visão do Governo essa é a única forma de você ter garantido o suprimento” e ainda, sustenta que “(...) no caso da geração, todas as usinas que estão em

construção são financiadas pelo BNDES,²⁴ sempre os bancos públicos, isso não mudou” e alerta para destacar que essa é uma das críticas que são feitas desde versões mais à esquerda do espectro político.

Ainda, é introduzida uma outra medida, que no parecer daqueles que vislumbram uma mudança significativa no modelo do setor, com Lula, é considerada a “mais importante”. Refere-se aos critérios para ganhar um leilão. Hoje, não é mais aquela empresa que paga a maior taxa de tarifa do uso do bem público para o Governo, mas quem apresenta a menor tarifa pelos trinta anos da concessão:

Antes, o preço que você fosse vender não importava, porque era a lógica do mercado. Mas é lógico, que quem pagasse mais, para ganhar a usina, ia querer vender sua energia por um preço maior, para compensar, agora não, não tem taxa nenhuma para o Governo, ganha quem oferecer a menor tarifa. Antes, ele ganhava e tinha que construir também no prazo, mas no ato da licitação não tinha a licença ambiental. Então, o que acontecia, ou por dificuldades reais, ou por dificuldades não tão reais, a empresa achava que o negócio não era bom naquele momento, aí ele não conseguia licença ambiental, e não conseguindo, ele não era obrigado a cumprir o prazo. Assim, tem uma quarenta e poucas usinas paradas, foram licitadas, o cara tem a concessão mas ele não constrói, porque justifica que não conseguiu a licença ambiental. Assim, perdia o consumidor que chegou em 2001 e não tinha energia”. No novo modelo é pela tarifa e na hora que vai ao leilão já tem a licença.. Era antes o modelo neoliberal, que o empresário carregava com o bônus e o ônus. Agora não, ele tem a energia garantida pelos trinta anos, através de uma fórmula que vai corrigindo ao longo do tempo. E agora também as estatais podem concorrer²⁵..

A idéia é que não vão ter tarifas absurdas, porque as estatais vão servir ao menos como mecanismo regulador. Essa equação do planejamento com a licença ambiental prévia já conseguida, somada a essa seleção pela menor tarifa, supõe-se que resolveria, afinal, as bandeiras levantadas pelo outro modelo anterior, e que no entanto haviam fracassado. Isto é, energia barata e de suprimento garantido. Resgatando, dessa forma, o atributo de bem social da energia, dentro de um “novo modelo” que articula, indiferentemente, empresas privadas e estatais, e, ao mesmo tempo, garantindo a rentabilidade para atrair o investidor privado, e sobretudo, estrangeiro.

O possível saldo do “novo modelo”

As críticas são tecidas a partir de vários pontos, mas uma delas resume todas as outras: refere-se a posição de que as mudanças para o setor elétrico no Governo Lula não foram tão grandes, como muitos dos que acreditaram no Governo, gostariam que fossem. Um dos argumentos detectados entre os entrevistados, que parece assumir um viés mais críticos, é de que a empresa estatal não está tendo as mesmas condições de desenvolvimento que os empresários privados. Isso, porque o BNDES, que enquanto banco público poderia garantir o mesmo percentual de financiamento que é dado à iniciativa privada (até 70% do valor do empreendimento), não estaria facilitando esse procedimento. Já entre alguns empresários do setor privado nacional, é sustentada a idéia de que são eles que deveriam ter condições mais favoráveis, em relação aos estrangeiros, porque eles teriam menor capital e necessitariam desse expediente para desenvolver o conhecimento tecnológico.

Um ponto que faz convergir todas as versões, no entanto, é sobre o ônus experimentado pelo setor como um todo no que diz respeito à recomposição da mão de obra. Essa situação seria consequência, tanto da dispersão dos especialistas ao longo da década de noventa, quanto da desqualificação prolongada dessa que constituiu uma das mãos de obra mais qualificadas entre os setores econômicos mais especializados do país. Que, para conquistar o mesmo nível de expertise, poderia levar, como mais de algum dos entrevistados frisou, em torno de dez anos.

Diante de todas as colocações enumeradas neste estudo, não nos propomos definir tendências, mas antes problematizar as versões que identificamos entre protagonistas desta época de reformas.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, C. Foi loucura, mas houve método nela: gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira. *Caros Amigos*, São Paulo, v.5 n.51, p.10-13, jun.2001.

DIEESE/SC – Subseção Eletricitários Santa Catarina. *O emprego no setor elétrico diante da privatização*. Florianópolis: DIEESE/SC, setembro de 1998.

DIEESE. *Perfil do setor elétrico no Brasil e em São Paulo*. São Paulo: DIEESE, Mar. 2001.

ENCONTRO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS. *O panorama do setor elétrico brasileiro: reformas, privatização e novo marco regulatório*. Belém, n. 2,15 a 18 de setembro de 1999.

SAMPAIO, M. M. B. *Sindicalismo no presente: estratégias sindicais no sinergia*. 1999. Dissertação (Mestrado Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 212 p.

_____. *Da privatização ao apagão*. Florianópolis: Editora Insular, 2001. 247 p.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 166 p.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política; Profa. do Departamento de Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. maria.soledad@terra.com.br

² DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos.

³ A respeito da administração de pessoal nas estatais do setor elétrico, é sustentado que: “caracterizou-se pela adoção de planos de cargos e salários, aumentos por mérito e tempos de serviço, políticas de concessão de benefícios (...). Além disso, as estatais organizaram e patrocinaram fundos de previdência complementar para seus empregados” (DIEESE/SC, 1998). Sobre a estabilidade no emprego, registra-se que os eletricitários das empresas ligadas à Eletrobrás tinham conseguido uma cláusula de garantia de emprego nos Acordos Coletivos de Trabalho que é perdida no começo de 1991, por decisão do Tribunal Superior do Trabalho: “uma cláusula que há anos fazia parte dos acordos coletivos” (SAMPAIO, 1999, p.125).

⁴ FMI - Fundo Monetário Internacional.

⁵ IME - Instituto Militar de Engenharia, ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica

⁶ Entrevista realizada em 2001

⁷ BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

⁸ Kilovolt, refere-se a uma medida do nível de tensão utilizado nas linhas de transmissão.

⁹ Entrevista realizada em 2001.

¹⁰ Neoliberalismo entendido como essa sistematização de idéias e implementações concretas de políticas em torno da crítica à regulação social organizada de maneira estatal. Coloca-se

o mercado como centro das decisões para proceder à reorganização social de uma crise que se afigura econômica e institucional.

¹¹ Enquanto bem social, supõe-se que seria "um componente essencial para a produtividade e para a criação de condições de vida aceitáveis.." (Políticas Energéticas, Op.cit., p.8).

¹² ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

¹³ Planos de demissão voluntária.

¹⁴ Empregado da Eletrosul, entrevista realizada em 2005.

¹⁵ Agricultor.

¹⁶ Entrevista de ex-empregada Eletrosul, realizada em 2001.

¹⁷ Entrevista em 2001, ex-empregado Eletrosul.

¹⁸ Benjamim (*Op.cit.*, p.11-12) esclarece que a opção ideológica pela privatização embutia uma opção técnica indefensável ao propor a mudança da matriz energética brasileira que consistia num modelo estruturado historicamente na base hidrelétrica e que fora levado a abandonar o potencial hídrico explorado.

¹⁹ Empregado da Eletrosul, entrevistado em 2005.

²⁰ Segundo o entrevistado: "No setor surgiu o EPC (*Engineering Procurement Contractor*), que é o que se chamava antigamente de *Turn Key*, que você compra tudo pronto, só vai lá e liga a chave. Uma empresa que contrata uma outra que vai fornecer tudo. *Engineering* porque ela faz o projeto, *Procurement* que ela provê os equipamentos, faz o suprimento da obratudo. Uma terceirização para execução de uma determinada obra".

²¹ Entrevista feita em 2002

²² Entrevista realizada em 2005, empregado da Eletrosul.

²³ Entrevistado em 2005, trabalhador no setor

²⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

²⁵ Ibid.

Nota dos Editores: Recebido em 13/04/2008. Aprovado 15/05/2008

TRABALHO E MODO DE VIDA: A EXPERIÊNCIA DOS OPERÁRIOS EM NOVAS ÁREAS INDUSTRIAIS

WORK AND LIFESTYLE: THE WORKERS' EXPERIENCE IN NEW INDUSTRIAL AREAS

Izabel Cristina Ferreira Borsoi¹

Resumo

O Nordeste tem sido um grande atrativo para fábricas, oriundas das regiões Sul e Sudeste, que buscam condições favoráveis à sua expansão — no caso, incentivos fiscais, infra-estrutura e força de trabalho de baixo custo. No Ceará, esse processo tem sido crescente principalmente a partir do início dos anos de 1990. O objetivo deste trabalho é discutir alguns aspectos do modo de vida de trabalhadores de fábricas instaladas em um município cearense que se desenvolveu a partir de um processo de industrialização favorecido pelas políticas do governo estadual. A discussão é fundamentada em um conjunto de entrevistas com trabalhadores e ex-trabalhadores de cinco dessas fábricas. Do que se pôde concluir, por um lado, os trabalhadores estão sendo submetidos a ritmos intensos, jornadas extensas e condições inadequadas de trabalho. Por outro, eles vêm construindo um novo modo de organizar a vida fora do trabalho, em função tanto do que vêm aprendendo quanto do que lhes têm sido exigido nas dependências das fábricas onde trabalham. Entre outros aspectos, o conjunto de mudanças tem envolvido hábitos, valores e relações familiares e afetivas.

Palavras-chaves: Trabalhadores, modo de vida, fábricas.

Abstract

Northeast of Brazil has attracted many industrial enterprises from South and Southeast, which seek advantageous conditions for increasing — in that case, fiscal incitements, infrastructure, and inexpensive work force. In Ceará state, this process has been increasing particularly since the beginning of the '90s. This work intends to discuss some features of the lifestyle presented by workers employed in factories settled in a Ceará municipality, which developed based on an industrialization process supported by state government policies. The discussion is founded in a set of interviews with workers and ex-workers of five of those factories. On one hand, it was possible to conclude that workers have been submitted to work intensive rhythms, extensive days and improper conditions. On the other hand, it was found out that they are creating a new way of organizing their lives in the non-work time, due both to what they are learning and to what is required from them inside the factories. The current changes affect customs, values, and familiar and affective relationships, among others.

Key words: workers, lifestyle, factories.

INTRODUÇÃO

Uma das estratégias do capitalismo contemporâneo para aumentar sua capacidade de produção tem sido buscar regiões pouco ou nada industrializadas que possam oferecer condições favoráveis tanto políticas quanto econômicas. Em se tratando da situação brasileira, tem se verificado o deslocamento de determinadas fábricas do Sul e Sudeste em direção ao Nordeste, aproveitando-se, geralmente, do que os governos estaduais possam oferecer como atrativos.

Entre os estados brasileiros que vem atraindo esses empreendimentos está o Ceará. Esse processo foi iniciado pelo Governo Tasso Jereissati que afirmava ter como objetivo de sua política industrial, definida pelo Plano das Mudanças para o período 1987-1991, “mudar o perfil industrial do Estado elevando o número de empregos diretos e indiretos e contribuindo para a melhoria dos níveis de renda da população” (RIGOTTO, 2001, p. 44).

As regiões que vêm absorvendo essas fábricas caracterizam-se pela carência de oportunidades de trabalho, pela ausência de tradição industrial e, a julgar pelo estudo de Pereira Jr. (2001), apresentam também características mais rurais que urbanas. Nesse caso, o processo de urbanização tem ocorrido concomitantemente ao processo de industrialização.

O tema que me proponho discutir neste texto diz respeito aos impactos que o processo de industrialização tem provocado no modo de viver de trabalhadores que não têm história de trabalho fabril em suas famílias². Pretendo desdobrar aqui, mais especificamente, alguns aspectos relativos à situação de trabalho vivenciada por eles nas fábricas e ao redimensionamento de seus hábitos, valores, e relacionamentos familiares e afetivos.

O cenário é um município localizado a 40 quilômetros de Fortaleza-CE, classificado como um dos menores do estado e qualificado como uma das maiores referências no que diz respeito ao processo de industrialização, sendo esta resultante da presença de uma abundante força de trabalho de baixo custo e, principalmente, da política de atração de capital industrial promovida pelo Governo do Estado.

A instalação de fábricas provocou quase a duplicação do contingente populacional do lugar. Se em 1991 havia 18.283 habitantes, em 2000 a população saltou para 33.790, com 28.122 habitantes concentrados somente na área urbana. Em que pese isso, o município não perdeu sua face marcadamente rural em razão, fundamentalmente, da ausência de investimento em infra-estrutura urbana. Esse conjunto de características faz desse município uma “região nova” típica, palco das experiências de trabalhadores que, oriundos do meio rural, ingressam nas fábricas na esperança de encontrarem um trabalho mais ameno, rentável e capaz de propiciar um modo de viver mais suave e seguro.

Cabe aqui esclarecer sobre o que está sendo entendido por modo de vida e experiência. Modo de vida, nesse caso, não se refere apenas à forma como os trabalhadores conduzem seu cotidiano depois do trabalho, mas à experiência de vida do trabalhador, seja no trabalho, seja fora dele. Isto porque parto do princípio de que o modo de trabalhar tem relação intrínseca com o que ocorre na vida das pessoas depois de uma jornada de trabalho (BORSOI, 2005). Neste sentido, o trabalho é tomado como elemento fortemente constituidor, ou, no mínimo, organizador da vida social, familiar e psíquica.

Quanto à noção de experiência, ancoro-me em Thompson (1981), pois considero que as pessoas constroem sentidos sobre o que fazem e sobre a forma como vivem, trazem consigo sentimentos e certa capacidade de atuar sobre a realidade, considerando, obviamente, determinadas condições materiais e simbólicas nas quais estão inseridas.

Por fim, o tema abordado aqui está fundamentado em um conjunto de entrevistas com trabalhadores e ex-trabalhadores de cinco fábricas de médio e grande porte que, na ocasião, estavam entre as principais referências de trabalho na região em questão.

OS TRABALHADORES E AS FÁBRICAS

Pelo que relatavam os trabalhadores, a situação de trabalho nas fábricas pode ser caracterizada como, no mínimo, penosa, quando não muito

insalubre. Guardando algumas diferenças entre uma fábrica e outra, em geral, as condições de trabalho são consideradas ruins por causa das temperaturas elevadas, da ausência de ventilação adequada, do ruído intenso, das máquinas, muitas vezes, perigosas, da presença de poeiras e de cheiros fortes de determinados produtos químicos. A jornada era sempre percebida como extenuante, não só por causa dos ritmos intensos, mas fundamentalmente pela excessiva exigência de horas-extras que podem chegar a quatro horas diárias, durante cinco dias por semana, dependendo da demanda em determinados períodos do ano.

Por tais condições de trabalho, esses trabalhadores recebem salários que geralmente ultrapassam pouco o salário mínimo vigente. Para, a maioria deles, os baixos salários podem ser justificados pelo fato de que “a empresa tem muito funcionário, então não pode pagar muito para todos”. Diante disso, o único modo de aumentar o poder aquisitivo seria através do adicional por trabalho noturno ou por hora-extra, dos prêmios por produtividade e dos chamados “benefícios”, a exemplo da cesta básica.

É esse contexto laboral que vai servir de divisor de águas entre um antes e um depois, o passado e o presente no que diz respeito não só ao trabalho, mas também às condições de vida desses trabalhadores. Antes das fábricas, a subsistência era garantida pelo trabalho no meio rural, nas fábricas de beneficiamento de castanha, nas granjas e em casas de farinha, no pequeno comércio ou ainda nas “casas de família”, no caso das mulheres. As atividades normalmente eram qualificadas como muito penosas, com jornadas pouco definidas, remuneração incerta e muitas vezes irrisória. Era comum falarem da ausência dos chamados “direitos” como carteira profissional registrada, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), previdência e determinados “benefícios”.

Por causa do trabalho quase sempre incerto – geralmente realizado em condições muito penosas – e da remuneração insuficiente, a vida era qualificada também como extremamente penosa e carente de quase tudo: moradia, alimentação e vestuário adequados, acesso à saúde, à educação e ao lazer.

É diante desse quadro que as fábricas surgem para esses trabalhadores como uma espécie de “tábua de salvação”, pois oferecem a garantia de um trabalho formal que possibilita certo sentimento de segurança diante das tantas incertezas do então contexto de vida. “A vida mudou muito”, “está muito melhor agora”, estas eram expressões freqüentes para designar essa nova situação. Normalmente quando falavam de mudanças, referiam-se quase sempre ao que conseguem adquirir, a exemplo da pequena casa já construída ou em vias de ser adquirida, dos eletrodomésticos e eletroeletrônicos antes inimagináveis. Fora isto, há o fato concreto de que podem ter alimentação para todo o mês, que há condições de adquirir um ou outro medicamento numa farmácia ou num posto de saúde, caso algum familiar adoença, que os filhos (quando os têm) podem freqüentar a escola pública do lugar, uma vez que julgam estar vivendo a urbanidade propiciada pelo que todos, orgulhosamente, consideram um “pólo industrial”. Frente a esse novo momento da vida e ao fato de que, para esses trabalhadores, as fábricas estão oferecendo uma condição de trabalho bem menos penosa que a vivida anteriormente, as primeiras expressões para qualificarem o novo trabalho eram sempre carregadas de relativa positividade. Então, o “trabalho é bom”, “gosto do que faço”, “a fábrica X é ótima” eram maneiras comuns de se referirem à nova situação de trabalho. Com isso estavam se referindo ao fato de que há a certeza de uma jornada de trabalho definida a ser cumprida, alimentação dentro do próprio espaço de trabalho, a carteira profissional devidamente preenchida garantindo o direito ao FGTS, à previdência e ao seguro-desemprego, em caso de demissão. Além disso, em muitos casos, o chamado “quadro de benefícios” dessas empresas colabora de modo significativo no orçamento doméstico, a exemplo da cesta básica, do plano de saúde e dos “prêmios” por produtividade.

São esses os aspectos que fazem com que os trabalhadores vejam mudanças positivas tanto no trabalho que realizam quanto na vida fora dele. Aqui é preciso considerar que estão levando em conta dois momentos distintos do seu percurso de vida. De certa maneira, o sentido positivo que eles atribuem ao momento em que estão vivendo tem como referência um passado bastante

recente de intensa carência material e social. Sendo assim, se comparado a tudo o que esses trabalhadores (não) tinham antes, o novo modo de viver está marcado por conquistas e mudanças muito significativas.

O NOVO MODO DE VIVER: NOVOS HÁBITOS, VALORES E CONDUTAS EM CONSTRUÇÃO

Entre as mudanças que os trabalhadores relatavam no novo modo de viver, há um conjunto de aspectos em processo de transformação que, nem sempre, eles próprios têm percebido de modo claro. Hábitos, valores, formas de relacionamento familiar e afetivo, representações do corpo e de si mesmos fazem parte de um conjunto de mudanças importantes decorrentes da inserção nas fábricas.

Um dos aspectos que chama a atenção é a re-configuração das relações familiares, envolvendo pais e filhos, homens e mulheres. Entre as famílias dos trabalhadores, a figura tradicional do chefe de família, normalmente personificada no pai, começa a perder, gradativamente, parte de suas atribuições. Como as fábricas procuram uma força de trabalho predominantemente jovem, com idade entre 18 e 35 anos, acabam excluindo as pessoas mais velhas da alternativa de trabalho mais promissora do lugar. Diante disso, os pais acabam, muitas vezes, transferindo a responsabilidade do orçamento doméstico para os filhos operários. Assim, mesmo que o pai continue formalmente reconhecido como “o chefe”, são os filhos que, ao final, vêm determinando *quanto* e *como* empregar os rendimentos da família. São eles que, por deterem maior poder aquisitivo, passam a organizar o ambiente doméstico dotando-o de mais conforto. A autoridade dos pais parece prevalecer fundamentalmente por causa da condição de progenitores e não mais por serem provedores.

Se, por um lado, a posição de “chefe de família” vem sendo posta em questão, por outro, aspectos relacionados a papéis sociais de gênero começam também a tomar outros rumos, acentuando o impacto do trabalho fabril no ordenamento familiar. No que diz respeito às mulheres, suas atribuições têm

umentado e o comportamento, segundo algumas, até “mudou para melhor”. Sair da rotina doméstica, compartilhar experiências de trabalho com outras pessoas em situação semelhante, submeter-se a tarefas rigidamente supervisionadas, gerir o próprio dinheiro são aspectos apontados como responsáveis para se perceberem diferentes. Para elas, a experiência do trabalho fabril tem forçado um processo de desinibição e de maior autonomia nas ações.

Para alguns desses trabalhadores, o novo trabalho vem oferecendo suporte para que a mulher possa “ser dona do mundo” – para adotar aqui a fala de um operário – na medida em que ela está se tornando mais independente. Isso se expressa na mudança da aparência, no maior investimento na estética corporal, no modo se vestir etc. Essa maior independência tem motivado até mesmo comentários jocosos em torno do comportamento de algumas mulheres. As histórias de sedução e traição eram freqüentemente relatadas, principalmente no caso de trabalhadoras da fábrica de calçado e, em alguma medida, também da fábrica de confecções, provavelmente por causa do maior contingente feminino. Separações entre casais de operários da mesma fábrica eram referências constantes; mulheres que deixam de trabalhar por se saberem traídas pelas próprias colegas ou, na linguagem corrente, “levaram chifre”, também eram relatos comuns.

Em relação a essas transformações, homens e mulheres se dividem: entre os primeiros, alguns tendem a vê-las como positivas; entre as mulheres, entretanto, há, em geral, certa desconfiança. Mas, ao final, quase todos não se furtam a qualificar parte das mulheres, pelas histórias de sedução e traição, como “galinhas”, “atiradas”, “piranhas”, “oferecidas”, com isso sugerindo que elas são facilmente seduzíveis sexualmente por qualquer homem, independentemente de sua situação civil.

Um outro aspecto digno de nota, nesse processo, é a transformação de hábitos alimentares. Era opinião de quase todos os trabalhadores que o refeitório das fábricas não é o lugar mais indicado para uma alimentação saborosa. O que é servido, embora considerado bastante variado, normalmente desagrada ao paladar. “Comida ruim”, “enjoenta”, “sem gosto”, “sem qualidade”, “mal feita” são

referências muito comuns. Sempre o que comem em casa era considerado mais saboroso, apesar da menor variedade. A maioria justificava que a comida da fábrica “é feita pra muita gente”, razão porque “não tem gosto”. Em casa, ao contrário, como “é pouca gente, a comida é sempre mais bem feita”. Curiosamente, nem tudo na fábrica era considerado ruim. A feijoada, a carne assada ou frita, por exemplo, eram sempre elogiadas pelo sabor.

Diante disto, temos que buscar sentido para a “comida boa” e a “comida ruim” em outro lugar que não passe, necessariamente, pela noção de *boa* ou *má* qualidade do que é servido nessas fábricas. Pelo que afirmavam os trabalhadores, a alimentação costuma ser planejada por nutricionistas e, geralmente, não respeita os hábitos regionais. Neste caso, o que servem está mais de acordo com os que nutricionistas julgam necessário e adequado ao equilíbrio do corpo. Vale à pena mencionar uma frase dita por um operário que deixa claro o desagrado e também a descrença na qualidade nutricional da comida: “misturaram lá um bagaço, um picado de tomate com umas folha verde pra peão comer”. Aqui é clara a alusão a uma alimentação pouco energética, insuficiente para satisfazer um indivíduo que precisa se haver com uma jornada intensa de trabalho.

Essa percepção de qualidade da alimentação é muito semelhante ao que Boltanski (1989, p. 154) identificou entre membros das “classes populares” na França, estando aí incluídas as famílias operárias. Pelo fato de estarem, geralmente, envolvidas em atividades para as quais era necessária a força física, as pessoas tendiam, entre outras coisas, a procurar “os alimentos tidos como ‘nutritivos’ e ‘fortificantes’, que ‘sustentam’, ‘mantém o corpo’, ‘enchem’, ‘forram’ ou ‘revigoram’, e cuja absorção, supõe-se que dê vigor e força”. Nesse caso, as preferências alimentares recaiam sobre a chamada “cozinha pesada” composta de alimentos feculentos, carnes e gorduras.

Para os trabalhadores entrevistados, não só a comida propriamente dita é alvo de comentários, mas também a maneira de se comportar durante uma refeição. Eles relatavam que, em geral, lidar com talheres pela primeira vez dentro do refeitório das fábricas é quase sempre motivo de constrangimento. Isto porque em geral desconhecem a forma correta de empunhar garfo e faca, pois os hábitos

que tinham incluíam mais comumente o uso da colher ou mesmo das mãos. Aprender a equilibrar algo sobre o garfo chega a ser, para alguns, tarefa tão difícil quanto manusear a máquina de trabalho pela primeira vez. A vergonha de não consegui-lo pode ser até motivo para “quase morrer de fome”, como chegou a dizer uma trabalhadora.

Uma vez aprendidos, os novos hábitos precisam se estender ao cotidiano dos trabalhadores. Nesse caso, é necessário oferecer condições adequadas para que esse novo aprendizado seja praticado fora do ambiente laboral. Diante disso, uma das fábricas de maior referência da região, e também a que detém o maior número de trabalhadores, chama a atenção exatamente por, frequentemente, “brindar” seus trabalhadores, em datas festivas, com faqueiros, aparelhos de jantar, jogos de cama, mesa e banho. Em síntese, oferece a eles utensílios importantes para o reforçamento das chamadas “boas maneiras”, já praticadas em suas dependências. Essa prática faz lembrar a política implementada por Ford no sentido de buscar formas de manter o controle sobre a vida privada dos trabalhadores para que eles pudessem se poupar para o trabalho em suas fábricas, conforme tão bem discute Gramsci (1978) em seu *Americanismo e Fordismo*.

No caso dos trabalhadores de nossa pesquisa, pelo que foi possível observar, eles ainda não têm adotado os novos hábitos no ambiente doméstico, a exemplo das “boas maneiras” à mesa. Isto porque, muitas vezes, se sentem constrangidos diante de suas famílias que continuam com os velhos hábitos. Assim, por enquanto, duas posturas ainda parecem se impor: na empresa, adotam, por exemplo, o garfo e a faca durante as refeições por vergonha dos colegas diante dos quais julgam necessário ostentar certa polidez; em casa, o uso da colher se mantém, pois “é esquisito” fugir ao padrão familiar. Isso poderia soar até mesmo como forma de esnobismo.

Diante do exposto, é possível afirmar que ainda é necessário que a racionalidade da fábrica deite suas raízes no cotidiano dos trabalhadores. Entretanto, o próprio fato de afirmarem a positividade dos novos costumes adquiridos já são indicativos importantes de esse é um processo que se encontra

em construção. Os próprios trabalhadores afirmavam que aquilo que aprendem, de certo modo, já os prepara para situações sociais também fora do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos notar nesta rápida exposição é que os trabalhadores buscam mostrar que existem ganhos importantes, não só no que diz respeito à melhoria das condições de vida, mas também no que se refere às mudanças que estão ocorrendo nas condutas, nos valores, nos hábitos etc. Aqui temos que considerar que se trata de um impacto significativo. Não sem razão, dizem que “a vida mudou muito” e “mudou para melhor”. Aqui, é importante lembrar uma afirmação de Hobsbawm (1982, 140), ao se referir à parca melhoria da situação de vida da classe trabalhadora durante o período da “grande expansão do capitalismo”, entre 1848 e 1875. Escreve o autor: “Era um quadro de pessoas com algum respeito e segurança, cujas expectativas eram enormemente modestas, mas conscientes de que poderia ser bem pior, que se lembravam de tempos quando eram bem mais pobres [...]”.

Em que pese o reconhecimento de que há aspectos positivos percebidos pelos trabalhadores, cabe considerar também que eles continuam sob condições rígidas de trabalho e condições precárias de vida, que esse modo de viver só é percebido como positivo quando comparado ao que experimentavam antes.

Um outro aspecto importante a considerar é que não tem havido preocupação de instâncias governamentais, sejam elas estaduais ou municipais, em criar condições efetivas para que a região possa se tornar uma referência, de fato, de industrialização. No momento da pesquisa, o município contava com um sistema precário de saúde pública, não tinha saneamento básico e nem qualquer política de controle da poluição do solo, da água e do ar decorrente de resíduos industriais; também não havia sistema adequado de formação educacional e de qualificação para preparar trabalhadores para funções mais qualificadas oferecidas pelas fábricas.

O que se pode notar é que os trabalhadores estão sendo, de alguma forma, preparados para a vida urbana – esta centrada em ritmos e costumes próprios dos lugares nos quais as fábricas são presença marcante. Estão experimentando um novo modo de viver, sem, no entanto, terem acesso aos recursos que possam efetivar até mesmo a positividade de determinados valores, hábitos e condutas que estão sendo, gradativamente, construídos.

Para finalizar, quero destacar que esse quadro não é uma peculiaridade de uma ou outra região, como tem sido observado no Ceará. Ao contrário, é uma situação que vem ocorrendo sistematicamente, e de modo generalizado, por causa da necessidade cada vez maior de expansão do capital na busca constante de maior lucratividade. O desafio aqui está, então, em encontrar formas de enfrentamento das conseqüências desse processo. Avalio que um debate amplo sobre essas questões, considerando as experiências dos próprios trabalhadores, é um passo importante, mas, obviamente, é apenas um ponto de partida.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, Luc. *As Classes Sociais e o Corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BORSOI, Izabel C. F. *O Modo de Vida dos Novos Operários*. Fortaleza: Editora da UFC, 2005.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 311-339.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital – 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PEREIRA JR., Edilson A. *Industrialização e Reestruturação do Espaço: o caso de Horizonte-Pacajus (CE)*. 2001: 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

RIGOTTO, Raquel M. Trabalho Industrial, Meio Ambiente e Saúde: discutindo aspectos da sustentabilidade do processo de desenvolvimento no Ceará. In: RIGOTTO, Raquel M. (Org.). *As Tramas da (In)sustentabilidade: Trabalho, Meio Ambiente e Saúde no Ceará*. Fortaleza: INESP, 2001, p. 33-63.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Email: cristinaborsoi@uol.com.br

² Este tema é desdobrado a partir da pesquisa para minha tese de doutorado intitulada *O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso*, publicada com o mesmo título pela Editora da UFC, em 2005.